

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS (U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION)
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

- DECLARAÇÃO DE REGISTRO CONFORME A SEÇÃO 12(b) OU (g)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)
OU
- RELATÓRIO ANUAL CONFORME A SEÇÃO 13 OU 15 (d)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)
Para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2005
- RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO CONFORME A SEÇÃO 13 OU 15 (d)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)
OU
- RELATÓRIO DE UMA *SHELL COMPANY* CONFORME A SEÇÃO 13 OU 15 (d)
DA LEI DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934 (SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934)

Número do arquivo: 1-14878

GERDAU S.A.

(Nome Exato do Inscrito Conforme consta em seus Estatutos)

República Federativa do Brasil

(Jurisdição da Incorporação ou Organização)

N/D

(Tradução para inglês do nome do Inscrito)

Av. Farrapos, 1811

Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Brasil CEP 90220-005

(Endereço da sede) (Código postal)

Ações registradas conforme a Seção 12(b) da Lei:

Título de Cada Classe

Nome das Bolsas nas quais a
ação está Registrada

Ações Preferenciais, sem valor nominal por ação,
cada uma representada por um *American Depository Share* (ADS)

Bolsa de Valores de Nova
Iorque

Ações registradas conforme a Seção 12(g) da Lei:

Nenhuma

Títulos para os quais não há exigência de relatório
conforme a Seção 15(d) da Lei:

Nenhuma

O número total de ações emitidas em cada classe de ações da GERDAU S.A. em 31.12.05 era:

231.607.008 Ações Ordinárias, sem valor nominal por ação

435.986.042 Ações Preferenciais, sem valor nominal por ação

(Ajustadas para refletir a bonificação de 50 ações novas para cada 100 ações existentes, aprovado em 31 de março de 2006)

Favor indicar se o Inscrito é um emissor conhecido sazonal (*well-known seasoned issuer*) conforme a Regra 405 da Lei de Valores Mobiliários.

Sim X Não

Se este relatório for um relatório anual ou de transição, indique se o Inscrito não está sujeito a submeter relatórios conforme a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários de 1934.

Sim Não

Indique se o Inscrito (1) submeteu todos os relatórios exigidos conforme a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários de 1934 durante os 12 meses imediatamente anteriores (ou durante períodos mais curtos nos quais foi exigido do Inscrito que submetesse tais relatórios), e (2) esteve sujeito a submeter tais relatórios nos últimos 90 dias. Sim Não

Indique se o Inscrito se enquadra no regime de entrega de relatório em prazo muito acelerado (*large accelerated*), prazo acelerado (*accelerated*), ou prazo não acelerado (*non-accelerated*).

Prazo muito acelerado (*large accelerated*)

Prazo acelerado (*accelerated*)

Prazo não

acelerado (*non-accelerated*)

Indique qual dos itens de demonstrativos financeiros o Inscrito optou por utilizar Item 17 Item 18 .

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO.....	4
PARTE I.....	6
ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSULTORES.....	6
ITEM 2. ESTATÍSTICAS E PREVISÃO DE CRONOGRAMA.....	6
ITEM 3. INFORMAÇÕES IMPORTANTES.....	6
ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA.....	13
ITEM 5. REVISÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL E PERSPECTIVAS.....	37
ITEM 6. CONSELHEIROS, ADMINISTRADORES E EMPREGADOS.....	57
ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	67
ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS.....	68
ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM DE AÇÕES.....	74
ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	79
ITEM 11. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCOS DO MERCADO.....	93
ITEM 12. DESCRIÇÃO DE OUTROS TIPOS DE CAPITAL.....	95
ITEM 13. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS, DIVIDENDOS ATRASADOS E INADIMPLÊNCIA.....	95
PARTE II.....	96
ITEM 14. MODIFICAÇÕES SUBSTANCIAIS AOS DIREITOS DOS DETENTORES DE TÍTULOS E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	96
ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS.....	96
ITEM 16. ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	96
PARTE III.....	102
ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	102
ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	102
ITEM 19. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

Salvo indicação em contrário, todas as referências contidas neste documento a:

- (i) “Companhia” e “Gerdau”, são referências à Gerdau S.A., uma empresa constituída sob as leis da República Federativa do Brasil (“Brasil”) e suas subsidiárias consolidadas,
- (ii) “Açominas” é referência a Aço Minas Gerais S.A. – Açominas, operadora da usina de Ouro Branco, antes de novembro de 2003. Em novembro de 2003 foi realizada a reestruturação corporativa da empresa, e todos os ativos operacionais e passivos da Gerdau S.A. no Brasil passaram para a Açominas, que teve seu nome alterado para Gerdau Açominas S.A.
- (iii) “Gerdau Açominas” é referência à Gerdau Açominas S.A após novembro de 2003, e à Açominas entre novembro de 2003 e julho de 2005. A Gerdau Açominas detém todos os ativos e passivos operacionais da Companhia no Brasil. Em julho de 2005, uma parcela dos ativos e passivos da Gerdau Açominas foram incorporados às seguintes novas empresas: Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações. Como resultado dessa cisão e incorporação, a partir de julho de 2005 as atividades da Gerdau Açominas se restringem à operação da usina de Ouro Branco,
- (iv) “Ações Preferenciais” e “Ações Ordinárias” dizem respeito aos títulos preferenciais e ordinários autorizados e em circulação da Companhia, todos sem valor nominal. Todas as referências contidas neste documento a “real”, “reais” ou “R\$” são referências ao real brasileiro, moeda oficial do Brasil. Todas as referências a (i) “dólares americanos”, “dólares” “US\$” ou “\$” são referências a dólares dos Estados Unidos, (ii) “dólares canadenses” ou “Cdn\$” referem-se a dólares do Canadá, (iii) “bilhões”, são milhares de milhões, (iv) “km”, são quilômetros, e (v) “toneladas” expressam toneladas métricas.

A Companhia elaborou as demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste documento em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”). Os investimentos na Gallatin Steel Co. (“Gallatin”), Bradley Steel Processor e MRM Guide Rail, todos na América do Norte, onde a Gerdau Ameristeel detém 50% do capital total destas empresas, os investimentos na Armacero Industrial y Comercial Limitada, no Chile, onde a Gerdau detém 50% de participação no capital total e o investimento na Dona Francisca Energética S.A. em que a Gerdau detém 51,82% de participação (no Brasil), foram contabilizados mediante o método de equivalência patrimonial nos demonstrativos consolidados.

Exceto quando, todas as informações neste Formulário Anual de Informações têm como data base 31.12.05. Alterações subseqüentes estão descritas no Item 8. Informações Financeiras – Alterações significativas.

RESSALVA RELATIVA A DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS

As declarações feitas neste relatório anual com respeito aos planos, estimativas, estratégias e convicções atuais da Companhia e outras declarações que não sejam fatos históricos são declarações prospectivas sobre o desempenho futuro da Companhia. Declarações prospectivas incluem, mas não se limitam a aquelas que utilizam termos como “acreditar”, “esperar”, “plano”, “estratégia”, “perspectivas”, “prever”, “estimar”, “projetar”, “antever”, “poderá” e palavras com significados semelhantes em conexão com o debate sobre operações futuras ou desempenho financeiro. Periodicamente, declarações prospectivas orais ou escritas também podem ser incluídas em outros materiais divulgados ao público. Essas declarações são baseadas em pressuposições e convicções da administração tendo em vista as informações disponíveis. A Companhia recomenda prudência em relação a tais declarações, já que inúmeros riscos e incertezas significativos poderiam gerar diferenças relevantes entre os resultados de fato e aqueles discutidos em declarações prospectivas, de forma que não é aconselhável confiar excessivamente nessas declarações. Além disso, não é aconselhável depender de qualquer obrigação por parte da Companhia de atualizar ou revisar quaisquer declarações prospectivas, seja como resultado de novas informações, eventos futuros, ou seja, em outras circunstâncias. A Companhia não assume essa obrigação. Os riscos e incertezas que podem afetar a Companhia incluem, mas não estão limitados a (i) condições econômicas em geral nos mercados da Companhia, especialmente níveis de despesas; (ii) taxas de câmbio, especialmente entre o real e o dólar dos Estados Unidos ou outras moedas nas quais a Companhia faz vendas significativas ou na qual seus ativos e passivos sejam denominados; e (iii) o desfecho de contingências.

PARTE I

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSULTORES

Não aplicável, pois a Companhia preencheu este formulário 20-F como um relatório anual.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS E PREVISÃO DE CRONOGRAMA

Não aplicável, pois a Companhia preencheu este formulário 20-F como um relatório anual.

ITEM 3. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras selecionadas referentes à Companhia, incluídas na tabela a seguir, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia baseadas nos princípios contábeis (GAAP) americanos, pelos quais são inteiramente credenciadas. Essas informações também devem ser lidas em conjunto com o item “Perspectivas e Revisão Operacional e Financeira”, que consta em outra parte do presente documento. Os dados financeiros consolidados referentes à Companhia em 31.12.05, 2004, 2003, 2002 e 2001 têm origem nas demonstrações financeiras baseadas nos princípios contábeis americanos.

Demonstração dos resultados	Para os anos encerrados em 31 de dezembro de				
	(em milhares de dólares americanos exceto para quantidade de ações e valores por ação)				
	2005	2004	2003	2002	2001
Receita líquida	8.894.432	6.952.149	4.530.969	3.264.926	2.401.138
Custo das vendas	(6.564.245)	(4.838.949)	(3.445.564)	(2.349.636)	(1.722.228)
Lucro bruto	2.330.187	2.113.200	1.085.405	915.290	678.910
Despesas com vendas e marketing	(203.244)	(154.558)	(146.388)	(112.645)	(105.801)
Despesas gerais e administrativas	(466.034)	(359.102)	(241.854)	(221.895)	(181.108)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.246)	28.710	(824)	(18.187)	(7.853)
Lucro operacional	1.652.663	1.628.250	696.339	562.572	384.148
Despesas financeiras e perdas (ganhos) cambiais e ganhos (perdas) com derivativos, líquido	(191.897)	(132.409)	(254.763)	(424.147)	(238.269)
Receitas financeiras	204.483	81.592	62.036	100.350	55.002
Equivalência patrimonial sobre empresas não-consolidadas	96.476	141.890	22.062	(10.057)	18.324
Ganho sobre investimento da Gerdau Ameristeel	-	2.742	-	-	-
Lucro antes de impostos e participação dos minoritários	1.761.725	1.722.065	525.674	228.718	219.205
Provisão para imposto de renda					
Corrente	(347.545)	(329.229)	(87.812)	(27.065)	(40.981)
Diferido	(117.750)	(77.451)	121.925	20.507	(13.666)
Lucro antes da participação dos minoritários	1.296.430	1.315.385	559.787	222.160	164.558
Participação dos minoritários	(178.909)	(157.027)	(49.623)	9.667	2.795
Lucro líquido disponível para acionistas ordinários e preferenciais	1.117.521	1.158.358	510.164	231.827	167.353
Lucro básico por ação (i)					
Ordinária	1,68	1,74	0,76	0,35	0,23
Preferencial	1,68	1,74	0,76	0,35	0,26
Lucro diluído por ação (i)					
Ordinária	1,67	1,74	0,76	0,35	0,23
Preferencial	1,67	1,74	0,76	0,35	0,26
Dividendos pagos por ação (i)					
Ordinária	0,55	0,29	0,18	0,12	0,10
Preferencial	0,55	0,29	0,18	0,12	0,11
Média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o ano (i)	231.607.008	231.607.008	231.607.008	231.607.008	231.607.008
Média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o ano (i)	432.165.971	432.564.935	435.921.354	434.941.321	433.541.664
Número de ações ordinárias em circulação no final do ano (ii)	231.607.008	231.607.008	231.607.008	231.607.008	231.607.008

Número de ações preferenciais em circulação no final do ano (ii)

431.417.499 432.446.342 434.433.541 435.986.042 435.986.042

- (i) As informações por ação foram elaboradas retroativamente para refletir, em todos os períodos apresentados, o efeito de: (a) bonificação de 3 ações para cada 10, aprovada em abril de 2003, (b) o agrupamento de 1.000 para 1 aprovado em abril de 2003, (c) bonificação de 1 nova ação para cada 1 ação existente, aprovada em abril de 2004, (d) bonificação de 1 nova ação para cada 2 existentes aprovado em março de 2005 e (e) bonificação de 1 nova ação para cada 2 existentes aprovado em março de 2006. O lucro por ação foram computados com base na média ponderada de ações durante cada ano apresentado.
- (ii) A informação expressa em quantidade de ações se refere à posição no final de cada ano e foi modificada para refletir a mudança no número de ações resultante das decisões indicadas em (i) acima.

Em 31 de dezembro de

Balanco Patrimonial	(em milhares de dólares americanos)				
	2005	2004	2003	2002	2001
Caixa	532.375	248.954	92.504	40.457	27.832
Caixa restrito	9.617	6.603	1.935	15.001	-
Títulos e valores mobiliários	1.761.421	404.512	236.137	367.748	306.065
Capital circulante líquido (1)	3.372.531	1.610.722	300.670	(63.579)	250.636
Imobilizado	3.517.962	2.790.201	2.304.158	2.084.895	1.384.463
Ativo total	9.301.742	6.852.249	4.770.834	4.000.301	2.952.677
Financiamentos de curto prazo (incluindo parcela circulante dos financiamentos de longo prazo)	566.562	673.204	798.496	1.104.793	567.491
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante	2.233.031	1.280.516	1.132.429	794.571	630.636
Financiamento de longo prazo com a controladora			-	-	461
Debêntures – curto prazo	1.162	1.125	1.048	-	2.018
Debêntures – longo prazo	414.209	344.743	155.420	200.766	94.204
Patrimônio líquido	3.621.530	2.522.585	1.403.063	865.010	1.032.720
Capital Social	2.212.382	1.539.204	982.601	843.959	838.214

(1) Total do ativo circulante menos total do passivo circulante

Dividendos

O capital social autorizado da Companhia é composto por ações ordinárias e ações preferenciais. Em 30 de abril de 2006, a Companhia tinha 231.607.008 ações ordinárias e 433.122.385 ações preferenciais não votantes (excluídas as ações em tesouraria), ajustadas para refletir a bonificação efetivada no dia 13 de abril de 2006.

A tabela abaixo mostra os dividendos pagos aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia desde 2001, em reais brasileiros e em dólares americanos convertidos pela taxa do dólar comercial na data da deliberação. Os números relativos aos dividendos por ação foram ajustados retroativamente para todo o período apresentado para refletir: (a) bonificação de 10 ações novas para cada 3 ações existentes, aprovado em abril de 2003, (b) agrupamento de 1.000 ações para 1 ação, aprovada em abril de 2003, (c) bonificação de 1 nova ação para cada 1 ação existente, aprovada em abril de 2004, (d) bonificação de 1 nova ação para cada 2 existentes, aprovada em março de 2005, e (e) bonificação de 1 nova ação para cada 2 existentes, aprovada em março de 2006.

Os dividendos por ação foram calculados através da divisão dos dividendos e juros sobre capital próprio pela quantidade de ações em circulação, excluídas as ações em tesouraria.

Período	Data da Deliberação	R\$ por ação⁽³⁾ Ações Ordinárias	R\$ por ação⁽³⁾ Ações Preferenciais	\$ por ação⁽³⁾ Ações Ordinárias	\$ por ação⁽³⁾ Ações Preferenciais
1º Semestre 2001 ⁽¹⁾	07/23/2001	0,0680	0,0748	0,0282	0,0310
2º Semestre 2001 ⁽¹⁾	12/20/2001	0,1641	0,1805	0,0707	0,0778
1º Semestre 2002 ⁽¹⁾	06/28/2002	0,1197	0,1197	0,0421	0,0421
2º Semestre 2002 ⁽¹⁾	12/30/2002	0,2786	0,2786	0,0789	0,0789
1º Trimestre 2003 ⁽¹⁾	03/31/2003	0,1111	0,1111	0,0331	0,0331

2º Trimestre 2003 ⁽¹⁾	06/30/2003	0,0756	0,0756	0,0263	0,0263
3º Trimestre 2003 ⁽¹⁾	09/30/2003	0,1133	0,1133	0,0388	0,0388
4º Trimestre 2003 ⁽¹⁾	12/30/2003	0,2267	0,2267	0,0785	0,0785
1º Trimestre 2004 ⁽¹⁾	03/30/2004	0,1422	0,1422	0,0487	0,0487
2º Trimestre 2004 ⁽²⁾	06/30/2004	0,2889	0,2889	0,0930	0,0930
3º Trimestre 2004 ⁽¹⁾	07/31/2004	0,2044	0,2044	0,0675	0,0675
3º Trimestre 2004	11/03/2004	0,2356	0,2356	0,0832	0,0832
4º Trimestre 2004	02/01/2005	0,4222	0,4222	0,1616	0,1616
1º Trimestre 2005	05/03/2005	0,3000	0,3000	0,1200	0,1200
2º Trimestre 2005	08/03/2005	0,3200	0,3200	0,1382	0,1382
3º Trimestre 2005	11/08/2005	0,3000	0,3000	0,1362	0,1362
4º Trimestre 2005	02/08/2006	0,2800	0,2800	0,1275	0,1275
1º Trimestre 2006	05/03/2006	0,3000	0,3000	0,1449	0,1449

(1) Pagamentos de juros sobre o capital próprio.

(2) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

(3) Desde abril de 2003, os dividendos são pagos por ação (ao invés de lotes de mil ações, como era antes desta data) como resultado do grupamento de cada 1.000 ações detidas em 1 ação, aprovado no mesmo mês.

A Lei 9.249 de dezembro de 1995 determina que a Companhia pode pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos (Veja Item 8. Informações Financeiras – Juros sobre Capital Próprio). Uma companhia brasileira está autorizada a pagar aos seus acionistas (considerando o pagamento como parte do dividendo obrigatório de cada ano fiscal, de acordo com a Lei Brasileira das Sociedades Anônimas) juros sobre capital próprio até o limite da TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia ou 50% do lucro líquido do exercício, dentre os dois, o maior. O pagamento dos juros sobre capital próprio aqui descrito estará sujeito à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. (Veja Item 10: Informações Adicionais – Tributação)

B. CAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

Não exigido.

C. RAZÕES PARA A OFERTA E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Não exigido.

D. FATORES DE RISCO

Riscos associados ao Brasil

As Condições Políticas e Econômicas no Brasil e a Políticas Econômicas do Governo e Outras Políticas Podem Afetar Negativamente a Demanda por Produtos da Companhia, Bem Como sua Receita Líquida e Resultados Financeiros.

A economia brasileira tem sido caracterizada por freqüentes e por vezes extensas intervenções do governo Brasileiro. O governo alterou várias vezes as políticas monetária e tributária e as regulamentações de crédito e de tarifas públicas para interferir no curso da economia brasileira. Suas ações para controlar a inflação e implementar outras políticas incluíram aumentos das taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações da moeda, congelamento de depósitos bancários, controles sobre o capital e restrições às importações.

Os resultados operacionais e as condições financeiras da Companhia podem ser afetados negativamente pelos seguintes fatores e reações do governo:

- Flutuações na taxa de câmbio;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Políticas tributárias;

- Controles cambiais;
- Interrupção do fornecimento ou falta de energia elétrica;
- Liquidez dos mercados internos de crédito e de capital; e
- Outros fatos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto a possíveis mudanças pelo governo brasileiro das políticas e regulamentações que afetam esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade dos mercados de ações no Brasil e dos títulos de emissores brasileiros em mercados de outros países. Esses fatores e outras possíveis alterações na economia brasileira e nas políticas governamentais poderão afetar negativamente a Companhia e seus negócios.

Nos últimos meses, membros do governo, legisladores e membros de partidos políticos, principalmente do partido do presidente, têm sido alvo de uma série de alegações de falta de ética ou de conduta ilegal. Essas acusações, atualmente em investigação no Congresso brasileiro, envolvem violações do financiamento de campanhas e da lei eleitoral, e o favorecimento de membros do Congresso por representantes do governo em troca de apoio político. Vários membros do partido do Presidente e do governo federal, inclusive o seu chefe de gabinete e o ministro da economia, já renunciaram. A Companhia não pode prever os efeitos que essas acusações e investigações poderão ter na economia brasileira e no mercado de títulos de emissores brasileiros.

A Inflação e as Ações do Governo para Combater a Inflação Podem Contribuir de Maneira Importante para a Incerteza Econômica no Brasil e Afetar Negativamente os Negócios da Companhia.

Ao longo de sua história, o Brasil tem experimentado altas taxas de inflação. A inflação, bem como alguns dos esforços do governo para combatê-la, tem tido efeitos negativos significativos na economia brasileira. As taxas de inflação foram de 8,69% em 2003, 12,42% em 2004 e 1,20% in 2005 conforme o Índice Geral de Preços-Mercado, IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação freqüentemente incluem a manutenção de uma política monetária rígida com altas taxas de juros, o que restringe a disponibilidade de crédito e reduz o crescimento econômico. A inflação, as ações para combater a inflação, e a especulação pública sobre possíveis medidas para combatê-la também contribuem de forma importante para a incerteza econômica no Brasil e aumentam a volatilidade dos títulos emitidos no Brasil.

Se o Brasil voltar a ter altos níveis de inflação, a taxa de crescimento da economia brasileira deve se desacelerar, o que levaria a uma queda na demanda pelos produtos da Companhia no Brasil. A inflação poderá também aumentar alguns dos custos e despesas da Companhia que talvez não possam ser repassados aos consumidores, o que poderá reduzir suas margens de lucro e receita líquida. Além disso, uma inflação alta leva a taxas de juros mais altas, e, conseqüentemente, os custos de serviço da dívida em real poderão também aumentar. A inflação pode, também, prejudicar o acesso aos mercados de capitais, o que poderia afetar negativamente a capacidade da Companhia de refinar suas dívidas. Pressões inflacionárias também poderão levar à adoção de políticas governamentais de combate à inflação que poderão afetar negativamente os negócios da Companhia.

Variações Cambiais entre o Dólar Americano e as Diversas Moedas dos Países onde a Gerdau Opera Podem Aumentar o Serviço da Dívida da Companhia em Moeda Estrangeira e Afetar Negativamente seu Desempenho Financeiro Como um Todo.

Os resultados das operações da Companhia sofrem o impacto da variação do dólar americano, da moeda em que a Gerdau divulga suas demonstrações financeiras, e das diversas moedas dos países onde a Gerdau opera.

Por exemplo, a Gerdau Ameristeel divulga os seus resultados em dólares americanos e parte da receita líquida e dos custos operacionais estão em dólares canadenses. Como resultado disso, flutuações na taxa de câmbio entre estas duas moedas podem afetar os resultados operacionais da Companhia. O mesmo ocorre com as unidades com sede fora dos Estados Unidos em relação à taxa de câmbio entre a moeda local e o dólar americano, já que a Companhia divulga sua posição financeira e resultados de operações em dólares americanos.

A valorização do real frente ao dólar americano foi de 18,3% em 2003, 8,1% em 2004 e 11,8% em 2005, mas o real poderá voltar a se depreciar. Em 28 de abril de 2006, a taxa de câmbio entre o dólar americano e o real era de US\$ 1,00 para R\$ 2,092.

A desvalorização do real frente ao dólar americano também poderá levar a novas pressões inflacionárias no Brasil, pois poderá causar uma elevação geral no preço de produtos e serviços importados e exigir que o governo adote medidas recessivas de forma a conter a demanda. Além disso, uma desvalorização do real poderia enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar americano poderá levar a uma deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, e poderá enfraquecer o ritmo de crescimento proporcionado pelas exportações.

As obrigações da dívida contratada pela Companhia em moeda estrangeira totalizavam \$ 2.481,5 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representava 77,2% de seu endividamento consolidado. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possuía \$ 469,3 milhões em disponibilidades de caixa denominados em dólares americanos, e \$479,7 milhões em aplicações financeiras de curto prazo em dólares americanos. Uma desvalorização do real frente ao dólar americano ou outras moedas poderia reduzir a capacidade da Companhia de cumprir com as exigências do serviço de sua dívida em moeda estrangeira, especialmente porque parte significativa de seu faturamento líquido é expressa em reais.

As receitas de exportação e as margens também são afetadas pela variação do real frente ao dólar americano. Os custos de produção da Companhia são expressos na moeda local, mas as exportações são expressas em dólares americanos. Nos períodos em que a moeda brasileira se valoriza em relação à moeda americana, as receitas financeiras geradas pelas exportações se reduzem quando convertidas para reais. Por outro lado, quando o real se desvaloriza, a conversão é favorável, e a conversão de uma mesma quantidade de dólares resulta em uma quantidade maior de *reais*.

Desenvolvimento de Outros Mercados Emergentes Podem Afetar Negativamente os Resultados das Operações da Companhia.

Desenvolvimento político, econômico, social e outros, em outros países, especialmente em países da América Latina e em países de mercados emergentes, pode ter um efeito negativo no valor de mercado da Companhia. As condições nesses países são em geral consideravelmente diferentes das encontradas no Brasil, mas as reações dos investidores a fatos nesses países podem afetar o mercado de capitais e diminuir o interesse de investidores por títulos de emissores brasileiros. A saída de dólares americanos do Brasil têm sido significativa, e as companhias brasileiras têm encontrado custos mais altos para obter financiamento, tanto no Brasil quanto no exterior, e têm tido dificuldades em acessar os mercados internacionais de capitais. A Companhia não pode garantir que os mercados internacionais de capitais continuarão abertos para as empresas brasileiras, nem que as taxas de juros nesses mercados sejam vantajosas, o que poderá limitar sua capacidade de refinanciamento da dívida.

Riscos Associados à Companhia e ao Setor Siderúrgico

A Demanda por Aço é Cíclica, e uma Redução nos Preços Atuais do Aço no Mercado Mundial Poderá Afetar Negativamente os Resultados Operacionais da Companhia.

A indústria do aço é altamente cíclica tanto no Brasil quanto no exterior. Conseqüentemente, a Companhia fica exposta às alterações de demanda por produtos de aço, o que, por sua vez, causa variações nos preços de seus produtos, principalmente nos produtos para exportação e nos que sofrem a concorrência de produtos importados. Além disso, a indústria siderúrgica brasileira produz bem mais aço do que a economia doméstica pode consumir, e por isso é altamente dependente dos mercados de exportação. A demanda por produtos de aço e, conseqüentemente, as condições financeiras e os resultados operacionais das empresas na indústria siderúrgica, incluindo a nossa Companhia, são geralmente afetadas por variações macroeconômicas na economia mundial e na economia dos países produtores de aço, inclusive por tendências no setor de construção civil e no setor automotivo em geral. Desde 2003, a demanda por produtos de aço em países em desenvolvimento (especialmente a China), a força do euro e o crescimento global generalizado têm contribuído para que se estabeleça um novo patamar de preços altos da Companhia. Entretanto esse novo patamar pode não se manter, especialmente devido à expansão mundial da capacidade instalada. Qualquer diminuição na demanda por aço ou alteração nas exportações por países sem condições de consumir toda sua produção pode ter um efeito negativo nas operações e perspectivas da Companhia.

Aumentos nos Preços e a Redução do Suprimento de Sucata de Aço Podem Afetar Negativamente os Custos de Produção e as Margens Operacionais.

A sucata de aço é o principal insumo metálico nas usinas de forno elétrico (*mini-mills*), responsáveis por 66,9% da produção total de aço bruto em 2005. Embora os preços internacionais da sucata de aço sejam determinados principalmente pelo mercado interno dos Estados Unidos (os Estados Unidos são o principal exportador de sucata), o preço da sucata no mercado brasileiro é determinado apenas pela oferta e demanda no mercado interno. O preço da sucata no Brasil varia de região para região e reflete a demanda e os custos de transporte. Seus lucros e margens poderão ser afetados caso os preços dos produtos siderúrgicos não acompanhem os aumentos de preço da sucata. Um aumento nos preços da sucata ou sua escassez poderá afetar os custos de produção e potencialmente reduzir as margens operacionais.

Aumentos nos preços ou uma redução do fornecimento de minério de ferro e carvão no mercado poderá afetar os custos de produção e as margens operacionais das usinas integradas da Companhia.

Quando os preços das matérias-primas que a Companhia usa para produzir aço em suas unidades integradas aumentam, especialmente o minério de ferro e o carvão coque, os custos de produção de suas unidades integradas também se elevam. A Gerdau usa minério de ferro para produzir ferro-gusa em sua unidade de Ouro Branco e nas unidades Gerdau Barão de Cocais e Gerdau Divinópolis, no Estado de Minas Gerais. O minério de ferro também é utilizado para produzir ferro esponja na Gerdau Usiba, no Estado da Bahia. Essas quatro unidades são responsáveis por 33,0% da produção consolidada de aço bruto.

A unidade de Ouro Branco é a maior usina no Brasil, e seu principal insumo metálico para a produção de aço é o minério de ferro. Essa unidade representa 42,0% da produção total de aço bruto das operações brasileiras da Companhia. Uma escassez de minério de ferro no mercado nacional afetaria negativamente a capacidade de produção de aço nas suas unidades brasileiras, e o aumento dos preços do minério de ferro poderia reduzir as margens de lucro.

Todo o carvão coque consumido em nossas unidades brasileiras é importado devido à baixa qualidade do carvão brasileiro. O carvão coque é o mais importante insumo para produção de energia na unidade de Ouro Branco, e é usado na produção do coque metalúrgico. Apesar dessa usina não ser dependente do suprimento de coque, a retração do suprimento de carvão poderia afetar negativamente a operação integrada nessa unidade, pois a usina de Ouro Branco precisa desse insumo para produzir coque em sua unidade de coqueificação. Todo o carvão usado na unidade de Ouro Branco é importado do Canadá, Estados Unidos e Austrália. Uma escassez desse carvão no mercado internacional afetaria negativamente a capacidade de produção de aço da usina de Ouro Branco, e a elevação de seus preços poderia reduzir as margens de lucro. A Companhia não tem contratos de longo prazo para o suprimento de algumas das matérias primas que utiliza.

As Operações da Companhia são consumidoras intensivas de energia elétrica, e a escassez ou aumento de preços de energia elétrica podem afetar negativamente.

A produção de aço é um processo de consumo intensivo de energia elétrica, principalmente nas aciarias que utilizam fornos elétricos a arco. A energia elétrica é um componente significativo do custo dessas unidades, da mesma forma que, em menor escala, o gás natural. A energia elétrica não pode ser substituída nas aciarias, e o seu racionamento ou interrupção de fornecimento, como ocorreu no Brasil em 2001, poderia afetar negativamente a produção dessas unidades.

O gás natural é usado no reaquecimento dos fornos nas usinas de laminação. No caso de escassez no abastecimento de gás natural, a Companhia poderia, em alguns casos, mudar para o óleo combustível como fonte de energia. Entretanto, essas medidas poderiam aumentar os custos de produção e conseqüentemente reduzir as margens operacionais.

Medidas Restritivas no Comércio de Produtos Siderúrgicos Podem Afetar os Negócios da Companhia, Aumentando o Preço de seus Produtos ou Reduzindo a sua Capacidade de Exportação.

A Companhia é um produtor de aço que fornece seus produtos para o mercado interno brasileiro e para vários mercados no exterior. As exportações da Companhia enfrentam tanto a concorrência de outros produtores de aço quanto restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, sobretaxas, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer alteração desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos, ou

impedir que a Companhia venda para esses mercados. Não há garantia de que os países importadores não imporão cotas, sobretaxas ou tarifas, nem que não aumentarão as taxas de importação.

Produtos mais baratos importados de outros países na América do Norte podem afetar negativamente os negócios da Companhia.

As importações de aço na América do Norte têm causado uma pressão para baixo nos preços do aço nos últimos anos, o que afeta negativamente as vendas e as margens de lucro. A concorrência dos produtores estrangeiros de aço é forte e pode aumentar devido ao aumento de sua capacidade instalada, à desvalorização do dólar americano, e à redução da demanda doméstica por aço em outros mercados. Esses fatores aumentam as exportações de aço para a América do Norte a preços mais baixos. No passado, o governo dos Estados Unidos adotou medidas protecionistas temporárias para regular a importação de aço através do estabelecimento de cotas e tarifas. Ações protecionistas podem não ser adotadas novamente e, apesar dos esforços para regular o comércio, importações com preços injustos poderão entrar nos mercados da América do Norte, resultando em pressões nos preços que poderão afetar negativamente os negócios da Companhia.

Custos relacionados ao cumprimento da legislação ambiental podem aumentar caso os requerimentos tornem-se mais rígidos. Tal aumento de custos poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As unidades industriais da Companhia devem satisfazer uma série de leis e regulamentos ambientais e de operação de usinas nos âmbitos federal, estadual e municipal, em todos os países onde operam. Esses regulamentos dispõem sobre emissões de gases, resíduos e efluentes, bem como sobre o manejo e destinação de resíduos sólidos perigosos. O não cumprimento dessas leis e regulamentos poderá resultar em sanções civis ou criminais, ou ordens de fechamento, e sob várias circunstâncias será exigida a limpeza da contaminação associada com o histórico das operações. Se as leis vigentes ou a legislação futura tornarem-se mais rígidas, os gastos com ativos fixos e os custos para cumprimento da legislação poderão crescer e afetar negativamente a condição financeira da Companhia. Além disso, futuras novas aquisições podem sujeitar a Companhia a gastos e custos adicionais para o cumprimento da legislação.

A Companhia Poderá Não Conseguir Integrar com Sucesso seus Negócios, Administração, Operações ou Produtos, ou Poderá Não Conseguir Concretizar Nenhum dos Benefícios Antecipados nas Futuras Aquisições.

Durante os últimos anos, a Companhia expandiu suas operações através de aquisições importantes, tais como a aquisição da Ameristeel em 1999, a participação na Açominas, a união de ativos com a Co-Steel no final de 2002, a aquisição dos ativos da North Star em 2004, e, mais recentemente, a aquisição de unidades na Colômbia, a compra adicional de ações na Sipar, e uma participação estratégica na Corporación Sidenor (Espanha). A integração futura de negócios e oportunidades originadas nas unidades adquiridas pela Gerdau pode envolver riscos. Para futuras aquisições, a Gerdau talvez não consiga integrar com sucesso negócios, administração, operações, produtos e serviços com suas atuais operações. O possível desvio da atenção da administração dos negócios já existentes e possíveis problemas associados à integração das operações poderão ter um impacto sobre as receitas e resultados das operações. A integração das futuras aquisições poderá resultar em despesas adicionais que poderão reduzir a lucratividade. A Gerdau poderá não ter sucesso na administração desses riscos ou de outros problemas associados com as futuras aquisições. Poderá, também, não ter sucesso na integração dos negócios, administração, operações ou produtos, ou poderá não conseguir concretizar os benefícios antecipados nas futuras aquisições.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

A Gerdau S.A. é uma empresa brasileira (Sociedade Anônima) fundada em 11 de novembro de 1961. Sua sede executiva localiza-se na Av. Farrapos, 1811, Porto Alegre, RS, Brasil, telefone +55 (51) 3323 2000.

A Gerdau iniciou suas operações em 1901, com a fábrica de pregos Pontas de Paris, localizada em Porto Alegre, Brasil. Em 1969, o nome da Companhia foi alterado para “Metalúrgica Gerdau S.A.”, empresa que é hoje a *holding* que controla a Gerdau S.A. Em 105 anos de atividade, o Grupo Gerdau contribuiu de forma fundamental para a história da indústria brasileira.

Eventos importantes no desenvolvimento do negócio da Companhia

Com o objetivo de suprir a escassez de matéria-prima logo após a II Guerra Mundial, a Gerdau adquiriu a Siderúrgica Riograndense S.A. (“*Riograndense*”), uma produtora de aço também localizada em Porto Alegre. Em fevereiro de 1948, a Gerdau iniciou suas operações siderúrgicas, antecipando o consagrado modelo tecnológico de *mini-mill*, caracterizado pela produção de aço em fornos elétricos a arco e utilizando sucata como principal matéria-prima. A Companhia também adotou uma estratégia de comercialização regional para garantir custos operacionais mais competitivos. O crescimento do mercado acabou impulsionando a instalação, em 1957, de uma segunda unidade da Riograndense, na cidade de Sapucaia do Sul (Estado do Rio Grande do Sul), consolidando a vocação siderúrgica do Grupo. Em 1962, o crescimento consistente da produção de pregos levou à construção de uma fábrica mais moderna e com maior capacidade na Cidade de Passo Fundo (Estado do Rio Grande do Sul). Embora esta unidade não opere mais, a Gerdau ainda produz pregos em determinadas unidades e, atualmente, acredita ser a maior produtora mundial de pregos, com mais de 1.000 itens à disposição do consumidor em 100 mil pontos de vendas.

Em 1967, a rota de expansão da Companhia chegou a São Paulo, na Região Sudeste do Brasil, com a compra da Fábrica de Arames São Judas Tadeu, produtora de pregos e arames. Posteriormente, a Companhia teve a sua razão social alterada para “Comercial Gerdau”, passando a ser o segmento de distribuição de produtos siderúrgicos da Companhia no Brasil. Hoje possui 74 filiais e 6 centros de serviços para aços planos localizados estrategicamente por todo o território nacional.

Em junho de 1969, a Gerdau expandiu-se em direção ao nordeste do país com o início da produção de aço no Estado de Pernambuco, por meio da Siderúrgica Açonorte. Em 1971, foi iniciada a construção da usina Cosigua, no Rio de Janeiro, inicialmente sob a forma de uma *joint venture* com o grupo alemão *August Thyssen Huetten*. Oito anos depois, a Gerdau tornou-se a acionista majoritária da Cosigua, hoje a maior *mini-mill* da América Latina. Em dezembro do mesmo ano, a Gerdau assumiu o controle da Siderúrgica Guaira, pioneira na produção de aço no Estado do Paraná. Desde então, através de uma série de aquisições e novas operações, a Gerdau espalhou-se pelo Brasil e possui 11 usinas siderúrgicas no País.

Em 28 de novembro de 2003, a Gerdau S.A. transferiu suas operações controladas direta ou indiretamente no Brasil à Açominas. A denominação da Açominas foi modificada para “Gerdau Açominas S.A.” e a sua sede continuou sendo em Ouro Branco (no Estado de Minas Gerais).

O processo de internacionalização do Grupo teve início em 1980 com a aquisição da Gerdau Laisa, no Uruguai e, continuou em 1989, com a aquisição da companhia canadense Gerdau Ameristeel Cambridge, localizada em Cambridge, Ontário. Em 1992, a Gerdau assumiu o controle da Gerdau AZA, no Chile. Com o passar dos anos, a Gerdau ampliou sua participação no mercado internacional através da aquisição de uma participação minoritária em unidades na Argentina e, especialmente, na América do Norte, com a aquisição do controle acionário da Gerdau Ameristeel MRM Special Sections e da antiga Ameristeel Corp. Em outubro de 2002, a Gerdau uniu seus ativos na América do Norte com os ativos da empresa canadense Co-Steel para criar a Gerdau Ameristeel, atualmente a segunda maior produtora de aços longos na América do Norte. Através de sua subsidiária Gerdau Ameristeel, a Gerdau adquiriu os ativos da North Star Steel em novembro de 2004.

A Gerdau assinou um acordo em setembro de 2005 para a aquisição de 35,98% das ações da Sipar Aceros S.A., uma usina de laminação de aços longos localizada na Província de Santa Fé, Argentina. Essa aquisição, juntamente com os 38,46% já detidos pela Gerdau, somam 74,44% do capital da Sipar Aceros S.A. No final do terceiro trimestre de 2005, a Gerdau concluiu a compra de 57,1% das ações da Diaco S.A, maior produtora de vergalhões na Colômbia. Ambas as aquisições representam a continuidade do processo de internacionalização da Companhia.

Em 10 de janeiro de 2006, a Gerdau concluiu, através de sua subsidiária Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company, a aquisição de 40% do capital social da Corporación Sidenor S.A., a maior produtora de aços especiais e um dos maiores fabricantes de forjados por estampa na Espanha.

Em março de 2006, os ativos de duas unidades industriais foram adquiridos nos Estados Unidos. A primeira foi a Callaway Building Products, em Knoxville, no estado do Tennessee, uma fornecedora de vergalhões cortados e dobrados para a construção civil. A segunda foi a Fargo Iron and Metal Company, localizada em Fargo, no estado de Dakota do Norte, uma unidade de estocagem e processamento de sucata e fornecedora de serviços para indústrias e companhias de construção civil.

Em abril de 2006, a Gerdau assinou um acordo para a aquisição da Sheffield Steel Corporation, em Sand Springs, no estado de Oklahoma, nos Estados Unidos. A Sheffield é uma empresa *mini-mill* que produz aços longos comuns, especificamente vergalhões e barras para a construção civil. A empresa tem uma aciaria e uma laminadora em Sand Springs, no estado de Oklahoma, uma laminadora em Joliet, no estado de Illinois, e três unidades de transformação em Kansas City e Sand Springs.

A Gerdau possui, além das 25 *mini-mills* no Brasil, no exterior e das 4 unidades integradas no Brasil e de uma laminadora na Argentina, 11 centros de serviços de corte e dobra de aço (chamados de Armafer), 6 unidades de transformação, 6 centros de serviços de aços planos, 13 centros de corte e dobra de aço (chamados de Prontofer) e 7 pátios de sucata no Brasil. A Gerdau possui ainda, no Brasil, 3 áreas de extração de minério de ferro, 2 unidades de produção de ferro-gusa sólido e 2 terminais portuários privativos. Na América do Sul, a Gerdau possui 8 unidades de corte e dobra de aço e 2 unidades de transformação (na Colômbia). Na América do Norte, possui 30 unidades de corte e dobra, 13 unidades de transformação e 17 operações de reciclagem de sucata.

Em 1995, a Gerdau iniciou um processo de reestruturação que foi concluído em 1997. Neste processo as 28 empresas do Grupo Gerdau foram incorporadas com as seis companhias de capital aberto transformando-se em duas empresas, a Gerdau S.A. e a Metalúrgica Gerdau S.A., o que resultou em uma melhor estrutura de governança corporativa e uma maior transparência com os investidores.

Em novembro de 2003, a integração, no Brasil, das atividades operacionais da Gerdau S.A. e da Aço Minas Gerais S.A. – Açominas, resultaram na formação da Gerdau Açominas S.A. No dia 3 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. aprovou a proposta que levou a Administração da Companhia a implantar medidas para a reorganização societária das empresas do Grupo Gerdau no Brasil e em outros países da América do Sul. Essa reorganização dá continuidade ao programa iniciado há dois anos

No dia 29 de dezembro de 2004, foi dado o primeiro passo desse processo com o aporte de capital à *holding* Gerdau Participações S.A. através da transferência das ações da Gerdau Açominas S.A. e de 22% das quotas da Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., detidas pela Gerdau S.A.

Para completar a seqüência de operações de reestruturação corporativa, os acionistas da Gerdau Açominas aprovaram, em 29 de julho de 2005, o desdobramento dos ativos líquidos da Gerdau Açominas para as seguintes empresas: Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. Essas empresas atuam na produção de aços longos comuns e especiais, e na venda de produtos de aço em geral, respectivamente. O negócio principal da sede da Gerdau Açominas S.A., em Ouro Branco, Minas Gerais, continua sendo a produção de placas, blocos e tarugos para exportação. Foi criada, também, a Gerdau América do Sul Participações S.A. para controlar os investimentos nas outras operações na América do Sul (exceto Brasil).

Os acionistas das empresas listadas em bolsas no Brasil e no exterior não foram afetados pela reorganização realizada em julho de 2005, e mantêm suas posições correntes nas respectivas empresas, com todos os seus direitos preservados.

A Gerdau S.A. está listada em bolsa no Brasil desde 1980 e, a partir de março de 1999, listou seus ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Em junho de 2001, a Gerdau passou a fazer parte do Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Em dezembro de 2002, foi listada também no Latibex, seção da Bolsa de Madri destinado a empresas latino-americanas cotadas em euros. A Gerdau Ameristeel está listada na Bolsa de Valores de Toronto, no Canadá, e, mais recentemente, começou a negociar também na Bolsa de Valores de Nova York.

Desde sua fundação em 1901, a Gerdau têm crescido constantemente, e em 2005 tornou-se a 14ª maior produtora de aço do mundo, de acordo com o *International Iron and Steel Institute (IISI)*, empresa brasileira melhor posicionada no ranking.

Programa de Investimentos 2003-2005

2003 – TOTAL DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS: \$ 312,5 MILHÕES

Foram iniciados novos programas de atualização tecnológica, visando a atender futuros crescimentos na demanda doméstica, especialmente na Gerdau Riograndense, Gerdau Aços Finos Piratini (doravante Gerdau Aços Especiais Piratini) e Gerdau Usiba.

Em Janeiro de 2003, a Gerdau adquiriu uma participação adicional na Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), de \$ 5,7 milhões, aumentando sua participação total para 51,8% do capital desta companhia.

Modernização e atualização das unidades industriais

Brasil

A usina de Ouro Branco, além do laminador de fio-máquina, também investiu na produção de aços de alta qualidade: a planta KR, que reduz os níveis de enxofre no ferro-gusa, atingiu capacidade total em 2003, agregando ganhos de qualidade e reduzindo custos. A companhia implementou o projeto de desfosforação, que visa a reduzir o nível de fósforo nos produtos siderúrgicos. Na laminação primária da usina de Ouro Branco, está em fase de conclusão uma nova linha de inspeção para garantir a qualidade da superfície dos tarugos. Os investimentos na usina de Ouro Branco totalizaram \$ 80 milhões em 2003.

Outros investimentos nas unidades brasileiras, no montante de \$ 151,9 milhões, incluíram a conclusão da modernização da laminação de barras médias e pesadas e da aciaria na Gerdau Aços Especiais Piratini e melhorias na Cosigua, assim como a construção de um novo alto-forno na Gerdau Divinópolis.

América do Sul (exceto Brasil)

Na unidade de Renca da subsidiária Chilena, a automação de processos industriais foi estendida para a área de acabamento de perfis. Adicionalmente, o novo pavilhão de estoque e carregamento otimizou as entregas de produtos durante 2003. A pavimentação do pátio de sucata na unidade Colina melhorou significativamente a operação de caminhões e equipamentos, reduzindo o tempo de descarregamento de matéria-prima. As condições de estocagem de vergalhões também foram melhoradas para ajudar a manter a qualidade do produto, reduzir custos e aumentar a velocidade de carregamento. Os investimentos nas subsidiárias do Chile e Uruguai totalizaram \$ 6,9 milhões.

Canadá e Estados Unidos

Os investimentos nas subsidiárias norte americanas da Gerdau totalizaram \$ 55,2 milhões, em 2003. Os investimentos mais significativos na América do Norte foram a nova área de estocagem na usina de Cartersville, atualizações nos sistemas de controle elétrico na laminação das unidades de Charlotte e Knoxville, melhorias na aciaria da usina de Jackson e o novo sistema de controle de poluição na usina de Cambridge.

2004 – TOTAL DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS: \$ 756,7 MILHÕES

Em 2004, a Gerdau investiu \$ 756,7 milhões em aquisições de novos ativos, no aumento da capacidade de produção e em atualização tecnológica das unidades no Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos e Uruguai. Os principais investimentos no ano estão descritos abaixo.

Brasil

Foram investidos \$ 329,0 milhões em ativos no ano de 2004. Um dos mais importantes investimentos, no valor de \$ 77,9 milhões, foi a construção da aciaria da usina em São Paulo, que foi inaugurada em março de 2006, bem como outras melhorias nesta nova unidade. Outro importante investimento, realizado no ano, foi de \$ 100,2 milhões na usina de Ouro Branco, que incluía atualização tecnológica e aumento de 1,5 milhões de toneladas de aço líquido na capacidade instalada, a partir de 2007. O restante refere-se a melhorias menores e atualização tecnológica em outras unidades no país.

América do Sul (exceto Brasil)

No ano de 2004, as unidades da América do Sul investiram \$ 10,3 milhões, comparados aos \$ 6,9 milhões investidos em 2003.

Canadá e Estados Unidos

Em 2004, a Gerdau Ameristeel destinou \$82,1 milhões aos investimentos em ativos, comparados aos \$55,2 milhões investidos em 2003. Os principais projetos em 2004 incluíram as seguintes melhorias: nos lingotamentos (\$10,0 milhões), nos controles das usinas (\$5,5 milhões), nos pavilhões de estocagem e embalagem (\$16,0 milhões), na subestação (\$3,5 milhões), no forno de reaquecimento (\$10,0 milhões) e no sistema de informática (\$4,0 milhões).

2005 – TOTAL DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS: \$776,8 MILHÕES

Em 2005, a Gerdau investiu \$776,8 milhões em aquisições de novos ativos, no aumento da capacidade de produção e em atualização tecnológica das unidades na Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos e Uruguai. Os principais investimentos no ano estão descritos abaixo.

Brasil

Os investimentos nas unidades brasileiras somaram \$527,8 milhões em 2005. Desse valor, \$91,2 milhões foram utilizados para a conclusão da aciaria em São Paulo, que começou a operar em dezembro de 2005, e para outras melhorias na mesma unidade. Na usina de Ouro Branco, \$227,0 milhões foram investidos no último ano, principalmente no aumento da capacidade instalada em 1,5 milhões de toneladas de aço líquido a partir de 2007, e para atualizações tecnológicas. Na Cosigua foram investidos \$48,0 milhões em modernização de equipamentos, entre outras melhorias. O restante do valor foi investido em melhorias e atualizações tecnológicas em outras unidades no país.

América do Sul (exceto Brasil)

Os investimentos em ativos fixos nas unidades da América do Sul somaram \$63,4 milhões em 2005, contra \$10,3 milhões em 2004. A Companhia investiu \$13,0 milhões na aquisição da Diaco e Sidelpa, na Colômbia, e \$16,7 milhões na aquisição de uma participação adicional na Sipar, Argentina.

Canadá e Estados Unidos

A Gerdau Ameristeel investiu \$185,5 milhões em projetos e aquisições em 2005, contra \$82,1 milhões em 2004. Os principais projetos em 2005 incluíram melhorias nos pavilhões de estocagem da unidade de Whitby, Ontário (\$10,8 milhões), um novo forno de reaquecimento na unidade de Sayreville, New Jersey (\$10,0 milhões), e a compra de *shredders* (fragmentadoras de sucata) para as unidades de Jacksonville, Florida (\$5,0 milhões) e Jackson, Tennessee (\$6,1 milhões).

Informações complementares sobre os investimentos estão disponíveis nos seguintes tópicos: “Principais Investimentos em Ativo Fixo Atualmente em Progresso” e “Aquisições”.

Principais Investimentos em Ativo Fixo Atualmente em Progresso

Atualização tecnológica da usina de Ouro Branco

Em setembro de 2004, a Gerdau Açominas anunciou um programa de atualização tecnológica da usina de Ouro Branco, localizada no Estado de Minas Gerais. Esta modernização faz parte do projeto de expansão da planta, cuja capacidade será elevada de 3 para 6 milhões de toneladas, em duas etapas. Na primeira etapa, que já está em andamento, serão investidos, aproximadamente, \$1,3 bilhão para o aumento da capacidade instalada anual de 3 para 4,5 milhões de toneladas de aço líquido, com a instalação de um novo alto-forno, com capacidade anual de 1,5 milhões de toneladas. Além do novo alto-forno, também foram um Lingotamento Contínuo de Blocos, um Sistema de Desfosforação, dentre outras melhorias que serão realizadas no processo produtivo.

Parte do projeto, \$240,0 milhões, será financiada pelo Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), agência de crédito japonesa ligada ao governo daquele país, que cobrirá 97,5% do risco político e 95% do risco comercial.

Em 24 de março de 2006, a Gerdau Açominas assinou um contrato de financiamento em ienes no valor equivalente a \$267,0 milhões de dólares com o Citibank, N.A., através de sua filial em Tóquio. Esse empréstimo a prazo tem cobertura de riscos políticos e comerciais da Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), e é garantido pela Gerdau S.A. Os valores se destinam a cobrir parte do plano de expansão da capacidade de produção da Gerdau Açominas até 2007.

Em 14 de outubro de 2005, a Gerdau Açominas assinou um contrato de financiamento ao importador (“*buyer’s credit*”) no valor de \$201,0 milhões, com cobertura de riscos da China Export & Credit Insurance Corporation (Sinasure). O financiamento foi obtido junto aos bancos BNP Paribas e Industrial and Commercial Bank of China - ICBC para financiar 85% dos contratos comerciais assinados entre a Gerdau Açominas e a empresas fornecedoras de equipamentos. Associado ao financiamento do Sinasure, um financiamento comercial de \$50 milhões foi acertado entre a Gerdau Açominas e o BNP Paribas em 15 de junho de 2005 para financiar os restantes 15% do valor dos contratos comerciais e 100% do valor do prêmio do seguro pago à Sinasure.

Outros recursos ainda não foram contratados, mas a Gerdau espera que estes recursos sejam distribuídos entre a geração de caixa e outros instrumentos financeiros que estão sendo avaliados.

Laminadora em São Paulo

Uma laminadora com capacidade anual de 600.000 toneladas está sendo construída na unidade Gerdau Araçariguama, no estado de São Paulo. A Companhia investirá \$68 milhões nesse projeto até o fim do terceiro trimestre de 2006. Aproximadamente um terço do valor investido será financiado com caixa próprio da Companhia, um terço por instituições financeiras brasileiras, e um terço por instituições financeiras estrangeiras.

Ampliação da capacidade instalada da Gerdau Cosigua

Até o final de 2007, a Gerdau investirá \$164,0 milhões na expansão da sua usina Gerdau Cosigua, no Estado do Rio de Janeiro. A Gerdau Cosigua terá sua capacidade instalada de aço bruto ampliada de 1,4 milhão de toneladas para 2,2 milhões de toneladas anuais e a de laminados de 1,3 milhão de toneladas para 2,0 milhões de toneladas. Com este investimento, a usina Gerdau Cosigua ampliará o atendimento à indústria metal-mecânica, à construção civil e à agropecuária.

Aumento de capacidade na unidade de Jacksonville

Em 2005, a Companhia, através de sua subsidiária Gerdau Ameristeel, aprovou a construção de uma nova aciaria que aumentará a capacidade de produção anual de aço bruto de 581.000 para 901.000 toneladas, e trará melhorias operacionais ao processo de produção do aço. A Gerdau investirá \$133,0 milhões nesse projeto até o fim de 2008.

Aquisições em 2005

Diaco S.A. e Siderúrgica Del Pacífico S.A. – Sidelpa

Em 23 de dezembro de 2004, a Gerdau formalizou um acordo com o Grupo Mayaguez e a Latin American Enterprise Steel Holding (LAESH), acionistas majoritários da Diaco S.A. (“Diacó”) e da Siderúrgica del Pacífico S.A. (“Sidelpa”) para a aquisição de suas participações na Diaco e na Sidelpa. Diaco é a maior produtora de aço e vergalhões da Colômbia, e Sidelpa é a única produtora de aços especiais naquele país.

O fechamento do negócio estava sujeito a várias condições prévias. Ao assinar o acordo, a Companhia fez um depósito de \$68,5 milhões em favor de *trustes* criados para essa transação. A Gerdau também tem o compromisso de adquirir ações adicionais da Diaco em um período não superior a 8 anos.

Durante setembro de 2005, as condições prévias para a aquisição da Diaco foram cumpridas, inclusive a conclusão de uma oferta pública da Diaco no mercado colombiano para adquirir ações de acionistas minoritários e a

retirada da Diaco da bolsa de valores da Colômbia. Em 30 de setembro de 2005, a Companhia concluiu todos os passos necessários, e assumiu o controle da Diaco com 57,1% do capital total e com direito a voto. Como consequência, as ações da Diaco foram transferidas do *truste* para a Companhia, e o valor de \$49,2 milhões foi transferido do *truste* para os acionistas vendedores ao mesmo tempo em que um valor adicional de \$6,8 milhões lhes foi pago pela Companhia.

Em 19 de novembro de 2005, a Companhia cumpriu todas as condições prévias para a aquisição de 97,01% de participação na Sidelpa, e assumiu o controle dessa empresa. A Sidelpa, localizada na cidade de Cali, é a única empresa produtora de aços especiais na Colômbia. Como resultado dessa transação, o valor de \$4,4 milhões foi transferido dos *trustes* para os proprietários da Sidelpa, e um valor adicional de \$6,2 milhões lhes foi pago em espécie.

Como parte do negócio, a Gerdau deverá adquirir uma participação adicional de 40,27% na Diaco em 2013, mas tem a opção de antecipar essa obrigação através da aquisição de 50% em março de 2008, e os outros 50% em março de 2009. Os acionistas vendedores poderão optar por receber o pagamento dessa aquisição adicional em espécie ou em ações da Gerdau. Os termos do acordo estabelecem uma fórmula para determinar o preço de aquisição, com base em um valor mínimo mais juros do período de dezembro de 2004 até a data da compra e um valor adicional calculado com base nas alterações do patrimônio líquido da Diaco.

Sipar Aceros S.A. - Sipar

Em 15 de setembro de 2005, a Companhia assinou um acordo para adquirir uma participação adicional de 35,98% na Sipar Aceros S.A. (“Sipar Aceros”), uma laminadora localizada em Santa Fé, Argentina, na qual a Companhia já tinha uma participação de 38,46%. Foram pagos \$16,7 milhões em 15 de setembro de 2005, e um valor adicional de \$23,9 milhões será pago sem juros nos próximos 3 anos. O valor total dessa compra é \$37,3 milhões, considerando a porção financiada do preço de compra ajustada ao valor de mercado.

Após essa aquisição, a Companhia passou a controlar a empresa com 74,4% de seu capital social, e a Sipar Aceros foi consolidada em 15 de setembro de 2005. Antes dessa data, este investimento era contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Dois grupos de acionistas que venderam ações da Sipar Aceros têm opção de vender ações adicionais da Gerdau Sipar Inversiones S.A. (a empresa controladora da Sipar Aceros) para a Companhia a um valor fixo até setembro de 2007. Um dos dois grupos tem a opção de escolher a forma de receber o pagamento dessa aquisição adicional: em espécie ou em ações da Gerdau. Para o pagamento ao outro grupo, essa opção é da Gerdau.

Informações completas referentes às aquisições durante 2005 são apresentadas no Item 18. Demonstrações Financeiras – Nota 4.

B. PANORAMA DO NEGÓCIO

Panorama

A estratégia da Gerdau está focada na produção descentralizada de aços longos através de fornos elétricos a arco EAF (*electric arc furnace*) em *mini-mills* e alto-forno de usinas integradas, empregando a tecnologia de lingotamento contínuo em ambos processos. A usina de Ouro Branco também utiliza a tecnologia de lingotamento convencional. As plantas são dimensionadas e localizadas de forma a atender aos mercados locais e permitir o acesso eficiente aos clientes. Esta estratégia é baseada na dimensão geográfica dos territórios do Brasil e dos Estados Unidos, que têm implicações em termos de transporte e altos custos de frete. Dessa forma, a Gerdau está habilitada a atender seus clientes e a adquirir matérias-primas localmente. Entre os anos de 1970 e 1990, a Gerdau concentrou-se em aumentar sua participação no mercado brasileiro através do aumento da capacidade instalada e de aquisições de usinas já em funcionamento, buscando usinas com problemas de administração nas quais a contribuição principal seria de gerenciamento, e não de capital. Hoje, as operações da Gerdau no Brasil detêm a terceira maior produção brasileira de aço bruto, de acordo com informações do IBS (Instituto Brasileiro de Siderurgia).

No exterior, principalmente na América do Norte, a Gerdau Ameristeel ampliou sua participação no mercado via aquisições de usinas que, assim como as brasileiras, necessitavam mais de ajustes administrativos do que de capital. Ao longo dos anos, a Gerdau aumentou progressivamente sua participação no mercado norte-americano. Hoje, é a

segunda maior produtora de aços longos na América do Norte, com capacidade instalada anual de 7,6 milhões de toneladas de aço bruto e 6,9 milhões de toneladas de produtos laminados, de acordo com estatísticas da Companhia. Na América do Norte, as unidades industriais da Gerdau estão geograficamente distribuídas para atender aos mercados locais da costa leste dos Estados Unidos, e regiões leste e central do Canadá. Após a aquisição dos ativos da North Star, concluída em novembro de 2004, a Gerdau Ameristeel passou a ter 14 unidades de aços longos e 1 participação estratégica de 50% na Gallatin.

A Gerdau também possui unidades na Argentina (laminação), Chile, Colômbia e Uruguai. Combinadas, essas unidades têm uma capacidade instalada anual de 1,0 milhão de toneladas de aço bruto. Apesar de não serem muito relevantes, em termos consolidados, estas unidades são muito lucrativas e operam com altos níveis de eficiência.

Em 14 de novembro de 2005, a Companhia assinou um acordo para adquirir 40% da Corporación Sidenor S.A., uma produtora de aço espanhola e com operações na Espanha e no Brasil. A operação foi concluída em janeiro de 2006 com a transferência das ações da Sidenor para a Companhia e com o pagamento de 165,8 milhões de euros. Esta nova participação acionária representa um significativo investimento no segmento da indústria onde a Gerdau tem consolidada experiência e possibilita a sua entrada no estratégico mercado da União Européia. Além disso, esta participação permite à Empresa a abertura de um importante canal junto aos grandes produtores automobilísticos internacionais, assim como o acesso ao *know how* de produção e de gestão administrativa e industrial de um dos maiores fornecedores desse setor no mundo, em perfeita consonância com o plano de longo prazo de crescimento e globalização da Empresa.

Lista de Produtos

A Gerdau produz produtos de aço em todas suas unidades no Brasil, América do Norte e América do Sul (exceto Brasil). Abaixo apresentamos a lista de nossos produtos:

Região	Produto
Brasil	Arame e poste para cerca elétrica
	Blocos
	Arame claro
	Arame e cordoalha de aço para culturas aéreas
	Cordoalha galvanizada
	Piatina
	Perfil T nervurado
	Mourão de aço
	Perfis estruturais
	Tribar
	Alambrado
	Telas para tubo
	Arame e postes para cercas eletrificadas
	Arame e cordoalha para produtos agrícolas
	Cordoalha para currais
América do Norte	Corpos moedores
	Lâminas de motoniveladoras
	Trilhos leves
	Vigas I superleves
América do Sul	Perfil estrela
Brasil / América do Norte	Estribos
	Guias para elevadores
	Chapas
Brasil / América do Sul	Armadura
	Arame farpado
	Arame galvanizado
	Arame ovalado

	Arame para solda
	Arame temperado
	Barras forjadas redondas e quadradas
	Barras trefiladas quadradas, redondas e sextavadas
	Cerca elétrica
	Colunas e malhas Pop
	Grampos
	Parafusos
	Pregos para construção civil
	Pregos para embalagens
	Pregos para indústria naval
	Pregos para marcenaria
	Tarugo
	Telas especiais
	Arame Recozido
	Vergalhões CA-25, CA-60 e GG-50
	Vergalhão EXP
Brasil / América do Norte / América do Sul	Barra chata, quadrada e redonda
	Cantoneiras
	Fio máquina
	Perfil I, T e U
	Vergalhão

Principais Mercados nos quais a Companhia compete

Os três principais mercados em que a Gerdau opera são: (i) construção civil, com a venda de vergalhões, barras e perfis, pregos e telas; (ii) indústria, com produtos destinados ao setor de máquinas e implementos agrícolas, ferramentas e outros produtos industriais e (iii) outros mercados, que fornecem arames e postes para a agricultura, assim como projetos de reflorestamento. Na América do Norte, a Gerdau Ameristeel MRM Special Sections também atende aos seus clientes com produtos de seções especiais, incluindo guias de elevadores e vigas superleves. A Gerdau oferece aos seus clientes produtos de maior valor agregado através de seus 49 centros de corte e dobra de aço (11 centros Armafer no Brasil, 8 na América do Sul e 30 unidades de corte de dobra na América do Norte) e seis centros de serviço para aços planos no Brasil.

Sazonalidade do principal negócio da Companhia

As vendas da Companhia não estão sujeitas a variações sazonais significativas. Seu desempenho é mais dependente do desenvolvimento de segmentos que contribuem diretamente para o Produto Interno Bruto nos países onde a Gerdau opera. No Brasil, as vendas do segundo e do terceiro trimestres tendem a ser mais fortes do que nos outros dois trimestres do ano. Na América do Norte, a demanda é influenciada pelo inverno, quando o aumento no consumo de energia elétrica e de outras fontes de aquecimento (por exemplo gás natural) pode intensificar-se com as condições adversas do tempo, fazendo com que haja aumento dos custos, menor atividade no setor de construção civil, causando uma redução da receita de vendas da Companhia.

Fontes e Disponibilidade

O processo produtivo da Gerdau baseia-se principalmente no conceito de *mini-mills*, equipadas com fornos elétricos a arco que produzem aço a partir da sucata de ferro e conforme as especificações do material a ser produzido. O principal insumo utilizado neste processo é a sucata e uma mistura de ferro-gusa e sucata utilizada nas usinas no Brasil. Esta proporção da mistura de sucata e ferro-gusa pode variar, dependendo dos preços e disponibilidade local, entre 60%-40% a 90%-10%, para otimizar os custos com matéria-prima.

O principal insumo metálico usado pelas usinas da Companhia nos Estados Unidos é a sucata. No caso dos preços da sucata excederem níveis aceitáveis, como ocorreu em 2004, estas usinas necessitam buscar fontes alternativas de matéria-prima. Isto inclui o ferro-gusa fornecido pela Margusa, uma produtora de ferro-gusa adquirida pela Gerdau,

localizada no nordeste brasileiro, perto do litoral e do porto marítimo, com capacidade instalada anual de 210 mil toneladas. A Gerdau utiliza a produção da Margusa para suprir suas plantas no nordeste brasileiro, embora uma pequena quantidade seja exportada para algumas plantas da Gerdau Ameristeel, nos Estados Unidos.

As usinas no Brasil utilizam sucata e ferro-gusa comprados de fornecedores locais. A Companhia acredita que essa estratégia minimize os custos de transporte. A Gerdau acredita ser o maior comprador de sucata no Brasil, com uma rede de mais de 2.500 fornecedores de sucata que entregam a carga no pátio das suas usinas brasileiras. O ferro-gusa usado no processo de produção de aço é produzido na Gerdau Contagem, no estado de Minas Gerais, e na Margusa, no estado do Maranhão. Parte do ferro-gusa usado nas unidades da Gerdau é fornecida por outras empresas. Em 2005, as usinas *mini-mill* da Gerdau Brasil produziram 39% de suas necessidades de ferro-gusa.

Devido à natureza das matérias-primas utilizadas em seus processos, a Gerdau não tem contratos de fornecimento de longo prazo para a operação de suas *mini-mills* no Brasil. As *mini-mills* adquirem a sucata conforme a demanda, utilizando, principalmente, a sucata de obsolescência. Os preços da sucata e de outras matérias-primas não sofrem o impacto direto da variação cambial, pois são compradas em reais.

Devido à escala de seus negócios, a usina de Ouro Branco adota uma estratégia de estabelecimento de contratos a longo prazo para a aquisição de suas matérias primas de forma a garantir o fornecimento. Os principais insumos desta unidade incluem: (i) carvão mineral, importado do Canadá, Austrália e Estados Unidos; (ii) ligas metálicas, sendo 100% comprado no mercado doméstico; e (iii) minério de ferro, que é comprado tanto de grandes mineradoras quanto de pequenos e médios fornecedores, estrategicamente localizados próximos à usina. Esses 3 itens foram responsáveis por mais de 45% de todas as compras da Gerdau Açominas em 2005.

As unidades da América do Sul (exceto Brasil) não têm contratos de longo prazo com seus fornecedores, e ficam expostas às flutuações do mercado. Há aproximadamente 250 fornecedores de sucata no Chile, mais de 190 no Uruguai e 3.455 na Colômbia.

A Gerdau Ameristeel tem, consistentemente, obtido suprimento de matérias-primas adequado e não depende de nenhum fornecedor em particular. A Gerdau Ameristeel acredita que existam fornecedores alternativos disponíveis no mercado, caso haja a necessidade de substituir algum.

Insumos Metálicos

A principal matéria-prima metálica da Gerdau é a sucata utilizada nos seus fornos elétricos a arco. Também são importantes, o ferro-gusa, o minério de ferro (utilizado nos altos-fornos e na planta de redução direta) e as ligas metálicas. As usinas brasileiras normalmente utilizam uma mistura de sucata e gusa devido ao rendimento mais baixo da sucata de aço no Brasil. As *mini-mills* na América do Norte usam principalmente sucata.

Embora internacionalmente os preços da sucata de aço sejam determinados pelo mercado interno dos Estados Unidos (principal exportador de sucata), no mercado brasileiro o preço da sucata difere de região para região, sendo determinado pela demanda e pelos custos de frete. A Gerdau é o maior consumidor de sucata de aço no Brasil suprindo-se com mais de 2.500 fornecedores.

Sucata

Existem duas classificações de sucata: (i) obsolescência, ou seja, produtos de aço de procedência variada, desde latas de cerveja até pedaços de carros e produtos da linha branca; e (ii) industrial, ou seja, resíduos de estamparias, forjarias e até mesmo resíduos da produção das próprias usinas. A Gerdau utiliza, principalmente, a sucata de obsolescência no Brasil, enquanto que as plantas da América do Norte utilizam, essencialmente, sucata industrial.

No Brasil, a maior parte da sucata consumida pela Gerdau é comprada no Estado de São Paulo, e o restante é obtido nas regiões onde as usinas da Companhia estão localizadas. A sucata de obsolescência é entregue nas usinas pelos sucateiros. Nas regiões onde não existem unidades industriais, a Companhia possui pátios de sucata onde o produto é coletado e compactado para transporte através de serviços terceirizados. O preço da sucata no Brasil varia de região para região, dependendo do fornecimento e demanda, e dos custos de transporte. Mensalmente, com base nas condições do mercado, o diretor de compras da Companhia estipula os valores máximos a serem pagos conforme o tipo de sucata e a região. Devido ao alto número de consumidores e, por consequência, à grande competitividade entre eles, o preço da sucata é mais alto na região sudeste, a região mais industrializada do Brasil. No entanto, graças à

diversificação geográfica das unidades brasileiras, a Gerdau se beneficia dos preços mais baixos em outras regiões, sem custos adicionais elevados de transporte.

A Gerdau Metálicos é a divisão responsável pela coleta e suprimento de sucata para as unidades industriais e é líder de reciclagem na América Latina. Isso resulta em ganhos expressivos na otimização dos processos, na redução do consumo de energia, no aumento de produtividade e na obtenção de custos operacionais cada vez mais competitivos. Vale lembrar que uma tonelada de aço produzida com sucata consome apenas um terço da energia que é utilizada para gerar uma tonelada de aço a partir de minério de ferro. A Gerdau Metálicos compra sucata diretamente de indústrias de todo o território nacional, por meio de uma rede de mais de 2.500 fornecedores, gerando milhares de empregos. A Gerdau Metálicos também possui depósitos (pontos de recolhimento) em pontos estratégicos do país. Além disso, utiliza uma série de prensas móveis que percorrem o País, preparando a sucata para o transporte até as usinas. Todas as unidades industriais da Gerdau Metálicos possuem centros de reciclagem com equipamentos de avançada tecnologia que utilizam prensas e tesouras fixas e móveis. A Companhia também conta com dois *shredders* – um deles é o mega *shredder* instalado na Gerdau Cosigua, no Rio de Janeiro, que é capaz de triturar 300 carros por hora.

No América do Sul (excluindo o Brasil), o preço da sucata varia conforme a demanda, custos de transporte e a região.

A sucata metálica é a principal matéria-prima da Gerdau Ameristeel e representou aproximadamente 44% de seu custo de produção em 2005. A sucata é uma *commodity* que tem a sua disponibilidade atrelada ao preço, sendo esta a sua maior restrição das operações da empresa. As usinas Jackson e Jacksonville da Gerdau Ameristeel possuem, cada uma, instalações dentro das usinas para processamento de sucata que suprem grande parte de sua demanda. A Gerdau Ameristeel MRM Special Sections recebe uma quantidade considerável de sua sucata dos centros de coleta de sucata e pátios de processamento da Mandak e Porter. No total, a Gerdau Ameristeel tem 17 centros de reciclagem de sucata. Nem toda a sucata consumida pela Gerdau Ameristeel vem de seus pátios, e a demanda restante é garantida via compras no mercado aberto, seja através de compra direta, seja por revendedores independentes que coletam e beneficiam o insumo.

Na América do Norte, todas as unidades de produção da Gerdau Ameristeel são *mini-mills* e os resultados operacionais estão fortemente ligados ao custo da sucata e dos seus substitutos, principal insumo. Os preços da sucata metálica são relativamente mais altos durante os meses de inverno devido ao maior esforço para coleta e transporte. Os preços realizados na venda dos produtos finais nem sempre podem ser ajustados, no curto prazo, para recuperar os aumentos nos custos de sucata metálica, mas geralmente refletem aumentos ou reduções nesses preços. Aproximadamente metade de todos os produtos siderúrgicos na América do Norte é produzida em fornos elétricos a arco que utilizam sucata metálica. A taxa crescente de consumo de sucata metálica gerou um aumento no seu preço. A disponibilidade e o preço da sucata estão sujeitos a forças de mercado e a regulamentações governamentais fora do controle da Companhia. Esse é o caso, também, da demanda de produtores norte-americanos e internacionais.

Ferro-gusa e Ferro Esponja

O Brasil é um exportador líquido de ferro-gusa. A maior parte do ferro-gusa brasileiro é produzida no Estado de Minas Gerais por uma extensa rede de pequenos produtores. O ferro-gusa é um substituto natural da sucata, e no Brasil é misturado com a sucata devido à pouca qualidade da sucata existente. Algumas usinas nos Estados Unidos usam ferro-gusa junto com a sucata. No Brasil, o preço do ferro-gusa está associado ao custo do carvão vegetal, um insumo importante, cujo custo é o mais volátil na produção de ferro-gusa. Quando o preço do carvão vegetal está sazonalmente elevado, o coque pode ser usado em substituição ao carvão. Embora tenha um custo mais elevado, o coque produz maiores quantidades de ferro-gusa. O minério de ferro, principal componente do ferro-gusa, é facilmente encontrado no Brasil, um dos maiores produtores e exportadores mundiais deste produto.

A Companhia produz ferro esponja em sua unidade industrial localizada na Bahia (Gerdau Usiba). Toda a produção desse insumo é utilizada internamente para a produção de produtos siderúrgicos.

No Brasil, a Gerdau não possui contratos de fornecimento de ferro-gusa, e, portanto as quantidades demandadas e as condições de entrega são realizadas diretamente via mercado. Os preços do ferro-gusa podem variar conforme os preços do mercado internacional, dado que grande parte da produção brasileira é exportada.

No Chile, a Gerdau AZA compra ferro-gusa da Companhia Siderúrgica Huachipato, localizada a 550 km ao sul de Santiago, de acordo com as necessidades e especificações do aço a ser produzido.

A disponibilidade de sucata é o principal fator para a Gerdau Ameristeel operar. Ferro esponja, ferro briquetado a quente e ferro-gusa podem ser substitutos de uma porção limitada da sucata, usada na produção de aço nos fornos elétricos. A Gerdau Ameristeel não utiliza quantidades significativas de substitutos de sucata nas suas usinas, exceto o ferro-gusa, que, devido às suas propriedades químicas, é utilizado na usina de Perth Amboy, unidade produtora de fio-máquina, e para manufaturar determinadas seções especiais.

Minério de Ferro

As operações da Gerdau no Brasil utilizam minério de ferro para a produção de ferro-gusa nas usinas de Barão de Cocais e Divinópolis, no Estado de Minas Gerais, e para a produção de ferro esponja na Gerdau Usiba, na Bahia. Gerdau Contagem e Margusa também utilizam minério de ferro para produzir ferro-gusa sólido. O minério de ferro tem sido fornecido pela MBR, Companhia Vale do Rio Doce, e outros fornecedores menores.

O principal insumo metálico para a produção de aço na Gerdau Açominas é o minério de ferro de granulometria fina, que é transformado em sinter na unidade de sinterização. Os grânulos e as pelotas de minério de ferro são adicionadas diretamente no alto forno para aumentar a produtividade. Essas matérias-primas são adquiridas de fornecedores próximos à usina, proporcionando redução nos custos com transporte e estocagem. O ferro-gusa líquido produzido no alto-forno é a principal matéria-prima utilizada na aciaria. Em 2005, o ferro-gusa líquido representou 84% dos insumos metálicos, a sucata de aço, 12% e o ferro-gusa frio, 4%.

Outros Insumos

Além da sucata, do ferro-gusa, ferro esponja e minério de ferro, as operações da Gerdau no Brasil utilizam, em menores quantidades outros insumos para a produção de aço como ligas metálicas, eletrodos, materiais refratários, oxigênio, nitrogênio e outros gases industriais e calcário. Todos esses insumos estão disponíveis no Brasil. Outros insumos associados à produção de ferro-gusa são o carvão vegetal, utilizado nas usinas de alto-forno, e o gás natural, utilizado na usina de redução direta.

Outros insumos e matérias primas importantes na produção da Gerdau Açominas são o carvão, o minério de ferro e pelotas de minério de ferro. O carvão é utilizado na fabricação do coque metalúrgico, principal agente na redução do sinter, junto com o minério de ferro e pelotas no alto forno. Ele é também utilizado na forma de pó (PCI – Pulverized Coal Injection) e injetado diretamente no alto-forno, proporcionando um aumento de produtividade e, em consequência, redução no custo de produção do ferro-gusa. Ligas metálicas também são utilizadas na fabricação do aço, conferindo-lhe propriedades especiais. Oxigênio, nitrogênio e argônio, utilizados em alguns processos de produção, são adquiridos de um fornecedor instalado em área da própria usina. Além disso, os gases gerados nos processos de fabricação do coque, do ferro-gusa e do aço são limpos e utilizados nos processos de produção e na geração de energia elétrica na usina.

No Chile e no Uruguai, o fornecimento de energia e gás natural é feito de acordo com contratos de longo prazo. Durante o ano, a Gerdau Laisa (Uruguai) substituiu o óleo combustível por gás natural. Devido ao racionamento de gás natural na Argentina, a Gerdau AZA tem substituído o uso do gás natural por óleo combustível.

As operações da América do Norte também utilizam insumos adicionais. Várias empresas nacionais e estrangeiras fornecem outros insumos ou suprimentos operacionais importantes, incluindo refratários, ligas metálicas e eletrodos de carbono, que se encontram facilmente no mercado aberto. A Gerdau Ameristeel tem obtido quantidades adequadas dessas matérias-primas e suprimentos a preços competitivos de mercado, a fim de permitir operações siderúrgicas eficientes. A empresa não depende de nenhum fornecedor como fonte de qualquer material em particular e acredita que existam fornecedores alternativos adequados disponíveis no mercado, caso haja a necessidade de substituir algum deles.

Energia

A produção de aço é um processo de consumo intensivo de energia elétrica, principalmente nas aciarias com fornos elétricos a arco. A energia elétrica constitui um custo significativo no processo produtivo, assim como o consumo de gás natural, utilizado em algumas usinas.

Relativamente aos contratos para fornecimento de energia, as unidades da Gerdau têm diferentes fornecedores e não é dependente de um único contrato. Atualmente a energia é fornecida às unidades industriais sob dois tipos de contratos:

I - Contratos em que a Companhia figura como consumidora cativa, nas seguintes unidades: Riograndense, Aços Especiais Piratini, Guaíba, Cosigua, Usiba e Açonorte. Esses contratos são celebrados com empresas públicas ou detentoras de concessão pública do governo. A demanda e o consumo são contratados entre as partes, e as tarifas são definidas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Embora consumidores cativos, pode-se buscar esse fornecimento através de compra direta no mercado, se necessário.

II - Contratos em que a Companhia figura como consumidora livre, como no caso das unidades de Araçariguama, Cearense, Ouro Branco, Divinópolis e Barão de Cocais. Essas unidades têm contratos de compra de energia com empresas fornecedoras de energia elétrica, com valores definidos e corrigidos por regras pré-estabelecidas. Os contratos de distribuição são com empresas de transmissão e distribuição, e são corrigidos pela ANEEL anualmente. Ouro Branco tem parte das suas necessidades de energia atendidas por geração própria, utilizando os gases do Alto-Forno, dessa forma reduzindo sua exposição ao mercado energético.

O fornecimento de gás natural em todas as unidades é feito através de contratos de longo prazo. As unidades de Barão de Cocais e de Divinópolis não têm acesso ao fornecimento de gás natural.

No Chile e no Uruguai, tanto a energia elétrica quanto o gás natural são contratados com base em contratos de longo prazo. Durante o ano, a Gerdau Laisa (Uruguai) substituiu o óleo combustível por gás natural. Devido ao racionamento de gás natural na Argentina, a Gerdau AZA tem substituído o uso do gás natural por óleo combustível.

Na América do Norte, existem dois tipos de mercado de energia elétrica: regulado e desregulado. No mercado regulado, os contratos são mantidos com concessionárias públicas autorizadas de energia elétrica e as tarifas são definidas para cada região, através de contratos de longo prazo. Nos mercados desregulados o preço da energia elétrica pode alterar-se a cada 5 minutos (preço de mercado à vista) para refletir o custo real de produção da energia. Embora a desregulamentação do mercado de gás natural e do mercado atacadista de energia elétrica pudesse gerar oportunidades para reduzir custos, resultantes da competição de mercado, os preços de ambas as formas de energia, recentemente, tornaram-se mais voláteis e podem continuar assim. A companhia não possui contratos de longo prazo com fornecedores de gás natural, estando, portanto, sujeita às variações do mercado e oscilações de preço.

Informação Sobre o Grau de Dependência da Companhia

A Companhia não é dependente de patentes ou licenças, contratos industriais, comerciais ou financeiros (incluindo contratos com clientes e fornecedores) ou de novos processos de produção que sejam materiais ao negócio ou lucratividade da Companhia.

A Companhia tem uma política de diversificação de fornecedores de maneira que, em caso de quebra de contrato, pode substituir o fornecedor sem afetar as operações da Companhia.

Se o fornecimento de energia for interrompido, não há opções alternativas de fornecimento na maioria das unidades Gerdau, devido à elevada carga e tensão de fornecimento necessários para a operação. Nesses casos (como ocorrido no Brasil em 2001, quando as metas de consumo de energia foram definidas pelo governo federal), os fatos e suas conseqüências são discutidos com as concessionárias, e a capacidade operacional é mantida em caráter de emergência visando preservar pessoas e equipamentos.

Em casos de racionamento, as decisões e normas são implementadas através da agência reguladora do governo. Pode haver interferência direta no resultado da Companhia, com a conseqüente redução na produção para se adaptar à disponibilidade de energia elétrica, além de ajustes na programação de entregas. Embora, não seja um problema comum no Brasil, algumas unidades de pequeno porte da Gerdau podem adotar, como alternativa, o uso de geradores para complementar a falta de energia. Durante o período de racionamento de energia elétrica, em 2001, a Gerdau superou a crise redistribuindo sua produção através das diversas unidades industriais e racionalizando o uso de energia elétrica. Estas medidas resultaram na obtenção de ganhos de eficiência e produtividade, as quais foram incorporadas aos processos produtivos mesmo ao final do período de racionamento.

Em termos de gás natural, as unidades do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo são abastecidas por gás natural importado, através do GASBOL (Gasoduto Brasil-Bolívia), enquanto as outras unidades são abastecidas por gás natural de fornecedor nacional. Em caso de racionamento de gás natural, é possível adaptar os equipamentos para utilização de óleo combustível e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo).

Canais de Marketing

A Companhia vende seus produtos para diversos mercados incluindo construção civil, indústria e outros mercados. As vendas do Brasil incluem exportações e vendas domésticas. A maioria das vendas das operações na América do Sul e do Norte é destinada aos seus mercados locais.

Gerdau S.A. Consolidado Vendas Físicas por Região (1.000 toneladas)	2005	2004	2003
TOTAL	12.860	11.873	11.453
Brasil	6.404	6.711	6.639
Mercado Doméstico	3.509	3.881	3.376
Exportações	2.895	2.830	3.263
América do Norte	5.727	4.724	4.466
América do Sul (exceto Brasil)	729	438	348

Gerdau S.A. Consolidado Receita Líquida por Região (\$ milhões)	2005	2004	2003
TOTAL	8.894	6.952	4.531
Brasil	4.484	3.623	2.598
América do Norte	3.897	3.010	1.811
América do Sul (exceto Brasil)	513	319	122

Operações no Brasil

As operações da Gerdau no Brasil foram responsáveis por 49,8% dos embarques consolidados da Gerdau. As unidades brasileiras venderam 6,4 milhões de toneladas, 3,5 milhões de toneladas para o mercado interno e 2,9 milhões de toneladas em exportações.

As operações no Brasil se dividem em três segmentos: Aços Longos, Gerdau Açominas (usina de Ouro Branco) e Aços Especiais (Gerdau Aços Especiais Piratini).

Aproximadamente 20% da produção comercializada no Brasil é distribuída pela Comercial Gerdau, o mais importante canal de distribuição da Companhia, com 68 pontos de venda em todo o Brasil e 124.000 clientes atendidos em 2005. Outro importante canal de distribuição é a rede de 6.000 distribuidores independentes para os quais a Gerdau vende seus produtos, o que resulta em uma ampla cobertura nacional. Para o atendimento tanto da rede de distribuição quanto de consumidores finais dos setores da indústria e da construção civil, a Gerdau trabalha com uma força de vendas formada por vendedores próprios e por representantes autorizados e comissionados. Para melhor atender aos seus clientes e emitir ordens de compra, a Gerdau fornece a esses vendedores catálogos de produtos e acesso ao sistema de informações da Gerdau, além de computadores e telefones.

As operações da Gerdau no Brasil entregam seus produtos diretamente aos clientes, através de serviços terceirizados fiscalizados pela equipe da Gerdau, para minimizar atrasos. As tendências de vendas tanto no mercado doméstico quanto nas exportações são projetadas mensalmente com base nos dados históricos dos últimos três meses. As operações da Gerdau no Brasil empregam seu próprio sistema de informações para manter-se a par do comportamento do mercado e, dessa forma, responder rapidamente às flutuações de demanda. A Gerdau considera sua flexibilidade de deslocamento entre os mercados e sua capacidade de monitorar e otimizar os níveis de estoques, adaptando-se a mudanças na demanda, fatores-chave para o sucesso.

A Gerdau Açominas tem características operacionais específicas. Seus produtos são normalmente vendidos para laminadoras e outras empresas que utilizam placas, blocos, tarugos e lingotes como matéria-prima para produtos acabados, tais como produtos forjados, navais e mecânicos. A Gerdau Açominas também produz produtos acabados, tais como fio-máquina de alta qualidade e seções. Esses produtos são entregues no porto de descarga ou diretamente aos clientes.

A força de vendas e a unidade de produção da Gerdau Aços Especiais Piratini são independentes da operação da Negócios Aços Longos Brasil. A Gerdau Aços Especiais Piratini produz aços especiais para construção mecânica, aço ferramenta e aços inoxidáveis vendidos para mais de 260 clientes. Do volume fabricado, 80% destinam-se à indústria automotiva. Para atender às necessidades constantes de inovações da indústria, a Gerdau Aços Especiais Piratini tem como prática desenvolver permanentemente novos produtos. Tais produtos incluem aços micro ligados para motores a diesel de alta potência e baixa emissão, aços para rolamentos com baixo nível de limpeza inclusonária, aços com usinagem melhorada que permitem maiores velocidades de corte e maior vida útil das ferramentas de corte, entre outros, em parceria com seus clientes.

Varejo

As operações brasileiras da Gerdau vendem seus produtos em todo o Brasil através da Comercial Gerdau, uma rede de 74 filiais incluindo 6 centros de serviços para aços planos. A Comercial Gerdau, além da produção da própria Gerdau, revende produtos planos produzidos por outras empresas no Brasil. A revenda de produtos planos em 2005 chegou a 259,366 mil toneladas no mercado doméstico.

Exportações

A partir de 2003, a Gerdau começou a exportar maior quantidade de produtos devido à consolidação das operações brasileiras e à queda das vendas no mercado doméstico, aliado aos elevados preços no mercado internacional. No ano de 2005, as exportações representaram 45,2% das vendas totais das operações da Gerdau no Brasil. As atividades de exportação são coordenadas pelo canal de vendas responsável pela venda de produtos diretamente para os consumidores finais e indiretamente através de empresas comercializadoras (*trading companies*). As exportações são negociadas no mundo todo: (i) principalmente na forma CFR (*Cost and Freight*) e (ii) à vista, com base em cartas de crédito emitidas por clientes em bancos europeus e americanos de 1ª classe.

As exportações das operações da Gerdau no Brasil geraram receitas no valor de \$1.225,4 milhões em 2005. Em consequência da baixa atividade econômica durante todo o ano no Brasil, o volume de vendas para clientes brasileiros caiu 9,6% no período, e parte dessa queda foi compensada pelas exportações, que cresceram 2,3% em volume no ano e alcançaram 2,9 milhões de toneladas. A nova estratégia de exportações tem permitido que a Gerdau desenvolva uma base de clientes distribuída de maneira homogênea no mundo todo, com exportações para a África, Europa, Américas do Sul, Central e do Norte, e Ásia. Apesar do significativo volume exportado para os países asiáticos – mais de 40% do volume total exportado –, a China recebeu menos de 2% das exportações da Gerdau.

As exportações da Gerdau têm-se tornado, cada vez mais, uma parcela importante de suas vendas. A Companhia tem trabalhado para melhorar as estratégias logísticas de maneira a superar as limitações de infra-estrutura no Brasil. Como resultado, em 2005, a Gerdau exportou seus produtos para aproximadamente 70 países através de 14 usinas e unidades de transformação, utilizando os serviços de 19 diferentes portos marítimos e entregando os seus produtos através de 583 navios.

Apesar das operações da Gerdau no Brasil negociarem, principalmente, produtos *commodity*, a Companhia está ciente da importância do controle de qualidade. Os técnicos da Companhia, através de visitas aos clientes, verificam periodicamente a qualidade dos produtos entregues para garantir a satisfação dos consumidores finais em todo o mundo com os produtos comprados indiretamente da Gerdau

Operações no Exterior

As operações da Gerdau no exterior se dividem em operações na América do Norte e operações na América do Sul (exceto Brasil).

As unidades na América do Sul (exceto Brasil) venderam 728.919 toneladas de produtos acabados em 2005, um aumento de 66,2% em relação a 2004 como resultado da consolidação da aquisição de uma participação adicional na Sipar e da aquisição da Diaco no último trimestre de 2005.

A Gerdau AZA detém uma participação de 51% no mercado chileno de barras e vergalhões. Desde o final do ano 2000, a Gerdau AZA tem uma área de negócios denominada *AZAonLine*, para atender clientes do Chile através da Internet. A versão eletrônica de vendas foi a primeira do Chile na área siderúrgica. Os compradores podem acompanhar seus pedidos na Internet, verificar a disponibilidade de produtos, e a situação de seu crédito e seus pagamentos. Podem também acessar seus históricos de compras, obter certificados de qualidade, e fazer pedidos. A Gerdau AZA vende seus produtos para mais de 370 clientes, entre distribuidores e consumidores finais.

A Gerdau Laisa tem uma participação de 84% no mercado de aço longos no Uruguai. A empresa tem mais de 580 clientes entre atacado, varejo e consumidores finais, o que permite uma ampla cobertura de distribuição em todo o país. Os clientes uruguaios também têm um canal de comércio eletrônico à disposição.

Os números da Sipar Aceros foram consolidados a partir do quarto trimestre de 2005, após a Companhia ter efetuado a aquisição de uma participação adicional na empresa. A Sipar detém 20% do mercado argentino, e conta com mais de 1.000 clientes. A empresa argentina vende seus produtos diretamente a consumidores finais (empresas de construção ou indústrias) ou através de distribuidores.

A Diaco, adquirida em setembro de 2005, e a Sidelpa, adquirida em dezembro de 2005, têm uma participação de 36% no mercado de aço colombiano. Essas empresas vendem seus produtos através de mais de 400 distribuidores, e têm mais de 1.000 clientes (consumidores finais) que se dividem entre os segmentos de construção civil, indústria e outros.

As unidades no exterior vendem seus produtos aos respectivos mercados domésticos, com exceção das unidades canadenses, que vendem parte relevante de sua produção para os Estados Unidos.

A estratégia da Gerdau Ameristeel é ter unidades de produção próximas aos locais das obras de seus clientes, de forma que as entregas sejam feitas rapidamente para satisfazer suas necessidade de produtos de aço e seus cronogramas de construção. Em 2005, a Gerdau Ameristeel vendeu seus produtos para mais de 1.000 clientes.

As vendas de produtos acabados a clientes norte-americanos são normalmente centralizadas e realizadas pelo escritório de vendas em Tampa, e as vendas a clientes canadenses são feitas pelo escritório de vendas em Whitby. A Gerdau Ameristeel também possui escritórios de vendas em Selkirk, Manitoba, para a venda de seções especiais. Todas as unidades dispõem de representantes especializados em serviços metalúrgicos para fornecer apoio técnico à equipe de vendas. As vendas de produtos trefilados a frio e vigas superleves são feitas por representantes de vendas em suas respectivas unidades. Vergalhões e guias para elevadores normalmente são vendidos através de processos de licitação nos quais os empregados da empresa trabalham em conjunto com o cliente para estabelecer suas necessidades em termos de especificações, prazo e preço.

Os respectivos escritórios de vendas são responsáveis por registrar os pedidos, agendar a produção na usina e gerenciar os estoques. A Gerdau Ameristeel tem aproximadamente 118 empregados dedicados a *marketing* e vendas, dos quais um quinto encontra-se em campo, próximo aos clientes. Cada um dos representantes de venda da Gerdau Ameristeel tem acesso imediato ao estoque e ao planejamento da produção em todas as usinas, o que possibilita que ofereçam aos clientes um sistema de “*one-stop shopping*” e atendam às necessidades dos clientes pela fonte mais conveniente ou rentável para a empresa.

Condições de vendas

Normalmente o prazo de faturamento das operações da Gerdau no Brasil é de 21 dias para as vendas, CIF (*Cost Insurance and Freight*). A Comercial Gerdau, segmento de varejo da Gerdau no Brasil, faz as suas vendas de 26 dias de prazo, utilizando tanto o modo CIF quanto o FOB (*Free on Board*).

Os clientes no mercado interno estão sujeitos a um processo de avaliação de concessão de crédito. Os limites de crédito são controlados por um sistema corporativo (SAP R/3) que pode ser acessado por todos os canais de venda. O departamento de crédito e cobrança é responsável pela avaliação, monitoramento e definição de crédito conforme

determinado pela política de concessão de limites de crédito. Esta política inclui a participação ativa dos executivos dos diversos canais de venda envolvidos com o cliente.

Na Comercial Gerdau em particular, o critério para vendas para o varejo também inclui práticas como o uso dos serviços de cartões de crédito no Brasil.

As exportações da Gerdau Açominas são garantidas via cartas de crédito e/ou pré-pagamento dos produtos embarcados. Excepcionalmente, as exportações para as subsidiárias da Gerdau podem ser baseadas no crédito, com a adição de taxas de juros de mercado.

Como conseqüências dessas políticas, as provisões para devedores duvidosos representaram uma porcentagem insignificante das contas recebíveis consolidadas (menos de 0,1%), em 31.12.05. A Gerdau tem melhorado os seus controles sobre as aprovações de créditos e aumentado a credibilidade do seu processo de vendas através do uso de indicadores de risco e controles internos com a implementação do Projeto de Gestão Integrada de Riscos.

As condições de crédito da Gerdau Ameristeel para seus clientes são normalmente determinadas com base nas condições e práticas do mercado. A atividade da Gerdau Ameristeel é sazonal, onde os pedidos feitos nos segundo e terceiro trimestres tendem a ser mais numerosos do que aqueles feitos nos primeiro e quarto trimestres, principalmente devido à desaceleração da construção devido ao clima.

Concorrência

Os custos de remessa, frete e carregamento portuário constituem importantes barreiras à importação. A Gerdau opera principalmente no ramo dos produtos laminados longos no Brasil, onde as margens de lucro são relativamente pequenas, o que limita o incentivo para concorrentes estrangeiros entrarem no mercado brasileiro. No mercado interno, nenhuma empresa compete com a Gerdau em toda a sua gama de produtos. A Gerdau acredita que a diversificação e descentralização de seus negócios representam uma vantagem competitiva sobre seus principais concorrentes, cujas operações são mais centralizadas.

A Gerdau é a maior produtora brasileira de aços longos, com participação de 47,5% no mercado, de acordo com informações do IBS . A Belgo Mineira, uma subsidiária da Arcelor, é a segunda maior produtora no mercado brasileiro com 35,9%. Originalmente, a Belgo Mineira era uma empresa siderúrgica integrada, mas atualmente também possui *mini-mills*.

No mercado brasileiro, a Gerdau Açominas é fornecedora praticamente exclusiva de uma clientela bem definida e leal, que há mais de 10 anos compram da empresa com regularidade. No mercado de placas, a concorrência da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) é mais acirrada. No mercado internacional, a Gerdau Açominas tem forte concorrência de empresas da Europa oriental (CIS) e da China na linha de produtos comerciais de qualidade. Para produtos de alta qualidade, os maiores concorrentes são Europa e Japão. A empresa é uma concorrente forte devido à sua grande experiência e a qualidade de seus produtos e serviços. A Gerdau Açominas tem uma carteira diversificada de clientes tradicionais em todo o mundo.

Na América do Sul (exceto Brasil), as principais barreiras às operações são os custos de frete e transporte e os problemas de disponibilidade de produtos importados. As unidades sul-americanas são as mais fortes concorrentes nos países onde atuam, com exceção da Sipar Aceros, que é a segunda colocada no mercado argentino com uma participação de 19,8%.

A distribuição geográfica do mercado da Gerdau Ameristeel inclui dois terços do leste canadense e os Estados Unidos, predominantemente ao longo da costa leste, sudeste e meio-oeste. Em cada um de seus mercados, a empresa tem numerosos concorrentes na venda de cada um de seus produtos. Vergalhões, barras e perfis estruturais são produtos *commodity*, nos quais o preço é o principal fator competitivo. Devido ao alto custo do frete em relação ao valor dos produtos, a concorrência de produtores não-regionais é relativamente limitada. A proximidade a clientes, juntamente com custos de frete competitivos e processos de fabricação de baixo custo, são fatores-chave para a manutenção das margens na venda de vergalhões, barras e perfis. As entregas de vergalhões normalmente se concentram em um raio de 350 milhas (563,27 km) e as entregas de perfis comuns, em um raio de 500 milhas (804,67 km). Alguns produtos, como as seções especiais produzidas na usina de Manitoba, são enviados a distâncias maiores, inclusive para fora do país. A não ser em circunstâncias excepcionais, a despesa do cliente com a entrega do produto é limitada aos custos de frete da usina mais próxima até o destino final, e o fornecedor absorve quaisquer gastos adicionais.

Os principais concorrentes da Gerdau Ameristeel são a Mittal Inc., a Stelco Inc. e a Ivaco Inc. no Canadá; e a Bayou Steel Corporation, a Commercial Metals Corporation, a Nucor Corporation, e a Steel Dynamics Inc. nos Estados Unidos. A Gallatin Steel compete no mercado com várias outras usinas integradas e mini-mills.

Apesar da característica de *commodity* dos mercados de vergalhões, barras e perfis, a Gerdau Ameristeel acredita que seus produtos se distinguem dos produtos de seus concorrentes em termos de gama de produtos, qualidade, desempenho consistente na entrega, capacidade de atender a pedidos volumosos e capacidade de atender à maioria dos pedidos com pronta-entrega. A empresa acredita que sua linha de barras e perfis é a mais completa produzida no território ao leste do Rio Mississipi. A diversidade de produtos é uma importante vantagem competitiva em um mercado onde os muitos clientes procuram o atendimento de todas as suas necessidades junto a alguns fornecedores chaves.

Efeitos Relevantes das Regulamentações Governamentais

Além dos regulamentos governamentais que se aplicam à indústria em geral, as operações da Companhia não são objeto de nenhuma regulamentação específica.

C. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Grupo Gerdau

A Gerdau S.A. é uma *holding* não operativa (desde novembro de 2003 quando a Gerdau S.A. integrou seus ativos operacionais no Brasil com a Açominas, criando a Gerdau Açominas S.A.) controlada por uma empresa *holding* (Metalúrgica Gerdau S.A.). Desde 31 de dezembro de 2005, a Gerdau S.A. consolida os resultados de 12 empresas operativas: Diaco S.A. (Colômbia), Gerdau Açominas S.A. (Brasil), Gerdau Aços Longos S.A. (Brasil), Gerdau Aços Especiais S.A. (Brasil), Maranhão Gusa S.A. – Margusa (Brasil), Gerdau Comercial de Aços S.A. (Brasil), Gerdau Ameristeel Corp (Canadá) e suas subsidiárias (Estados Unidos e Canadá), Gerdau AZA S.A. (Chile), Gerdau Laisa S.A. (Uruguai), Siderúrgica Del Pacifico S.A. (Colômbia), Sipar Aceros S.A. (Argentina), e Seiva S.A. (Brasil), que opera na área de florestamento.

Os investimentos da Companhia na Gallatin, na Bradley Steel Processor e na MRM Guide Rail na América do Norte, nas quais a Gerdau Ameristeel tem uma participação de 50% do capital total, os investimentos na Armacero Industrial y Comercial Limitada no Chile, na qual a Companhia detém uma participação de 50%, e os investimento na Dona Francisca Energética S.A., na qual a Companhia detém uma participação de 51,82%, são contabilizados nas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial.

Subsidiárias Significantes

A tabela abaixo mostra as principais companhias consolidadas e os investimentos mantidos direta ou indiretamente pela Gerdau em 31 de dezembro de 2005:

Empresa	País	Participação (%)
Aceros COX S.A.	Chile	98
Diaco S.A.	Colômbia	57
Gerdau Ameristeel Corp. e subsidiárias	Canadá	65
Ameristeel Bright Bar Inc.	EUA	65
Gerdau Ameristeel MRM Special Sections Inc.	Canadá	65
Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc.	EUA	65
Gerdau Ameristeel Sayreville Inc.	EUA	65
Gerdau Ameristeel US Inc.	EUA	65
Gerdau Ameristeel US Inc.	Brasil	89
Gerdau Aços Longos S.A.	Brasil	89
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	89
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Brasil	89
Gerdau AZA S.A.	Chile	98
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	98
Maranhão Gusa S.A. - Margusa	Brasil	89
Seiva S.A. – Florestas e Indústrias e subsidiárias	Brasil	97
Sipar Aceros S.A.	Argentina	72
Sidelpa S.A.	Colômbia	95

O texto abaixo apresenta as empresas operativas que são consolidadas ou contabilizadas de acordo com o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Gerdau S.A.

Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços

Para concluir uma série de operações de reestruturação, os acionistas da Gerdau Açominas S.A. aprovaram, em 29 de julho de 2005, o desdobramento de seus ativos e passivos entre as seguintes companhias: Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. Essas empresas atuam na produção de aços longos e especiais, e vendas de produtos de aço em geral, respectivamente. A Gerdau Açominas S.A., com sede em Ouro Branco, Minas Gerais, permanece voltada primariamente para a produção de placas, blocos e tarugos para exportação. A Gerdau Aços Longos tem 9 usinas distribuídas no país com uma capacidade instalada de 5,2 milhões de toneladas de aço bruto por ano (incluindo a Gerdau Araçariguama, que iniciou sua operação no final de 2005).

A Gerdau Aços Especiais tem sede em Charqueadas, Rio Grande do Sul e tem capacidade instalada anual de 400.000 toneladas de aço bruto.

Gerdau Açominas S.A.

Em 1997, a Gerdau adquiriu uma participação na Açominas, junto com a NatSteel e a Associação de Empregados da Açominas. Em 2001, aumentou sua participação na Açominas e assumiu seu controle acionário. A Gerdau Açominas é proprietária da unidade de Ouro Branco, localizada em Minas Gerais, que tem uma capacidade instalada de 3,0 milhões de toneladas de aço bruto por ano, e é responsável por 42,0% da produção de aço bruto da Gerdau no Brasil.

Gerdau Laisa

Em 1980, a Companhia adquiriu a *mini-mill* Laisa, no Uruguai. A Gerdau Laisa é a única produtora de aços longos no Uruguai. A Laisa tem capacidade instalada anual de 70 mil toneladas de aço bruto e 72 mil toneladas de produtos laminados.

Gerdau AZA

Em 1992, a Companhia comprou a *mini-mill* AZA, no Chile. Em janeiro de 1999, entrou em operação a segunda usina da AZA. As duas unidades, Renca e Colina, têm uma capacidade instalada anual de 440 mil toneladas de aço bruto e 465 mil toneladas de produtos laminados. A diferença entre as quantidades de aço e de produtos acabados deve-se ao fato de que ainda está em operação, na usina de Renca, um antigo laminador de perfis que não foi desativado com a inauguração da nova planta em 1999. Apesar de não existirem estatísticas oficiais no país, a Gerdau AZA acredita controlar aproximadamente 51% do mercado nacional de vergalhões.

Sipar

A Gerdau entrou no mercado Argentino em dezembro de 1997. Mais recentemente, a Gerdau passou por uma reestruturação financeira e corporativa em suas operações na Argentina, para adaptar-se à nova situação econômica do país. A participação na Sipar permaneceu em 72% e a usina laminadora tem uma capacidade instalada anual de 240 mil toneladas.

Diacó e Sidelpa

Em 30 de setembro de 2005, a Companhia concluiu todos os passos necessários para adquirir uma participação de 57,11% do capital total e do capital com direito a voto na Diaco, o que lhe deu o controle da empresa. A Diaco é a maior produtora de aço e vergalhões na Colômbia.

Em 19 de novembro de 2005, a Companhia cumpriu todas as condições prévias para a aquisição de uma participação de 97,01% na Sidelpa, e obteve o controle da empresa. A Sidelpa, localizada em Cali, é a única produtora de aços longos especiais na Colômbia.

Gerdau Ameristeel

Em setembro de 1999, a Gerdau adquiriu da Kyoei Steel Ltd. (Japão) 75% da Ameristeel. À época, a Ameristeel operava 4 usinas siderúrgicas na costa leste americana: uma unidade na Flórida, duas no Tennessee e uma na Carolina do Norte. Em 2000, a Gerdau adquiriu da Kyoei uma participação adicional de 12%, totalizando 87% de participação na Ameristeel. Em dezembro de 2001, a Ameristeel adquiriu uma usina siderúrgica em Cartersville, Geórgia.

Em outubro de 2002, a Gerdau fechou um acordo para unir seus ativos na América do Norte, isto é, a Ameristeel, e as duas unidades no Canadá, com os ativos da Co-Steel, formando a Gerdau Ameristeel. Como resultado desta consolidação a participação da Gerdau na Gerdau Ameristeel foi reduzida para 67%.

Em novembro de 2004, a Gerdau Ameristeel adquiriu da Cargill Incorporated os ativos fixos e capital de giro de quatro usinas produtoras de aços longos, três unidades de processamento de fio-máquina e uma unidade produtora de corpos moedores em aço, em Duluth, Minnesota, da North Star Steel.

A Gerdau Ameristeel é uma empresa com capacidade instalada de produção de 7,6 milhões de toneladas de aço bruto e 6,9 milhões de toneladas de produtos laminados. A Gerdau S.A. passou a deter 65% do controle acionário da Gerdau Ameristeel após a oferta pública ocorrida em outubro de 2004 e a opção de compra de lote adicional de ações realizada em novembro de 2004. A Gerdau Ameristeel é a segunda maior produtora de aços longos na América do Norte e é listada na Bolsa de Valores de Toronto e na Bolsa de Valores de Nova York, com os símbolos GNA.TO e GNA, respectivamente.

Outros Negócios

Dona Francisca Energética S.A.

A Dona Francisca Energética S.A. (DFESA) consiste em uma estação de geração de energia com uma capacidade nominal de 125 megawatts e está localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul.

A DFESA tem como objetivo a operação e manutenção do empreendimento, bem como ao aproveitamento do potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca.

Os acionistas integram, junto com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), um consórcio denominado Consórcio Dona Francisca, constituído conforme o Contrato de Constituição nº CEEE/9700295, de 13 de março de 1997. Após a aquisição de uma participação adicional no início de 2003 pela Gerdau S.A., a Dona Francisca Energética passou a ser constituída pelos seguintes acionistas: Gerdau S.A., com 51,8%; Companhia Paranaense de Energia (COPEL), com 23,0%; Celesc, com 23,0%; e Desenvix, com 2,2%.

D. PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

Projetos concretos para construir, expandir ou melhorar as instalações

Nova Usina de Aços Especiais no Rio de Janeiro

A Gerdau planeja investir \$212,0 milhões, até 2009, na construção de uma usina siderúrgica de aços especiais no Rio de Janeiro. A nova unidade deverá responder à demanda da indústria automotiva. Sua capacidade instalada deverá ser de 800.000 toneladas de aço bruto e de 500.000 toneladas de produtos laminados por ano. Aproximadamente um terço do valor total investido deverá ser financiado pelo caixa próprio da empresa, um terço por empréstimos de instituições financeiras brasileiras, e um terço por empréstimos de instituições financeiras estrangeiras.

Questões ambientais

A Gerdau S.A. acredita estar atualmente em conformidade com as regulamentações do governo nas questões ambientais. A Companhia acredita que não há questões ambientais que possam afetar o uso dos ativos fixos da Companhia, descritos a seguir.

Ativos fixos tangíveis relevantes

As principais propriedades da Gerdau são para a produção de aço bruto e produtos laminados e trefilados. A lista a seguir identifica a localização, capacidade e tipo de instalação, assim como os tipos de produtos gerados.

Localização das fábricas, capacidades, equipamentos e produtos

(mil/ano)

BRASIL

LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA			EQUIPAMENTO	PRODUTOS
	FERRO-GUSA / FERRO ESPONJA	AÇO BRUTO	LAMINADO		
<i>BRASIL</i>	<i>4.640</i>	<i>8.585</i>	<i>5.260</i>		
GERDAU AÇOS LONGOS					
Açonorte	-	280	250	Mini-mill EAF, laminação, trefilaria, fábrica de pregos e grampos	Vergalhões, barras, fio-máquina, trefilados e pregos
Água Funda	-	-	305	Laminação	Vergalhões e barras
Araçariguama	-	900	-	Mini-mill EAF	Tarugos
Barão de Cocais ⁽¹⁾	330	350	200	Integrada com alto-forno, conversor LD e laminação	Vergalhões e barras
Cearense	-	145	120	Mini-mill EAF e laminação Vergalhões	Vergalhões e barras
Cosigua	-	1.400	1.320	Mini-mill EAF, laminação, trefilaria, fábrica de pregos e grampos	Vergalhões, barras, fio-máquina, trefilados e pregos
Divinópolis ⁽¹⁾	600	600	550	Integrada com alto-forno, conversor EOF e laminação	Vergalhões e barras
Guaíra	-	510	130	Mini-mill EAF e laminação Vergalhões	Tarugos, vergalhões e barras
Riograndense	-	440	490	Mini-mill EAF, laminação, trefilaria, fábrica de pregos e grampos	Vergalhões, barras, fio-máquina, trefilados e pregos
Usiba ⁽¹⁾	460	560	430	Integrada com DRI, mini-mill EAF, laminação, trefilaria	Vergalhões, barras, fio-máquina, e trefilados
Contagem	240	-	-	Alto forno	Ferro-gusa
Margusa	210	-	-	Alto forno	Ferro-gusa
GERDAU AÇOMINAS					
Ouro Branco ⁽¹⁾	2.800	3.000	965	Integrada com alto forno	Tarugos, blocos, placas, vergalhões, barras e perfis estruturais
GERDAU AÇOS ESPECIAIS PIRATINI					
Piratini	-	400	500	Mini-mill EAF e laminação Vergalhões	Aços especiais

EXTERIOR

LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA			EQUIPAMENTO	PRODUTOS
	FERRO-GUSA / FERRO ESPONJA	AÇO BRUTO	LAMINADO		
<i>AMÉRICA DO SUL</i>	-	<i>1.010</i>	<i>1.363</i>		
AZA	-	440	465	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões e barras
Laisa	-	70	72	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões e barras
Diacó	-	500	586	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões e barras
Sipar	-	-	240	Laminação	Vergalhões e barras
<i>AMÉRICA DO NORTE</i>	-	<i>7.607</i>	<i>6.924</i>	-	-
Whitby	-	871	726	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões, barras e perfis
Cambridge	-	327	290	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões, barras e barras de qualidade especial (SBQ)
Manitoba	-	349	327	Mini-mill EAF e laminação	Seções especiais, vergalhões e

					barras
Cartersville	-	780	581	Mini-mill EAF e laminação	Barras, perfis e vigas
Charlotte	-	417	318	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões e barras
Jackson	-	608	544	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões e barras
Jacksonville	-	581	581	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões e fio-máquina
Knoxville	-	499	472	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões
St. Paul	-	544	499	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões, barras, barras de qualidade especial e barras redondas especiais
Calverty City	-	-	295	Laminação	Barras, perfis estruturais médios e vigas
Wilton	-	318	295	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões e barras
Beaumont	-	771	726	Mini-mill EAF e laminação	Produtos de fio-máquina
Perth Amboy	-	816	726	Mini-mill EAF e laminação	Produtos de fio-máquina de qualidade industrial
Sayreville	-	726	544	Mini-mill EAF e laminação	Vergalhões
TOTAL GERDAU	4.640	17.202	13.547	-	-

Nota (1): Enquanto as usinas com forno elétrico a arco (EAF – *Electric arc* furnace) produzem aço bruto utilizando como principais matérias-primas sucata e ferro-gusa, as usinas com altos fornos ou DRI (*direct reduction iron*) produzem ferro-gusa ou ferro esponja para utilização na produção de aço bruto, tendo o minério de ferro e o gás natural como principais matérias-primas.

ITEM 4A. QUESTÕES PENDENTES REFERENTES AOS COMENTÁRIOS DOS ANALISTAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS

A Companhia não tem nenhuma questão pendente referente a comentários dos analistas da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em relação a seus relatórios periódicos de acordo com a legislação pertinente (Exchange Act).

ITEM 5. REVISÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL E PERSPECTIVAS

A. RESULTADOS OPERACIONAIS

Panorama

Em termos gerais, o ano de 2005 apresentou excelentes resultados para a Gerdau. A receita bruta consolidada atingiu \$10,0 bilhões, 28,2% maior que em 2004. O lucro líquido foi de \$1,1 bilhão, 3,5% menor que em 2004. Cabe ressaltar que esses importantes resultados foram obtidos apesar da retração do mercado interno brasileiro e dos preços internacionais, em média menores que os praticados em 2004.

O mercado brasileiro esteve abaixo das expectativas em 2005, pois a política monetária extremamente rígida desacelerou de maneira excessiva o crescimento econômico. O PIB aumentou 2,3%, considerado muito baixo para um país em desenvolvimento quando todas economias, em desenvolvimento e desenvolvidas, têm apresentado um crescimento bem mais regular e rápido. Conseqüentemente, o mercado interno brasileiro de aços longos caiu aos mesmos níveis de 2003, praticamente neutralizando a significativa recuperação observada em 2004.

Embora a taxa de câmbio não estivesse a favor da Gerdau, a Companhia fez um grande esforço a fim de compensar, mesmo que em parte, o declínio na demanda interna através de exportações. As exportações atingiram recordes históricos em volumes embarcados.

A demanda na América do Norte permitiu a transferência da volatilidade do preço da sucata para os preços finais dos produtos, mantendo assim o *spread* metálico acima da marca de \$340 por tonelada.

Em 2005, a produção mundial atingiu 1,1 bilhão de toneladas. Desse total, a China contribuiu com aproximadamente 350 milhões de toneladas, 25% a mais que em 2004, quando a produção atingiu 281 milhões de toneladas. Em 2005, a China, pela primeira vez, tornou-se uma exportadora líquida de produtos de aço tanto acabados quanto semi-acabados.

Fatores Significativos com Efeito Substancial sobre os Resultados da Companhia

Demanda

Em 2005, as vendas alcançaram 12,9 milhões de toneladas, 8,3% superiores às de 2004. Esse desempenho deve-se, basicamente, à consolidação da North Star na América do Norte a partir de 1º de novembro de 2004, da Diaco, na Colômbia a partir de 1º de outubro de 2005, e da Sipar, na Argentina, a partir de 30 de setembro de 2005.

No Brasil, em conseqüência da atividade econômica reduzida, as vendas internas caíram 9,6% em 2005. Parte dessa redução foi compensada pelo aumento nas exportações, de 2,3%, alcançando 2,9 milhões de toneladas em 2005. Esse resultado foi alcançado apesar da valorização do real e dos preços internacionais mais baixos em 2005.

A América do Norte apresentou um crescimento de 21,2% em suas vendas em 2005, de 4,7 para 5,7 milhões de toneladas. A América do Sul apresentou um crescimento de 66,2% no ano, de 439 para 728 mil toneladas.

A combinação das vendas no exterior e exportações do Brasil representou 72,7% da tonelagem consolidada embarcada em 2005.

Capacidade Produtiva

O objetivo de crescimento da Gerdau é consolidar a sua posição como líder das Américas na produção de aços longos. As recentes aquisições e os acordos reafirmam esta convicção do crescimento potencial das economias do continente e tem estimulado a procura de novas oportunidades. Conseqüentemente, durante 2005, a Companhia adquiriu operações na Colômbia e uma participação adicional na Sipar (Argentina).

Na América do Norte, a aquisição pela Gerdau Ameristeel dos ativos da North Star Steel, em novembro de 2004, contribuiu de maneira significativa para a expansão de sua cobertura geográfica nas regiões do Meio-Oeste e Sul dos Estados Unidos. As operações da América do Norte têm uma capacidade total de, aproximadamente, 6,9 milhões de toneladas métricas de produtos laminados.

A produção de placas, blocos e tarugos atingiu 13,0 milhões de toneladas em 2005, 1,8% superior à de 2004. A produção de laminados, etapa subsequente na cadeia produtiva, atingiu 10,0 milhões de toneladas, apresentando um crescimento de 5,8% em relação ao volume do ano anterior. Esse desempenho deve-se, como mencionado anteriormente, à consolidação de usinas siderúrgicas adquiridas no final de 2004 e durante o ano de 2005.

Gerdau S.A. Consolidado			
Produção	2005	2004	Varição
(1.000 toneladas)			2005/2004
Placas, Blocos e Tarugos*			
Brasil	6.888,8	7.284,5	(5,4%)
América do Norte	5.555,7	5.035,5	10,3%
América do Sul (excluindo Brasil)	534,0	428,2	24,7%
Total	12.978,5	12.748,2	1,8%
Produtos Laminados*			
Brasil	4.012,5	4.338,9	(7,5%)
América do Norte	5.457,8	4.759,1	14,7%
América do Sul (excluindo Brasil)	578,4	402,6	43,7%
Total	10.048,7	9.500,6	5,8%

* O processo de laminação usa como matéria-prima os produtos produzidos na aciaria, tais como: placas, blocos e tarugos. Parte destes produtos é vendida diretamente para clientes externos e o restante utilizado no processo de laminação.

As unidades no Brasil produziram, em 2005, 6,9 milhões de toneladas de aço, volume 5,4% inferior ao de 2004, correspondente a 53,1% da produção consolidada. Na América do Norte, a produção foi 10,3% maior, atingindo

5,6 milhões de toneladas (42,8% do total). As empresas da América do Sul (excluindo o Brasil) produziram 533.989 toneladas (4,1% do total), apresentando um crescimento de 24,7%.

No Brasil, a produção de laminados das empresas da Gerdau atingiu 4,0 milhões de toneladas em 2005, aumento de 7,5%. Na América do Norte e América do Sul (exceto o Brasil), a produção cresceu 14,7% e 43,7%, respectivamente, alcançando 5,5 milhões de toneladas e 578.362 toneladas, refletindo a consolidação da North Star, na América do Norte, da Diaco, na Colômbia, e da Sipar, na Argentina, essas duas últimas no 4º trimestre.

Eventos significantes que afetaram a performance financeira durante 2005

Durante o ano de 2005, além do aumento nas vendas, os resultados de suas operações sofreram um impacto negativo devido a uma série de eventos que resultaram na redução do lucro líquido do ano. Alguns dos eventos mais relevantes estão descritos abaixo:

- Em 2005, a Companhia consolidou os resultados das operações da North Star para o ano todo, comparado a dois meses consolidados após a aquisição em novembro de 2004, gerando uma receita de \$889,0 milhões, comparados à receita de \$154,0 milhões das usinas da North Star em 2004. Entretanto, os custos de produção aumentaram em 2005 devido ao aumento nos preços da sucata, resultando na redução na margem bruta na América do Norte (10,3% em 2005 contra 12,4% em 2004).
- Em 2005, a Companhia obteve êxito final em processo judicial sobre recolhimentos indevidos de PIS, com base na inconstitucionalidade dos Decretos-Lei 2.445/88 e 2.449/88 e, como resultado, registrou um ganho de \$28,9 milhões (\$19,1 milhões líquidos de efeitos tributários) comparado a um ganho obtido pela Gerdau Açominas pelo mesmo motivo, em 2004 no valor de \$43,5 milhões (\$28,7 milhões líquidos de efeitos tributários) em causa similar. Tais créditos devem ser utilizados para deduzir outros impostos federais, tais como imposto de renda e impostos sobre consumo.
- A alíquota efetiva do imposto de renda subiu de 23,6% em 2004 para 26,4% em 2005, principalmente pela reversão da provisão para perdas de ativos fiscais diferidos em 2004 que não se repetiram em 2005. Desde 31 de dezembro de 2004, a Companhia não tem qualquer provisão para perdas de prejuízos fiscais registrados para suas operações no Brasil.
- Ganhos em investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial foram de \$96,5 milhões em 2005 contra \$141,9 em 2004, decorrentes, principalmente dos resultados das participações societárias na Gallatin, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail. As vendas da Gallatin Steel foram baixas no ano encerrado em 31 de dezembro de 2005 em comparação a 2004 e os *spreads* para produtos de aço laminado plano foram reduzidos em relação aos níveis obtidos em 2004, o que afetou negativamente o lucro líquido da Gallatin, principalmente nos primeiros nove meses de 2005, com uma leve recuperação no quarto trimestre, apoiada por uma maior demanda e reserva de pedidos em carteira. A Gallatin pagou à Gerdau dividendos no valor de \$115,8 milhões em 2005 e de \$82,8 milhões em 2004.

Impacto da Inflação e Flutuações de Moedas Estrangeiras

Os resultados e a posição financeira da Gerdau dependem amplamente das condições econômicas gerais do Brasil e, especialmente: (i) do crescimento econômico e de seu impacto sobre a demanda por aço, (ii) dos custos financeiros e da disponibilidade de financiamentos, e (iii) das taxas de câmbio entre a moeda brasileira e moedas estrangeiras.

Por muitos anos, o Brasil enfrentou altas taxas de inflação, cujo efeito foi um declínio progressivo no poder aquisitivo da grande maioria da população. Durante períodos de inflação alta, o valor efetivo de salários e remunerações tende a cair, porque os reajustes normalmente não compensam a taxa real de inflação, em função não só dos valores desses reajustes, mas também de sua frequência. Desde a introdução do real, em julho de 1994, a taxa de inflação no Brasil caiu de forma dramática. Além disso, houve crescimento econômico depois da implementação do Plano Real, com um aumento de 1,4% no Produto Interno Bruto brasileiro em 2001, 1,5% em 2002, uma queda de 0,2% em 2003, um novo aumento de 5,2% em 2004 e um novo aumento de 2,3% em 2005.

A tabela a seguir mostra a inflação brasileira e o comportamento da moeda brasileira em relação ao dólar americano nos períodos especificados. Para uma discussão sobre a variação cambial no Brasil, Veja o “Item 10. D. Controles de Câmbio – Taxas de Câmbio.”

	Janeiro a abril	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
		2006	2005	2004	2003	2002
Inflação (INPC)	2,67%	5,04%	6,13%	10,38%	14,74%	9,44%
Inflação (IGP-M)	2,19%	1,20%	12,42%	8,69%	25,30%	10,37%
Apreciação (Desvalorização) do US\$ versus R\$	-9,44%	-11,85%	-8,13%	-18,23%	52,27%	18,67%

Em um ambiente econômico positivo, a valorização do real frente ao dólar americano ao longo de 2005 levou a uma importante melhora do risco-país e a uma redução gradual nas taxas de juros.

Parte das contas a receber de clientes, contas a pagar e dos financiamentos da Gerdau está denominada em moedas diferentes das respectivas moedas funcionais de cada subsidiária. As subsidiárias operacionais brasileiras (Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços) têm como moeda funcional o *real*. As subsidiárias brasileiras têm ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras, principalmente em dólares americanos e, dessa forma, a posição financeira e os resultados de suas operações são afetados por variações nas taxas de câmbio entre o real e o dólar americano. Em 2005, 2004 e 2003, os resultados da Gerdau foram afetados pela valorização do real frente ao dólar americano, gerando perdas nas contas a receber de clientes provenientes de exportações e ganhos nas contas a pagar denominada em dólares, assim como nos financiamentos em dólares. A redução no saldo da dívida líquida (definida como dívida total de curto e longo prazo menos caixa e aplicações financeiras) em 2005 comparado a 2004 e a valorização do real combinada com o crescimento dos saldos de contas a receber de cliente e contas a pagar geraram um ganho líquido com variação cambial em 2005. As demonstrações financeiras da Gerdau são apresentadas em dólares americanos, com transações em outras moedas e convertidas para dólares americanos de acordo com os critérios estabelecidos no SFAS N° 52 “*Foreign Currency Translations*” (Conversão de Moedas Estrangeiras). Alterações entre as taxas de câmbio das moedas funcionais das operações da Gerdau, tais como o real e o dólar americano, afetam os valores das receitas e despesas reportadas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas em dólar americano.

Lucro Líquido para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

A tabela a seguir contém informações expressas em percentuais, de diferentes linhas em relação à receita líquida, nos anos especificados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Receita Líquida	100,0%	100,0%	100,0%
Custo das vendas	(73,8%)	(69,6%)	(76,0%)
Lucro bruto	26,2%	30,4%	24,0%
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas e marketing	(2,3%)	(2,2%)	(3,2%)
Despesas gerais e administrativas	(5,2%)	(5,2%)	(5,3%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(0,1%)	0,4%	-
Lucro Operacional	18,6%	23,4%	15,4%
Despesas e Receitas Financeiras, Ganhos e Perdas com Variação Cambial Líquidos, Ganhos e Perdas com Derivativos Líquidos	0,1%	(0,7%)	(4,3%)
Equivalência Patrimonial sobre Empresas Não-consolidadas	1,1%	2,0%	0,5%
Ganho na variação de participação no investimento Gerdau Ameristeel	-	0,1%	-

Provisão para impostos	(5,2%)	(5,8%)	0,8%
Participação dos minoritários	(2,0%)	(2,3%)	(1,1%)
Lucro líquido	12,6%	16,7%	11,3%

A tabela abaixo contém informações de vários itens da demonstração de resultados, na qual os anos são expressos em \$ milhões:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Receita Líquida	8.894	6.952	4.531
Custo das vendas	(6.564)	(4.839)	(3.446)
Lucro bruto	2.330	2.113	1.085
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas e marketing	(203)	(155)	(146)
Despesas gerais e administrativas	(466)	(359)	(242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8)	29	(1)
Lucro Operacional	1.653	1.628	696
Despesas e Receitas Financeiras, Ganhos e Perdas com Variação Cambial Líquidos, Ganhos e Perdas com Derivativos Líquidos	13	(51)	(193)
Equivalência Patrimonial sobre Empresas Não-consolidadas	96	142	22
Ganho na variação de participação no investimento Gerdau Ameristeel	-	3	-
Provisão para impostos	(465)	(407)	34
Participação dos minoritários	(179)	(157)	(49)
Lucro líquido	1.118	1.158	510

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia foi de \$8.894,4 milhões em 2005, 27,9% superior a de 2004 (\$6.952,1 milhões). Deste montante, 50,4% (\$4.483,9 milhões) vieram das operações no Brasil, 43,8% (\$3.897,1 milhões) das unidades da América do Norte, e 5,8% (\$513,4 milhões) das empresas da América do Sul (excluindo o Brasil). A consolidação das unidades nas Américas do Norte e do Sul foram a principal razão desse crescimento, e em menor extensão a melhora na demanda em países da América do Norte e da América do Sul onde a Gerdau está presente.

Gerdau S.A. Consolidado Receita Líquida (\$ milhões)	2005	2004	Varição 2005/2004
Brasil	4.483,9	3.623,0	23,8%
América do Norte	3.897,1	3.009,9	29,5%
América do Sul (excluindo Brasil)	513,4	319,2	60,8%
Total Consolidado	8.894,4	6.952,1	27,9%

O preço médio líquido do aço aumentou de \$585,5/tonelada em 2004 para \$691,6/tonelada em 2005, um aumento de 18,1%.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

O custo das vendas aumentou de \$4.838,9 milhões em 2004 para \$6.564,2 milhões em 2005, representando um aumento de 35,7%. Esse aumento deve-se ao maior volume de embarques em 2005, bem como à valorização do real em

relação ao dólar, que teve um impacto significativo no custo de vendas das subsidiárias brasileiras quando convertido em dólares americanos. Em 2005, a margem bruta da Companhia alcançou 26,2%, contra 30,5% em 2004. Essa redução deve-se ao aumento nos custos das principais matérias-primas utilizadas no processo de produção em 2005, tais como: carvão de coque, minério de ferro, energia e outras. O lucro bruto alcançou \$2.330,2 milhões em 2005, contra \$2.113,2 milhões em 2004, representando um aumento de 10,3%, principalmente em razão do maior volume de vendas em 2005.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais (vendas, marketing, gerais e administrativas e outras despesas) aumentaram 39,7% em 2005, comparadas a 2004, contra um crescimento de 27,9% da receita líquida. A relação despesas operacionais e receita líquida foi de 7,5%, e um pouco acima do percentual de 7,4% em 2004. Esse crescimento resulta, principalmente, das despesas relacionadas a um maior volume de exportação e do aumento do programa de incentivos a longo prazo para funcionários da Gerdau Ameristeel. No exercício de 2005, as despesas operacionais consolidadas, excluindo outras despesas operacionais, foram de \$669,3 milhões contra \$513,7 milhões em 2004.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2005, vários itens não-recorrentes afetaram a receita operacional, tais como reconhecimento de perdas em ágio relacionado à aquisição da Margusa no montante de \$13,0 milhões, devido à redução nos preços do ferro-gusa e à valorização do real durante o ano, que reduziu drasticamente a lucratividade da Margusa; o reconhecimento da provisão para contingências tributárias relacionadas aos créditos de ICMS negados pelas autoridades fiscais e a uma decisão judicial desfavorável durante o quarto trimestre, considerando essa questão no montante de \$12,6 milhões, bem como a contingências tributárias registradas em decorrência de operações realizadas ao abrigo de ato concessório de *drawback* sendo questionado pelas autoridades fiscais, e para as quais a Companhia também sofreu uma decisão judicial desfavorável, no montante de \$33,9 milhões. Entretanto, a Companhia também registrou alguns montantes que geraram outras receitas, como o valor de mercado positivo do compromisso de aquisição de 40% das ações da Diaco no montante de \$7,5 milhões.

Lucro Operacional

O lucro operacional foi de \$1.652,7 milhões em 2005, um crescimento de 1,5% contra \$1.628,3 milhões em 2004. O lucro operacional foi substancialmente baixo em 2005 em função de margens brutas menores. Considerando que a receita líquida foi maior em 2005, o aumento no custo de produtos e a redução em outros lucros operacionais praticamente compensaram o impacto no lucro operacional de 2005.

Despesas e Receitas Financeiras, Ganhos e Perdas com Variação Cambial, Líquidos, Ganhos e Perdas com Derivativos Líquidos

No ano de 2005, as receitas financeiras líquidas, que compreendem as receitas financeiras, despesas financeiras, ganhos e perdas com variação cambial e monetária e com derivativos, totalizaram \$12,6 milhões, contra despesas financeiras líquidas de \$50,8 milhões no ano anterior. Esta diminuição de despesas deve-se, principalmente, ao aumento das aplicações financeiras, resultado da maior geração de caixa no período, e à redução no custo da dívida.

Com o objetivo de estender o vencimento médio de seu endividamento, as transações financeiras conduzidas em 2005 contribuíram substancialmente na realização desse objetivo. O vencimento médio das dívidas mais que dobrou no período, aumentando de 4 para 9 anos, gerando também despesas financeiras nos novos financiamentos contraídos. Os ganhos com variação cambial durante 2005 correspondem a \$57,9 milhões contra \$30,8 milhões em 2004, mas esses ganhos foram parcialmente compensados devido a perdas registradas com derivativos, especialmente acordos de *swaps*, no montante de \$22,0 milhões em 2005 contra ganhos de \$1,2 milhões em 2004.

Equivalência patrimonial sobre empresas não-consolidadas

Em 2005, a equivalência sobre os lucros das empresas não-consolidadas correspondeu a \$96,5 milhões comparada a \$141,9 milhões registrados em 2004. Preços de venda mais baixos para produtos de aço plano durante o ano, bem como um aumento no preço da sucata no ano, geraram receita líquida menor nas participações societárias nos Estados Unidos (Gallatin Steel, MRM Guide Rail e Bradley Steel Processors), que respondem pela maior parte da equivalência sobre os lucros registrados em seus livros contábeis.

Provisão para impostos

Em 2005, as despesas com impostos sobre lucros foram afetadas positivamente pelo reconhecimento de amortização dedutível de ágio, que reduziu essa despesa, no montante de \$76,7 milhões. Entretanto, as alíquotas fiscais efetivas aumentaram de 23,61% em 2004 para 26,41% em 2005 devido ao reconhecimento durante 2004 da reversão da provisão para perdas sobre créditos tributários, no montante de \$120,3 milhões para a Gerdau Açominas e \$48,6 milhões para a Gerdau Ameristeel, que reduziram significativamente as alíquotas fiscais efetivas em 2004.

Lucro líquido

Em 2005, o lucro líquido consolidado correspondeu a \$1.117,5 milhões, 3,5% menor que os \$1.158,4 milhões de 2004. Essa redução reflete o menor volume embarcado para o mercado interno e o impacto da variação cambial nas vendas ao exterior, considerando que a variação do dólar americano para 2005 foi menor que a de 2004. A margem líquida (definida como lucro líquido dividido pela receita líquida) reduziu um decréscimo de 16,7% em 2004 para 12,6% em 2005.

Exercício encerrado em 31 dezembro de 2004 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003

Receita Líquida

A receita líquida foi de \$6.952,1 milhões em 2004, 53,4% maior do que em 2003 (\$4.531,0 milhões). Deste montante, 52,1% (\$3.623,0 milhões) vieram das operações no Brasil, 43,3% (\$3.009,9 milhões) das unidades da América do Norte, e 4,6% (\$319,2 milhões) do Chile e Uruguai. Esse aumento foi conduzido por um melhor desempenho das operações fora do Brasil, um aumento nos preços do mercado internacional e uma recuperação na demanda interna, além da consolidação dos ativos da North Star adquiridos em novembro de 2004.

Gerdau S.A. Consolidado Receita Líquida (\$ milhões)	2004	2003	Varição 2004/2003
Brasil	3.623,0	2.597,8	39,5%
América do Norte	3.009,9	1.811,2	66,2%
América do Sul (excluindo Brasil)	319,2	122,0	161,6%
Total Consolidado	6.952,1	4.531,0	53,4%

O preço médio líquido do aço aumentou de \$395,6/tonelada em 2003 para \$585,5/tonelada em 2004, um aumento de 48,0%.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

O custo de vendas foi de \$4.839,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, um aumento de 40,4% comparado ao custo de vendas em 2003 (\$3.445,6 milhões). O aumento deveu-se principalmente a aumentos no custo de matérias-primas (sucata e ferro-gusa) causados pela maior demanda por parte de empresas siderúrgicas, e por uma queda de 3,7% no volume de vendas em toneladas métricas. Em 2004, a margem bruta alcançou 30,4%, contra 24,0% em 2003. Contribuíram para este desempenho a recuperação das margens operacionais da operação no Brasil em função do ajuste nos preços, devido, principalmente, aos aumentos nos custos de algumas matérias-primas, e à elevação dos preços no mercado internacional, beneficiando, sobretudo, as exportações e as operações da América do Norte. O lucro bruto atingiu \$2.113,2 milhões em 2004 contra \$1.085,4 milhões em 2003, crescimento de 94,7%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais (vendas e marketing, gerais e administrativas) aumentaram 32,3% em 2004, comparadas a 2003, contra um crescimento de 53,4% da receita líquida, fazendo com que a relação despesas operacionais e receita líquida caísse de 8,6% para 7,4%. Essa redução decorreu, principalmente, do menor volume exportado (reduzindo custos com serviços portuários e de transporte) e das menores despesas na Gerdau Ameristeel. Em 2004, as despesas operacionais consolidadas, excluindo outras despesas operacionais, foram \$513,7 milhões contra \$388,2 milhões em 2003.

Outras Receitas (despesas) Operacionais Líquidas

Outras receitas operacionais líquidas em 2004 totalizaram \$28,7 milhões, um aumento de \$29,5 milhões comparado a outras despesas operacionais líquidas de 0,8 milhão registradas em 2003. O aumento deveu-se, principalmente, a uma decisão judicial não-apelável em favor da subsidiária Gerdau Açominas S.A. em uma ação contra o pagamento de impostos de contribuição social baseados na inconstitucionalidade dos Decretos-Lei 2.445/88 e 2.449/88 e totalizando \$43,5 milhões (\$28,7 milhões de imposto líquido).

Lucro Operacional

O lucro operacional em 2004 foi de \$1.628,2 milhões, um aumento de 133,8% comparado aos \$696,3 milhões de 2003. O aumento foi principalmente devido a um acréscimo na margem bruta de produtos de aço no ano, especialmente durante a segunda metade de 2004, como resultado do aumento nos preços e do ganho de \$43,5 milhões, resultantes de uma decisão judicial final a seu favor em uma ação sobre recolhimentos indevidos de PIS.

Despesas e Receitas Financeiras, Ganhos e Perdas com Variação Cambial, Líquidos, Ganhos e Perdas com Derivativos Líquidos

No ano de 2004, a despesa financeira líquida, que compreende as receitas financeiras, despesas financeiras, ganhos e perdas com variação cambial e monetária e com derivativos, totalizaram \$50,8 milhões, contra \$192,7 milhões no ano anterior. Esse decréscimo deve-se principalmente à queda nos investimentos financeiros, como resultado da melhora na geração de caixa no período, e a uma redução no custo de financiamento devido à mudança no perfil da dívida, com a emissão financiamentos como *Euro Commercial Paper* e *Senior Notes* da Gerdau Ameristeel, com custos financeiros menores para a Gerdau, e pagamento de dívidas com taxas de juros mais elevadas. Adicionalmente, a maioria dos contratos de *swap* entre moedas com entrada em 2003 venceram em 2004 e não foram substituídos, resultando na redução de perdas de derivativos em 2004.

Equivalência patrimonial sobre empresas não-consolidadas

A equivalência patrimonial sobre empresas não-consolidadas foi de \$141,9 milhões em 2004, originada, principalmente, pelos resultados positivos das participações societárias de 50% na Gallatin, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail, refletindo uma boa performance do negócio siderúrgico.

Ganho na variação de participação no investimento Gerdau Ameristeel

Em 15 de outubro de 2004 a Gerdau Ameristeel emitiu 70.000 novas ações, que foram adquiridas pela Gerdau e outros investidores em oferta pública. Como as ações emitidas foram emitidas a um preço maior do que o montante médio das ações pertencentes à Companhia, a Gerdau registrou um ganho no montante de \$2,7 milhões, representado como "Ganho na variação de participação", nas demonstrações financeiras consolidadas.

Provisão para Impostos

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social foi afetada, em 2004, pelo refazimento dos cálculos de aproveitamento de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais, nos valores de \$120,3 milhões e de \$48,6 milhões, pelas operações da Gerdau no Brasil e Gerdau Ameristeel, respectivamente. Isto reflete a revisão da probabilidade da realização destes prejuízos fiscais, considerando os níveis atuais de lucratividade.

Lucro líquido

Em 2004, o lucro líquido consolidado atingiu \$1.158,4 milhões, 127,1% superior ao do exercício de 2003, quando foi de \$510,2 milhões, devido a margens brutas superiores geradas pelo aumento da demanda mundial de aço, ao impacto de \$43,5 milhões relacionado a uma decisão judicial final sobre processo fiscal, aumento dos ganhos de empresas não-consolidadas pelo método da equivalência patrimonial contribuindo com \$141,9 milhões e também à redução de despesa financeira devido ao aumento de caixa gerado por operações, que permitiram o pagamento de dívidas.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002

Receita Líquida

Em 2003, a receita líquida totalizou \$4.531,0 milhões, representando um crescimento de 38,8% em relação a 2002 (\$3.264,9 milhões), principalmente devido ao aumento no volume de exportação, que gerou receitas de \$787,3 milhões (125,0% superiores a 2002), além da aquisição de nove unidades norte-americanas da Co-Steel em outubro de 2002, e da utilização da capacidade total de suas operações brasileiras.

Gerdau S.A. Consolidado Receita Líquida (\$ milhões)	2003	2002	Varição 2003/2002
Brasil	2.597,8	2.111,7	23,0%
América do Norte	1.811,2	1.053,8	71,9%
América do Sul (excluindo Brasil)	122,0	99,4	22,7%
Total Consolidado	4.531,0	3.264,9	38,8%

O preço líquido médio do aço em 2003 foi \$395,6/tonelada, comparado a \$365,7/tonelada em 2002.

Do total da receita líquida, as operações brasileiras geraram \$2.597,8 milhões, um aumento de 23,0% sobre o ano de 2002; as outras operações na América do Sul apresentaram um aumento de 22,7%, alcançando \$122,0 milhões, enquanto que a operação da Gerdau Ameristeel apresentou um crescimento de 71,9% nesse período, passando de \$1.053,8 milhões em 2002 para \$1.811,2 milhões em 2003. Este maior resultado é devido à consolidação total das nove unidades na América do Norte e a aumentos significativos de preços ocorridos nesta região, combinados com melhores condições de mercado.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

O custo das vendas foi de \$3.445,6 milhões em 2003, um aumento de 46,6% comparado ao custo de vendas em 2002 (\$2.349,6 milhões). O aumento deveu-se principalmente à aquisição da Co-Steel, que contribuiu para o aumento das vendas em toneladas métricas e também proporcionou um aumento no custo de vendas dessas entregas. Como consequência, a margem bruta de 2003 alcançou 24,0% contra 28,0% no ano anterior. Esta queda deve-se aos aumentos nos custos de sucata e ferro-gusa no Brasil e sucata, energia elétrica e gás natural nos Estados Unidos. O lucro bruto chegou a \$1.085,4 milhões em 2003, 18,6% maior do que no ano anterior.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais (vendas, marketing, gerais e administrativas) cresceram 16,1% em 2003, para \$388,2 milhões principalmente devido à aquisição da Co-Steel. Apesar desse aumento, no entanto, as despesas operacionais em relação à receita líquida caíram para 8,6% em 2003, contra 10,2% em 2002, devido à consolidação, em 2003, da área administrativa de suas operações norte-americanas em Tampa, que foi repetida em Toronto (antiga sede da Co-Steel) em 2002.

Outras Receitas (despesas) Operacionais Líquidas

Em 2003, outras despesas operacionais líquidas totalizaram \$0,8 milhão, uma queda de \$17,4 milhões comparada a outras despesas operacionais de \$18,2 milhões em 2002. A queda deveu-se principalmente à venda da SIPSA, uma empresa argentina previamente controlada pela Gerdau e vendida em 2002, que gerou uma perda de \$18,0 milhões.

Lucro Operacional

Em 2003, o lucro operacional foi de \$696,3 milhões, um aumento de 23,8% contra \$562,6 milhões em 2002. O aumento deveu-se, principalmente, ao maior lucro bruto em razão de nove novas usinas que começaram a operar em 2003. O aumento no custo de vendas levou a uma queda na margem operacional durante o mesmo período de 17,2% para 15,4%.

Despesas e Receitas Financeiras, Ganhos e Perdas com Variação Cambial, Líquidos, Ganhos e Perdas com Derivativos Líquidos

Em 2003, a despesa financeira líquida (que inclui receitas financeiras, despesas financeiras e ganhos e perdas na variação cambial e derivativos) totalizou \$192,7 milhões, 40,5% inferior a 2002. Esse valor é composto de despesas financeiras de \$219,4 milhões, ganhos de variação cambial de \$162,2 milhões, perdas em derivativos de \$197,6 milhões e receita financeira de \$62,0 milhões. A redução das despesas financeiras líquidas em 2003 deve-se, principalmente, aos ganhos de variação cambial, os quais foram gerados pela valorização do real em relação ao dólar americano, e aos aumentos dos ativos denominados em dólares americanos em relação aos ativos denominados em reais, principalmente contas a receber, o qual foi influenciado pelo aumento das exportações.

Equivalência patrimonial sobre empresas não-consolidadas

A equivalência patrimonial de empresas não-consolidadas de \$22,1 milhões em 2003 resultou de rendimentos de empresas não-consolidadas na Argentina, Chile, Estados Unidos e Brasil, sendo grande parte desse valor gerado pela Gallatin e Dona Francisca Energética S.A., ou DFESA. Em 2003, a equivalência patrimonial de empresas não-consolidadas incluiu o lucro líquido da Gallatin para o período completo de 12 meses, enquanto em 2002 incluiu apenas o lucro líquido da Gallatin em um período de dois meses a partir da integração das operações na América do Norte. A DFESA, que teve efeito considerável no resultado da equivalência patrimonial de 2002 com seus resultados negativos, obteve lucro em 2003.

Provisão para Impostos

A Companhia contabilizou um benefício de \$34,1 milhões para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2003 devido à reversão de provisão para perdas no montante de \$137,3 milhões a qual foi possível em virtude do melhor desempenho e da reestruturação operacional realizada em novembro de 2003. Tais créditos são provenientes de prejuízos fiscais gerados em anos anteriores na antiga Açominas. É permitido à Companhia o uso destes prejuízos fiscais como deduções do lucro tributável gerado por todas as operações siderúrgicas no Brasil, inclusive as da Gerdau que foram incorporadas pela Gerdau Açominas a partir de Novembro de 2003.

Lucro líquido

Devido às maiores vendas, às menores despesas operacionais, às menores despesas financeiras líquidas e ao resultado positivo de imposto de renda e contribuição social, o lucro líquido atingiu \$ 510,2 milhões em 2003, um crescimento de 120,1% em relação ao ano anterior. A margem líquida subiu para 11,3%, contra 7,1% em 2002 devido à consolidação de nove unidades norte-americanas adquiridas da Co-Steel e ao reconhecimento de benefícios fiscais e cancelamento de provisão para desvalorização relativo a imposto de renda, em razão da nova estimativa de lucratividade resultante da reorganização corporativa ocorrida em 2003.

B. LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou \$345,1 milhões, \$1.070,6 milhões e \$611,3 milhões para os anos terminados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, respectivamente, somando \$2.026,9 milhões para os três anos. O caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi uma das principais fontes de liquidez utilizadas pela Companhia. Os contratos de financiamento de curto e longo prazo compreenderam um total de \$4.918,4 milhões no período de três anos, contribuindo com \$1.630,5 milhões em 2005, \$1.290,0 milhões em 2004 e \$1.997,9 milhões em 2003 em favor das necessidades de liquidez da Companhia. A venda de ativos fixos disponibilizados, tais como maquinário obsoleto e equipamento sucateado, gerou recursos totais de \$8,7 milhões para os anos de 2005, 2004 e 2003.

Em 2005, as principais aplicações dos recursos de capital foram: \$697,4 milhões em ativos fixos, \$49,6 milhões para a aquisição da North Star na América do Norte, \$16,7 milhões para a aquisição da Sipar Aceros, \$6,7

milhões para a aquisição da Diaco e \$6,2 milhões para a aquisição da Sidelpa, \$396,0 milhões para pagamento de dividendos e \$798,4 milhões para pagamento de dívidas. As aquisições da Diaco e da Sidelpa consumadas em 2005 também tiveram um impacto não-monetário de \$53,6 milhões resultante da liberação de fundos previamente mantidos em trustes. O pagamento ao truste foi previamente contabilizado como uso de recursos em 2004 no demonstrativo de fluxos de caixa. Em 2004, as principais aplicações dos recursos de capital foram: \$440,9 milhões em ativos fixos, \$298,4 milhões para a aquisição de negócios na América do Norte, \$1.273,2 milhões para pagamento de dívidas de curto e longo prazo e \$275,6 milhões para distribuição de dividendos. Em 2003, as principais aplicações de recursos foram \$297,8 milhões em ativos fixos, \$2.126,5 milhões em pagamento de dívidas de curto e longo prazo e \$122,3 milhões em distribuição de dividendos. O montante de recursos investidos em ativos fixos de 2003 a 2005 (\$1.436,1 milhões) foi utilizado para a modernização de suas usinas industriais e subsidiárias e para a atualização tecnologia. Em 2005, os recursos foram utilizados para a construção de uma nova usina industrial com forno elétrico a arco em São Paulo e para a expansão do alto-forno da usina de Ouro Branco.

A principal fonte de liquidez da Companhia é constituída, tradicionalmente, de caixa gerado pelas atividades operacionais.

De 31 de dezembro de 2004 a 31 de dezembro de 2005, o capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) aumentou em \$1.683,9 milhões de \$1.610,7 milhões em 2004 para \$3.294,6 milhões em 2005. De 31 de dezembro de 2003 a 31 de dezembro de 2004, o capital circulante líquido aumentou \$1.310,0 milhões, de \$300,7 milhões em 2003 para \$1.610,7 milhões em 2004. O crescimento em 2005 deve-se primordialmente (i) ao aumento nos investimentos, como resultado da melhora na geração de caixa no período e à emissão de dívida de longo prazo, principalmente de seus títulos perpétuos, no montante de \$600,0 milhões, (ii) ao aumento nos estoques como resultado da elevação da produção de aço, (iii) a redução de suas contas a receber devido a vendas mais baixas, especialmente na América do Norte como resultado de altos níveis de estoque e (iv) à consolidação de ativos de suas operações na North Star, bem como à consolidação das empresas sul-americanas adquiridas em 2005.

Endividamento e Estratégia Financeira

Os empréstimos feitos pela Companhia têm como objetivo principal financiar investimentos em ativos fixos, tanto para a modernização e atualização tecnológica das plantas quanto para a expansão da capacidade instalada, financiamento de capital de giro, compra de participações em outras empresas e, dependendo das condições de mercado, para investimentos de curto prazo.

A dívida total da Companhia (dívida bruta excluindo debêntures, que são principalmente controladas por partes relacionadas, e empréstimos da empresa controladora) foi de \$2.799,6 milhões e de \$1.953,7 milhões em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente. Nas mesmas datas, o saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo foram de \$2.303,4 milhões e de \$659,5 milhões, respectivamente.

A dívida total somou \$3.215,0 milhões em 2005 e \$2.299,6 milhões em 2004. A dívida líquida (dívida de curto e longo prazo mais debêntures menos caixa, caixa restrito e aplicações financeiras de curto prazo) reduziu de \$1.640,0 milhões em 2004 para \$911,5 milhões em 2005. Essa redução reflete a maior geração de caixa no período, bem como a valorização do real em relação ao dólar americano, que reduziu o montante convertido em dólares americanos da dívida em reais e a parcela em reais contratada pelas empresas brasileiras

Em 2005, as receitas financeiras líquidas (que compreendem receitas e despesas financeiras, ganhos e perdas com variação cambial, e ganhos e perdas com derivativos) totalizaram \$12,6 milhões contra uma despesa financeira líquida de \$50,8 milhões em 2004. Essa melhoria deve-se à maior geração de caixa, que foi principalmente utilizada para a aquisição de investimentos a curto prazo com juros. Além disso, as receitas financeiras líquidas em 2005 refletiram ganhos na variação cambial (\$57,9 milhões) que resultaram da apreciação do real, que afetou os ativos e passivos denominados em dólares americanos, principalmente contas a receber, dívida e contas a pagar. Os derivativos geraram perdas de \$22,0 milhões em 2005, causadas pela apreciação do real em relação ao dólar americano.

A tabela a seguir mostra o perfil de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (em milhares de dólares americanos):

	2005	2004
CURTO PRAZO:		
<u>Financiamentos de curto prazo:</u>		
Financiamentos denominados em reais	7.896	1.724
Financiamentos denominados em moeda estrangeira	303.488	411.186

Total dos financiamentos de curto prazo	311.384	412.910
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo:		
Financiamentos denominados em reais	39.947	70.616
Financiamentos denominados em moeda estrangeira	215.231	189.678
Total da parcela circulante dos financiamentos de longo prazo	255.178	260.294
Debêntures ^(a)	1.162	1.125
Dívida de curto prazo mais parcela corrente da dívida de longo prazo e debêntures	567.724	674.329
LONGO PRAZO:		
Longo prazo menos parcela circulante dos financiamentos de longo prazo:		
Financiamentos denominados em reais	349.567	179.362
Financiamentos denominados em moeda estrangeira	1.883.464	1.101.154
Total dos financiamentos de longo prazo	2.233.031	1.280.516
Debêntures	414.209	344.743
Financiamentos de longo prazo mais debêntures	2.647.240	1.625.259
Dívida bruta incluindo debêntures, parcela circulante do longo prazo e financiamentos com controladora	3.214.964	2.299.588
Caixa, caixa restrito e aplicações financeiras de curto prazo	2.303.413	659.529
Dívida líquida incluindo debêntures, parcela circulante do longo prazo e financiamentos com controladora	911.551	1.640.059

Em 31 de dezembro de 2005, a dívida total da Companhia, incluindo debêntures, era de \$3.215,0 milhões. Deste total \$733,4 milhões (22,8%) estava denominado em reais e \$2.481,5 milhões (77,2%) estava em moeda estrangeira.

Dívida de curto prazo mais parcela corrente da dívida de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2005, a dívida de curto prazo era de \$311,4 milhões. Deste total, \$7,9 milhão se referia a financiamentos em reais e \$303,5 milhões a financiamentos em moeda estrangeira. A parcela corrente da dívida de longo prazo e debêntures somava \$256,3 milhões, dos quais \$39,9 milhões são relativos a financiamentos em reais e \$216,4 milhões são relativos a financiamentos em moeda estrangeira. A dívida de curto prazo mais debêntures, parcela corrente da dívida de longo prazo e financiamentos com a controladora totalizou \$567,7 milhões em 2005, representando uma redução de 15,8% em relação a 2004, resultante, principalmente, da extensão do vencimento médio de seu endividamento.

Longo prazo

A dívida de longo prazo, incluindo debêntures, totalizou \$2.647,2 milhões em 31 de dezembro de 2005. Deste total, \$2.233,0 milhões é composto por empréstimos com instituições financeiras e da emissão de dívida no mercado, dos quais \$349,6 milhões foram contratados em reais e \$1.883,5 milhões em moeda estrangeira. Do total da dívida de longo prazo, \$414,2 milhões referem-se a debêntures, dos quais \$78,2 milhões denominados em moeda estrangeira e \$336,0 milhões em reais.

Dos empréstimos de longo prazo denominados em moeda estrangeira, \$1.883,5 milhões, excluindo a parcela circulante de financiamentos de longo prazo e debêntures, aproximadamente 75,4% foram contratados pela Companhia e suas subsidiárias no Brasil, enquanto que 24,6% foram contratados por suas subsidiárias no exterior.

A Companhia tem negociado acordos financeiros com o objetivo de financiar e melhorar o perfil da sua dívida. Os mais importantes acordos financeiros contratados em 2005 são descritos abaixo.

Em 12 de outubro de 2005, a Gerdau concluiu sua terceira emissão de *Euro Commercial Paper* no montante de \$200,0 milhões, sob um plano de \$300,0 milhões com vencimento em 11 de outubro de 2006, e juros de 5,0% ao ano.

Em 15 de setembro de 2005, a Gerdau emitiu *Guaranteed Perpetual Senior Securities* (Bônus Perpétuo) num total de \$600 milhões com juros de 8,875%. Os títulos são garantidos pela Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços. Os títulos não têm uma data de vencimento estabelecida, mas devem ser resgatados pela Gerdau em caso de eventos de inadimplência específicos (conforme definidos nos termos dos títulos) que não estejam totalmente sob seu controle. A empresa tem a opção de resgate desses títulos a qualquer tempo depois de setembro de 2010. Os pagamentos de juros vencem trimestralmente.

A Gerdau está sujeita a limitações no endividamento, cessão de bens em garantia e pagamento de dividendos, sob certas circunstâncias, pelos instrumentos que definem os direitos dos credores de suas debêntures e pelos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estas limitações são aplicadas ao Bônus Perpétuo (*Guaranteed Perpetual Senior Securities*) e aos acordos de refinanciamento da Gerdau Ameristeel (*Senior Notes and Senior Secured Credit Facility*) assim como linhas de crédito, financiamentos de bancos e créditos de fornecedores. A maioria dos financiamentos contratados pela Gerdau S.A., incluindo as operações do NEXI e as Notas Recebíveis de Exportações têm garantias baseadas em certos limites, tais como: (i) a dívida financeira dividida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – EBITDA (definido como lucro bruto menos despesas com vendas, gerais e administrativas mais depreciação e amortização) deve ser menor do que 4,0 vezes e (ii) o EBITDA dividido por despesas financeiras líquidas, excluindo variações monetárias e cambiais, deve ser maior do que 3,0 vezes.

Para o Programa de Notas Recebíveis de Exportações, a Gerdau tem que manter um Patrimônio Líquido Consolidado mínimo de R\$ 3.759,2 milhões.

Com o propósito de se proteger contra flutuações da moeda brasileira em relação ao dólar americano e contra mudanças nas taxas de juros da dívida incorrida em moeda estrangeira no Brasil, a Companhia fez transações de *swap* cambial entre moedas. Com essas transações, a Companhia recebe dólares americanos, normalmente acumulando juros com taxas fixas, em troca de reais, acumulando juros com taxas de CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em dezembro de 2005, o valor total envolvido nas transações de *swap* era de \$7,9 milhões (valor contratado). Parte do fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais é denominado em reais e outra parte em dólares americanos.

Em 2005, a Gerdau Açominas efetuou transações de *swap* nas quais recebe taxa de juros fixos em dólares americanos e paga taxa de juros variáveis com base na LIBOR. Os contratos têm valor nominal de \$240,0 milhões e vencimento em novembro de 2011. A Gerdau também obteve financiamento em reais a juros fixos que também sujeitam a Companhia a variações no valor de mercado de suas dívidas em decorrência de variações nas taxas de juros. Assim, a Companhia efetuou transações de *swap* em 2005 nas quais a Gerdau recebe taxa de juros fixos em reais e paga uma taxa de juros variável com base na CDI. Os contratos têm valor nominal de \$133,5 milhões em 31 de dezembro de 2005 e data de vencimento entre janeiro e março de 2006.

Além disso, a fim de reduzir sua exposição a variações no valor de mercado de suas Notas Bancárias, a Gerdau Ameristeel fez transações de *swap* nas quais recebe taxa de juros fixos e paga taxa de juros variáveis com base na LIBOR. Em dezembro de 2005, o valor total envolvido nas transações de *swap* era de \$200 milhões. Esses fluxos de caixa originários de operações podem ser utilizados para pagar o serviço da dívida. No entanto, não pode haver garantia de que os fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais serão suficientes para pagar as obrigações da dívida contratada em moeda estrangeira, principalmente em dólares americanos. Conseqüentemente, é possível que as flutuações na taxa de câmbio tenham um efeito adverso importante nos negócios, na condição financeira e nos resultados das operações da Companhia. Veja Item 3 - Fatores de Risco.

A dívida de longo prazo da Companhia com instituições financeiras, inclusive debêntures, será amortizada da seguinte forma:

Gerdau S.A. Consolidado	
Amortização	
(\$ milhões)	
2007	396,9
2008	345,2
2009	225,4
2010	156,9
2011	546,9
Após 2011	975,9
Total	<u>2.647,2</u>

Os valores descritos acima incluem as debêntures conversíveis da Gerdau Ameristeel que vencem em 2007 (\$78,2 milhões) e outras cinco emissões de debênture da Gerdau S.A. (\$336,0 milhões) com diferentes datas de vencimento após 2010.

C. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, PATENTES E LICENCAS, ETC.

Devido às suas peculiaridades, a Gerdau Aços Especiais Piratini, que é ativa no segmento automotivo, é a única unidade que tem investido sem interrupção na atualização tecnológica, bem como em Pesquisa e Desenvolvimento. Essa unidade mantém um departamento de Pesquisa e Desenvolvimento responsável por novos produtos e otimização de processos já existentes. Esses projetos de desenvolvimento de produtos são conduzidos por especialistas que usam ferramentas como 6 Sigma, uma metodologia de trabalho que busca melhorias nos resultados alcançados, e o Desdobramento da Função Qualidade, um processo no qual os técnicos identificam as necessidades que os clientes requerem. Nas demais unidades, o desenvolvimento de produtos é praticado pelas próprias equipes de produção e qualidade, atendendo plenamente às necessidades dos clientes e do mercado.

Como é comum para produtores de aço em *mini-mills*, a Gerdau geralmente adquire tecnologia no mercado, considerando que a tecnologia na produção do aço já está disponível para compra.

Os mais sofisticados equipamentos de produção utilizados pela Companhia são fornecidos por produtores internacionais de máquinas e empresas especializadas em desenvolvimento de tecnologia em aço. Tais fornecedores geralmente firmam acordos de transferência de tecnologia com o comprador e fornecem suporte técnico extensivo e treinamento de funcionários em conexão à instalação e financiamento dos equipamentos. A Gerdau firmou acordos de transferência de tecnologia com a Nippon Steel, Sumitomo Steel, Thyssen, Daido Steel and BSW.

D. TENDÊNCIAS

A Gerdau tem seu negócio focado na produção de aços longos e na distribuição de produtos siderúrgicos em geral, com operações no Brasil, na América do Norte e na América do Sul. Uma das estratégias adotadas pela Companhia para o desenvolvimento do seu negócio é a de concentrar esforços regionalmente visando a suprir suas necessidades de matérias-primas e vender a produção para clientes, predominantemente, localizados próximos da unidade operacional.

Dentro desse conceito, a disponibilidade de insumos utilizados pela Companhia, tais como sucata, ferro-gusa, minério de ferro, carvão vegetal e carvão, e a demanda local são muito importantes para o desempenho das diversas unidades operacionais, mas não necessariamente comprometem o desempenho consolidado. O setor siderúrgico, especialmente o segmento de aços longos, independentemente do país onde a Companhia opera, é muito influenciado pelas variáveis macroeconômicas das regiões específicas e globais, e, com base nestes elementos, a Gerdau forma a sua própria percepção sobre o desempenho futuro do Grupo Gerdau.

O panorama geral de mercados internacionais para aços longos comuns é positivo. Esse é o resultado do equilíbrio entre fornecimento e demanda e níveis de estoque em todo o mundo. A disciplina global é ainda outro fator que tem contribuído para a manutenção de um ambiente competitivo estável. Em termos gerais, é justo presumir que a economia mundial experimentará um ambiente favorável em 2006.

Por outro lado, em longo prazo, há a ameaça de capacidade excessiva na China, que traz incerteza não só para o mercado americano, mas também para os preços internacionais. A economia chinesa deve continuar a crescer, sendo razoável esperar que a demanda interna continue a absorver uma porção significativa dessa capacidade adicional.

Há indicativos de que no Brasil o pior já passou e de que o país avançará em 2006 em um ritmo que deve levar à recuperação econômica. A partir de uma perspectiva do mercado interno com taxas de juros em declínio, e talvez um crescimento nos gastos do governo, a economia deve mostrar alguma confiança. A construção civil já dá sinais de recuperação e deve desempenhar um papel relevante no crescimento econômico. A Gerdau deve perceber também uma recuperação no setor industrial, como nos equipamentos agrícolas e torres de transmissão de energia. O custo do minério de ferro deve aumentar em função do crescimento na demanda mundial. Os custos do coque e das ligas metálicas devem manter-se estáveis.

O PIB brasileiro deve crescer entre 3,0% e 3,5% e a Companhia acredita que as vendas no mercado interno cresçam no mínimo 5,0%.

Na América do Norte, a situação geral de fornecimento e demanda para produtos de aço parece razoavelmente bem equilibrada no início de 2006, e espera-se um fortalecimento sazonal normal da demanda com a chegada da

primavera, o que deve ajudar a manter boas margens de metálicos. Mesmo com os desafios enfrentados pela Companhia e pelo setor, a Gerdau acredita que sua subsidiária norte-americana está totalmente preparada para aproveitar-se desse ambiente favorável colocando em prática seus princípios básicos e estratégias de negócios.

O PIB dos Estados Unidos deve manter seu crescimento a índices saudáveis e o *highway bill*, juntamente com os esforços de reconstrução na área do Golfo deve manter a forte demanda por barras, vergalhões e perfis. Os custos de produção devem manter-se estáveis, bem como a margem de metálicos.

As economias da América do Sul devem consolidar seu crescimento em 2006. A demanda por aço deve ser forte com o fortalecimento do setor de construção civil. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um crescimento do PIB acima dos 4,0% para todos os países da América do Sul onde a Gerdau opera (com exceção do Brasil).

O investimento na Sidenor foi consolidado no início do primeiro trimestre de 2006, aumentando em mais de 750.000 toneladas a capacidade de produção anual da Gerdau.

Em termos gerais, a tendência para o ano de 2006 é de maiores volumes vendidos e resultados nos mesmos níveis de 2005.

E. ACORDOS EXTRA-CONTÁBEIS

A Companhia não possui quaisquer acordos extra-contábeis que tenham ou possam ter efeito atual ou futuro na sua condição financeira, nas variações na condição financeira, receitas ou despesas, resultados das operações, liquidez, gastos de capital ou fontes de capital, além dos descritos abaixo.

A Companhia garante 51,82% das dívidas da Dona Francisca Energética S.A., uma corporação fechada que possui e opera a usina hidroeétrica conhecida como Usina Hidroeétrica Dona Francisca, no montante de R\$ 90,4 milhões (equivalentes a \$ 38,6 milhões pela cotação final do ano). O percentual da garantia corresponde à participação de 51,82% na Dona Francisca Energética, que é a extensão das garantias da Companhia aos credores. Adicionalmente, a Gerdau dá garantias ao Banco Gerdau S.A. no montante de \$18,1 milhões por valores emprestados pelo banco aos clientes que adquirem os seus produtos.

F. DEMONSTRAÇÃO TABULAR DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Obrigações contratuais (\$ mil)	Pagamentos devidos por período				Mais de 5 anos
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos:	3-5 anos:	
Obrigações de longo prazo (1)	2.799.593	566.562	663.889	382.266	1.186.876
Debêntures conversíveis da Gerdau Ameristeel (1)	95.594	-	95.594	-	-
Debêntures ⁽¹⁾	318.615	-	-	-	318.615
Pagamentos de juros (2)	2.081.802	163.888	281.109	226.605	1.410.200
Obrigações de arrendamento operacional (3)	81.666	13.934	20.354	14.452	33.126
Gastos de capital (4)	673.121	484.056	165.082	23.983	-
Obrigações de compra incondicionais (5)	69.875	69.875	-	-	-
Obrigações de compra condicionais (6)	27.515	12.630	9.044	1.408	4.433
Obrigações com plano de pensão (7)	32.414	32.414	-	-	-
Compromisso de aquisição de ações de subsidiárias (8)	43.249	-	-	-	43.249
Total	6.223.444	1.343.359	1.235.072	648.514	2.996.499

(1) Total incluído nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2005. Veja Nota 14 – Empréstimos e financiamentos de curto prazo, e Nota 15 Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures nas demonstrações financeiras consolidadas.

(2) Pagamentos de juros incluem montantes relacionados a títulos perpétuos, que não têm data de vencimento final. Com o propósito de cálculo dos juros, os pagamentos de juros nos títulos perpétuos foram considerados para 30 anos.

(3) Inclui obrigações de pagamento mínimos de *leasing* de arrendamentos de equipamentos e imóveis em vigor em 31 de dezembro de 2005.

(4) Obrigações de compra com gastos de capital correspondem a projetos de investimento. O montante total refere-se a contratos de projetos de investimento nos quais o compromisso da Gerdau com os fornecedores na aquisição de equipamentos é irrevogável. Como os respectivos equipamentos ainda não foram recebidos até 31 de dezembro de 2005, o passivo ainda não foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas nessa data.

(5) A maioria das outras obrigações de compra são com fornecedores de estoque e outras despesas operacionais utilizados no curso normal dos negócios.

(6) As obrigações de compra condicionais são com fornecedores de estoque e outras despesas operacionais utilizados no curso normal dos negócios. As obrigações de compra não são consideradas incondicionais, pois podem ser canceladas mediante pagamento de multas, que não são substanciais no montante total do contrato.

(7) Obrigações com plano de pensão foram incluídas apenas para 2006 pois o total da obrigação em 2007 e depois disso não pode ser determinada.

(8) Durante 2005, todas condições precedentes relacionadas ao contrato de aquisição da Diaco foram alcançadas. Em consequência, a Diaco está sendo consolidada em suas demonstrações financeiras. Entretanto, a Companhia assumiu o compromisso de aquisição dos 40% de ações restantes da Diaco, atualmente controladas pelos antigos proprietários. O prazo final para esse compromisso é dezembro de 2012, e o montante demonstrado inclui juros contratuais. A Gerdau tem a opção de acelerar a aquisição das ações, e caso a opção seja exercida, o pagamento deve ser efetuado em 2008 e 2009. O valor de mercado desse compromisso é registrado em suas demonstrações financeiras. Veja Nota 4.1 Aquisições – Diaco e Sidelpa em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

G. SALVAGUARDA

Veja “Nota de Advertência Relativa a Demonstrações Prospectivas”.

H. PRÁTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (1) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (2) requer os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas sobre o efeito de questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis incluídas neste memorando de oferta, a administração adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que a administração entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela administração no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer que a Companhia faça julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a administração forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- imposto de renda diferido;
- benefícios de pensão e pós-emprego;
- passivos ambientais;
- instrumentos financeiros derivativos;
- vida útil de ativos fixos; e
- valor de mercado de instrumentos financeiros não cotados.

Imposto de Renda Diferido

O método do passivo de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. É registrada uma provisão para desvalorização para a parcela de ativo fiscal futuro cuja realização seja considerada improvável do que provável. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, da provisão para desvalorização.

Benefícios de Pensão e Pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método do benefício projetado *pro-rata* sobre o serviço e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- O custo do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- O excesso de ganho ou perda atuarial líquida acima de 10% do maior entre a obrigação de benefício e o valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos;
- Reduções do plano resultam de reduções significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usados várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar os dados. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

Passivos Ambientais

A Gerdau registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de limpeza potencial e estimativas de reparação em sítios ambientais conhecidos. A Gerdau emprega uma equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e usa especialistas externos quando necessário. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

Instrumentos Financeiros e Derivativos

- A Gerdau aplica o SFAS No.133, "*Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*" e suas emendas e interpretações.

Instrumentos financeiros derivativos incluem trocas de moeda estrangeira atrelada à taxa de juros contratadas pelas companhias que operam no Brasil principalmente para trocar financiamentos a taxas fixas denominados ou

indexados pelo dólar americano e financiamento à taxa fixa denominados em reais por financiamentos em reais a taxas variáveis, bem como para trocar taxas de juros fixas em dólares americanos por taxas de juros com base na LIBOR.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial a valor de mercado e os ajustes a valor de mercado são registrados no resultado. Os derivativos feitos pela Gerdau não são negociáveis e foram ajustados com várias instituições financeiras, principalmente no Brasil. A Companhia valoriza esses instrumentos considerando cotações obtidas junto aos participantes do mercado e seguindo uma metodologia desenvolvida internamente que considera, conforme for aplicável, a taxa de câmbio futura do real contra o dólar dos E.U.A. e taxas de juros futura em reais ou em dólares dos E.U.A. vigentes na data da mensuração. A Companhia entende que as estimativas de valor de mercado obtidas são razoáveis quando comparadas com informações de instrumentos financeiros semelhantes negociados na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e que a metodologia de avaliação desenvolvida internamente é consistente com as metodologias usadas por outros participantes do mercado de derivativos no Brasil e que seus resultados refletem razoavelmente o montante que seria pago ou recebido para liquidar os derivativos na data da avaliação. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil determinou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos swaps em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas demonstrações contábeis pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações em 31 de dezembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2005 os ganhos não realizados de seus instrumentos financeiros derivativos totalizavam \$2,3 milhões e as perdas não realizadas somavam \$8,0 milhões.

Vida útil de ativos de longa duração

A Gerdau reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada fábrica. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperabilidade do custo (“*impairment tests*”) dos ativos de longa duração, quando necessário.

Valor de mercado de instrumentos financeiros não cotados

A Gerdau realizou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições conduzidas em 2005, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas minoritários das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas minoritários para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros estão registrados pelo valor de mercado em seu balanço patrimonial, e a determinação de seu valor de mercado envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Gerdau estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Gerdau tem compromisso de aquisição utilizando múltiplos EBITDA de empresas similares negociadas no mercado. A Gerdau acredita que tal critério seja apropriado, alinhado com as práticas observadas no mercado e com a literatura técnica conceitual para estimar o valor de mercado dos instrumentos não-cotados.

ITEM 6. CONSELHEIROS, ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A. MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES

A seguir está uma breve biografia de cada um dos Diretores e Administradores da Companhia:

JORGE GERDAU JOHANNPETER, 70 anos, trabalha no Grupo Gerdau desde 1954. Ele e seus irmãos, Germano, Klaus e Frederico, iniciaram na Companhia como auxiliares. Jorge Johannpeter tornou-se Diretor Executivo em 1971, e nomeado membro do Conselho de Administração em 1973. Em 1983 foi nomeado Presidente do Grupo e do Conselho de Administração. Desde 2002, após a implementação da nova estrutura de governança corporativa, Jorge Johannpeter tornou-se também Presidente do Comitê Executivo Gerdau (CEG). Ele é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER, 74 anos, trabalha no Grupo Gerdau desde 1951. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, tornou-se Vice-Presidente do Conselho de Administração. Ele é formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

KLAUS GERDAU JOHANNPETER, 71 anos, trabalha no Grupo Gerdau desde 1954. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, tornou-se Vice-Presidente do Conselho de Administração. É formado em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER, 64 anos, trabalha no Grupo Gerdau desde 1961. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Sob a nova estrutura de governança corporativa, passou a ser também Vice-Presidente Sênior do Comitê Executivo Gerdau. É formado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem mestrado em Negócios, Finanças, Custos e Investimentos pela Universidade de Colônia, na Alemanha.

ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE, 55 anos, foi eleito Membro Externo do Conselho em 2002. É formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fez mestrado na Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas e obteve o título de PhD no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos Estados Unidos. É também membro do Conselho de Administração da Alps Funds. Ao longo de sua carreira, André Pinheiro de Lara Resende desempenhou funções como Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Assessor Especial da Presidência da República, Sócio Diretor do Banco Matrix S.A., Negociador Chefe da Dívida Externa Brasileira, Diretor Presidente da Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), Vice-Presidente Executivo e membro do Conselho de Administração do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Diretor da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda., membro do Conselho da Cia. Ferro Brasileiro S.A., Membro do Conselho de Administração das Lojas Americanas S.A., Sócio Diretor do Banco de Investimento Garantia e Diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central do Brasil.

AFFONSO CELSO PASTORE, 66 anos, foi eleito Membro Externo do Conselho em 2002. É formado em Economia pela Universidade de São Paulo e obteve o título de Doutor em Economia pela mesma Universidade. Atua também como professor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e como consultor de economia. Pastore foi ainda Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e Presidente do Banco Central do Brasil.

OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, 60 anos, foi eleito Membro Externo do Conselho em 2002. Formou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Administração pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É presidente e diretor do LID – *Latin America Internet Development Group* e membro dos conselhos consultivos da Telesystem International Wireless (TIW) e da Bunge Alimentos S.A. no Brasil. Oscar de Paula Bernardes Neto é também membro dos conselhos da RBS, CheckForte, Satipel e Alcoa, no Brasil, além da Delphi Corp., nos Estados Unidos.

ANDRE BIER JOHANNPETER, 43 anos, trabalha no Grupo Gerdau desde 1980. Foi recentemente nomeado Vice-Presidente do Comitê Executivo Gerdau, sendo responsável pelas operações na América do Norte, ocupando o cargo de *COO – Chief Operational Officer*. É formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CLAUDIO JOHANNPETER, 43 anos, entrou na Companhia em 1982. Em 1997, tornou-se Diretor Executivo e atualmente é Vice-Presidente Executivo do Comitê Executivo Gerdau, responsável pela usina de Ouro Branco e por Aços Especiais e também pelos processos industriais no Brasil e exterior. Cláudio Johannpeter formou-se em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1990.

FILIFE AFFONSO FERREIRA, 40 anos, ingressou na Companhia em 2004 como Vice-Presidente Executivo de Controladoria, integrando o Comitê Executivo Gerdau e responsável pelos processos de Controladoria (Contabilidade e Auditoria) e Tecnologia da Informação. Formou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP. Filipe já exerceu cargos de Controladoria e Direção na Magneti Marelli, Alcoa e Mars Incorporated, no Brasil e outros países da América Latina.

CARLOS JOÃO PETRY, 65 anos, trabalha no Grupo Gerdau desde 1965. Tornou-se Diretor Executivo em 1974 e em 1983 foi indicado para compor o Conselho de Administração. Após a nova estrutura de Governança Corporativa ele tornou-se também Vice Presidente Sênior do Comitê Executivo Gerdau. Carlos João Petry é formado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER, 55 anos, começou a trabalhar no Grupo Gerdau em 1986 e foi nomeado Diretor Financeiro em 1987. Desde 1994, Osvaldo Burgos Schirmer é também responsável pelo Banco Gerdau. Foi

recentemente promovido à posição de Vice-Presidente Executivo do Comitê Executivo Gerdau, enquanto acumula ainda as posições de CFO (Chief Financial Officer) e Diretor de Relações com Investidores da Gerdau S.A. Ele é responsável também pelas operações sul-americanas da Gerdau S.A. Osvaldo Burgos Schirmer formou-se em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1973, e tem um MBA pela Illinois University. Osvaldo Schirmer foi diretor do Grupo Ioschpe-Maxion, uma *holding* que controla empresas dos setores de autopeças e equipamentos ferroviários.

RICARDO GEHRKE, 49 anos, ingressou na Gerdau em 2004 como Vice-Presidente Executivo no Comitê Executivo Gerdau, responsável pela Operação de Negócios Aços Longos Brasil. Formou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ricardo já exerceu cargo de Direção na Exxon Company, no Brasil e nos Estados Unidos.

EXPEDITO LUZ, 54 anos, trabalha na Gerdau desde 1976 e desde 1989 é Diretor Executivo Jurídico. Foi indicado para o Conselho de Administração em 2001 e, desde a nova estrutura de Governança Corporativa, desempenha a função de Secretário-Geral do Conselho de Administração e do Comitê Executivo Gerdau. Expedito Luz se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1975. Em 1980, obteve o título de mestre em Direito pela Columbia Law School.

MARIO LONGHI FILHO, 52 anos, ingressou no Grupo Gerdau em 2005 como Vice-Presidente Executivo e membro do Comitê Executivo Gerdau. Mário Longhi Filho se formou em engenharia metalúrgica pelo Instituto Mauá de Tecnologia, São Paulo. Antes de entrar no Grupo Gerdau, Mário teve uma carreira de sucesso na Alcoa, onde se tornou Vice Presidente, liderando as operações globais e sendo membro do comitê executivo.

PAULO FERNANDO BINS DE VASCONCELLOS, 61 anos, entrou na Companhia em 1972. Em 2002, foi nomeado Vice-Presidente Executivo do Comitê Executivo Gerdau. Em 2003, foi transferido para a América do Norte, como Vice-Presidente das Operações Siderúrgicas na América do Norte (região nordeste). Vasconcellos é formado em Engenharia Metalúrgica.

FRANCESCO SAVÉRIO MERLINI, 64 anos, entrou na Companhia em 1977 e tornou-se membro da diretoria em 1998. Francesco Merlini se formou em Engenharia Eletromecânica pela Universidade Nacional de Cuyo, Argentina, em 1970.

NESTOR MUNDSTOCK, 53 anos, ingressou na Gerdau em 1974, e tornou-se membro da diretoria em 2006. Nestor formou-se em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MÁRCIO PINTO RAMOS, 46 anos, tornou-se membro da diretoria em 2005. Márcio formou-se em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem um MBA pela Purdue University. Márcio também exerceu a função de Diretor na Effem do Brasil (Mars Inc.) e na Telet Claro Digital.

SIRLEU JOSÉ PROTTI, 64 anos, ingressou no Grupo Gerdau em 1967, tornando-se Diretor em 1981. Sirleu é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1966.

Relações de parentesco

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter e Frederico Carlos Gerdau Johannpeter são irmãos. André Bier Johannpeter é filho de Jorge Gerdau Johannpeter, e Claudio Johannpeter é filho de Klaus Gerdau Johannpeter.

Disposições

A Gerdau não tem nenhum acordo com acionistas, clientes, fornecedores ou outras partes com relação à eleição de seus administradores. Não há processos legais pendentes contra a Companhia por parte de qualquer membro do Conselho de Administração ou do Comitê Executivo. Nenhum Membro do Conselho ou do Comitê Executivo tem direito a qualquer benefício contratual após seu desligamento da Companhia além dos benefícios previstos nos estatutos da Companhia.

B. REMUNERAÇÃO

O sistema de remuneração dos colaboradores é baseado em duas referências: um salário fixo e uma porção variável vinculada a metas específicas.

A porção fixa da remuneração é constantemente monitorada e comparada ao referencial de mercado de modo a manter a paridade com as melhores práticas de mercado adotadas por outras empresas. A porção variável da remuneração está associada ao cumprimento de metas semestrais e anuais. Essas metas são aferidas por padrões claramente definidos, que ajudam a estimular a superação individual e das equipes.

A política de Recursos Humanos consiste no reconhecimento dos colaboradores como estratégicos para o negócio, e na explicitação de tal reconhecimento.

A Companhia utiliza vários métodos de avaliação, entre eles o mapeamento de competências para identificar as habilidades administrativas de seus administradores. O mapeamento de competências tem por objetivo identificar o grau de comprometimento dos administradores com as estratégias da empresa e sua administração de negócios, e monitorar o desenvolvimento individual.

Em 2005, a Gerdau S.A. pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de \$32,1 milhões. A remuneração variável dos administradores é determinada com base no desempenho global da Gerdau S.A., a partir do valor do EBITDA real (conforme definido para fins de cálculo da remuneração variável) *versus* EBITDA planejado (conforme definido para fins de cálculo da remuneração variável), no desempenho da unidade à qual o administrador está vinculado e no seu desempenho individual. Cada um desses fatores influencia, para mais ou para menos, um terço do valor total da remuneração variável.

A Companhia e outras empresas do Grupo co-patrocinam planos de pensão de benefício definido (os “Planos Brasileiros”), que cobrem substancialmente todos os colaboradores no Brasil, incluindo os colaboradores da Gerdau Açominas, a partir da sua consolidação. Os Planos Brasileiros incluem os colaboradores da Gerdau e suas subsidiárias (“Plano Gerdau”) e os colaboradores da antiga Açominas e suas subsidiárias (“Plano Gerdau Açominas”). Os Planos Brasileiros são principalmente planos de pensão de benefício definido com certas contribuições definidas limitadas. As subsidiárias americanas e canadenses da Companhia, inclusive a Gerdau Ameristeel, também patrocinam planos de benefícios definidos (os “Planos Norte-Americanos”) que abrangem a maioria dos seus colaboradores. Contribuições aos Planos Brasileiros e aos Planos Norte-Americanos são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

As contribuições da Gerdau no Plano Gerdau em 2005, relativa aos Diretores, totalizaram \$ 29,9 mil (Plano Básico), além da contribuição por parte da patrocinadora de \$ 85,7 mil para o fundo complementar. Este montante refere-se apenas à parcela de contribuição para os administradores que atualmente não recebem nenhum benefício de aposentadoria da Companhia. Esses benefícios em nada divergem daqueles oferecidos aos demais colaboradores da Companhia.

Em 30 de abril de 2003, os acionistas da Gerdau S.A. aprovaram uma nova forma de remuneração dos executivos estratégicos da Gerdau, chamado Programa de Incentivo de Longo Prazo. Este novo programa de remuneração estabelece a outorga de opções de compra de ações preferenciais de emissão das empresas Gerdau em quantidade equivalente, a cada ano, a 20% do salário base anual de cada um dos executivos e, no caso dos Administradores, um bônus adicional de ingresso no programa equivalente a 30% do salário base anual (esta segunda disposição foi eliminada em 28 de abril de 2005). O objetivo deste programa é atrair e manter o compromisso dos Administradores a longo prazo, permitindo-lhes compartilhar do crescimento da Companhia e, desta forma, aumentar seu sentimento de participação nos negócios. (Veja o item 10.B - Memorando e Estatutos de Constituição).

Nesta data, em abril de 2003, a Gerdau S. A. promoveu a primeira outorga de opções de compra de suas ações aos Administradores de suas empresas no Brasil. Esta outorga consistiu de 842.520 ações preferenciais da Gerdau S.A. cuja compra poderá ser exercida a partir de 01 de janeiro de 2008 e de 1.209.687 ações cuja compra poderá ser exercida a partir de 01 de janeiro de 2006. Ambas as opções de compras têm prazo até 31 de dezembro de 2012 para serem exercidas.

Em dezembro de 2003 o programa de outorga de opções de compra de ações foi estendido aos Gerentes Seniores das empresas Gerdau no Brasil. Nesta oportunidade foi outorgada a opção de compra de 513.374 ações preferenciais da Gerdau S.A. cuja compra poderá ser exercida a partir de 01 de janeiro de 2009 e 7.289 ações cujo exercício poderá ser concretizado a partir de 01 de janeiro de 2007. Ambos os exercícios têm a data de 31 de dezembro de 2013 como limite.

Em dezembro de 2004, na terceira edição do programa, foi outorgada a opção de compra de 444.784 ações para os Administradores, Diretores e Gerentes Seniores com direito ao programa. Essa opção de compra poderá ser exercida a partir de 01 de janeiro de 2010. Foi também outorgada a opção de compra de 27.439 ações, que poderá ser exercida a partir de 01 de janeiro de 2008. Todos esses exercícios têm a data limite de 31 de dezembro de 2014.

Nesta mesma data, dezembro de 2004, para reconhecer os bons resultados que as empresas auferiram durante este ano, foram outorgadas opções de compra de 298.390 ações, equivalentes a 10% do salário base anual. Esta edição especial e específica do programa foi autorizada para esta ocasião para todos os executivos Diretores e Gerentes ou equivalentes, abrangendo 366 pessoas.

As outorgas referentes a dezembro de 2003 foram aprovadas em 2004 e as outorgas referentes a dezembro de 2004 foram aprovadas 2005 e as outorgas referentes a dezembro de 2005 foram aprovadas em 2006 pelo Comitê de Remuneração e Sucessão.

Para os Diretores, a outorga de opção de compra de ações observa a seguinte distribuição (a Nota Explicativa 25.1 às demonstrações financeiras apresenta um resumo completo do plano de opções de ações):

Início do período de carência: Exercível a partir de:	Abr/03 Jan/08	Abr/03 Jan/06	Dez/03 Jan/09	Dez/04 Jan/10	Dez/04 Jan/08	Dez/05 Jan/11	Nº Ações Acumulado
Exercível até:	Dez/12	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/14	Dez/15	
Preço de exercício por ação	R\$7,96	R\$7,96	R\$20,33	R\$31,75	R\$31,75	R\$38,58	
TOTAIS (PARA CONSELHEIROS E DIRETORES)	613.120	893.771	228.746	217.441	102.429	435.336	2.471.885
OPÇÕES EXERCIDAS		865.598					865.598

Os dados sobre as quantidades de opções de ações foram ajustadas retroativamente para todos os períodos para refletir a bonificação de 1 ação para cada ação detida aprovado em abril de 2004 e a bonificação de 1 ação para cada 2 detidas em abril de 2005 aprovado em março de 2005.

C. PRÁTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Gerdau anunciou, em 08 de julho de 2002, sua nova estrutura de Governança Corporativa com os objetivos de ampliar a capacidade de gestão do Grupo Gerdau, atender às demandas resultantes do processo de expansão e à maior competitividade do mercado internacional, assegurar a condução do processo de sucessão sem perder as experiências acumuladas e aumentar a transparência com os acionistas e com o mercado de capitais. A Assembléia de Acionistas de 26 de julho de 2002 aprovou as alterações no estatuto da Companhia a fim de formalizar a nova estrutura de governança corporativa do anunciada pelo Grupo.

Visando incrementar sua relação com o mercado, e seguindo as melhores práticas de governança corporativa, a coordenação das atividades da diretoria e gestão do negócio passou a ser de responsabilidade do Comitê Executivo Gerdau. A partir dessa importante alteração na estrutura de gestão da Companhia, foi criado um elo entre o Conselho de Administração e as operações do Grupo.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é responsável pela orientação geral dos negócios do Grupo. O Conselho pode ter até 10 integrantes. Três conselheiros externos participam do processo decisório do Grupo.

Presidente

Jorge Gerdau Johannpeter

Vice-Presidentes

Germano Hugo Gerdau Johannpeter

Klaus Gerdau Johannpeter

Frederico Carlos Gerdau Johannpeter

Carlos João Petry

Membros Externos

André Pinheiro de Lara Resende

Affonso Celso Pastore

Oscar de Paula Bernardes Neto

Secretário Geral

Expedito Luz

Comitê de Remuneração e Sucessão: Com a nova estrutura de Governança Corporativa, foi criado o Comitê de Remuneração e Sucessão. Este Comitê orienta as práticas de remuneração dos administradores e é responsável por indicar candidatas para posições de executivos seniores na Administração. Fazem parte deste comitê:

Membros

Frederico Carlos Gerdau Johannpeter
Carlos João Petry
Affonso Celso Pastore
Oscar de Paula Bernardes Neto

Secretário

João Aparecido de Lima

Comitê Executivo Gerdau: A gestão dos negócios é realizada pelo Comitê Executivo Gerdau, elo entre o Conselho de Administração e as operações do Grupo. Sua atuação está segmentada em cinco Operações de Negócios (ON), definidas a partir da linha de produtos e/ou da localização geográfica das unidades: ON Aços Longos Brasil, ON Aços Especiais, ON Gerdau Açominas (usina de Ouro Branco), ON América do Norte e ON América do Sul. O Comitê Executivo Gerdau é também responsável pelos principais processos funcionais que atuam verticalmente em todo o Grupo, como Finanças, Contabilidade, Recursos Humanos e Planejamento. Os membros do comitê trabalham em conjunto, buscando uma maior sinergia entre as operações e, individualmente, com foco na gestão de cada negócio e dos processos funcionais, para maximizar resultados.

Presidente

Jorge Gerdau Johannpeter

Vice-Presidentes

Frederico Carlos Gerdau Johannpeter
Carlos João Petry
André Bier Johannpeter
Claudio Johannpeter
Osvaldo Burgos Schirmer Diretor
Ricardo Gehrke
Filipe Affonso Ferreira
Mário Longhi Filho
Paulo Fernando Bins de Vasconcellos

Secretário Geral

Expedito Luz

Comitês de Estratégia e de Excelência: O Comitê de Estratégia foi criado para prestar apoio estratégico para o Comitê Executivo, sendo composto por executivos que contribuem para o alcance de níveis crescentes de desempenho operacional. O comitê analisa o panorama atual do Grupo e as oportunidades de crescimento, além de definir um foco de longo prazo para o negócio. Os Comitês de Excelência servem de apoio aos processos funcionais, tendo como objetivos buscar as melhores práticas de gestão e estimular o intercâmbio de conhecimentos entre as unidades.

Processos Funcionais: Os Processos Funcionais incluem Processos Operacionais e Processos de Suporte. Processos Operacionais são aqueles processos-fim diretamente vinculados ao negócio, como Marketing e Vendas, Processos Industriais, Suprimentos, Logística/Transportes e Metálicos. Os Processos de Suporte são aqueles processos-meio que apóiam as funções de condução do negócio como um todo: Planejamento Estratégico – Corporativo e de Operações –, Comunicação Social e Relações com a Comunidade, Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, Jurídico, Finanças e Relações com Investidores, *Holdings*, Contabilidade e Auditoria, Tecnologia de Gestão e Informática.

Operações de Negócios: As Operações de Negócios são gerenciadas pelos diretores, sob a coordenação do Comitê Executivo Gerdau, através da seguinte estrutura: ON Aços Longos Brasil, ON Aços Especiais, ON Gerdau Açominas (usina de Ouro Branco), ON América do Norte e ON América do Sul.

Em 28 de novembro de 2003, os acionistas da Gerdau S.A. e da Aço Minas Gerais S.A. – Açominas, aprovaram a integração dos ativos operacionais das duas empresas em uma apenas. Esta integração consistiu na transferência de todas as operações siderúrgicas e ativos complementares da Gerdau S.A. no Brasil para a Açominas e na alteração do nome da segunda para Gerdau Açominas. Esta nova estrutura resultou na transferência da maioria dos Diretores da Gerdau S.A. para a Gerdau Açominas, que, desde então e até julho de 2005, passou a ser única operação siderúrgica do Grupo Gerdau no Brasil.

Em dezembro de 2004, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. deu seqüência a reorganização de suas empresas na América do Sul. O processo iniciado dois anos antes no Brasil com a integração das atividades operacionais da Gerdau S.A. e da Aço Minas Gerais S.A deu surgimento a Gerdau Açominas. S.A. Em 2005, o processo teve continuidade com a capitalização da *holding* Gerdau Participações S.A, e completou-se em julho de 2005, quando uma parcela dos ativos líquidos da Gerdau Açominas S.A. foi dividida em quatro partes e incorporada às seguintes empresas: Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. (*Veja Item 4 – Informações sobre a Companhia*).

Todos os membros do Conselho de Administração e o do Comitê Executivo, como também os diretores executivos, são eleitos para mandatos de um ano, permitida nova indicação e reeleição. Membros do Conselho de Administração são indicados pela Assembléia Geral de Acionistas enquanto membros do Comitê Executivo e os diretores executivos são eleitos através de reunião do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei de Sociedades Anônimas brasileira o Conselho Fiscal é um órgão corporativo independente da Administração e dos Auditores Independentes. O Conselho Fiscal não é equivalente ou comparável com o Comitê de Auditoria existente nos Estados Unidos. Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades da administração, rever demonstrações financeiras e reportar suas impressões para os acionistas. De acordo com uma isenção na Seção 10A-3 das regras da SEC sobre comitês de auditoria de companhias listadas, um emissor estrangeiro (como a Companhia) é permitido não ter um comitê de auditoria separado composto por diretores independentes se ele tiver um Conselho Fiscal estabelecido e selecionado de acordo com as previsões legais de seu país de origem, expressamente exigindo ou permitindo que tal Conselho obedeça a certas obrigações. Ainda de acordo com essa isenção, um Conselho Fiscal pode exercer as obrigações e responsabilidades de um comitê de auditoria dos Estados Unidos até o limite permitido pela lei brasileira. Para cumprir com as novas regras da SEC o Conselho Fiscal tem que seguir os seguintes padrões: tem que estar separado do Conselho de Administração (*Board*), seus membros não podem ser eleitos pela Administração, nenhum executivo diretor (*executive officer*) pode ser um membro do Conselho Fiscal e a lei brasileira tem que ter estabelecido padrões de independência para seus membros. Para qualificar-se para a isenção o Conselho Fiscal deve até onde permite a lei brasileira:

- *ser responsável pela indicação, retenção, compensação e supervisão dos auditores externos (incluindo a resolução de desacordos entre a administração e os auditores externos relativamente às demonstrações financeiras);*
- *ser responsável por estabelecer procedimentos para o recebimento, retenção, tratamento de reclamações relativas à contabilidade, controles internos de contabilidade e matérias de auditoria, além de estabelecer procedimentos para garantir a confidencialidade e anonimato no recebimento de denúncias por empregados de irregularidades relativas a matérias contábeis ou de auditoria;*
- *ter autoridade para contratar aconselhamento independente e outros consultores se necessário para levar a efeito suas responsabilidades; e*
- *receber fundos adequados da Companhia para pagamento dos auditores externos, quaisquer consultores e despesas administrativas comuns.*

Como um emissor estrangeiro a Companhia modificou o Conselho Fiscal para cumprir com as exigências para isenção. De acordo com isso, a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas de 28 de abril de 2005 alterou os seus

estatutos sociais para modificar as responsabilidades do Conselho Fiscal, na mesma data aprovando a delegação de certas responsabilidades adicionais para o Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal opera de acordo com um regimento interno que contempla as atividades descritas acima até o limite permitido pela lei brasileira e está de acordo com as exigências da Sarbanes-Oxley (“Sarbanes-Oxley Act”), outras regras pertinentes e de acordo também com as exigências da Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE – New York Stock Exchange). Porque a lei brasileira não permite que o Conselho de Administração delegue responsabilidade para indicação, retenção e compensação dos auditores externos e não prevê a autoridade para o Conselho Fiscal para a solução de controvérsias entre o Conselho de Administração e os auditores externos relativamente a demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal não pode cumprir com essas funções. O Conselho Fiscal pode somente fazer recomendações para o Conselho de Administração com respeito à indicação, retenção e compensação dos auditores externos. Da mesma maneira, o Conselho Fiscal pode somente fazer recomendações para a direção e Administração com respeito à solução de controvérsias entre a Administração e os auditores externos. O escopo limitado de autoridade é uma diferença essencial entre o Conselho Fiscal e a usual autoridade de um comitê de auditoria funcionando a partir do Conselho de Administração (“*Board of Directors*”).

A lei brasileira não permite que os membros do Conselho Fiscal sejam também membros do Conselho de Administração ou do Comitê Executivo (Diretoria) ou que sejam empregados da companhia ou empregados de uma companhia controlada ou coligada, ou que seja casado ou parente de qualquer membro da administração da companhia. Adicionalmente a lei brasileira exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração equivalente a pelo menos 10% da média paga a um diretor. A lei brasileira exige também que o Conselho Fiscal seja composto por um mínimo de três e um máximo de cinco membros e seus respectivos suplentes.

Como parte da adaptação de seu Conselho Fiscal às novas regras a companhia instalou o Conselho Fiscal como permanente composto por três membros e seus respectivos suplentes que são eleitos na Assembléia Geral Ordinária de Acionistas com mandato até a próxima Assembléia Geral Ordinária que se seguir a sua eleição, permitida a reeleição. De acordo com a lei de sociedades os detentores de ações preferenciais tem direito de eleger através de votação em separado um membro do Conselho Fiscal para representar seus interesses. Da mesma forma, grupos de acionistas minoritários que tiverem pelo menos 10% de ações com direito a voto também tem o direito de eleger um membro do Conselho Fiscal através de uma votação em separado. Todavia, os acionistas com ações ordinárias (ações com direito a voto) tem o direito de eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal. Abaixo estão os nomes, idade e posição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes, como eleitos em 27.04.05:

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Posição</i>	<i>Ano da 1ª Eleição</i>
<i>Egon Handel</i>	<i>66</i>	<i>Membro Efetivo</i>	<i>2005</i>
<i>Carlos Roberto Schroder</i>	<i>66</i>	<i>Membro Efetivo</i>	<i>2005</i>
<i>Pedro Carlos de Mello(1)</i>	<i>54</i>	<i>Membro Efetivo</i>	<i>2005</i>
<i>Eduardo Grande Bittencourt</i>	<i>66</i>	<i>Suplente</i>	<i>2005</i>
<i>Domingos Matias Urroz Lopes</i>	<i>68</i>	<i>Suplente</i>	<i>2005</i>
<i>Lucineide Siqueira do Nascimento</i> ⁽¹⁾	<i>55</i>	<i>Suplente</i>	<i>2005</i>
<i>(1) Eleito por acionistas minoritários</i>			

O Conselho determinou que Egon Handel é o especialista financeiro do Conselho Fiscal (“*audit committee financial expert*”) de acordo com as regras adotadas pela SEC respectivamente à abertura da informação sobre especialista financeiro. Cada membro do Conselho Fiscal adquiriu experiência financeira significativa e exposição a assuntos contábeis e financeiros. Sr. Handel é o fundador e sócio da Handel, Bittencourt & Cia. – Auditores Independentes desde 1979. Ele também foi gerente e responsável pela abertura e pela operação da filial Porto Alegre de Treuhand Auditores Associados Ltda., associado à Touche Ross & Co., e à Robert Dreyfuss & Cia. (atualmente KPMG), de 1970 a 1972. Sr. Handel possui experiência como professor de contabilidade e auditoria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para cursos de graduação e pós-graduação, de 1966 a 1972. Atualmente, Sr. Handel participa do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. e de outras duas companhias públicas no Brasil. Sr. Handel é formado em Ciências Contábeis pela UFRGS (1965) e possui mestrado em Administração de Empresas, focado em Contabilidade, pela Michigan State University (1969). Sr. Mello é formado em Ciências Contábeis e Economia, e atualmente presta serviços em Conselhos Fiscais de diversas companhias públicas no Brasil. Sr. Schroeder é formado em Ciências Contábeis e trabalhou como Diretor Financeiro e Diretor Industrial de grandes companhias no Brasil.

D. COLABORADORES

A tabela a seguir apresenta informações com relação à distribuição geográfica dos colaboradores da Gerdau:

Próprios	Brasil	Exterior	Total
2001	8.631	3.565	12.196
2002	12.978	5.048	18.026
2003	14.263	5.334	19.597
2004	16.067	7.110	23.177
2005	16.446	8.808	25.254
Terceiros*	Brasil	Exterior	Total
2005	10.421	1.326	11.747

* Terceiros são pessoas contratadas por outras empresas para exercer atividades, diretamente na Gerdau, que não fazem parte da linha principal de atuação da Companhia.

Em 31.12.05, a Companhia possuía 25.254 colaboradores, considerando-se todas as suas unidades industriais, exceto as *joint ventures* Sipar, Bradley Steel, Monteferro MB e Gallatin Steel. Desse total, 69% estão no Brasil, e o restante está nas unidades localizadas na América do Sul e na América do Norte, com 524 e 6.586 colaboradores, respectivamente. O número de colaboradores no Brasil cresceu consideravelmente em 2002 devido à consolidação integral da antiga planta Açominas. Na América do Norte, o aumento no número de colaboradores em 2002 resulta da incorporação dos colaboradores da antiga Co-Steel nos quadros da Gerdau Ameristeel Corp. Em 2004, também na América do Norte, o número de empregados no exterior aumentou sensivelmente devido à aquisição da North Star com a consequente incorporação de seus empregados.

Uma vez que os sindicatos no Brasil são organizados de forma regional, e não nacional, a Companhia não mantém acordos nacionais com seus colaboradores. A Gerdau acredita que a estrutura de salário e benefícios oferecida aos seus colaboradores é comparável aos níveis do mercado em geral. Além disso, a Gerdau propicia outros benefícios aos seus colaboradores tais como planos de saúde e creches.

A Gerdau Açominas procura manter boas condições de trabalho nas unidades industriais e, por consequência, acredita ter taxa de rotatividade de funcionários relativamente baixa. Devido à forte ênfase no treinamento dos colaboradores, a Companhia tenta acomodar eventuais quedas na produção através do planejamento dos períodos de férias, ao invés de reduzir o quadro pessoal.

A Gerdau Ameristeel Corp. tem sido, e continua sendo, pró-ativa no estabelecimento e na manutenção de boas relações com os colaboradores. As iniciativas em andamento incluem treinamento de capacidades de desenvolvimento organizacional, programas para desenvolvimento do trabalho em equipe, oportunidades de participação em equipes de engajamento de colaboradores e um sistema “aberto” de gestão. A Gerdau Ameristeel Corp. acredita que o engajamento dos colaboradores é um fator-chave para o sucesso das operações da Companhia. Os programas de remuneração são projetados de forma a tornar o interesse financeiro dos colaboradores coerente com os interesses dos acionistas da Gerdau Ameristeel.

Aproximadamente 40% dos colaboradores da Gerdau Ameristeel são representados pela United Steelworkers of America (USWA) e outros sindicatos em diferentes acordos coletivos de salário. Os acordos coletivos de salário têm diferentes datas de encerramento iniciando em março de 2005. O acordo coletivo com empregados das usinas e unidades localizadas em Beaumont, Cambridge., St Paul, Wilton e Memphis expirarão em 2005. A Companhia e seus colaboradores estão trabalhando sem um contrato de trabalho em Beaumont desde 31 de março de 2005 e estão em negociações desde 18 de janeiro de 2005. Em 26 de maio de 2005 a Gerdau Ameristeel decidiu suspender suas atividades produtivas na unidade de Beaumont, no estado do Texas num esforço para provocar a reação favorável do sindicato dos metalúrgicos da América (United Steelworkers of America - USWA) em relação à “derradeira, melhor e final” proposta apresentada pela empresa ao comitê negociador do sindicato, em 9 de maio de 2005.

E. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A tabela a seguir mostra a participação individual de cada Conselheiro e diretor na Gerdau S.A. Os dados referem-se às posições de ações ordinárias e preferenciais em 30 de abril de 2006.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
------------------	-------------------------	----------	----------------------------	----------

Jorge G. Johannpeter	256	0,00	264.339	0,06
Frederico C. G. Johannpeter	1.244	0,00	4.765.073	1,10
Germano G. Johannpeter	1.417	0,00	4.969.147	1,15
Klaus G. Johannpeter	1.479	0,00	4.726.319	1,09
Affonso Celso Pastore	-	0,00	4	0,00
André Lara Resende	-	0,00	24.766	0,01
Oscar de Paula Bernardes Neto	-	0,00	14.906	0,00
André Bier Johannpeter	-	0,00	-	0,00
Carlos João Petry	1.840	0,00	64.318	0,01
Claudio Johannpeter	15.795	0,01	153.948	0,04
Filipe Affonso Ferreira	-	0,00	2.400	0,00
Osvaldo B. Schirmer	-	0,00	89.653	0,02
Ricardo Gehrke	-	0,00	-	0,00
Paulo F. B. Vasconcellos	18	0,00	37.095	0,01
Mário Longhi Filho	-	0,00	-	0,00
Márcio Pinto Ramos	-	0,00	-	0,00
Expedito Luz	-	0,00	9.771	0,00
Francesco Saverio Merlini	-	0,00	18.357	0,00
Nestor Mundstock	292	0,00	2.943	0,00
Sirleu José Protti	-	0,00	351	0,00
TOTAL	22.341	0,01	15.143.390	3,50

ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A. PRINCIPAIS ACIONISTAS

Em 30 de abril de 2006, a Gerdau tinha 231.607.008 ações ordinárias e 433.122.385 ações preferenciais não votantes em circulação (excluídas as ações em tesouraria). Desses dois tipos de ações negociadas, apenas as ações ordinárias têm direito a voto. Contudo, de acordo com o estatuto da empresa, direitos específicos são garantidos às ações preferenciais não-votantes. (Veja Estatuto da Gerdau S.A. anexo neste Relatório Anual).

A tabela a seguir apresenta determinadas informações em 30 de abril de 2006, quanto a (i) toda e qualquer pessoa que detinha mais do que 5% das ações ordinárias em circulação da Companhia (ii) toda e qualquer pessoa que detinha mais do que 5% das ações preferenciais em circulação da Companhia e (iii) número total de ações ordinárias e preferenciais da Companhia de propriedade dos membros do Conselho de Administração e Diretores, como um grupo.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Metalúrgica Gerdau S.A.	175.393.446	75,73	109.421.797	25,10
Sta. Felicidade Com. Imp. Exp. de Prod. Sid. Ltda. ⁽¹⁾	-	-	14.317.722	3,28
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. ⁽¹⁾	3.205.555	1,38	65.631	0,02
INDAC - Indústria, Administração e Comércio S.A. ⁽¹⁾	4.371.205	1,89	-	-
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17.104.761	7,39	6.004.882	1,38
Membros do Conselho de Administração e Diretores, como um grupo (20 membros)	22.341	0,01	15.143.390	3,50

(1) Controladas ou afiliadas à Metalúrgica Gerdau S.A.

A Metalúrgica Gerdau S.A. é uma *holding* que controla, direta e indiretamente, todas as empresas Gerdau no Brasil e no exterior. A Metalúrgica Gerdau e suas subsidiárias detêm 75,73% do capital votante da Gerdau S.A., e conseqüentemente, podem controlar o Conselho de Administração, assim como sua gerência e operações. Em 9 de dezembro de 2004, a Metalúrgica Gerdau S.A. e a sua subsidiária Santa Felicidade Com. Imp. Exp. Prod. Sid. Ltda. reduziram as suas participações no capital votante da Gerdau S.A. em 3,89% e 6,12%, respectivamente, através de um leilão na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 30 de maio de 2005, a Gerdau S.A. autorizou a aquisição de ações de sua própria

emissão para permanência em tesouraria e posterior cancelamento. A Companhia recomprou 1.110.300 ações preferenciais no período de 31 de maio a 29 de julho de 2005.

B. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Companhia com partes relacionadas consistem de (i) empréstimos e (ii) operações comerciais com controladas e partes relacionadas.

- (i) A Gerdau S.A. mantém empréstimos com algumas de suas subsidiárias e outras afiliadas por meio de contratos de mútuo, que são pagos sob condições semelhantes àquelas do mercado aberto. Contratos entre controladas e partes relacionadas no Brasil são remunerados pela taxa média do mercado. Contratos com as companhias do Grupo no exterior são pagos com remuneração (LIBOR + 3% a.a.) e estão sujeitos à indexação com base na variação cambial.
- (ii) As operações comerciais da Gerdau S.A. com controladas e partes relacionadas basicamente consistem de transações envolvendo compra e venda de insumos e produtos. Essas transações são feitas sob as mesmas condições e termos das transações com terceiros. As operações comerciais também incluem pagamentos pelo uso da marca Gerdau e pagamentos referentes a garantias de financiamentos.
- (iii) A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimentos gerenciados por um banco que é parte relacionada. Estas aplicações financeiras compreendem depósitos a prazo e debêntures emitidos por grandes bancos brasileiros, e títulos públicos emitidos pelo Governo Brasileiro.
- (iv) A Companhia paga honorários de 1% por ano para empréstimos e financiamentos garantidos por uma controladora parte relacionada. Durante 2005, o montante médio garantido pela parte relacionada montou a \$ 702.549. A Companhia também paga honorários para outra parte relacionada controladora pelo uso da marca Gerdau. Durante 2005, estes montantes chegaram a \$246.
- (v) Gerdau S.A. emitiu debêntures no passado, e usualmente negocia estas debêntures com partes relacionadas. A Companhia não tem qualquer obrigação de recomprar qualquer uma destas debêntures e compras e vendas foram feitas como parte do gerenciamento geral de liquidez da Companhia.

C. INTERESSES DE CONSULTORES E ADVOGADOS

Não se aplica.

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS E OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas no Item 18.

AÇÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Assim como outras companhias brasileiras, a Gerdau e suas controladas são parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis, sendo a maioria decorrente do curso normal do negócio.

A administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2005.

As discussões judiciais e administrativas mais relevantes (envolvendo montantes superiores a \$10 milhões) estão relatadas abaixo. Para mais informações sobre a reserva de contingências, veja as notas explicativas contidas nas demonstrações financeiras.

A seguinte tabela resume as contingências e depósitos judiciais relacionados:

Causas	Contingências		Depósitos judiciais	
	2005	2004	2005	2004
Tributárias	103.345	66.237	52.548	34.326
Trabalhistas	21.155	18.676	9.179	7.773
Cíveis	3.349	2.805	459	455
	<u>127.849</u>	<u>87.718</u>	<u>62.186</u>	<u>42.554</u>

Contingências Tributárias

Todas as contingências descritas abaixo correspondem a instâncias onde a Companhia está questionando a legalidade de impostos e contribuições. A descrição das perdas contingentes inclui a descrição do imposto ou contribuição que está sendo questionada, a posição atual do processo, bem como os valores de perda provável que foram fornecidos em 31 de dezembro de 2005.

- Do total da provisão, \$32,6 milhões são relativos a uma provisão contabilizada pela subsidiária Gerdau Açominas S.A. em causas iniciadas pela Secretaria da Receita Federal relacionadas a Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) e os acréscimos legais relacionados, como resultado de transações conduzidas sob a concessão de drawback posteriormente anulada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX). A Secretaria da Receita Federal alega que estas operações não estavam em conformidade com a legislação, e durante 2005 a Companhia teve uma decisão desfavorável no recurso administrativo em relação ao tema. A Administração acredita que todas as transações foram conduzidas de acordo com os termos da concessão de “drawback”, mas decidiu contabilizar a provisão devido ao aconselhamento dos seus assessores jurídicos e devido à decisão desfavorável ao recurso na esfera administrativa.
- \$19,2 referentes a valores de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sendo que a maior parte está relacionada a créditos tributários envolvendo a Secretaria da Receita e o Tribunal Estadual de Primeira Instância de Minas Gerais. Durante 2005, a subsidiária Gerdau Aços Longos registrou \$12.654 relacionados a uma decisão desfavorável na esfera judicial em Minas Gerais, e este montante é considerado suficiente para cobrir a obrigação principal, bem como os juros e multa por mora..
- \$12,8 sobre contribuições devidas à previdência social, cujas discussões judiciais correspondem a ações anulatórias em trâmite perante a Justiça Federal de Primeira Instância do Rio de Janeiro, e ações questionando entendimento do INSS no sentido de cobrar contribuição previdenciária sobre pagamentos feitos pela controlada Gerdau Açominas S.A. a título de Participação nos Lucros e Resultados, bem como sobre pagamentos por serviços prestados por cooperativas de trabalho, nos quais as provisões de débitos relativas aos últimos 10 anos tendo a Gerdau Açominas como responsável em conjunto. As autuações foram mantidas administrativamente, em razão do que a Gerdau Açominas S.A. ajuizou ações anulatórias com depósito judicial do respectivo crédito discutido, ao fundamento básico de que houve a decadência do direito de constituir parte dos créditos e que não há a responsabilidade apontada..
- \$14,5 referentes ao Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, bem como \$8.406 referentes à Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica das unidades industriais da Companhia. Tais encargos têm, no entendimento da Empresa, natureza jurídica de tributo, e, como tais, são incompatíveis com o Sistema Tributário Nacional disposto na Constituição Federal, e por essa razão sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente. Os processos estão em curso na Justiça Federal de Primeira Instância dos Estados de Pernambuco, Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como nos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões. A Companhia vem depositando judicialmente o valor integral dos encargos discutidos.

Há outras contingências tributárias, onde a probabilidade de perda é possível, e, portanto, não foram reconhecidas na provisão para contingências. Essas ações são compostas por:

- A Companhia é ré em ações de execuções de dívidas fiscais promovidas pelo Estado de Minas Gerais, nas quais são exigidos créditos oriundos principalmente de vendas para exportadores comerciais. O montante total destes processos é \$13,9 milhões. A Companhia não contabilizou qualquer provisão em relação a estes

processos, visto que não considera tais impostos como exigíveis, já que os produtos exportados são isentos de ICMS.

- A Companhia e sua controlada Gerdau Açominas S.A. são réis em execuções fiscais promovidas pelo Estado de Minas Gerais, nas quais são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total exigido é de \$116,2 milhões. A Companhia não constituiu provisão para tais processos por considerar esse imposto não aplicável, uma vez que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados, conforme lei complementar federal e, portanto, não estão sujeitos à incidência do ICMS.
- A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em 6 de dezembro de 2000, o qual permitia à Companhia pagar débitos de PIS e Cofins em parcelas. As autoridades fiscais brasileiras estão discutindo a legalidade de créditos no montante de \$17,1 milhões adquiridos de terceiros e utilizados para compensar multas e juros incorridos pela Companhia, dentro dos termos do programa. As autoridades fiscais brasileiras entendem que estes créditos deveriam ser compensados contra multa e juros dos detentores do crédito em primeiro lugar, e somente após isso seriam elegíveis para transferência para terceiros, mas este entendimento é baseado unicamente numa Resolução do Comitê Gestor do REFIS, e não numa lei apropriada, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia.

A administração entende como possível a realização de certos ativos contingentes. Contudo, não foram registrados quaisquer valores para estes ativos contingentes, os quais serão reconhecidos somente na realização final do ganho:

- Entre esses, destaca-se precatório expedido em 1999 pelo valor de \$11,3 milhões, decorrente de Ação Ordinária proposta contra o Estado do Rio de Janeiro por descumprimento do Contrato de Mútuo de Execução Periódica em Dinheiro celebrado no âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento Industrial - PRODI. Em face da inadimplência do Estado do Rio de Janeiro, bem como da não-regulamentação, pelo Estado, da Emenda Constitucional nº 30/00, que concedeu ao Poder Público moratória de 10 anos para o pagamento de precatórios não-alimentares, confirmou-se a previsão de não realização do crédito em 2005 e também não há expectativa de realização no ano de 2005 e seguintes, razão pela qual não está reconhecido em suas demonstrações contábeis.
- A Companhia recebeu a decisão final favorável, sem direito a apelação relativa à correção do cálculo de PIS sob a Lei Complementar 07/70, devido à inconstitucionalidade dos Decretos Leis 2445/88 e 2449/88 nos últimos processos que a Companhia ainda tinha pendentes, e reconheceu um crédito tributário de \$28.881 apresentado como recuperação de impostos em “Outros ganhos e despesas operacionais” na demonstração consolidada dos resultados. Os créditos tributários reconhecidos foram usados para pagar outros tributos federais.
- Com base em precedentes favoráveis dos Tribunais, a Companhia e suas subsidiárias Gerdau Açominas S.A. e Margusa – Maranhão Gusa S.A. esperam recuperar créditos-prêmio de IPI. A Gerdau S.A. e sua subsidiária Margusa – Maranhão Gusa S.A. fizeram pedidos administrativos de restituição, e aguardam o julgamento. No caso da controlada Gerdau Açominas S.A., o pleito foi levado diretamente ao Poder Judiciário, onde aguarda prolação de sentença. A Companhia estima o montante do crédito em aproximadamente \$168,3 milhões.

Contingências trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais movidas por empregados. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia provisionou \$21,2 milhões para essas ações. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras, insalubridade e periculosidade, entre outros. O saldo de depósitos judiciais referentes a contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2005, representava \$9,2 milhões.

Outras contingências

A Companhia também está envolvida em ações judiciais decorrentes do curso ordinário das suas operações e provisionou \$3,3 milhões para essas ações. Os depósitos judiciais referentes a essas contingências, em 31 de dezembro

de 2005, totalizam de \$0,4 milhão. Outros passivos contingentes com chances remotas de perda, envolvendo incertezas sobre sua realização e por isso não incluídas na provisão para contingências, são compostos por:

- Um processo antitruste envolvendo a Gerdau S.A., referente à representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo alegando que a Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo, assim, a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE – Secretaria de Direito Econômico e com base em audiências públicas, a opinião da Secretaria é de que existe um cartel. Esta conclusão foi apoiada também por uma opinião da SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico que foi apresentada anteriormente. O processo foi enviado para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE para julgamento.

O julgamento do CADE foi suspenso por uma liminar obtida pela Gerdau S.A., a qual ambicionava o anulamento do processo administrativo, devido a irregularidades formais contidas no mesmo. A liminar foi cancelada por recursos impetrados pelo CADE e pelo Governo Federal, e o CADE prosseguiu o julgamento. Em 23 de setembro de 2005, o CADE prolatou uma sentença condenando a Companhia e os demais produtores de aços longos, determinando uma multa de 7% da receita bruta menos os impostos sobre vendas de cada companhia, baseado no ano anterior ao início do processo, devido a práticas de cartelização. A Companhia apelou desta decisão, e este recurso ainda está pendente de julgamento.

Além disso, a Companhia impetrou um recurso judicial visando o cancelamento do processo administrativo devido às irregularidades formais mencionadas acima. Se a Companhia obtiver sucesso neste processo, a decisão do CADE pode ser anulada no futuro.

Antes da decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais apresentou uma Ação Civil Pública, baseada na opinião da SDE, sem qualquer fato novo, acusando a Companhia de envolvimento em atividades que ferem a legislação antitruste. A Companhia apresentou a sua defesa em 22 de julho de 2005.

A Gerdau S.A. nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo, até o presente momento, encontra-se livre de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. A Companhia acredita que não praticou nenhuma violação da legislação antitruste, e baseada na opinião de seus assessores jurídicos acredita na reversão desta decisão desfavorável.

- Ação cível movida contra a Gerdau Açominas S.A., tendo por objeto a rescisão de contrato de fornecimento de escória e indenização por perdas e danos. O valor da causa, em 31 de dezembro de 2005, era aproximadamente \$20,5 milhões. A Gerdau Açominas S.A. contestou todos os fundamentos e pedidos articulados, e ingressou com reconvenção, pleiteando, assim como a autora, rescisão contratual e indenização por quebra contratual. O juiz declarou rescindido o contrato, já que o pedido era comum a ambas as partes. Quanto à discussão remanescente, a sentença entendeu que houve culpa recíproca e julgou improcedentes os pedidos de indenização. Referida decisão foi mantida pelo Tribunal de Alçada de Minas Gerais, sendo que o acórdão está fundado em prova pericial e interpretação de contrato. O processo foi para o STJ e retornou para o Tribunal de Alçada de Minas Gerais para o julgamento do recurso. A expectativa da Gerdau Açominas S.A. é de perda remota, pois entende que dificilmente haverá modificação do julgado.

Reclamação de Seguros

Uma ação cível movida por Sul América Cia Nacional de Seguros, em agosto de 2003, contra a Gerdau Açominas S.A. e Banco Westdeutsche Landesbank Girozentrale, New York Branch (WestLB), tem por objeto a consignação em pagamento do valor de \$14,7 milhões, como forma de quitação de indenização de sinistro, que foram depositados em juízo. Alega a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da empresa em receber e quitar. A Ação foi contestada, tanto pelo Banco (que alegou não ter direito sobre o valor depositado, o que afasta a dúvida levantada pela Sul América) quanto pela Companhia (que alegou inexistência da dúvida e motivo justificado para recusar recibo de quitação, já que o valor devido pela Sul América é superior ao apontado). Após a contestação, a Sul América arguiu vício de representação do Banco, questão esta já superada, o que determinou o levantamento, pela Gerdau Açominas, em dezembro de 2004, do valor depositado. O processo deve entrar na fase de realização de provas periciais para apuração do montante devido, principalmente. A Gerdau Açominas também entrou com uma ação judicial reclamando os valores reconhecidos pela seguradora, anteriormente à ação

cível comentada acima. Esta ação está apensa ao processo principal, e a Companhia espera ter sucesso nesta reclamação.

As ações cíveis decorrem do acidente ocorrido em 23 de março de 2002 com os regeneradores da planta do alto forno da usina Presidente Arthur Bernardes, que resultou na paralisação de diversas atividades, com danos materiais aos equipamentos da usina e em lucros cessantes. Os equipamentos, bem como os lucros cessantes decorrentes do acontecimento, estavam cobertos por apólice de seguro. O relato do acontecimento, bem como a solicitação de indenização, foi protocolada junto ao IRB - Brasil Resseguros S.A., tendo sido recebido um adiantamento de \$26,5 milhões durante 2002.

Em 2002, uma estimativa preliminar das indenizações relacionadas às coberturas de lucros cessantes e danos materiais, no montante total de aproximadamente \$47,0 milhões, foi contabilizada. Esse valor foi baseado no montante de perdas reconhecidas nas demonstrações financeiras referentes aos custos fixos incorridos durante o período de paralisação parcial das atividades da usina e dos gastos incorridos na recuperação provisória dos equipamentos. Esta estimativa tem valor semelhante à soma do valor recebido como adiantamento e do valor proposto pela seguradora como complemento para liquidar a indenização. Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da Companhia, embora ainda não contabilizados, assim como outros custos incorridos para recuperar os danos causados pelo acidente. Quando confirmados, estes valores serão incluídos nas demonstrações financeiras.

A Administração acredita, com base na opinião de seus consultores legais, que a possibilidade de que ocorrência de eventuais perdas referentes a outras contingências, além das descritas acima, é remota, e que eventuais perdas nessas contingências não teriam efeito adverso material no resultado consolidado das operações, posição financeira consolidada da Companhia ou futuros fluxos de caixa.

Ausência de Efeitos Materiais

A Administração acredita ser remota a probabilidade de que eventuais perdas decorram de outras contingências, e, em ocorrendo, não afetariam a posição econômico-financeira consolidada da Companhia.

B. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

Aquisição da Sheffield Steel

Em abril de 2006, a Companhia, através de sua subsidiária norte-americana, Gerdau Ameristeel, anunciou que tinha entrado em um acordo definitivo para adquirir todas as ações em circulação da Sheffield Steel Corporation de Sand Springs, Oklahoma.

A Sheffield Steel é uma *mini-mill* produtora de produtos de aços longos, principalmente vergalhões e barras comerciais, com vendas anuais de aproximadamente 550.000 toneladas de produtos de aço acabado. A Sheffield opera uma aciaria e uma laminadora em Sand Springs, Oklahoma, uma laminadora menor em Joliet, Illinois, e três unidades de transformação em Kansas City e Sand Springs.

O valor a ser desembolsado pela totalidade das ações da Sheffield, ainda sujeito a alguns ajustes até a data da conclusão da operação, está estimado em \$ 94 milhões, além de uma dívida líquida e alguns passivos de longo prazo de aproximadamente US\$ 94 milhões. O acordo, ainda sujeito à aprovação dos acionistas da Sheffield e das autoridades reguladoras do mercado e antitruste dos Estados Unidos, deverá ser concluído no segundo trimestre de 2006. A Gerdau Ameristeel possui disponibilidades financeiras suficientes para liquidar a transação, não precisando, portanto, recorrer a financiamentos bancários.

Bonificação de 50%

Em 31 de março de 2006, o Conselho da Gerdau S.A. aprovou um aumento de capital social nas ações da Companhia por meio da incorporação de reservas de lucros, e a emissão de novas ações juntamente com o crédito de uma nova ação, do mesmo tipo/classe daquelas possuídas atualmente, por cada grupo de duas ações (na proporção de uma para duas) possuída em 12 de abril de 2006, data de contabilização da bonificação e capitalização das reservas. Para fins de imposto de renda, o custo unitário atribuído às novas ações de acordo com o § 1º do art. 25 da IN/SRF 25/2001 foi de R\$ 11,70.

Aquisição da Callaway Building Products

Em março de 2006, a Companhia completou a aquisição dos ativos fixos e capital de giro da Callaway Building Products, uma fabricante de vergalhões e fornecedora de produtos de concreto para construções localizada em Knoxville, Tennessee. Esta aquisição aumentou a capacidade de beneficiamento de vergalhões da Companhia no estado do Tennessee.

Aquisição da Fargo Iron and Metal Company

Em fevereiro de 2006, a Companhia adquiriu o capital social da Fargo Iron and Metal Company, que opera um centro de reciclagem localizado em Fargo na Dakota do Norte.

Participação Societária na Corporación Sidenor

Em 14 de Novembro de 2005, a Companhia entrou em um acordo para adquirir 40% da Corporación Sidenor S.A. (“Sidenor”), uma produtora de aço espanhola com operações na Espanha e Brasil. O Grupo Santander, o conglomerado financeiro espanhol, e uma entidade pertencente a executivos da Sidenor entraram em acordo para comprar 40% e 20% da Sidenor, respectivamente. O preço de compra para a aquisição de 100% da Sidenor consiste de um preço fixo de 443,8 milhões de euros mais um preço variável, a ser pago pela Companhia, de aproximadamente 19,5 milhões de euros. O Grupo Santander possui o direito de opção de venda da sua participação na Sidenor para a Companhia, após 5 anos, por um preço fixo. Além disso, a Companhia concordou em garantir ao Grupo Santander o pagamento de uma quantia após 6 anos no caso do Grupo Santander não ter vendido as ações adquiridas até tal data ou, se o Grupo Santander vender a sua participação por um preço mais alto ou mais baixo do que a quantia acordada, a diferença será paga pelo Grupo Santander à Companhia ou pela Companhia ao Grupo Santander, respectivamente.

A Sidenor é uma empresa *holding* que possui todas as ações em circulação da Sidenor Industrial S.L., que é a maior produtora de aços longos especiais e peças forjadas da Espanha, assim como uma das mais importantes produtoras de forjados para estampa naquele país. A Sidenor Industrial possui três unidades de produção de aço, localizadas em Basauri, Vitoria e Reinosa (Espanha). Durante 2004, a Sidenor Industrial vendeu 688.000 toneladas de produtos acabados. A Sidenor Industrial também possui a Forjanor, S.L., uma produtora de forjado para estampa, com uma planta industrial em Madri e Elgeta. Durante 2004, a Forjanor vendeu 25.000 toneladas de produtos acabados.

A Sidenor também possui uma participação de 58,44% na Aços Villares S.A., uma produtora de aços longos especiais localizada no Brasil, com planta industrial localizada em Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba e Socoraba, todas cidades no estado de São Paulo, Brasil. Durante 2004, a Aços Villares vendeu 646.000 toneladas de produtos acabados.

A transação foi consumada em Janeiro de 2006, quando houve a transferência de ações da Sidenor para a Companhia e o preço de compra no montante de 185,3 milhões de euros foi pago.

Adesão da Gerdau Açominas às Diretrizes Éticas da Gerdau

Como parte do programa de integração, desde maio de 2006 a Gerdau Açominas tem aderido às Diretrizes Éticas da Companhia.

ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM DE AÇÕES

A. DETALHES SOBRE A OFERTA E LISTAGEM DE AÇÕES

Informações sobre cotação

A tabela a seguir apresenta as cotações mínimas e máximas em reais das ações preferenciais da Gerdau S.A. (GGBR4) na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para os períodos indicados, assim como as cotações mínimas e máximas em dólares (convertidas para a taxa de câmbio PTAX) para o mesmo período.

Cotações de fechamento GGBR4 – Base Anual

Ajustado por proventos

<i>Ano</i>	<i>Reais por ação</i>		<i>US\$ por ação</i>	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2001	2,96	1,58	1,44	0,56
2002	4,88	2,79	1,85	0,88
2003	11,79	4,10	4,08	1,12
2004	20,85	9,87	7,53	3,16
2005	25,74	13,25	11,18	5,44

Fonte: Economática

Cotações de fechamento GGBR4 – Base Trimestral

Ajustado por proventos

<i>Ano</i>	<i>Reais por ação</i>		<i>US\$ por ação</i>	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2004				
1T	13,35	10,26	4,68	3,48
2T	15,00	9,87	4,80	3,16
3T	20,85	14,42	7,00	4,69
4T	20,43	15,76	7,53	5,52
2005				
1T	22,92	16,51	8,57	6,12
2T	18,96	13,34	7,14	5,44
3T	22,18	13,25	9,78	5,54
4T	25,74	17,76	11,18	7,91
2006				
1T	34,96	24,62	16,54	10,54

Fonte: Economática

Cotações de fechamento GGBR4 – Base Mensal

Ajustado por proventos

<i>Ano</i>	<i>Reais por ação</i>		<i>US\$ por ação</i>	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2005				
Novembro	21,81	19,79	9,87	8,79
Dezembro	25,74	21,45	11,18	9,67
2006				
Janeiro	31,99	24,62	14,44	10,54
Fevereiro	32,44	27,38	15,16	12,72
Março	34,96	31,45	16,54	14,15
Abril	36,78	32,68	17,33	15,17

Fonte: Economática

Nas tabelas acima, as cotações foram ajustadas retroativamente para todos os períodos apresentados para refletir: (a) bonificação de dez ações para cada três ações (aprovado em abril de 2003), (b) grupamento de 1.000 para 1 ação (aprovado em abril de 2003), (c) bonificação de 1 nova ação para cada 1 ação existente (aprovado em abril de 2004), (d) bonificação de 1 nova ação para cada 2 ações existentes (aprovado em março de 2005) e (e) bonificação de 1 ação para cada 2 ações (aprovado em março de 2006).

As ações ordinárias e preferenciais são negociadas no mercado e somente as ações ordinárias têm direito a voto. Contudo, de acordo com o estatuto da empresa, direitos específicos são garantidos às ações preferenciais não-votantes. (Veja Estatuto da Gerdau S.A. anexo ao final deste formulário)

A tabela a seguir apresenta as cotações máxima e mínima para os ADRs da Gerdau S.A. conforme as negociações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), para os períodos indicados.

Cotações de fechamento GGB – Base Anual

Ajustado por proventos

<i>Ano</i>	<i>US\$ por ação</i>	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2001	2,00	0,80
2002	2,39	1,18
2003	4,55	1,38
2004	8,09	3,54
2005	11,21	5,93

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento GGB – Base trimestral

Ajustado por proventos

<i>Ano</i>	<i>US\$ por ação</i>	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2004		
1T	5,26	4,20
2T	5,44	3,54
3T	7,52	5,33
4T	8,09	6,24
2005		
1T	9,05	6,76
2T	7,40	5,93
3T	9,97	6,04
4T	11,21	8,37
2006		
1T	16,65	11,12

Fonte: Bloomberg

Cotações de fechamento GGB – Base mensal

Ajustado por proventos

<i>Ano</i>	<i>US\$ por ação</i>	
	<i>Máxima</i>	<i>Mínima</i>
2005		
Novembro	9,86	9,20
Dezembro	11,21	10,23
2006		
Janeiro	14,53	11,12
Fevereiro	15,29	13,07
Março	16,65	14,64

Abril	17,38	15,01
-------	-------	-------

Fonte: Bloomberg

As tabelas acima mostram as cotações máximas e mínimas das ações da Gerdau desde 2001. As cotações foram retroativamente ajustadas para todos os períodos apresentados para refletir: (a) bonificação de 10 ações para cada 3 ações (aprovado em abril de 2003), (b) grupamento de 1.000 para 1 ação (aprovado em abril de 2003), (c) bonificação de 1 nova ação para cada 1 ação existente (aprovado em abril de 2004), (d) bonificação de 1 nova ação para cada 2 ações existentes (aprovado em março de 2005) e (e) bonificação de 1 ação para cada 2 ações (aprovado em março de 2006).

B. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

Não exigido.

C. MERCADOS

Bolsa de Valores de São Paulo - Brasil

A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) é uma associação sem fins lucrativos de propriedade de sociedades corretoras. A negociação na BOVESPA é limitada às corretoras membros e a um número restrito de não-membros autorizados. Atualmente, a BOVESPA conta com duas sessões de negociação livres e abertas a cada dia útil, entre 10h e 17h. A negociação também é conduzida entre 10h e 17h no sistema automatizado da BOVESPA. Além disso, também é possível fazer negócios no assim chamado *After-Market*, um sistema eletrônico da BOVESPA que funciona no período noturno. Os negócios são feitos por ordem de entrada no sistema de negociação eletrônica Mega Bolsa, criado e operado pela BOVESPA. O sistema limita os lances individuais a R\$ 100 mil. As variações de preço são limitadas a 2% (alta ou baixa) da cotação de fechamento do dia.

Desde 17 de março de 2003, é permitida a atuação de formadores de mercado na BOVESPA, apesar de não existirem especialistas ou intermediários negociando as ações da Companhia na BOVESPA. A CVM e a BOVESPA têm poder discricionário para suspender a negociação das ações de um determinado emissor sob certas circunstâncias. A negociação das ações de empresas listadas na BOVESPA pode ser realizada fora do pregão em certas circunstâncias, embora esse tipo de negociação seja bastante limitado.

Embora todas as ações em circulação de empresas listadas possam ser negociadas na BOVESPA, normalmente menos da metade das ações listadas estão de fato disponíveis para negociação pelo público; o restante é controlado por pequenos grupos de indivíduos que raramente negociam suas ações. Por essa razão, os dados sobre o total da capitalização de mercado da BOVESPA tendem a exagerar a liquidez do mercado brasileiro de títulos, que é relativamente pequeno e ilíquido, se comparado com os principais mercados mundiais.

A liquidação das transações é feita três dias úteis após a data de negociação, sem ajuste do preço de compra pela inflação. O pagamento é feito através de uma câmara independente de compensação de cheques, a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), que mantém contas para as corretoras membros. Normalmente, solicita-se que o vendedor entregue as ações à bolsa no segundo dia útil após a data da transação. A CBLC é controlada por agentes de compensação, como corretoras e bancos membros, além da BOVESPA.

As negociações na BOVESPA por parte de pessoas não-residentes no Brasil estão sujeitas a certas limitações, de acordo com a legislação aplicável a investimentos estrangeiros no Brasil.

Regulamentação dos Mercados de Ações

Os mercados brasileiros de ações são regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem autoridade geral sobre as bolsas de valores e sobre os mercados de ações, e também pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que, dentre outros, tem poderes de fiscalização sobre corretoras e regulamenta transações de investimento e compra e venda de ações por parte de estrangeiros. O mercado brasileiro de ações é regido pela Lei dos Valores Mobiliários (Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e emendas) e pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e emendas).

A Lei 10.303, de 31 de outubro de 2001, alterou as leis 6.385/76 e 6.404/76. As alterações mais importantes introduzidas pela Lei 10.303 foram (i) a conversão da CVM em uma agência governamental autônoma ligada ao Ministério da Fazenda, com independência jurídica e orçamentos, ativos e passivos próprios; (ii) a exigência de maior transparência por parte das empresas de capital aberto; (iii) direito de *tag along* para acionistas minoritários em caso de alienação do controle de uma empresa de capital aberto; (iv) direito dos detentores de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, e que representem pelo menos 10% do capital total da empresa de capital aberto, de eleger um membro ou suplente para o conselho (considerando que, até abril de 2005, o representante desses acionistas era escolhido a partir de uma lista de três nomes preparada pelos acionistas controladores); (v) direito concedido a acionistas minoritários de também eleger um membro do conselho; e (vi) ações preferenciais somente podem ser negociadas se tiverem pelo menos um dos direitos mencionados a seguir: (a) prioridade sobre dividendos correspondendo a pelo menos 3% do valor líquido das ações conforme o último balanço financeiro aprovado da empresa; (b) direito de receber dividendos pelo menos 10% maiores do que os dividendos atribuídos a cada ação ordinária; ou (c) direito de *tag along* em caso de alienação do controle da empresa.

Conforme a Lei das Sociedades Anônimas, uma empresa pode se enquadrar em duas categorias: ser de capital aberto – como no caso da Gerdau S.A. – ou não ser de capital aberto. Todas as empresas de capital aberto devem requerer registro junto à CVM e em uma das bolsas de valores brasileiras, estando permanentemente sujeitas ao fornecimento de informações. Uma empresa de capital aberto pode ter suas ações negociadas tanto na BOVESPA como nos mercados de balcão (*over-the-counter* - OTC). As ações de uma empresa de capital aberto, incluindo a Gerdau S.A., também podem ser negociadas de forma privada, estando sujeitas a certas limitações impostas pelo regulamento da CVM.

Em certos casos, exige-se a divulgação de informações à CVM, à BOVESPA, ou até mesmo ao público em geral. Esses casos incluem (i) a aquisição, direta ou indireta, por um investidor, de pelo menos 5% (cinco por cento) das ações de qualquer classe ou tipo que representem o capital social de uma empresa de capital aberto, (ii) a venda de ações que represente a alienação do controle de uma empresa de capital aberto, e (iii) a ocorrência de um evento relevante para a corporação.

No dia 5 de março de 2002, a CVM emitiu a Instrução 361, que regulamenta a oferta de ações caso venha a ocorrer algum dos seguintes eventos: (i) cancelamento do registro da empresa na bolsa de valores; (ii) aumento na participação do acionista controlador; e (iii) alienação do controle de uma empresa aberta.

O mercado brasileiro de OTC consiste em negociações diretas entre indivíduos, intermediadas por uma instituição financeira registrada junto à CVM. Nenhum requisito – além do registro junto à CVM – é exigido para que as ações de uma empresa de capital aberto sejam negociadas no mercado OTC. A CVM deve ser notificada de todas as negociações realizadas neste mercado pelos intermediários.

A negociação de ações de uma empresa na BOVESPA pode ser suspensa em antecipação à divulgação de um fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BOVESPA ou da CVM em função da convicção de que uma empresa forneceu informações inadequadas sobre um evento relevante, deu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela bolsa, ou, ainda, por outras razões.

As leis e regulamentos que regem o mercado brasileiro de ações dispõem sobre as exigências relativas à divulgação de informações, sobre as restrições a negociações baseadas em informações privilegiadas e sobre a manipulação de preços, assim como sobre a proteção aos acionistas minoritários. Embora muitas alterações e melhorias tenham sido alcançadas, os mercados brasileiros de ações ainda não são tão regulados e supervisionados como os mercados de ações nos Estados Unidos ou em outras jurisdições.

Negociações em Bolsas Estrangeiras

Além da BOVESPA, as ações da Gerdau são negociadas em outras duas bolsas de valores:

Bolsa de Valores de Nova Iorque

No dia 10 de março de 1999, a Gerdau S.A. obteve o registro para emissão dos ADRs de Nível II e iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Sob o código GGB, os ADRs Nível II têm sido negociados em praticamente todas as sessões desde o primeiro dia. Em 2005, os ADRs movimentaram 219,7 milhões de ADRs, 174,6% a mais do que em 2004. Os recursos envolvidos nessas transações totalizaram \$ 2,9 bilhões no período, o equivalente a uma média diária de \$11,6 milhões.

Latibex – Bolsa de Valores de Madri

Desde o dia 2 de dezembro de 2002, as ações preferenciais da Gerdau S.A. estão sendo negociadas no Latibex, o segmento da Bolsa de Valores de Madri dedicado a empresas latino-americanas cujas ações são negociadas em euros. Após a aprovação pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, esta data marcou o início do Programa *Depositary Receipts*, DRs para ações preferenciais emitidas pela Companhia na Espanha. As ações são negociadas na Espanha com o código XGGB sob a forma de DRs, cada DR correspondendo a 1 ação preferencial. A participação no Latibex aumentou a visibilidade da Companhia no mercado europeu e agregou maior liquidez às ações negociadas na BOVESPA, pois cada unidade negociada em Madri gera uma operação no Brasil pela qual são negociadas ações na BOVESPA. Em 2005, foi negociada 1,9 milhão de ações preferências da Gerdau na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), movimentando Euro 19,5 milhões.

ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A. CAPITAL EM AÇÕES

Não se aplica.

B. MEMORANDO E ESTATUTOS DE CONSTITUIÇÃO

As informações exigidas neste item foram incluídas na Declaração de Registro no Formulário 20-F de 30 de junho de 2004 (número do arquivo na Comissão: 1-14878). Os itens listados abaixo se referem a mudanças significativas nos Estatutos, desde a data do último relatório anual da companhia no Formulário 20-F. A versão integral do documento, com as mudanças mencionadas a seguir, pode ser encontrada como um anexo desse relatório anual.

Sumário das Condições Especiais em Relação aos Administradores

Embora não haja previsão expressa no estatuto social, a Companhia e seus administradores estão obrigados ao cumprimento de determinações cogentes da Lei 6.404/76 que rege as sociedades anônimas no Brasil.

Em termos gerais, dispõe o art. 153 da mencionada lei: o administrador da empresa deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo o homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

No artigo 154 da supracitada lei, em seu parágrafo segundo, também se estabelece que é vedado ao administrador: a) praticar ato de liberalidade a custa da empresa; b) sem prévia autorização da assembléia geral ou do conselho de administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da empresa, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito; c) receber de terceiros, sem autorização estatutária ou da assembléia geral, qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo.

Em termos mais específicos, de acordo com o texto do parágrafo primeiro do art. 156 da mesma lei, um administrador somente poderá contratar com a empresa em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado, ou em que a empresa contrataria terceiros, incluindo-se nessa regra eventuais contratos de empréstimo entre a empresa e os administradores.

Quanto à remuneração dos administradores ou quaisquer benefícios e verbas de representação, dispõe o art. 152 da lei das sociedades anônimas que os mesmos serão fixados pela assembléia geral de acionistas.

O art. 146 da Lei 6.404/76 determina que os membros do Conselho de Administração da empresa deverão ser acionistas, devendo, assim, contar com no mínimo uma ação.

Não existe qualquer regra estatutária ou estabelecida em lei no que se refere a uma previsão de data limite ou faixa etária para aposentadoria dos administradores.

Além da submissão às cogentes determinações legais, a empresa observa as regras e recomendações de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Informações considerando os níveis diferenciados de

governança corporativa estavam incluídas na Declaração de Registro no Formulário 20-F datado de 30 de junho de 2004, arquivado na Comissão sob o número 1-14878).

A adesão a essas regras está consubstanciada em um contrato onde a empresa e seus administradores obrigam-se ao cumprimento das normas que regulamentam o assunto. Em dito regulamento se estabelece o envio à Bolsa de Valores de São Paulo, bem como a divulgação de todo e qualquer contrato celebrado entre a empresa e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador e, ainda, entre a empresa e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ou valor igual ou superior a 1% (um por cento) sobre o patrimônio líquido da empresa, considerando-se aquilo que for maior. Tais informações, quando prestadas e divulgadas, devem discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou os negócios da empresa.

Por fim, ainda há previsões regulando essa matéria no código de Diretrizes Éticas Gerdau, documento que expressa e consolida a conduta dos colaboradores das empresas do Grupo Gerdau, conforme referido no item 16.b deste documento, e também está disponível em www.gerdau.com.br.

Os administradores devem proceder de acordo com as Diretrizes Éticas, seja ao atuar internamente ou ao representar a empresa. Eles devem apresentar padrões de conduta que refletem a sua integridade pessoal e profissional, de maneira compatível com seu vínculo com a empresa e com a sociedade. Devem avaliar cuidadosamente as situações em que possa haver conflito de interesses pessoais com os da empresa, executando atividades com recursos, bens, serviços ou créditos da empresa exclusivamente no interesse da mesma; devem também informar qualquer atividade particular que possa interferir ou conflitar com os interesses da empresa, esclarecendo sua natureza e extensão; e manter lealdade à empresa, não utilizando em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para a empresa, as oportunidades comerciais de que tenham conhecimento em razão do exercício de seu cargo.

C. CONTRATOS RELEVANTES

Para informações sobre os contratos relevantes referentes às aquisições de ativos, veja Item 4 “Informações sobre a Companhia”, Item 5 “Revisão Financeira e Operacional e Perspectivas” e Item 8.B “Mudanças Significativas”. A Gerdau S.A. entrou em acordos financeiros para financiar e alongar o perfil da dívida da Companhia. Embora alguns desses contratos envolvam montantes significativos, nenhum excede a 10% dos ativos totais da Companhia. Os principais acordos financeiros da Gerdau S.A. estão descritos a seguir e se necessário, a Companhia pode fornecer à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*Securities and Exchange Commission*) uma cópia dos respectivos instrumentos.

NEXI II

Em 24 de março de 2006, a Gerdau Açominas contratou um empréstimo a longo prazo em ienes no valor equivalente a \$267,0 milhões junto ao Citibank, N.A., através de sua filial em Tóquio. O empréstimo é segurado para riscos políticos e comerciais pelo NEXI, e é garantido pela Gerdau S.A. O prazo é 10 anos, e a taxa de juros é LIBOR mais 0,30% ao ano. Este empréstimo tem por finalidade cobrir parte da expansão da capacidade instalada da Gerdau Açominas até 2007.

Sinosure

Em 14 de outubro de 2005, a Gerdau Açominas assinou um contrato de financiamento ao importador (“*buyer’s credit*”) no valor de \$201,0 milhões, com cobertura de riscos da China Export & Credit Insurance Corporation (Sinosure). O financiamento foi obtido junto aos bancos BNP Paribas e Industrial and Commercial Bank of China - ICBC para financiar 85% dos contratos comerciais assinados entre a Gerdau Açominas e a empresa chinesa Minmetals Development Co. Ltd., o grupo China Metallurgical Construction Corporation, e outras empresas chinesas. Essas empresas fornecerão um alto-forno, uma coqueria, e sinterização para o plano de expansão da capacidade de produção da Gerdau Açominas até 2007. O prazo é de 12 anos, e a taxa de juros é LIBOR mais 0,675% ao ano. Esta operação é garantida pela Gerdau S.A.

Associado ao financiamento do Sinosure, um financiamento comercial de \$50 milhões foi acertado entre a Gerdau Açominas e o BNP Paribas em 15 de junho de 2005 para financiar os restantes 15% do valor dos contratos comerciais com as empresas chinesas e 100% do valor do prêmio do seguro pago ao Sinosure. O prazo é de 5 anos, e a

taxa de juros é LIBOR mais 0,20% ao ano, com uma taxa de juros local de 1,30% ao ano. Esta operação é garantida pela Gerdau S.A.

Bônus Perpétuos (Guaranteed Perpetual Senior Securities)

Em 15 de setembro de 2005, a Gerdau S.A. concluiu a colocação privada de US\$ 600 milhões em Bônus Perpétuos, com taxa de juros de 8,875% ao ano. Estes bônus são garantidos pelas seguintes empresas brasileiras do Grupo Gerdau: Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Comercial Gerdau. Os bônus não têm uma data fixa de vencimento, mas deverão ser resgatados pela Gerdau S.A. no caso de certos eventos de inadimplência (estabelecidos nos termos dos bônus), os quais podem fugir ao controle total da Companhia. A Gerdau tem a opção de resgatar estes bônus a qualquer tempo a partir do quinto ano (setembro de 2010). Os pagamentos de juros serão feitos trimestralmente, e a opção de resgate poderá ser exercida a cada data de pagamento de juros (trimestre) a partir de setembro de 2010.

Euro Commercial Paper

Em 12 de outubro de 2005, a Gerdau concluiu a terceira emissão de *Euro Commercial Paper* no total de \$200 milhões, com vencimento em 11 de outubro de 2006 e taxa de juros de 5.0% ao ano.

NEXI

Em dezembro de 2004, a Gerdau, por meio da Gerdau Açominas, assinou um financiamento no valor de \$240 milhões. O banco ABN AMRO foi o líder e o estruturador da operação e os recursos foram disponibilizados pelo ABN AMRO Bank N.V., Bank of Tokyo-Mitsubishi e UFJ Bank Limited. O prazo total do empréstimo é de sete anos, dos quais dois anos são de carência e cinco de amortização. O Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), agência de crédito japonesa ligada ao governo daquele país, cobre 97,5% do risco político e 95% do risco comercial. O risco político refere-se aos riscos relacionados às políticas governamentais brasileiras em relação aos pagamentos enviados para o exterior, enquanto que o risco comercial refere-se à capacidade da Companhia em honrar seus compromissos. A primeira parcela deste acordo foi estabelecida em janeiro de 2005, no valor total de \$32,0 milhões com um custo financeiro da LIBOR + 0,5% ao ano. O financiamento tem um período de dois anos de carência da data de assinatura do contrato, amortização semestral e data de vencimento em 2011.

Notas Recebíveis de Exportação

Em 4 de setembro de 2003, a Gerdau Açominas concluiu a colocação da primeira parcela de \$105 milhões do programa de Notas Recebíveis de Exportação. Esse programa, que irá totalizar \$400 milhões, representa uma ferramenta importante para alongar o perfil da dívida da Companhia. Esta parcela inicial foi colocada com cupom de 7,37% ao ano e vencimento em julho de 2010. A operação tem prazo de carência de dois anos, com amortização trimestral a partir de outubro de 2005. As notas são garantidas por recebíveis a serem gerados pelas vendas de produtos siderúrgicos da Gerdau Açominas.

Em 3 de junho de 2004, a Gerdau Açominas concluiu a colocação da segunda parcela de \$128 milhões do programa de Notas Recebíveis de Exportação. A segunda parcela foi colocada com vencimento em oito anos (abril de 2012) e cupom de 7,321% ao ano. As notas têm um sistema de amortização trimestral, com início em julho de 2006. Isso representou, na data da precificação (24 de maio de 2004), 488 pontos-base abaixo do título soberano brasileiro de vida média equivalente, e 292 pontos-base acima da taxa do Tesouro dos Estados Unidos, de cinco anos, o que equivale ao prazo médio desse financiamento. As notas são garantidas por recebíveis a serem gerados pelas vendas de produtos siderúrgicos da Gerdau Açominas.

Notas Bancárias e Linha de Crédito Sindicalizada

Em 27 de junho de 2003, a Gerdau Ameristeel refinanciou a maior parte de sua dívida mediante a emissão de notas bancárias (*Senior Notes*) no valor de \$405,0 milhões e custo de 10 3/8% ao ano, além de ter contratado uma linha de crédito sindicalizada (*Senior Secured Credit Facility*) no valor de \$350 milhões.

Em outubro de 2005, a Gerdau Ameristeel corrigiu e reestruturou sua linha de crédito sindicalizada. Essa linha de crédito tem prazo de 5 anos, e aumentou o limite de crédito renovável disponível de \$350 milhões para \$650 milhões.

A receita foi utilizada para rolar a dívida atual relativa a vários dispositivos de empréstimo e cobrir os custos associados ao refinanciamento.

Após o refinanciamento, as principais fontes de liquidez provêm do fluxo de caixa operacional e dos empréstimos da nova linha de crédito sindicalizada.

A Gerdau Ameristeel acredita que essas fontes serão suficientes para satisfazer suas necessidades de caixa. As principais necessidades de liquidez se referem a capital de giro, investimentos em imobilizado e serviço da dívida. A Gerdau Ameristeel não tem nenhum tipo de acordo extra-contábil, nem nenhum relacionamento com entidades não-consolidadas com fins especiais.

As linhas de crédito e outras dívidas de longo prazo da empresa são resumidas abaixo:

Linha de Crédito Sindicalizada (*Senior Secured Credit Facility*): Em outubro de 2005, a Gerdau Ameristeel anunciou a correção e a reestruturação da linha de crédito sindicalizada. A linha de crédito sindicalizada oferece até \$650,0 milhões em recursos até outubro de 2010. A Gerdau Ameristeel poderá fazer empréstimos através dessa linha de crédito em valor equivalente à no máximo (i) a quantia contratada e (ii) a base de empréstimo (que se refere a uma parte do estoque, mais recebíveis, da maioria das unidades operacionais da Companhia, excluídas algumas reservas); menos os empréstimos já contratados, obrigações de cartas de crédito, e outras obrigações devidas sob o regime de Linha de Crédito Sindicalizada. Como a base de empréstimo pela Linha de Crédito Sindicalizada estará vinculada ao estoque atual e aos níveis de recebíveis, os empréstimos disponíveis através dessa fonte de crédito serão flutuantes. Os empréstimos feitos pela Linha de Crédito Sindicalizada são garantidos pelos estoques e recebíveis da Gerdau Ameristeel.

Os empréstimos feitos à Linha de Crédito Sindicalizada têm taxa anual de juros equivalente a uma dentre diversas opções (LIBOR, taxas básicas de juros de Bancos Centrais, aprovação dos credores e a taxa Prime), dependendo da modalidade escolhida no momento do empréstimo mais uma margem determinada de tempos em tempos por capacidade excedente. Os empréstimos feitos pela Linha de Crédito Sindicalizada podem ser em dólares americanos ou canadenses, a critério da Gerdau Ameristeel. A Linha de Crédito Sindicalizada contém garantias restritivas que limitam a capacidade da Companhia de se envolver em certos tipos de transação sem o consentimento dos credores. Essas limitações podem restringir a capacidade da Gerdau de, entre outras coisas: assumir dívidas adicionais, emitir ações resgatáveis e preferenciais, pagar dividendos sobre ações ordinárias, vender ou alienar certos ativos e participar de fusões e consolidações.

Em 31 de dezembro de 2005, a empresa não tinha empréstimos tomados por essa linha de crédito, e tinha \$544,1 milhões disponíveis na linha de crédito sindicalizada, em comparação a \$27 mil tomados e \$295,0 milhões disponíveis em 31 de dezembro de 2004.

Notas Bancárias (*Senior Notes*): Em 27 de junho de 2003, a Gerdau Ameristeel emitiu \$405,0 milhões em Notas Bancárias a um custo de 10 3/8% ao ano. Desse montante, \$35,0 milhões foram vendidos a uma subsidiária indiretamente controlada pela Gerdau S.A. As notas vencem em 15 de julho de 2011 e foram emitidas a 98% do valor de face. As notas não têm garantia e são efetivamente secundárias à dívida garantida até o valor dos ativos que servem de garantia a essa dívida; além disso, as notas estão no mesmo patamar de qualquer dívida não subordinada sem garantia, já existente ou futura, e são seniores em relação a qualquer dívida sênior futura, subordinada ou não.

Os juros sobre as notas são de 10 3/8% ao ano (taxa efetiva de 10,75%), e são pagos semestralmente em 15 de julho e 15 de janeiro. Em qualquer data anterior a 15 de julho de 2006, a Gerdau Ameristeel pode resgatar até 35% da quantia principal original das notas utilizando receita de uma ou mais colocações de ações ordinárias. O contrato que rege as notas permite à Gerdau Ameristeel e suas subsidiárias incorrer em endividamento adicional, incluindo endividamento com garantia, dentro de certos limites. Em 23 de janeiro de 2004, a Gerdau Ameristeel concluiu uma oferta de permuta de Notas Bancárias. As notas permutadas tiveram essencialmente a mesma forma e termos das notas originais emitidas em 27 de junho de 2003 e foram emitidas através de prospecto em Ontário, no Canadá. As notas trocadas e garantias subsidiárias foram registradas conforme o *U.S. Securities Act* de 1933, conforme emendas, e não estão sujeitas a restrições de transferência.

D. CONTROLE CAMBIAL

Indivíduos ou entidades legais domiciliadas no exterior não sofrem qualquer tipo de restrição quanto a sua participação ou direito de voto no capital social da Companhia. O direito de converter dividendos e resultados da venda do capital social da Companhia em moeda estrangeira e de remeter essas quantias para o exterior está sujeito a restrições impostas pela legislação de investimentos estrangeiros, que normalmente exige, dentre outras coisas, que o investimento em questão tenha sido registrado no Banco Central.

No Brasil, existe um mecanismo disponível para investidores não residentes no Brasil interessados em negociar diretamente na Bolsa de Valores de São Paulo. Até março de 2000, este mecanismo era conhecido como Regulamento Anexo IV, em referência ao Anexo IV da Resolução 1.289 do Conselho Monetário Nacional (“Regulamento Anexo IV”). Atualmente, o mecanismo é regulado pela Resolução 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, e pela Instrução 325, de 27 de janeiro de 2000, da CVM, conforme emenda (“Resolução 2.689”).

A Resolução 2.689, que passou a vigorar em 31 de março de 2000, estabelece novas regras para investimentos estrangeiros em ações no Brasil. As novas regras permitem que investidores não residentes invistam em quase todos os tipos de ativos financeiros e participem em quase todos os tipos de transação disponíveis nos mercados financeiros e de capitais no Brasil, desde que alguns requisitos sejam cumpridos. De acordo com a Resolução 2.689, investidores estrangeiros são pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outra entidade de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior. A Resolução 2.689 proíbe a transferência ou atribuição de títulos no exterior, a não ser em casos de (i) reorganização corporativa efetuada no exterior por um investidor externo ou (ii) herança.

De acordo com a Resolução 2.689, os investidores estrangeiros devem: (i) indicar pelo menos um representante no Brasil com poderes para realizar ações relativas ao investimento estrangeiro; (ii) preencher o formulário de registro de investidor estrangeiro apropriado; (iii) registrar-se como investidor estrangeiro junto à CVM; e (iv) registrar o investimento estrangeiro no Banco Central.

Ainda de acordo com a Resolução 2.689, os valores mobiliários e outros ativos financeiros de posse do investidor estrangeiro devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM, ou, então, registrados em sistemas de registro, compensação e custódia autorizados pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, a comercialização de valores mobiliários é restrita a transações realizadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizados, licenciados pela CVM.

Todos os investimentos feitos por investidores estrangeiros em conformidade com a Resolução 2.689 estarão sujeitos a um registro eletrônico junto ao Banco Central.

A resolução 1.927 do Conselho Monetário Nacional, que consiste na versão atualizada do Anexo V da Resolução 1.289 (“Regulamento Anexo V”), permite a emissão, em mercados estrangeiros, de ADRs relativos a ações emitidas no Brasil. Os ADRs foram aprovados pelo Banco Central e pela CVM de acordo com o Anexo V. Assim, os resultados das vendas de ADRs por seus titulares fora do Brasil não estão sujeitos a controle por parte do Brasil, e os titulares de ADRs recebem tratamento fiscal favorável. De acordo com a Resolução 2.689, investimentos estrangeiros registrados de acordo com o Regulamento Anexo V podem ser transferidos para o novo sistema de investimento criado pela Resolução 2.689 e vice-versa, desde que observadas as condições estabelecidas pelo Banco Central e pela CVM.

Um registro de investimento estrangeiro foi feito em nome do Bank of New York como Depositário de ADRs Preferenciais (“Depositário”), e é mantido pelo Banco Itaú S.A. (“Custodiante”) em nome do Depositário. Com o registro de investimento estrangeiro, o Custodiante e o Depositário podem converter em moeda estrangeira os dividendos e outras distribuições relacionadas às Ações Preferenciais representadas pelos ADRs Preferenciais e remeter os resultados para o exterior. Se um titular de ADRs Preferenciais trocar esses ADRs por Ações Preferenciais, esse titular somente poderá utilizar o registro do Depositário do investimento estrangeiro por cinco dias úteis depois da troca. Depois desse período, deverá obter seu próprio registro junto ao Banco Central. Depois desse período, deverá obter seu próprio registro junto ao Banco Central, e, a não ser que as Ações Preferenciais sejam manipuladas por um investidor estrangeiro em conformidade com a Resolução 2.689, o titular pode não conseguir fazer a conversão para moeda estrangeira nem remeter para o exterior os resultados de vendas das Ações Preferenciais ou das distribuições referentes a elas.

Além disso, o titular normalmente estará sujeito a um tratamento fiscal menos favorável do que um titular de ADRs Preferenciais. As restrições à remessa de capital estrangeiro para o exterior podem prejudicar ou impedir o Custodiante – enquanto custodiante de Ações Preferenciais representadas por ADRs Preferenciais – ou titulares que trocam ADRs Preferenciais por Ações Preferenciais de converter dividendos, distribuições ou resultados de vendas de

Ações Preferenciais em dólares norte-americanos, e também de remeter esses dólares para o exterior. Titulares de ADRs Preferenciais podem ser afetados negativamente por atrasos ou recusa, por parte do governo, em fornecer a aprovação necessária para conversões de pagamentos em moeda brasileira e também para remessas das Ações Preferenciais subjacentes aos ADRs Preferenciais.

Taxas de Câmbio

Antes de março de 2005, haviam dois mercados de câmbio legais no Brasil, o Mercado Comercial e o Mercado Flutuante. O Mercado Comercial era reservado principalmente para transações de comércio exterior e transações que geralmente exigem aprovação prévia das autoridades monetárias brasileiras, tais como a compra e a venda de investimentos registrados por não-residentes e remessas de fundos para o exterior. A Taxa de Câmbio Comercial é a taxa de venda comercial para a conversão da moeda brasileira em dólares norte-americanos, conforme indicada pelo Banco Central. A Taxa Flutuante era a taxa de câmbio que predominava para a conversão da moeda brasileira em dólares norte-americanos, sendo utilizada em transações para as quais a Taxa Comercial não se aplica.

Através da Resolução 3.265, de 4 de março de 2005 (em vigor desde 14 de março de 2005), o Conselho Monetário Nacional introduziu um único Mercado de Câmbio e aboliu as diferenças legais entre os Mercados referenciados Comercial e Flutuante. Entre as modificações das regras do Mercado Cambial está uma ampliação da permissão para emitir fundos ao exterior através do Mercado de Câmbio. De outra forma, as então chamadas “Contas CC5”, que são contas bancárias em Reais mantidas no Brasil por instituições estrangeiras, não podem mais ser usadas para transferir fundos em nome de terceiros. Como se trata de regra recente, não é possível precisar o impacto destas alterações no Mercado Cambial Brasileiro, mas espera-se que tal Regulamento do Conselho Monetário Nacional tenha um efeito geral positivo ao país, visto que deve reduzir custos advindos de transações cambiais monetárias.

As distribuições em dinheiro relacionadas com as Ações Preferenciais serão feitas pela Companhia em moeda brasileira. Assim, as flutuações da taxa de câmbio poderão afetar as quantias de dólares americanos recebidas pelos detentores de ADRs Preferenciais quando da conversão, pelo Depositário, de tais distribuições. Flutuações na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano também poderão afetar o preço em dólares americanos equivalente ao preço em reais das ações preferenciais nas bolsas de valores brasileiras.

E. TRIBUTAÇÃO

O resumo a seguir contém uma descrição das principais conseqüências relativas ao imposto de renda federal, no Brasil e nos Estados Unidos, da propriedade e alienação de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais. Contudo, não pretende ser uma descrição completa de todas as considerações tributárias que podem ser relevantes para embasar uma decisão de compra de tais títulos.

Em especial, este resumo trata apenas dos acionistas detentores de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais na forma de ativos de capital e não faz considerações sobre o tratamento fiscal de detentores de ações que possam estar sujeitos a regras tributárias especiais, como bancos, seguradoras, corretores de ações, pessoas que detêm Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais em transações de *hedge* ou cujas ações sejam classificadas como transações de “*straddle*” ou “de conversão” para fins de tributação. Da mesma forma, não trata de pessoas cuja “moeda funcional” não é o dólar americano, pessoas sujeitas a taxa mínima alternativa, sociedades (ou outras entidades tratadas como sociedade para fins do imposto de renda nos Estados Unidos) ou pessoas que detêm, ou são consideradas como detentoras, de 10% ou mais do capital votante de uma empresa. Compradores em potencial de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais devem recorrer a seus próprios consultores fiscais em relação às conseqüências pessoais de seu investimento, que podem variar para investidores em diferentes situações fiscais.

Este resumo é baseado em leis fiscais do Brasil e Estados Unidos e em regulamentações, decisões judiciais e pronunciamentos administrativos em vigor na data de elaboração deste documento, e que estão sujeitos a mudanças e novas interpretações (possivelmente com efeito retroativo). Embora não haja, presentemente, nenhum tratado entre o Brasil e os Estados Unidos relativo à tributação da renda, as autoridades fiscais de ambos os países têm mantido conversações que podem culminar em um acordo desse tipo. Contudo, não há garantias em relação a se e quando um tal acordo entrará em vigor, ou como afetará os detentores de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais nos Estados Unidos. Este resumo também se baseia nas informações fornecidas pela Instituição Depositária e na pressuposição de que cada uma das obrigações descritas no Acordo de Depósito em relação aos ADRs preferenciais, e quaisquer documentos a eles relacionados, serão cumpridas conforme os termos do acordo.

Considerações Tributárias para o Brasil

As considerações a seguir resumem as conseqüências substanciais da propriedade e alienação de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais por parte de detentores não residentes no Brasil para fins de tributação no Brasil, assim como para detentores de Ações Preferenciais cujo investimento em ações esteja registrado junto ao Banco Central como um investimento em dólares americanos (em ambos os casos um “detentor não residente”). As considerações a seguir não cobrem especificamente todas as considerações tributárias que se aplicam no Brasil a cada detentor não residente em particular. Assim, cada um dos detentores não residentes deve recorrer a seus próprios consultores fiscais para determinar as conseqüências específicas de seu investimento nesse tipo de título.

Tributação de Dividendos

Os dividendos pagos sobre lucro auferido desde 1º de janeiro de 1996, inclusive dividendos pagos em espécie (i) à Instituição Depositária relativamente às Ações Preferenciais subjacentes a ADRs Preferenciais, ou (ii) a um detentor não residente relativamente a Ações Preferenciais, não estão sujeitos a tributação na fonte no Brasil. A legislação fiscal em vigor eliminou a retenção, previamente praticada, de 15% na fonte quando do pagamento de dividendos a empresas e indivíduos residentes ou não residentes no Brasil.

Dessa forma, os dividendos relativos a lucros gerados em ou depois de 1º de janeiro de 1996 não estão sujeitos a tributação na fonte no Brasil. Os dividendos relativos a lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1993 estão sujeitos a tributação de 25% na fonte. Os dividendos relativos a lucros gerados entre 1º de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1995 estão sujeitos a tributação de 15% na fonte.

Tributação de Ganhos

Os ganhos realizados fora do Brasil sobre a venda de ADRs preferenciais por um detentor não residente a outro detentor não residente não são tributados Brasil, embora essa situação esteja sujeita às incertezas trazidas pela Medida Provisória 135, de 30 de outubro de 2003, convertida na Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Em conformidade com a Lei 10.833/03, os ganhos realizados a partir da alienação de quaisquer ativos no Brasil, por indivíduos residentes ou não residentes no Brasil, dentro ou fora do Brasil, estão sujeitos à tributação de renda no Brasil. Tais tributos devem ser pagos pelo comprador pertinente ou, em caso de um comprador não brasileiro, por seu representante legal no Brasil. A nova disposição parece ter simplesmente transferido a obrigação do pagamento do imposto do vendedor para o comprador (ou seu representante legal). Contudo, na prática, antes da entrada em vigor da disposição mencionada, os ganhos realizados com a venda de ativos brasileiros ocorrida no exterior entre dois não residentes não estavam sujeitos à tributação brasileira. Com base na disposição mencionada, as autoridades fiscais brasileiras poderão sustentar como tributáveis transações entre não residentes envolvendo a venda de ADRs Preferenciais, embora haja subsídios para contestar que ADRs Preferenciais não estão sujeitas a essa tributação porque não se enquadram no conceito de ativos localizados no Brasil. Considerando-se o escopo geral e obscuro da disposição referida e a ausência de tribunais que regulem tal aspecto, não é possível prever a interpretação que irá prevalecer nos tribunais brasileiros.

A retirada de Ações Preferenciais quando da troca por ADRs Preferenciais não está sujeita a tributação no Brasil. Por ocasião do recebimento das Ações Preferenciais subjacentes, um detentor não residente que seja qualificado de acordo com a Resolução 2.689 terá direito a registrar o valor em dólares de tais ações junto ao Banco Central, conforme descrito a seguir. Se as Ações Preferenciais estiverem registradas conforme a Resolução 2.689, não é permitida a cessão ou transferência dessas ações para o exterior pelo detentor não residente. O depósito de Ações Preferenciais quando da troca por ADRs Preferenciais não está sujeito a tributação no Brasil desde que as Ações Preferenciais sejam registradas pelo investidor ou por seu agente de acordo com a Resolução 2.689. No caso de Ações Preferenciais que não sejam registradas, o depósito de Ações Preferenciais quando da troca por ADRs Preferenciais pode estar sujeito a tributação de 15% no Brasil.

Como regra geral, os detentores não residentes estão sujeitos a retenção na fonte de 15% sobre os ganhos realizados com a venda ou troca de Ações Preferenciais que ocorram fora da Bolsa de Valores de São Paulo. No caso de detentores não brasileiros que sejam residentes em um paraíso fiscal – isto é, um país onde a renda não é tributada ou onde a alíquota de imposto de renda é inferior a 20% –, a tributação sobre os ganhos é de 25%. Detentores não residentes estão sujeitos a tributação de 15% na fonte sobre ganhos realizados com vendas ou trocas no Brasil de Ações Preferenciais que ocorram na Bolsa de Valores de São Paulo, a não ser que essas transações sejam feitas em conformidade com a Resolução 2.689. Os ganhos realizados com transações na Bolsa de Valores de São Paulo por

investidores em conformidade com a Resolução 2.689 não estão sujeitos a tributação – a não ser que o investidor seja residente em um paraíso fiscal, caso em que os ganhos realizados são tributados em 15%. Não há garantias de que o tratamento atual dispensado a detentores de ADRs Preferenciais e detentores não residentes de Ações Preferenciais que não sejam residentes em um paraíso fiscal, conforme a Resolução 2.689, não será modificado no futuro. O “ganho realizado” como resultado de uma transação na Bolsa de Valores de São Paulo corresponde à diferença entre a quantia em moeda brasileira realizada na venda ou troca e o custo de aquisição medido em moeda brasileira, sem correção por inflação, das ações vendidas. O “ganho realizado” como resultado de uma transação que ocorra fora da Bolsa de Valores de São Paulo corresponde à diferença positiva entre a quantia realizada na venda ou troca e o custo de aquisição das Ações Preferenciais, estando ambos esses valores em reais. Há subsídios, contudo, para sustentar que o “ganho realizado” deva ser calculado com base no valor em moeda estrangeira registrado junto ao Banco Central.

O exercício de qualquer direito de preferência em relação às Ações Preferenciais não está sujeito a tributação no Brasil. Qualquer ganho sobre a venda ou cessão de direitos de preferência em relação às Ações Preferenciais pela Instituição Depositária em nome de detentores de ADRs Preferenciais estará sujeito a tributação de 15%, a não ser que tal venda ou cessão seja levada a cabo na Bolsa de Valores de São Paulo, caso em que tais ganhos estão isentos de imposto de renda no Brasil.

Qualquer ganho sobre a venda ou cessão de direitos de preferência em relação às Ações Preferenciais estará sujeito a imposto de renda no Brasil à alíquota de 15%, a não ser que a transação envolva detentores não brasileiros residentes em paraíso fiscal, caso em que os ganhos referidos estarão sujeitos a imposto de renda no Brasil à alíquota de 25%.

Juros Sobre Capital

A distribuição de juros sobre o capital em relação às Ações Preferenciais como forma alternativa de pagamento aos acionistas que são residentes ou não residentes no Brasil, inclusive detentores de ADRs, está sujeita a tributação na fonte de 15%. No caso de não residentes no Brasil que sejam residentes em paraísos fiscais, a tributação é de 25%. Atualmente, tais pagamentos podem ser deduzidos do imposto pago pela empresa quando da determinação das contribuições sociais e imposto de renda. (Veja item 8.A. – Juros sobre o Capital).

Outros Tributos Brasileiros

No Brasil não há imposto sobre heranças, doações ou sucessão que se apliquem à propriedade, transferência ou alienação de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais por detentores não brasileiros. Uma exceção são os impostos que incidem, em alguns estados brasileiros, sobre doações ou heranças concedidas por indivíduos ou entidades não residentes ou domiciliados no Brasil, ou com domicílio nos estados em questão, a indivíduos ou entidades residentes ou domiciliados nesses estados do Brasil. No Brasil não há imposto de selo, emissão, registro ou impostos ou taxas semelhantes pagáveis por detentores de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais. O Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”) pode incidir sobre diversas transações, inclusive a conversão de moeda brasileira em moeda estrangeira (por exemplo, para fins de pagamento de dividendos e juros). A alíquota do IOF para tais conversões atualmente é 0%, mas o Ministro da Fazenda tem poder legal para aumentar a alíquota até um máximo de 25%. Todo e qualquer aumento dessa natureza se aplicará apenas prospectivamente. O IOF também pode incidir sobre transações envolvendo títulos ou ações (“IOF/Títulos”), mesmo se as transações são efetuadas em bolsas brasileiras de ações, futuros ou commodities. A alíquota do IOF/Títulos relativa a Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais é atualmente 0%. O Ministro da Fazenda, contudo, tem poder legal para aumentar a alíquota até um máximo de 1,5% do montante da transação sujeita à taxa para cada dia do período de posse do investidor, mas apenas em relação ao ganho realizado na transação e apenas prospectivamente. Além do IOF, um imposto temporário se aplica a todas as transferências de fundos relacionadas com transações financeiras no Brasil (a “CPMF”). De acordo com a Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, e com a Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003, a CPMF será cobrada, a uma alíquota de 0,38%, até 31 de dezembro de 2007. A extinção da CPMF estava inicialmente prevista para fevereiro de 1998. Contudo, sua cobrança foi estendida por períodos adicionais nos últimos anos. Na mesma linha, o Congresso brasileiro está discutindo a possibilidade de converter a CPMF em imposto permanente. A responsabilidade pela cobrança da CPMF é da instituição financeira que realiza a transação financeira relevante. Conforme a Emenda Constitucional 37, de 12 de junho de 2002, quando o detentor não residente faz uma remessa de fundos exclusivamente em conexão com a compra, venda ou transferência de Ações Preferenciais, a CPMF não é cobrada.

Capital Registrado

A quantia relativa ao investimento em Ações Preferenciais pertencente a um detentor não residente registrado junto à CVM, em conformidade com a Resolução 2.689, ou em ADRs de posse da Instituição Depositária que representa esse detentor, pode ser registrada junto ao Banco Central. Tal registro (a quantia registrada é denominada “Capital Registrado”) possibilita o envio para o exterior de moeda estrangeira, convertida pela taxa de câmbio do mercado, adquirida como resultado de distribuições sobre Ações Preferenciais e quantias realizadas em função da alienação de tais Ações. O Capital Registrado para as Ações Preferenciais negociadas na forma de ADRs Preferenciais, ou negociadas no Brasil e depositadas junto à Instituição Depositária em troca de ADRs Preferenciais, será igual ao valor de compra (em dólares americanos) pago pelo comprador. O Capital Registrado para as Ações Preferenciais que são sacadas quando do resgate de ADRs Preferenciais será o equivalente em dólares (i) do preço médio das Ações Preferenciais na Bolsa de Valores de São Paulo no dia do saque, ou (ii) se nenhuma Ação Preferencial foi vendida nesse dia, do preço médio das Ações Preferenciais vendidas nas quinze sessões de negociação imediatamente anteriores ao saque. O valor em dólares americanos das Ações Preferenciais é determinado com base na taxa de câmbio comercial média definida pelo Banco Central nessa data [ou, se o preço médio das Ações Preferenciais é determinado conforme a cláusula (ii) da frase anterior, o valor em dólares é determinado com base na média de tais taxas médias nas mesmas quinze datas usadas para determinar o preço médio das Ações Preferenciais]. Um detentor não residente de Ações Preferenciais pode enfrentar atrasos ao efetuar o registro do Capital Registrado, com conseqüente atraso no envio de remessas ao exterior. Tais atrasos podem afetar adversamente o montante em dólares americanos recebido pelo detentor não brasileiro.

Considerações sobre o Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos

Conforme utilizado a seguir, um “detentor americano” é um detentor beneficiário de Ações Preferenciais ou ADRs Preferenciais que é, para fins do imposto de renda federal nos Estados Unidos, (i) um cidadão ou estrangeiro residente nos Estados Unidos, (ii) uma corporação (ou entidade tratada como corporação) organizada conforme as leis dos Estados Unidos, de qualquer estado naquele país ou do Distrito de Colúmbia, ou (iii) uma propriedade cujo lucro esteja sujeito à tributação de renda nos Estados Unidos sem distinção quanto à origem desse lucro ou (iv) um fundo, se (1) um tribunal nos Estados Unidos puder exercer a supervisão primária sobre a administração do fundo e uma ou mais pessoas nos Estados Unidos tiverem autoridade para controlar todas as decisões substanciais do fundo ou (2) o fundo existia em 20 de agosto de 1996 e optou por continuar a ser tratado como uma pessoa física dos Estados Unidos. Para fins desta discussão, um “detentor não americano” é o detentor beneficiário de Ações ou ADRs Preferenciais que (i) é um estrangeiro não residente, (ii) é uma corporação (ou outra entidade tratada como uma corporação) criada ou organizada sob a lei de outro país que não os Estados Unidos ou uma de suas subdivisões políticas ou (iii) é uma propriedade ou fundo que não seja um detentor americano.

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, um detentor de ADRs preferenciais será considerado como beneficiário das Ações Preferenciais subjacentes. Desta forma, a não ser nos casos específicos mencionados a seguir, as conseqüências fiscais discutidas com relação a ADRs Preferenciais serão iguais àquelas que afetam as Ações Preferenciais da Companhia, e as trocas de Ações Preferenciais por ADRs Preferenciais, e de ADRs Preferenciais por Ações Preferenciais, geralmente não estarão sujeitas a imposto de renda federal nos Estados Unidos.

Tributação de Dividendos

Detentores americanos: Em geral, respeitando-se as regras relativas a companhias de investimento estrangeiro passivo, discutidas a seguir, uma distribuição relativa a ADRs Preferenciais (que, para esse fim, inclui distribuições de juros sobre o capital próprio) irá se constituir, enquanto resultado de lucros e receitas acumulados ou correntes da Companhia, em dividendo, para fins do imposto de renda federal nos Estados Unidos, conforme determinado pelos princípios federais de tributação da renda naquele país. Se uma distribuição exceder o montante dos lucros e receitas acumulados e correntes da Companhia, será tratada como redução da base não tributável em relação à base tributária do detentor americano em termos dos ADRs Preferenciais sobre os quais tal distribuição é paga; para além disso, a distribuição será tratada como ganho de capital. Conforme discutido a seguir, o termo “dividendo” significa uma distribuição que constitui um dividendo para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos.

O valor bruto de qualquer dividendo pago (incluindo quaisquer quantias retidas como conseqüência de tributação no Brasil) sobre um ADR Preferencial estará sujeito a tributação federal nos Estados Unidos como dividendo de origem estrangeira. Um dividendo pago em moeda brasileira será igual a seu valor em dólares, com cálculo pela taxa de câmbio prevalente no mercado à vista (spot market) no dia em que tal dividendo for recebido pelo detentor americano, ou, em caso de dividendo relativo a ADRs Preferenciais, pela taxa de câmbio na data em que o dividendo é recebido pela Instituição Depositária, seja o dividendo convertido ou não em dólares americanos. Qualquer ganho ou perda realizados em conversões ou outras alienações da moeda brasileira serão geralmente tratados como ganho ou

perda ordinários de fonte americana. Qualquer retenção na fonte praticada no Brasil será tratada como imposto de renda estrangeiro e poderá ser utilizada como crédito na definição do imposto de renda federal a ser pago por um detentor americano, respeitadas as limitações geralmente aplicáveis de acordo com a legislação de imposto de renda nos Estados Unidos. Para calcular essas limitações separadamente, de acordo com a legislação atual, para categorias específicas de renda, um dividendo será geralmente considerado como “renda passiva” de origem estrangeira, ou, no caso de certos detentores, “renda de serviços financeiros” para os propósitos das atuais regras de limitação a crédito de impostos de renda estrangeiros. Para os anos tributáveis com início após 31 de Dezembro de 2006, a “renda de serviços financeiros” será geralmente tratada como “renda de categoria geral” e a “renda passiva” será geralmente tratada como “renda de categoria passiva”. Um detentor americano não terá direito a crédito de impostos no exterior com relação a imposto de renda brasileiro deduzido de dividendos provindos das Ações Preferenciais subjacentes representadas pelos ADRs Preferenciais se o detentor não tiver estado de posse dos ADRs Preferenciais por pelo menos 16 dias do período de 30 dias requerido, que começa 15 dias antes da data do ex-dividendo, ou se o detentor estiver sob a obrigação de fazer pagamentos relativos a propriedade substancialmente semelhante ou relacionada. Os dias pelos quais um detentor americano tiver diminuído significativamente seu risco de perda dos ADRs Preferenciais não serão contados para a composição do período de 16 dias exigido pelo estatuto. As regras relacionadas à determinação de crédito de impostos no exterior são complexas, e os interessados devem recorrer a seus próprios consultores fiscais para determinar se e em que grau terão direito a esse crédito. Examine com seu consultor fiscal os aspectos da determinação da limitação de crédito de impostos no exterior, uma vez que as regras em questão são complexas e devem mudar nos próximos anos. Alternativamente, qualquer retenção de imposto no Brasil pode ser tomada como dedução de lucro tributável. A dedução relativa a dividendos corporativos recebidos não se aplica a dividendos.

Respeitando-se certas exceções relativas a transações de curto prazo e hedge, um dividendo recebido por uma pessoa física sobre um ADR Preferencial antes de 1º de janeiro de 2009 estará sujeito à tributação máxima de 15% se o dividendo for um “dividendo habilitado”. Um dividendo sobre um ADR Preferencial será um dividendo habilitado se (i) os ADRs Preferenciais são regularmente negociados em bolsa de valores estabelecida nos Estados Unidos e (ii) a Companhia não foi, no ano anterior ao pagamento do dividendo e no ano do pagamento do dividendo, enquadrada como companhia de investimento estrangeiro passivo (*passive foreign investment company*, “PFIC”), holding estrangeira pessoal (*foreign personal holding company*, “FPHC”) ou empresa de investimento estrangeiro (*foreign investment company*, “FIC”). Os ADRs Preferenciais são listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque e serão classificados como sendo regularmente negociáveis em uma bolsa de valores nos Estados Unidos desde que estejam listados em uma bolsa. Com base na orientação existente, não é claro se um dividendo recebido sobre uma Ação Preferencial será tratado como dividendo habilitado, porque as Ações Preferenciais em si não estão listadas em uma bolsa de valores nos Estados Unidos. Com base nas demonstrações financeiras auditadas e mercado relevante, a Companhia não espera ser enquadrada como PFIC para efeito de imposto de renda americano nos anos tributáveis de 2004 e 2005. O Tesouro dos Estados Unidos anunciou sua intenção de promulgar regras pelas quais os detentores de ações em corporações não americanas e os intermediários através dos quais as ações são detidas poderão utilizar certificados dos emissores para estabelecer que os dividendos sejam considerados como habilitados. Como esses procedimentos ainda não entraram em vigor, não está claro se a Companhia poderá se adequar a eles. Limitações especiais a créditos de imposto estrangeiro se aplicam aos dividendos sujeitos à alíquota de imposto reduzida. Os detentores de ADRs Preferenciais devem consultar seus próprios consultores fiscais sobre a disponibilidade de taxas reduzidas de imposto sobre dividendos tendo em vista sua situação individual.

Detentores não americanos: Um dividendo pago a um detentor não americano sobre um ADR Preferencial não estará sujeito a imposto de renda nos Estados Unidos a não ser que o dividendo seja efetivamente associado à condução de comércio ou negócio pelo detentor não americano nos Estados Unidos (e seja atribuível a um estabelecimento permanente ou base fixa que o detentor não residente mantém nos Estados Unidos, se um acordo de imposto de renda aplicável a esse caso assim o exigir como condição para que o detentor não residente seja passível de tributação nos Estados Unidos sobre lucro líquido em relação a renda advinda do ADR Preferencial). Um detentor não residente geralmente estará sujeito à tributação de dividendos efetivamente associados, da mesma forma que um detentor americano. Um detentor corporativo não americano também poderá estar sujeito, em certos casos, a um “imposto sobre lucros de filiais”, cuja alíquota pode ser reduzida conforme um eventual acordo de imposto de renda aplicável a esse caso.

Tributação de Ganhos de Capital

Detentores americanos: Estando sujeito às regras relativas a companhias de investimento estrangeiro passivo, em termos da venda ou outra alienação tributável de um ADR Preferencial, discutidas a seguir, um detentor americano reconhecerá, sobre uma venda ou outra alienação tributável de ADR preferencial, ganho ou perda de capital em valor igual à diferença entre a base ajustada do detentor americano no ADR Preferencial (determinada em dólares

americanos) e a quantia em dólares americanos realizada quando da venda ou outra alienação. Todo e qualquer ganho de capital reconhecido por um detentor americano será, geralmente, tratado como fonte de renda americana para fins de crédito nos Estados Unidos relativo a imposto no exterior. Da mesma forma, guardadas as devidas exceções, toda e qualquer perda será uma perda de origem americana. Se um imposto brasileiro é retido sobre uma venda ou outra alienação de Ações Preferenciais, a quantia realizada incluirá o valor bruto dos resultados da venda ou alienação antes da dedução do imposto brasileiro. As limitações geralmente aplicáveis conforme a legislação de imposto de renda federal nos Estados Unidos sobre crédito de impostos de renda estrangeiros podem impossibilitar a um detentor americano a obtenção de crédito relativo a qualquer imposto retido no Brasil sobre a venda de uma Ação Preferencial.

Em geral, qualquer ganho de capital ajustado de pessoa física em um ano tributável findo antes de 1º de janeiro de 2009 está sujeito a uma alíquota de 15%. Em anos subseqüentes, a alíquota máxima sobre o ganho de capital de pessoa física será de 20%. A dedução de perdas de capital está sujeita a limitações.

Detentores não americanos: Um detentor não americano não estará sujeito à tributação federal de renda nos Estados Unidos sobre ganho reconhecido em relação a uma venda ou outra alienação de um ADR Preferencial a não ser que (i) o ganho esteja efetivamente associado à condução de comércio ou negócio pelo detentor não americano nos Estados Unidos (e seja atribuível a um estabelecimento permanente ou base fixa que o detentor não residente mantém nos Estados Unidos, se um acordo de imposto de renda aplicável a esse caso assim o exigir como condição para que o detentor não residente seja passível de tributação nos Estados Unidos sobre lucro líquido em relação a renda advinda do ADR Preferencial); ou (ii) um detentor não americano que seja pessoa física esteja nos Estados Unidos por 183 dias ou mais no ano tributável da venda ou outra alienação e certas condições se apliquem. Qualquer ganho efetivamente associado de um detentor corporativo não americano também poderá estar sujeito, em certos casos, a um “imposto sobre lucros de filiais”, cuja alíquota pode ser reduzida conforme um eventual acordo tributário aplicável a esse caso.

Regras Relativas a Empresas de Investimento Estrangeiro Passivo

Um conjunto especial de regras de imposto de renda federal nos Estados Unidos se aplica a corporações estrangeiras enquadradas como PFIC para fins de tributação de renda. Conforme mencionado anteriormente, com base nas demonstrações auditadas da empresa e em dados relevantes sobre o mercado e sobre os acionistas, a empresa acredita que não pode ser enquadrada como uma PFIC para fins de imposto de renda nos Estados Unidos para os anos tributáveis de 2003 ou 2005.

Em geral, uma corporação estrangeira é considerada como PFIC se pelo menos 75% de seu lucro bruto para o ano tributável corresponde a lucro passivo, ou se pelo menos 50% de seus ativos para o ano corrente produzem lucro passivo ou são detidos para fins de produção de lucro passivo. Em geral, lucro passivo significa, nesse caso, a não ser em certas exceções, dividendos, juros, aluguéis, royalties (que não sejam aluguéis ou royalties advindos da condução ativa de comércio ou negócio), anuidades, ganhos líquidos advindos da alienação de certos ativos, ganhos líquidos em moeda estrangeira, ganho advindo de juros, ganho advindo de contratos de especulação e pagamentos em substituição a dividendos. A determinação de se uma corporação estrangeira é uma PFIC é factual e feita anualmente e, portanto, este *status* está sujeito a mudanças. A não ser em certas exceções, em conformidade com certas opções que geralmente requerem o pagamento de tributo, uma vez que as ações de uma corporação estrangeira sejam consideradas como ações de uma PFIC de posse de um detentor específico que seja uma pessoa física americana, permanecerão como ações de uma PFIC detidas por esse acionista.

Se a Companhia fosse tratada como PFIC, contrariamente à discussão contida em “Considerações sobre o Imposto de Renda nos Estados Unidos – Tributação de Dividendos” e “Considerações sobre o Imposto de Renda nos Estados Unidos – Tributação de Ganhos de Capital”, um detentor americano que não fizesse uma das opções descritas nos dois parágrafos seguintes estaria sujeito a regras especiais com relação a (i) qualquer ganho realizado com a venda ou outra alienação de um ADR Preferencial e (ii) qualquer “distribuição excessiva” pela Companhia ao detentor americano (geralmente, qualquer distribuição feita em um ano tributável no qual as distribuições ao detentor americano sobre o ADR Preferencial excedam a 125% da média anual de distribuições tributáveis que o detentor americano recebeu sobre o ADR Preferencial durante os três anos tributáveis anteriores ou durante o período pelo qual o detentor americano estiver de posse do ADR Preferencial, se este período for mais curto). De acordo com essas regras, (i) o ganho ou distribuição excessiva seria alocado proporcionalmente pelo período de posse do ADR Preferencial pelo detentor americano, (ii) a quantia alocada no ano tributável no qual o ganho ou distribuição excessiva é realizado seria tributável como renda ordinária, e (iii) a quantia alocada em cada ano anterior, com certas exceções, estaria sujeita a tributação pela alíquota mais elevada em vigor para aquele ano, e os juros geralmente aplicáveis no caso de pagamento

de imposto a menor incidiriam sobre o imposto atribuível a cada ano anterior. Um detentor americano que possua um ADR Preferencial durante qualquer ano no qual a Companhia é enquadrada como PFIC deve declarar o Formulário 8621 do Serviço de Arrecadação (IRS) dos Estados Unidos.

As regras especiais sobre PFIC, descritas acima, não se aplicam a um detentor americano se esse detentor optar oportunamente por tratar a Companhia como um “fundo opcional qualificado” (*qualified electing fund*, “QEF”) no primeiro ano tributável no qual o detentor americano esteja de posse de um ADR Preferencial e se a Companhia cumprir certos requisitos em termos de fornecimento de informações. Ao invés disso, o acionista de um QEF está, geralmente, sujeito à tributação sobre uma quota proporcional relativa à renda ordinária da Companhia (na forma de lucro ordinário) e ganho de capital líquido (na forma de ganho de capital de longo prazo). Nem a renda ordinária, nem qualquer dividendo de fato da Companhia estariam qualificados para a alíquota máxima de 15% de imposto sobre dividendos, conforme descrito acima, se a Companhia for uma PFIC no ano tributável no qual o lucro ordinário é realizado ou o dividendo é pago, ou no ano tributável anterior. A Companhia ainda não definiu se, no caso de ser enquadrada como PFIC, faria os cálculos necessários para fornecer aos detentores americanos a informação exigida para declarar renda e ganho após uma opção por QEF. Assim, é possível que os detentores americanos não possam optar pelo QEF em qualquer ano que a Companhia seja uma PFIC. Embora a opção por QEF geralmente não possa ser revogada, se um detentor americano fizer oportunamente a opção por QEF no primeiro ano tributável em que possuía um ADR Preferencial e a Companhia é enquadrada como PFIC (ou é tratada como tendo sido enquadrada em função de qualquer uma de certas opções), a opção por QEF não se aplicará durante qualquer ano tributável subsequente no qual a Companhia não satisfaça os testes para ser uma PFIC. Se uma opção por QEF não é feita no primeiro ano tributável, fazer a opção em um ano posterior geralmente exigirá o pagamento de imposto e juros e, em certas circunstâncias, a opção pode deixar de estar disponível em datas posteriores.

Em lugar da opção por QEF, um detentor americano que tenha ações em uma PFIC, que sejam consideradas ações negociáveis, poderia optar por marcar as ações a serem negociadas anualmente, reconhecendo como lucro ou perda ordinários a cada ano uma quantia igual à diferença, quando do encerramento do ano tributável, entre o valor justo de mercado das ações e a base ajustada do detentor no capital. Perdas seriam permitidas apenas na medida do ganho líquido de valorização no mercado (marcação a mercado) previamente incluído na categoria de renda pelo detentor americano como parte da opção para anos tributáveis anteriores. A base ajustada do detentor americano nas ADRs Preferenciais será ajustada para refletir as quantias incluídas ou deduzidas com respeito à opção de marcar as ações. Se a opção marcação a mercado for feita, então as regras estabelecidas no segundo parágrafo precedente não se aplicariam para os períodos contemplados por essa opção. A opção marcação a mercado não se aplica a qualquer ano tributável subsequente no qual a Companhia não satisfaça os testes para ser considerada uma PFIC. Em geral, as ADRs Preferenciais serão consideradas como negociáveis se forem negociadas, em quantidades acima do mínimo estabelecido, em pelo menos 15 dias durante cada trimestre do ano-calendário. Contudo, não há certeza de que as Ações Ordinárias serão consideradas como “ações negociáveis” para esses fins, a não ser, e até que, a Receita dos Estados Unidos (Internal Revenue Service, IRS) indique a Bovespa como tendo regras adequadas relativas à PFIC. Não há garantias de que o IRS venha a fazer tal indicação.

Fornecimento de Informações e Retenção de Segurança na Fonte

Os dividendos pagos sobre, e os resultados da venda, ou outras alienações, de um ADR Preferencial a um detentor americano estarão geralmente sujeitos ao fornecimento de informações e podem estar sujeitos a uma “retenção de segurança” de 28%, a não ser que o detentor americano forneça um número de contribuinte correto ou de outra forma demonstre que está isento. A quantia relativa a qualquer retenção de segurança sobre um pagamento feito por um detentor americano será passível de crédito contra o imposto de renda federal nos Estados Unidos a ser pago pelo detentor americano, e pode qualificar o detentor americano para uma restituição, desde que certas informações exigidas sejam fornecidas ao Serviço de Arrecadação IRS.

Um detentor não americano está geralmente isento da retenção de segurança e também de submeter informações sobre pagamentos feitos nos Estados Unidos, mas pode ter de se adequar a certas exigências de certificação e identificação para comprovar sua qualificação como isento.

F. DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Não se aplica.

G. PARECER DE ESPECIALISTAS

Não se aplica.

H. DOCUMENTOS PARA CONSULTA

A Companhia submete seus documentos em formato eletrônico mediante utilização do sistema EDGAR de arquivamento da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC). Tais arquivos estão disponíveis pelo sistema EDGAR no endereço www.sec.gov. Os arquivos da Companhia também estão disponíveis ao público pela Internet no website da Gerdau www.gerdau.com.br. Tais arquivos e outras informações do website da Gerdau não estão incorporados por referência a este Relatório Anual. Os interessados podem solicitar uma cópia deste arquivo e de outro relatório, sem custos, enviando correspondência para o endereço a seguir: Av. Farrapos, 1811 – Porto Alegre-RS – 90.220-005 – Brasil ou através do telefone xx 51-3323 2703 ou por e-mail para inform@gerdau.com.br. A Companhia disponibiliza, de acordo com a Regra 303A.11 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange Corporate Governance, Rule 303A.11), em seu website (www.gerdau.com.br), um sumário indicando como as suas práticas de governança corporativa diferem das práticas seguidas pelas empresas americanas conforme os padrões de listagem da Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange).

I. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não se aplica.

ITEM 11. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCOS DO MERCADO

A Gerdau está exposta a vários riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. Risco de mercado é uma potencial perda resultante das alterações nas taxas e preços do mercado. A Gerdau estabelece contratos de derivativos e outros instrumentos financeiros para gerenciar e reduzir o impacto das flutuações nas taxas de câmbio e das taxas de juros. A Gerdau estabeleceu políticas e ações de avaliação de risco e aprovação, informação e monitoramento das atividades financeiras derivativas.

Riscos relacionados à variação cambial

A Gerdau está exposta a flutuações nas taxas de câmbio, porque grande parte das suas receitas provenientes das subsidiárias fora dos Estados Unidos, são geradas na moeda local das suas respectivas subsidiárias, principalmente em reais, enquanto que uma parte significativa de sua dívida está denominada ou indexada ao dólar americano. A Gerdau faz contratos de derivativos para gerenciar e reduzir o impacto das flutuações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre sua dívida denominada em dólares ou indexada pelo dólar. Em 31 de dezembro de 2004, os instrumentos derivativos consistiam essencialmente em operações de *swap* entre moedas. A tabela a seguir apresenta informações, em 31 de dezembro de 2004, sobre os instrumentos financeiros da Gerdau mais suscetíveis ao risco cambial, assim como sobre as operações contratadas para mitigar o risco potencial.

A avaliação da Companhia quanto ao valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os financiamentos de longo prazo, se aproxima de seu valor contabilizado.

Instrumentos financeiros indexados ao dólar Americano excluindo as subsidiárias da América do Norte							
\$ mil	2006	2007	2008	2009	2010	Após 2010	TOTAL
<u>Financiamentos de maquinários e outros</u>							
Montante em circulação	49.951	119.712	94.052	46.702	30.726	9.373	350.516
Taxa média de juros	VC+4,3%	VC+4,3%	VC+4,3%	VC+4,3%	VC+4,3%	VC+4,3%	
<u>Adiantamentos de exportações</u>							
Montante em circulação	53.876	21.992	112.628	55.070	22.200	83.250	326.816

Taxa média de juros	VC+2,9%	VC+2,9%	VC+2,9%	VC+2,9%	VC+2,9%	VC+2,9%	
<u>Notas Recebíveis de Exportação</u>							
Montante em circulação	30.741	38.086	40.962	44.055	41.058	37.396	232.298
Taxa média de juros	VC+7,3%	VC+7,3%	VC+7,3%	VC+7,3%	VC+7,3%	VC+7,3%	
<u>Financiamento para Investimentos</u>							
Montante em circulação	18.864	18.110	18.414	11.417	11.417	-	78.222
Taxa média de juros	VC+7,3%	VC+7,3%	VC+7,3%	VC+7,3%	VC+7,3%		
<u>Notas Perpétuas Garantidas</u>							
Montante em circulação	-	-	-	-	-	600.000	600.000
Taxa média de juros	-	-	-	-	-	VC+8,9%	
<u>Capital de Giro</u>							
Montante em circulação	253.260	13.330	10.000	10.000	10.000	-	296.590
Taxa média de juros	VC+7,1%	VC+5,3%	VC+5,3%	VC+5,3%	VC+5,3%	-	
<u>Contratos de swap</u>							
Montante	7.902	-	-	-	-	-	7.902
Juro médio recebido em US\$	VC+7,4%	-	-	-	-	-	
Juro médio pago em R\$ (% do CDI)	87,3%	-	-	-	-	-	
Total da dívida das subsidiárias, excluindo as norte americanas, indexada ao dólar americano líquido de swap							
	398.790	211.230	276.056	167.244	115.401	707.819	1.876.540

VC: Indica que, uma vez que a dívida está denominada em uma moeda diferente da moeda funcional da subsidiária, os ganhos ou perdas com variação cambial, como decorrência da flutuação da taxa de câmbio do dólar americano (a moeda em que a dívida está denominada) e a respectiva moeda local, serão reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2005, do total de \$1.884,4 milhões da dívida denominada em dólares americanos contratada pelas subsidiárias, excluindo as norte-americanas, aproximadamente \$7,9 milhões estavam swapados como se fossem originalmente contratados em reais e indexados ao CDI ou às taxas de inflação.

Risco associado às taxas de juros

Parte dos empréstimos da Gerdau Ameristeel, principalmente os relacionados à linha de crédito sindicalizada (*Senior Secured Credit Facility*), foram negociados com taxas de juros variáveis que expõem a Companhia ao risco das taxas de juros. Se a taxa de juros aumenta, a parcela variável do serviço da dívida também aumenta, diminuindo o lucro líquido.

A Companhia realiza periodicamente operações de *swap* de taxas de juros para reduzir o risco e a despesa com juros. O uso de derivativos é limitado, sem fins especulativos, apenas para gerenciar riscos bem-definidos associados às taxas de juros que se originam do andamento normal dos negócios.

Para reduzir sua exposição a mudanças no valor de mercado de suas Notas Bancárias (Veja Item 10C “Contratos Relevantes”), a Gerdau Ameristeel realizou operações de swap de taxas de juros após o program de refinanciamento de junho de 2003 (Veja Item 5B “Liquidez e Recursos de Capital”). Esses acordos têm valor nominal de \$200 milhões e expiram em 15 de julho de 2011. A Empresa recebe uma taxa fixa de juros e paga uma taxa variada baseada na taxa LIBOR. O valor agregado da marcação a mercado (valor justo) dos acordos de taxa de juros, que representa a quantia que seria paga se os acordos fossem encerrados em 31 de dezembro de 2005, era de aproximadamente \$1,2 milhões.

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE OUTROS TIPOS DE CAPITAL

Não se aplica.

ITEM 13. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS, DIVIDENDOS ATRASADOS E INADIMPLÊNCIA

Não se aplica.

PARTE II

ITEM 14. MODIFICAÇÕES SUBSTANCIAIS AOS DIREITOS DOS DETENTORES DE TÍTULOS E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Não se aplica.

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

A Companhia realizou uma avaliação sob a supervisão da Administração, inclusive de seu Presidente (Chief Executive Officer) e de seu Diretor Financeiro (Chief Financial Officer), sobre a eficácia da concepção e da operação de seus procedimentos e controles de divulgação de informações. Há certas limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de procedimentos e controles de divulgação de informações, inclusive a possibilidade de erro humano e de fraude ou de desconsideração desses controles e procedimentos. Assim, mesmo sistemas eficazes de controle e procedimentos de divulgação de informações oferecem segurança apenas razoável de atingir seus objetivos de monitoramento. Com base nessa avaliação, o Presidente e o Diretor Financeiro da Companhia concluíram que a concepção e a operação dos controles e procedimentos de divulgação de informações da Companhia são eficazes para assegurar que as informações solicitadas divulgadas nos relatórios que a Companhia arquiva e submete sob o Decreto de Valores Mobiliários dos Estados Unidos sejam (i) registradas, processadas, resumidas e relatadas dentro dos períodos especificados nas regras e formulários da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, e (ii) acumuladas e comunicadas à administração, incluindo o Presidente e o Diretor Financeiro, para permitir decisões oportunas a respeito da divulgação de informações referentes ao final do exercício mais recente da Companhia.

A Gerdau S.A. criou um Comitê de Divulgação composto pelo Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, Osvaldo Burgos Schirmer, o Diretor Contábil, Geraldo Toffanello, e o Diretor do Departamento Jurídico, Expedito Luz. Este comitê supervisiona e revisa todos os materiais legalmente exigidos para divulgação com todos os dados necessários para embasar os documentos mencionados. Este Comitê reúne-se regularmente para revisar todos os dados.

Na preparação para a adoção da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 por todas as Emissoras Privadas Estrangeiras em 30 de junho de 2007, a administração iniciou uma avaliação detalhada dos controles internos existentes contra os requerimentos da Seção 404. A administração irá alocar os recursos necessários e iniciará as ações requeridas para redesenhar ou para endereçar qualquer possível fragilidade da Seção 404 antes daquela data. Nenhuma alteração no controles internos sobre os relatórios financeiros ocorreu durante o período coberto por este relatório que possa afetar materialmente, ou que seja razoavelmente esperado que afete materialmente, o sistema de controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros.

Além disso, não houve mudanças significativas nos controles internos da Companhia ou em outros fatores que poderiam afetar significativamente esses controles depois da data de sua avaliação mais recente, inclusive quaisquer ações corretivas relativas a deficiências significativas.

Favor consultar os documentos anexos 12.01 e 12.02 para os certificados exigidos nesse Item.

ITEM 16.

A. ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Conselho de Administração determinou que Egon Handel, membro do seu Conselho Fiscal, é um “especialista financeiro” de acordo com as regras da SEC aplicáveis à informação sobre essa especialidade.

B. CÓDIGO DE ÉTICA

A Gerdau S.A. adotou um Código de Ética, denominado “Diretrizes Éticas Gerdau”, o qual consolida os princípios éticos e valores que conduzem as atividades da Companhia.

“Diretrizes Éticas Gerdau” é um documento aplicável a todos os empregados do Grupo na América do Sul, independente de suas posições (excetuando-se os empregados da Usina de Ouro Branco da Gerdau Açominas e do seu

escritório administrativo, em Belo Horizonte). As provisões do documento são, portanto, aplicáveis ao Chief Executive Officer, Chief Financial Officer, Chief Accounting Officer e outras pessoas com funções similares.

“Diretrizes Éticas Gerdau” ainda não é extensivo aos funcionários da Usina de Ouro Branco da Gerdau Açominas e seu escritório administrativo, em Belo Horizonte. Assim sendo, a Companhia não considera esses empregados sujeitos às regras do documento (para uma atualização sobre este item, por favor veja “Modificações Significativas”).

A subsidiária da Companhia, Gerdau Ameristeel, tem um Código de Ética próprio, o qual é compatível com as Diretrizes Éticas Gerdau. Ambos os documentos se enquadram na definição de Código de Ética contemplada pela SEC – *Securities and Exchange Commission* e pelas regras da Bolsa de Valores de Nova Iorque, regulando práticas inadequadas relacionadas à condução do negócio, conflitos de interesses, transparência em relatórios e outros documentos, bem como obediência à legislação. Cada documento estabelece sua forma de denúncia a violações, bem como de responsabilidade pela observância das regras dos documentos.

As “Diretrizes Éticas Gerdau” determinam e definem os valores que formam a base do Grupo Gerdau por mais de 100 anos, que são: Integridade, Seriedade e Coerência; Clientes Satisfeitos; Pessoas Realizadas; Segurança Total no Ambiente de Trabalho; Qualidade em Tudo o que Faz; Segurança e Solidez; Seriedade com Todos os Públicos e Lucro como Medida de Desempenho. O documento também abrange os compromissos da Companhia e dos funcionários a respeito das relações entre Companhia e funcionários, clientes, acionistas, fornecedores, concorrência, comunidade e meio-ambiente.

O documento “Diretrizes Éticas Gerdau” não sofreu qualquer emenda no último ano fiscal, e a Companhia não concedeu qualquer renúncia ao cumprimento de suas provisões.

O Código de Ética e Conduta de Negócios da Gerdau Ameristeel compreende os seguintes temas: Condução dos Negócios e Obediência às Leis (Segurança e Saúde; Igualdade de Tratamento no Emprego; Constrangimento Discriminatório; Assédio Sexual; Meio Ambiente; Antitruste; Questões sobre Campanhas e Eleições; Pagamentos Impróprios e Contratos com Governos Estrangeiros; Negociação com Informação Privilegiada; Conflitos de Interesses; Oportunidades Corporativas; Precisão de Registros e Relatórios de Informações; Confidencialidade; Negociação Justa; Proteção e Uso Correto dos Bens da Companhia; Orientação Disponível; Obediência; Administração e Relatórios e Transparência).

A Gerdau Ameristeel também adotou um Código de Ética aplicável aos Executivos Seniores, o qual suplementa o Código de Ética e Conduta de Negócios. Esse documento obriga todos os funcionários da Gerdau Ameristeel que têm significativa responsabilidade na elaboração ou revisão das demonstrações financeiras da Companhia e outros dados financeiros incluídos nos relatórios periódicos da Companhia às autoridades canadenses reguladoras de valores mobiliários e à Comissão de Valores Mobiliários Norte-Americana, bem como em outras comunicações públicas feitas pela Companhia.

A Gerdau está em processo de revisão das suas Diretrizes Éticas e vai avaliar a aplicação do documento aos funcionários atualmente não abrangidos, bem como sua consolidação com o Código da Gerdau Ameristeel.

As Diretrizes Éticas Gerdau podem ser acessadas através do site da Companhia na Internet (www.gerdau.com.br). O Código de Ética e Conduta de Negócios da Gerdau Ameristeel, bem como o Código de Ética aplicável aos Executivos Seniores, podem ser encontrados no seu site na Internet, em www.gerdauameristeel.com.

A Companhia também aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA e acordou em cumprir todas as práticas correspondentes a tal nível. Isso inclui melhoramentos das divulgações trimestrais, promoção do cumprimento de regras de transparência, informação sobre a existência e o conteúdo dos Acordos de Acionistas e Programa de Incentivo de Longo Prazo, bem como a divulgação de uma agenda anual para eventos corporativos.

C.HONORÁRIOS DE AUDITORIA E SERVIÇOS DO PRINCIPAL AUDITOR

A tabela a seguir apresenta informações sobre honorários cobrados da Gerdau por serviços profissionais prestados pela firma de auditoria independente responsável pela auditoria das demonstrações contábeis incluídas neste Relatório Anual (em dólares dos E.U.A.):

	2005	2004
Honorários de auditoria	1.556.734	1.513.664
Honorários relacionados à auditoria	339.925	240.332
Honorários de consultoria tributária	195.000	14.680
Outros honorários	-	-
Total	2.101.659	1.768.676

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Gerdau, revisões trimestrais das demonstrações contábeis consolidadas da Gerdau, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada, e cartas-conforto para emissões, incluindo ofertas privadas.

Honorários relacionados à auditoria referem-se serviços como “*due diligence*” tradicionalmente realizados por um auditor externo em aquisições e consultoria sobre padrões e transações contábeis.

Honorários de consultoria tributária correspondem a serviços prestados às subsidiárias na América do Sul referentes ao cumprimento de requisitos tributários, assessorias com auditorias e fiscalizações tributárias e serviços de planejamento tributário e a serviços tributários prestados às subsidiárias na América do Norte.

D. ISENÇÕES DAS REGRAS DE LISTAGEM RELATIVAS AO COMITÊ DE AUDITORIA

Em 28 de abril de 2005, a Companhia elegeu seu Conselho Fiscal com as devidas adaptações para assegurar o cumprimento das exigências e isenções da Lei Sarbanes-Oxley aos padrões de listagem. O Conselho Fiscal vem operando de acordo com a Lei Brasileira de Sociedades Anônimas desde abril de 2000. A função habitual do conselho é monitorar e fiscalizar as ações dos diretores e seus deveres legais, fornecendo opiniões e declarações oficiais sobre o relatório anual da administração e sobre propostas de membros do Conselho de Administração, denunciando erros ou fraudes, convocando reuniões sempre que necessário e analisando demonstrações financeiras. Ao estabelecer um Conselho Fiscal permanente, a Companhia utiliza-se do parágrafo (c) (3) do Regulamento 10A-3 da Lei Americana de Valores Mobiliários de 1934 (*Securities Exchange Act of 1934*), conforme emendas, que fornece uma isenção geral às exigências do comitê de auditoria para emissores privados estrangeiros (como a Companhia) com um conselho fiscal sujeito a certos requisitos que continuam aplicáveis sob o Regulamento 10A-3.

As regras da Bolsa de Valores Americana (NYSE) exigem que as companhias listadas tenham um comitê fiscal que (i) seja composto por, no mínimo, três diretores independentes que possuam conhecimentos na área de finanças, (ii) cumpra as regras da SEC sobre comitês de auditoria para companhias listadas, (iii) tenha, no mínimo, um membro que possua perícia em administração de contabilidade ou finanças e (iv) seja regido por um regimento interno que distinga os objetivos do comitê e detalhe suas responsabilidades. Contudo, como uma emissora privada estrangeira, a companhia precisa obedecer apenas aos requisitos que o comitê de auditoria, Conselho Fiscal no caso da Companhia, coincidam com as regras da SEC sobre os comitês de auditoria para companhias listadas. A Lei Brasileira de Sociedades Anônimas exige que as companhias tenham um Conselho Fiscal não-permanente, composto por três a cinco membros eleitos na assembléia geral de acionistas. O Conselho Fiscal atua independentemente da Administração e dos auditores externos. Sua função principal é monitorar as atividades de administração, examinar as demonstrações financeiras de cada ano fiscal e elaborar um relatório formal aos acionistas.

A Companhia tem um Conselho Fiscal permanente que consiste de três membros permanentes (até um máximo de cinco) e três suplentes (até um máximo de cinco) que se reúnem regularmente a cada dois meses. Todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia possuem conhecimentos na área financeira e um possui perícia na área contábil que o qualifica como um especialista em finanças de comitê de auditoria. A companhia acredita que seu Conselho Fiscal, com as modificações propostas, atingirá os requisitos para a isenção disponível para emissoras privadas estrangeiras sob as regras da SEC para comitês de auditoria. Além disso, o Conselho Fiscal opera com um estatuto escrito que está em processo de conclusão através do qual a Companhia acredita que serão alcançadas substancialmente as exigências da Bolsa de Valores Americana (NYSE) para os regimentos internos de comitês de auditoria. O Conselho Fiscal não é equivalente, ou totalmente comparável, com o comitê de auditoria como definido pelas leis dos Estados Unidos. Entre outras diferenças, não é necessário atingir padrões de “independência” dispostos no Regulamento 10A-3 e não é completamente autorizado a agir em matérias exigidas pelo Regulamento 10A-3 para estar no escopo de autoridade de um comitê de auditoria. Apesar disso, com os deveres que têm sido atribuídos ao Conselho Fiscal, na extensão permitida pela legislação brasileira, a Companhia acredita que seu atual sistema de governança corporativa, considerado

como um todo, incluindo a capacidade do Conselho Fiscal consultar especialistas internos e externos, é totalmente equivalente a um sistema que tenha um comitê fiscal funcionando como um comitê do Conselho Diretor. Para maiores informações sobre Conselho Fiscal veja “Item 6C. Práticas do Conselho – Conselho Fiscal”.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos na Assembléia Geral Ordinária de Acionistas para mandatos de um ano e possibilidade de reeleição. Eles podem ser reeleitos. Adicionalmente, minoritários com ações preferenciais elegeram um dos atuais membros do Conselho Fiscal. Como exigido pela legislação brasileira, membros do Conselho Fiscal devem ter ocupado cargo, por pelo menos 3 anos, como administrador de empresa ou como membro de conselhos fiscais. O Conselho Fiscal, a requerimento de qualquer um de seus membros pode pedir, a auditores independentes, explicações ou informações e para investigar fatos específicos.

E. AQUISIÇÃO DE AÇÕES PELA EMISSORA E AFILIADAS

Em 17 de novembro de 2003, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. se reuniu, conforme previsto em estatuto e em cumprimento à Instrução 10/80 da CVM, e decidiu autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão para serem mantidas em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Tais aquisições foram realizadas com fundos de caixa avalizados por reservas de lucro existentes e dentro de um limite ajustado de até 6.210.000 ações preferenciais, representando 2% das ações em circulação, que totalizavam 311.899.563 ações ajustadas em 31 de outubro de 2003.

Esta autorização do Conselho de Administração permaneceu em vigor por 90 dias a partir daquela data. A operação foi realizada em bolsas de valores, a preços de mercado, com a intermediação das seguintes corretoras:

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
 Itaú Corretora de Valores S.A.
 Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
 Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A.

Compra de Ações de Emissão da Companhia (as ações e os seus preços foram retroativamente ajustados em todos os períodos abaixo refletindo: (i) a bonificação de 1 nova ação para cada 1 ação existente, aprovado em abril de 2004, (ii) a bonificação de 1 nova ação para cada 2 ações existentes, aprovado em março de 2005 e (iii) a bonificação de 1 nova ação para cada 2 ações existentes, aprovado em março de 2006.)

	Total de ações compradas	Preço médio pago por ação⁽¹⁾ (Em R\$)	Total de ações compradas como parte de planos ou programas divulgados ao público	Número máximo de ações que ainda podem ser compradas pelo plano ou programa
Novembro (17/11/2003 – 30/11/2003)	255.150	9,96	4,1%	5.954.850
Dezembro (01/12//2003 – 31/12/2003)	1.297.350	11,18	25,0%	4.657.500
Janeiro (01/01/2004 – 31/01/2004)	1.216.350	13,90	44,6%	3.441.150
Fevereiro (01/02/2004 – 14/02/2004)	770.850	13,03	57,0%	2.670.300
TOTAL	3.539.700	12,43	57,0%	2.670.300

(1) Preço pago dividido pelo número de ações. Não inclui taxas de corretagem.

Em 30 de maio de 2005, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. se reuniu, conforme previsto em estatuto e em cumprimento da Instrução 10/80 da CVM, e decidiu autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão para serem mantidas em tesouraria e para posterior alienação ou cancelamento.

Tais aquisições foram realizadas através da utilização de fundos de caixa de reservas de lucros preexistentes até o limite ajustado de 9.750.000 ações preferenciais, representando aproximadamente 3,16% das ações em circulação, que totalizaram 308.090.904 ações em 30 de abril de 2005.

Esta autorização do Conselho de Administração permaneceu em vigor por 60 dias a partir daquela data. A operação foi realizada em bolsas de valores, a preços de mercado, com a intermediação das seguintes corretoras:

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
 Itaú Corretora de Valores S.A.
 Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
 Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários S.A
 UBS Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Compra de Ações de Emissão da Companhia

(as ações e seus preços foram retroativamente ajustados para todos os períodos abaixo refletindo uma bonificação de 1 nova ação para cada 2 ações existentes, aprovado em março de 2006).

	Total de ações compradas	Preço médio pago por ação⁽¹⁾ (Em R\$)	Total de ações compradas como parte de planos ou programas divulgados ao público	Número máximo de ações que ainda podem ser compradas pelo plano ou programa
Maio (31/05/2005)	72.000	16,44	0,7%	9.678.000
Junho (02/06/2005 – 30/06/2005)	739.200	15,50	8,3%	8.938.800
Julho (01/07/2005 – 25/07/2005)	299.100	15,02	11,4%	8.639.700
TOTAL	1.110.300	15,43	11,4%	8.639.700

(1) Preço pago dividido pelo número de ações. Não inclui taxas de corretagem.

PARTE III

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia respondeu ao Item 18 em substituição a este item.

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Item 19 contém uma lista de todas as demonstrações financeiras preenchidas como parte deste Relatório Anual.

ITEM 19. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

(a) Demonstrações Financeiras

	Página
Parecer dos auditores independentes públicos registrados	F-2
Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2005 e 2004	F-3
Demonstração consolidada dos resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-5
Demonstração consolidada do resultado compreensivo para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-6
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-7
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-8
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-10

(b) Lista de Anexos

1.01	Estatuto da Gerdau S.A.
2.02	Nível 1 de Governança Corporativa – BOVESPA *
2.03(a)	Contrato de depósito datado de 18 de setembro de 1997, com as emendas e reformulações feitas em 8 de março de 1999, e com as emendas adicionais e reformulações feitas em 7 de maio de 2003, entre a Companhia, The Bank of New York como Depositário e todos os Detentores e Beneficiários dos Detentores a qualquer tempo dos <i>American Depositary Receipts</i> emitidos. **
2.04(b)	A Companhia e suas subsidiárias não possuem contratos de financiamento de longo prazo que, individualmente, não excede, em termos consolidados, 10% dos ativos totais da Companhia. A Companhia concorda em fornecer a SEC todos os instrumentos relativos aos financiamentos de longo prazo diante de requerimento por parte da SEC.
4.02	Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações
12.01	Certificação do <i>Chief Executive Officer</i> conforme Item 15.
12.02	Certificação do <i>Chief Financial Officer</i> conforme Item 15.
13.01	Certificação conforme a <i>18 U.S.C. Section 1350</i> .
13.02	Certificação conforme a <i>18 U.S.C. Section 1350</i> .
15.01	Parecer dos auditores independentes públicos registrados relativo à empresa Gallatin Steel.

* Incorporado por referência ao Relatório Anual da Companhia no Formulário 20-F para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2003 (Arquivo N° 001-14878), arquivado em 30 de junho 2004 na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*Securities and Exchange Commission*).

** Incorporado por referência à Declaração de Registro da Companhia no Formulário 6-F (Arquivo N° 333-9896), arquivado em 6 de maio de 2003 na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*Securities and Exchange Commission*).

ASSINATURAS

A registrante por meio desta certifica que cumpre todas exigências para o preenchimento do Formulário 20-F e que solicitou devidamente e autorizou os abaixo assinados a assinarem este relatório anual em seu favor.

GERDAU S.A.

/s/ Jorge Gerdau Johannpeter
Nome: Jorge Gerdau Johannpeter
Título: Chief Executive Officer

/s/ Osvaldo Burgos Schirmer
Nome: Osvaldo Burgos Schirmer
Título: Chief Financial Officer

Data: 19 de junho de 2006

(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

GERDAU S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e
e para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005
e parecer dos auditores independentes

(Tradução livre do parecer original em inglês, sobre demonstrações financeiras preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Gerdau S.A.

Somos de opinião, com base em nossos exames e no parecer de responsabilidade de outros auditores independentes, que os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas dos resultados, do resultado compreensivo, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Gerdau S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e os resultados de suas operações e os fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames. O exame das demonstrações financeiras da Gallatin Steel Company, uma joint-venture na qual a Gerdau S.A. possui uma participação de 50%, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, e nosso parecer, no que se refere ao valor desse investimento em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, equivalente a 1,5% e 2,4%, respectivamente, dos ativos totais consolidados e aos lucros por ele produzidos nos exercícios findos nessas datas, representando 5,2% e 8,0% dos lucros antes dos impostos e participação dos minoritários, está fundamentado exclusivamente no relatório desses outros auditores. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do *Public Company Accounting Oversight Board* (Estados Unidos de América). Tais normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Um exame compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames proporcionam bases razoáveis para a emissão de nosso parecer.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
Porto Alegre, Brasil

2 de maio de 2006

GERDAU S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
 (em milhares de dólares norte-americanos)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa		532.375	248.954
Caixa restrito		9.617	6.063
Aplicações financeiras	5	1.761.421	404.512
Contas a receber de clientes, líquido	6	779.526	835.484
Estoques	7	1.662.461	1.594.118
Ganhos não realizados com derivativos	21	41	-
Imposto de renda diferido	18.4	34.183	82.829
Créditos tributários	8	78.443	75.908
Despesas antecipadas		39.512	22.218
Outras contas a receber		78.257	52.941
Total do ativo circulante		<u>4.975.836</u>	<u>3.323.027</u>
Ativos não-circulantes			
Imobilizado, líquido	10	3.517.962	2.790.201
Imposto de renda diferido	18.4	181.712	153.430
Depósitos judiciais	16.1	62.186	42.554
Ganhos não realizados com derivativos	21	2.333	-
Créditos tributários	8	102.842	23.368
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	11	179.359	207.767
Investimentos avaliados ao custo de aquisição		9.261	6.640
Ágios	12	147.854	141.463
Gastos antecipados com plano de pensão	13	72.498	53.276
Adiantamento para aquisição de investimento na Colômbia	4.1	14.895	68.500
Outras contas a receber		35.004	42.023
Total do ativo		<u>9.301.742</u>	<u>6.852.249</u>

GERDAU S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(em milhares de dólares norte-americanos)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

PASSIVO

	<u>Nota</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Passivos circulantes			
Financiamentos de curto prazo	14	311.384	412.910
Parcela circulante de financiamentos de longo prazo	15	255.178	260.294
Fornecedores		676.366	627.897
Imposto de renda a recolher		50.500	80.445
Perdas não realizadas com derivativos	21	6.786	12.470
Imposto de renda diferido	18.4	4.680	14.496
Salários a pagar		109.508	88.969
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		80.144	3.609
Impostos a pagar, exceto imposto de renda		57.736	56.699
Contas a pagar por aquisição de investimentos	4.3	-	51.790
Outras contas a pagar		128.955	102.726
Total do passivo circulante		<u>1.681.237</u>	<u>1.712.305</u>
Passivos não circulantes			
Financiamentos de longo prazo, líquido da parcela circulante	15	2.233.031	1.280.516
Debêntures	15	414.209	344.743
Imposto de renda diferido	18.4	141.682	58.654
Obrigações com planos de pensão e outros benefícios pós-emprego	13	154.727	119.925
Provisão para contingências	16.1	127.849	87.718
Impostos a pagar parcelados		-	25.594
Perdas não realizadas com derivativos	21	1.170	6.323
Outras contas a pagar		83.035	51.915
Total dos passivos não circulantes		<u>3.155.703</u>	<u>1.975.388</u>
Total do passivo		<u>4.836.940</u>	<u>3.687.693</u>
Compromissos e contingências	16		
Participação dos minoritários		921.204	641.971
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Ações preferenciais - sem valor nominal - 800.000.000 de ações autorizadas e 439.986.042 de ações emitidas em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, após considerado o efeito retroativo das bonificações de ações aprovadas em 31 de março de 2005 (Nota 17.1) e em 31 de março de 2006 (Nota 27)		1.456.479	1.016.846
Ações ordinárias - sem valor nominal - 400.000.000 de ações autorizadas e 231.607.008 de ações emitidas em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, após considerado o efeito retroativo das bonificações de ações aprovadas em 31 de março de 2005 (Nota 17.1) e em 31 de março de 2006 (Nota 27)		755.903	522.358
Capital adicional integralizado		134.147	3.743
Ações em tesouraria - 4.568.543 e 3.539.700 de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, respectivamente, após considerado o efeito retroativo das bonificações de ações aprovadas em 31 de março de 2005 (Nota 17.1) e em 31 de março de 2006 (Nota 27)		(21.951)	(15.256)
Reserva legal		198.685	122.813
Lucros acumulados		1.431.062	1.509.847
Outros prejuízos compreensivos acumulados			
- Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira		(375.623)	(622.425)
- Obrigação adicional mínima de plano de pensão		(35.104)	(15.341)
Total do patrimônio líquido		<u>3.543.598</u>	<u>2.522.585</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.301.742</u>	<u>6.852.249</u>

As notas explicativas são parte integral destas demonstrações financeiras consolidadas

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto número de ações e montantes por ação)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>Nota</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Vendas		9.984.487	7.785.998	5.033.472
Menos: Impostos federais e estaduais sobre vendas		(986.013)	(724.351)	(414.198)
Menos: Descontos		<u>(104.042)</u>	<u>(109.498)</u>	<u>(88.305)</u>
Vendas líquidas		8.894.432	6.952.149	4.530.969
Custo das vendas		<u>(6.564.245)</u>	<u>(4.838.949)</u>	<u>(3.445.564)</u>
Lucro bruto		2.330.187	2.113.200	1.085.405
Despesas com vendas e marketing		(203.244)	(154.558)	(146.388)
Despesas gerais e administrativas		(466.034)	(359.102)	(241.854)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(8.246)</u>	<u>28.710</u>	<u>(824)</u>
Lucro operacional		1.652.663	1.628.250	696.339
Despesas financeiras		(227.758)	(164.370)	(219.353)
Receitas financeiras		204.483	81.592	62.036
Variação cambial líquida		57.861	30.806	162.190
Ganhos e perdas com derivativos, líquido		(22.000)	1.155	(197.600)
Equivalência patrimonial		96.476	141.890	22.062
Ganho na variação de participação	4.6 (d)	-	2.742	-
Lucro antes dos impostos e participação dos minoritários		1.761.725	1.722.065	525.674
Provisão para imposto de renda e contribuições sociais	18			
Corrente		(347.545)	(329.229)	(87.812)
Diferido		(117.750)	(77.451)	121.925
		<u>(465.295)</u>	<u>(406.680)</u>	<u>34.113</u>
Lucro antes da participação de minoritários		1.296.430	1.315.385	559.787
Participação de minoritários		(178.909)	(157.027)	(49.623)
Lucro líquido do exercício		<u>1.117.521</u>	<u>1.158.358</u>	<u>510.164</u>
<u>Informações por ações (em US\$)</u>	19			
Lucro básico por ação				
Preferencial		1,68	1,74	0,76
Ordinária		1,68	1,74	0,76
Lucro diluído por ação				
Preferencial		1,67	1,74	0,76
Ordinária		1,67	1,74	0,76
Média ponderada de ações ordinárias após considerado o efeito retroativo das bonificações em ações (Nota 17.1 e Nota 27) – básica e diluída		<u>231.607.008</u>	<u>231.607.008</u>	<u>231.607.008</u>
Média ponderada de ações preferenciais após considerado o efeito retroativo das bonificações em ações (Nota 17.1 e Nota 27) – básica		<u>432.165.971</u>	<u>432.564.935</u>	<u>435.921.354</u>
Média ponderada de ações preferenciais após considerado o efeito retroativo das bonificações em ações (Nota 17.1 e Nota 27) – diluída		<u>435.855.052</u>	<u>434.763.448</u>	<u>436.607.150</u>

As notas explicativas são parte integral destas demonstrações financeiras consolidadas

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO COMPREENSIVO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos)

(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Lucro líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados	1.117.521	1.158.358	510.164
Ajuste de conversão para moeda estrangeira	246.802	168.306	144.402
Obrigação mínima adicional com plano de pensão, líquida dos efeitos tributários	(19.763)	(3.822)	4.790
Perda não realizada com hedge de fluxo de caixa, líquida de efeitos tributários	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.310</u>
Lucro compreensivo do exercício	<u><u>1.344.560</u></u>	<u><u>1.322.842</u></u>	<u><u>661.666</u></u>

GERDAU S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto montantes por ação)

(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	Nota	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Capital adicional integralizado	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros acumulados	Outros prejuízos compreensivos acumulados	Total
Saldos em 1o. de janeiro de 2003		562.801	281.158	2.086	-	36.105	936.612	(953.752)	865.010
Capitalização de lucros acumulados	17.3	90.543	48.099	-	-	-	(138.642)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	510.164	-	510.164
Constituição de reservas	17.2	-	-	1.061	-	27.729	(28.790)	-	-
Compra de ações preferenciais para manutenção em tesouraria	17.1	-	-	-	(5.920)	-	-	-	(5.920)
Ajuste de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	144.402	144.402
Redução da obrigação adicional mínima com plano de pensão		-	-	-	-	-	-	4.790	4.790
Reversão da perda não realizada com hedge de fluxo de caixa, líquido de efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	2.310	2.310
Dividendos (juros sobre capital próprio) - \$0,18 por ação ordinária e por ação preferencial (*)	17.4	-	-	-	-	-	(117.817)	-	(117.817)
Despesa com plano de opções de ações reconhecido no exercício	3.13	-	-	124	-	-	-	-	124
Saldos em 31 de dezembro de 2003		<u>653.344</u>	<u>329.257</u>	<u>3.271</u>	<u>(5.920)</u>	<u>63.834</u>	<u>1.161.527</u>	<u>(802.250)</u>	<u>1.403.063</u>
Capitalização de lucros acumulados	17.3	363.502	193.101	-	-	-	(556.603)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.158.358	-	1.158.358
Constituição de reservas	17.2	-	-	278	-	58.979	(59.257)	-	-
Compra de ações preferenciais para manutenção em tesouraria	17.1	-	-	-	(9.336)	-	-	-	(9.336)
Ajuste de conversão para moeda estrangeira	2.4	-	-	-	-	-	-	168.306	168.306
Obrigação mínima adicional com plano de pensão, líquido de efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)
Dividendos (juros sobre capital próprio) - \$0,29 por ação ordinária e por ação preferencial (*)	17.4	-	-	-	-	-	(194.178)	-	(194.178)
Despesa com plano de opções de ações reconhecido no exercício	3.13	-	-	194	-	-	-	-	194
Saldos em 31 de dezembro de 2004		<u>1.016.846</u>	<u>522.358</u>	<u>3.743</u>	<u>(15.256)</u>	<u>122.813</u>	<u>1.509.847</u>	<u>(637.766)</u>	<u>2.522.585</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.117.521	-	1.117.521
Capitalização de lucros acumulados	17.3	439.633	233.545	-	-	-	(673.178)	-	-
Constituição de reservas	17.2	-	-	444	-	75.872	(76.316)	-	-
Compra de ações preferenciais para manutenção em tesouraria	17.1	-	-	-	(7.093)	-	-	-	(7.093)
Ganho na variação de percentual de participação	2.4	-	-	129.950	-	-	-	-	129.950
Opções de ações exercidas durante o período		-	-	(163)	398	-	-	-	235
Ajuste de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	246.802	246.802
Obrigação adicional mínima com plano de pensão, líquido de efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	(19.763)	(19.763)
Dividendos - \$0,67 por ação ordinária e por ação preferencial (*)	17.4	-	-	-	-	-	(446.812)	-	(446.812)
Despesa com plano de opções de ações reconhecido no período	3.13	-	-	173	-	-	-	-	173
Saldos em 31 de dezembro de 2005		<u>1.456.479</u>	<u>755.903</u>	<u>134.147</u>	<u>(21.951)</u>	<u>198.685</u>	<u>1.431.062</u>	<u>(410.727)</u>	<u>3.543.598</u>

(*) Após o efeito retroativo das bonificações de ações e agrupamento de ações descritos na Nota 17.1 e na Nota 27. Ações preferenciais em tesouraria em 31 de dezembro de 2005 de 2004 não são consideradas disponíveis.

As notas explicativas são parte integral destas demonstrações financeiras consolidadas

GERDAU S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos)

(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do período	1.117.521	1.158.358	510.164
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	301.762	269.222	182.403
Equivalência patrimonial	(96.476)	(141.890)	(22.062)
Variação cambial, líquida	(57.861)	(30.806)	(162.190)
Perdas (ganhos) com derivativos, líquido	22.000	(1.155)	197.600
Participação dos minoritários	178.909	157.027	49.623
Imposto de renda diferido	117.750	77.451	(121.925)
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	4.655	1.143	(1.913)
Provisão (reversão) para realização de contas a receber de clientes	(2.863)	5.370	6.714
Provisão para contingências	27.792	93.162	43.106
Dividendos de "joint ventures"	115.828	82.803	3.620
Ganho na variação de percentual de participação (Nota 4.6 (d))	-	(2.742)	-
Varição de ativos e passivos:			
Aumento de contas a receber	(156.261)	(221.178)	(80.017)
Redução (aumento) de estoques	449	(532.769)	(74.248)
Aumento (redução) de contas a pagar e provisões	(577)	51.267	100.298
Aumento (redução) de outros ativos e passivos, líquido	(68.624)	181.763	(162.696)
Aplicações financeiras ("trading")	(1.614.838)	(439.905)	(959.522)
Resgate de aplicações financeiras ("trading")	455.907	363.472	1.102.314
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>345.073</u>	<u>1.070.593</u>	<u>611.269</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	(697.436)	(440.967)	(297.755)
Recebimentos de valores decorrentes de vendas de imobilizado	6.453	9	2.284
Pagamentos na aquisição de:			
North Star	(49.654)	-	-
Margusa	-	(13.472)	(2.234)
Investimentos na América do Norte	-	(298.422)	-
Gerdau Ameristeel	-	-	(7.050)
Sipar Aceros	(16.688)	-	-
Diaco S.A.	(6.762)	-	-
Sidelpa S.A.	(6.224)	-	-
Outras aquisições	-	(3.846)	(5.446)
Saldo de caixa de empresas adquiridas	9.647	270	-
Aplicações financeiras	(140.950)	(60.051)	-
Resgate de aplicações financeiras	140.950	60.051	-
Adiantamento para aquisição de investimento na Colômbia	-	(68.500)	-
Outros	-	-	1.692
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(760.664)</u>	<u>(824.928)</u>	<u>(308.509)</u>

As notas explicativas são parte integral destas demonstrações financeiras consolidadas

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(395.980)	(275.589)	(122.262)
Dividendos pagos aos acionistas minoritários da Gerdau Ameristeel	(24.485)	-	-
Compra de ações em tesouraria	(7.093)	(9.336)	(5.920)
Redução (aumento) de caixa restrito	(3.554)	(3.958)	13.593
Financiamentos obtidos	1.630.590	1.290.035	1.997.978
Pagamentos de financiamentos	(798.411)	(1.273.208)	(2.126.520)
Recursos obtidos pela emissão de novas ações da Gerdau Ameristeel (nota 4.6 (d))	-	181.323	-
Recursos obtidos pela emissão de novas ações da Gerdau Participações S.A. (nota 2.4)	221.613	-	-
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	1.973	13.291	(5.956)
Caixa líquido proveniente (usado) em atividades de financiamento	<u>624.653</u>	<u>(77.442)</u>	<u>(249.087)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa	74.359	(11.773)	(1.626)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	283.421	156.450	52.047
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>248.954</u>	<u>92.504</u>	<u>40.457</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>532.375</u></u>	<u><u>248.954</u></u>	<u><u>92.504</u></u>
Dados complementares ao fluxo de caixa			
Caixa pago durante o ano a título de:			
Juros (líquido dos montantes capitalizados)	285.164	115.825	127.413
Imposto de renda	341.782	253.890	100.305
Transações que não afetaram o caixa			
Liberação de depósitos judiciais para liquidação de contingências tributárias (Nota 16)	-	118.587	-
Recursos adiantados para aquisição da Diaco S.A. e da Sidelpa S.A. utilizados para finalizar estas transações em 30 de setembro de 2005 e 30 de novembro de 2005, respectivamente	53.605	-	-

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

1 Operações

Gerdau S.A. é uma *sociedade anônima* incorporada como uma companhia de responsabilidade limitada sob as leis da República Federativa do Brasil. O principal negócio da Gerdau S.A. (“Gerdau”) no Brasil e de suas subsidiárias e afiliadas no Canadá, Chile, Estados Unidos e Uruguai, e também, a partir deste ano, na Colômbia e Argentina (coletivamente a “Companhia”) compreende a produção de aço bruto e produtos laminados, produtos trefilados e produtos longos especiais. A Companhia produz aço principalmente com base no conceito de “mini-mill”, onde o aço é produzido em fornos elétricos a arco, a partir de sucata e ferro gusa adquiridos principalmente na região onde opera cada usina. A Companhia também opera usinas que produzem aço a partir de minério de ferro, em alto-forno, e através do processo de redução direta.

A Companhia produz aços para uso na construção civil, indústrias e agricultura, bem como aços especiais. Os mercados onde a Companhia opera são localizados no Brasil, Estados Unidos, Canadá, Chile e, em menor extensão, na Colômbia, Argentina e Uruguai.

2 Base de apresentação

2.1 Registros societários

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”), os quais diferem em certos aspectos das práticas contábeis adotadas no Brasil (“GAAP Brasileiro”), aplicados pela Companhia na preparação de suas demonstrações financeiras societárias e para outros propósitos legais. As demonstrações financeiras consolidadas para fins societários são também preparadas em *reais*.

2.2 Conversão das demonstrações financeiras

A Companhia escolheu o dólar dos Estados Unidos da América como moeda de apresentação. Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos ou remensurados, conforme apropriado, de acordo com os critérios estabelecidos no “Statement of Financial Accounting Standards (“SFAS”) No. 52”, “Foreign Currency Translation”, a partir das demonstrações financeiras expressas nas moedas locais dos países onde a Gerdau e suas subsidiárias operam.

As principais operações da Companhia estão localizadas no Brasil, Estados Unidos, Canadá e Chile. A moeda local é a moeda funcional para essas operações. Estas demonstrações financeiras, exceto por aquelas localizadas nos Estados Unidos, onde já se preparam as demonstrações financeiras em dólares dos Estados Unidos, são convertidas da moeda funcional para o dólar dos Estados Unidos. Ativos e passivos são convertidos pela cotação vigente no final de cada ano. São usadas taxas médias de câmbio para conversão de receitas, despesas, ganhos e perdas na demonstração dos resultados. Aumentos ou integralizações de capital, transações com ações em tesouraria e dividendos são convertidos usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Ganhos e perdas de conversão resultantes da metodologia descrita acima são registrados diretamente em “Outros prejuízos compreensíveis acumulados”, no patrimônio líquido. Ganhos e perdas de transações denominadas em moeda estrangeira estão incluídos na demonstração de resultados consolidada.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

2.3 Acionista controlador

Em 31 de dezembro de 2005, o controlador da Companhia, Metalúrgica Gerdau S.A. (“MG”, coletivamente com suas subsidiárias e afiliadas, o “Conglomerado”) possuía 44,80% (2004 – 44,76%) do capital total da Companhia. A participação da MG consiste de 75,73% (2004 – 75,75%) das ações ordinárias da Companhia e 28,38% (2004 – 28,30%) de suas ações preferenciais.

2.4 Reestruturação societária

Em dezembro de 2004, os investimentos mantidos na Gerdau Açominas S.A. (“Gerdau Açominas”) e 22% do total das ações da Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda anteriormente detidos pela Gerdau S.A., foram transferidos para a subsidiária Gerdau Participações S.A. Para fins societários, esses investimentos foram avaliados pelo seu valor econômico, através de laudo técnico feito com base em projeções de fluxos de caixa descontados a valor presente. A diferença entre o valor contábil e o valor econômico desses investimentos resultou em um ganho de capital não realizado sobre os investimentos da Companhia na Gerdau Participações S.A., em mesmo montante do ágio registrado pela Gerdau Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2005, o montante do ágio correspondia a R\$ 2.613.751 mil (equivalente a \$ 1.116.653 pela taxa cambial de fechamento de 31 de dezembro de 2005).

Em maio de 2005, Gerdau Participações S.A. emitiu novas ações em troca de caixa e subseqüentemente foi incorporada pela Gerdau Açominas. Como resultado dessa transação, a Companhia reconheceu um ganho no montante de \$129.950. A Companhia, seguindo as diretrizes do “Staff Accounting Bulletin (“SAB”) 5-H”, concluiu que tal ganho deveria ser reconhecido no patrimônio líquido como “Ganho na variação de participação em investidas”.

Consoante o SFAS 109 “Accounting for Income Taxes”, não foi reconhecido imposto de renda diferido e os efeitos fiscais futuros da amortização do ágio serão reconhecidos quando realizados na declaração de imposto de renda, em um período de até 10 anos.

Até 28 de julho de 2005, Gerdau Açominas era a entidade legal que conduzia as operações siderúrgicas no Brasil, além de deter 22% do capital social da Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. Em 29 de julho de 2005, alguns ativos e passivos da Gerdau Açominas foram cindidos para outras quatro novas entidades: Gerdau Aços Longos S.A. (“Gerdau Aços Longos”), Gerdau Aços Especiais S.A. (“Gerdau Aços Especiais”), Gerdau Comercial de Aços S.A. (“Gerdau Comercial de Aços”) e Gerdau América do Sul Participações S.A. (“Gerdau América do Sul Participações”). Como resultado da cisão, estes ativos e passivos foram agrupados em entidades legais separadas, considerando a natureza das operações conduzida por cada uma das entidades, como segue:

Entidade legal	Natureza das operações
Gerdau Açominas	Produção de aço na usina de Ouro Branco
Gerdau Aços Longos	Produção de aços longos no Brasil
Gerdau Aços Especiais	Produção de aços especiais no Brasil
Gerdau Comercial de Aços	Distribuição de produtos siderúrgicos no Brasil
Gerdau América do Sul Participações	Participação de 22% no capital da Gerdau Internacional Empreendimentos

Os ativos e passivos cindidos da Gerdau Açominas para as outras entidades continuam a ser contabilizados pelo seu custo de aquisição na Gerdau Açominas, e não foi reconhecido qualquer ganho ou perda como resultado desta transação.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

3 Práticas contábeis significativas

Resumimos a seguir as práticas contábeis significativas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

3.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em anexo incluem a Gerdau e suas subsidiárias operacionais controladas, como segue:

	Percentual de participação (%)	
	2005	2004
Aceros Cox S.A. (Chile)	98% (*)	100
Diaco S.A. (Colômbia) (“Diacó”) (Nota 4.1)	57	-
Gerdau Ameristeel Corporation (Canadá) (“Gerdau AmeriSteel”) e suas subsidiárias:	65 (*)	67
Ameristeel Bright Bar Inc. (EUA)	65 (*)	67
Gerdau Ameristeel MRM Special Sections Inc. (Canadá)	65 (*)	67
Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc. (EUA)	65 (*)	67
Gerdau Ameristeel Sayreville Inc. (EUA)	65 (*)	67
Gerdau Ameristeel US Inc. (EUA)	65 (*)	67
Gerdau Açominas S.A. (Brasil) (Nota 2.4)	89 (*)	92
Gerdau Aços Longos S.A. (Brasil) (Nota 2.4)	89 (*)	-
Gerdau Aços Especiais S.A. (Brasil) (Nota 2.4)	89 (*)	-
Gerdau Comercial de Aços S.A. (Brasil) (Nota 2.4)	89 (*)	-
Gerdau América do Sul Participações S.A. (Brasil) (Nota 2.4)	89 (*)	-
Gerdau Aza S.A. (Chile)	98 (*)	100
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. (Brasil) e sua subsidiária integral		
Gerdau GTL Spain S. L. (Espanha) e subsidiárias	98 (*)	100
Gerdau Laisa S.A. (Uruguay)	98 (*)	99
Maranhão Gusa S.A. – Margusa (Brasil)	89 (*)	100
Seiva S.A. – Florestas e Indústrias (Brasil) e subsidiárias	97	97
Sipar Aceros S.A. (Argentina) (“Sipar Aceros”) (Nota 4.2)	72	38
Sidelpa S.A. (Colômbia) (“Sidelpa”) (Nota 4.1)	95	-

(*) Como resultado da emissão de novas ações descrita na Nota 2.4, a participação da Companhia na holding Gerdau Participações S.A. e suas subsidiárias foi diluída. Esta diluição resultou numa redução na participação em comparação com a anteriormente detida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem todas as companhias nas quais a Companhia possui controle acionário através de participação direta ou indireta como majoritário votante. As demonstrações financeiras consolidam, adicionalmente as companhias operacionais apresentadas na tabela acima, todas as outras companhias que atendem ao critério de consolidação sob os US GAAP e que consistem de companhias holding para seus investimentos nas companhias operacionais e para operações financeiras.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, a Companhia adquiriu a Margusa (Nota 4.7) e a Gerdau Ameristeel adquiriu ativos e passivos operacionais da Gate City and RJ Rebar Inc. (Nota 4.3), da North Star Steel (Nota 4.4) e da Potter Form & Tie Co. (Nota 4.5). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Companhia adquiriu uma participação controladora na Diaco (Nota 4.1), Sidelpa (Nota 4.1) e na Sipar Aceros (Nota 4.2); no caso da Sipar Aceros, esse investimento estava sendo contabilizada pelo método da equivalência patrimonial até a data de aquisição da participação controladora. Os resultados dos negócios adquiridos foram consolidados a partir das respectivas datas de aquisição.

Todos os saldos e transações significativos entre companhias foram eliminados na consolidação.

3.2 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos requer que a administração adote estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados de ativos e passivos e divulgações de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e os montantes citados de receitas e despesas durante os períodos reportados. As estimativas mais significativas abrangem, embora não limitadas a elas, a contabilização da provisão para riscos de crédito, a perda do valor de ágio e de ativos de longa duração, a determinação do valor justo de ativos e passivos de empresas adquiridas e de instrumentos financeiros derivativos, a vida útil de ativos, a provisão para desvalorização de imposto de renda, a premissas atuariais (utilizadas para o cálculo dos passivos de benefícios de empregados), a contingências e a passivos ambientais. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são contabilizados pelo custo acrescido de juros auferidos. Os equivalentes de caixa são os investimentos temporários de alta liquidez, principalmente em títulos e valores mobiliários, com datas de vencimento original de três meses ou menos.

3.4 Aplicações financeiras

Aplicações financeiras consistem de certificados de depósito bancário e títulos negociáveis e incluem: títulos de dívida do Governo Brasileiro, quotas em fundos de investimentos gerenciados por bancos comerciais, quotas de fundo administrado por parte relacionada para uso exclusivo da Companhia (Nota 9), assim como ações. Os certificados de depósito e os títulos negociáveis têm vencimentos variando entre quatro meses e um ano no momento da compra. Certificados de depósito são registrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Os títulos negociáveis são registrados a valor de mercado, e as variações no valor de mercado são reconhecidas na demonstração de resultado consolidada. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, a Companhia manteve títulos disponíveis para negociação, que consistem de títulos de dívida de renda variável considerados grau de investimento (“investment grade”), os quais são garantidos por ativos. Nenhum título disponível para negociação foi mantido ao final do ano.

3.5 Contas a receber de clientes, líquido

Contas a receber são registradas pelo valor realizável estimado. São constituídas provisões, quando necessário, em valor considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas futuras relacionadas com incobráveis.

3.6 Estoques

Estoques são valorizados pelo menor valor entre custo de produção ou reposição ou valor realizável. O custo é determinado usando o método de custo médio.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

3.7 Imobilizado, líquido

O imobilizado está registrado pelo custo, incluindo juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das principais novas unidades. Os juros capitalizados sobre financiamentos denominados em *reais* incluem os efeitos de indexação do principal requerido por certos contratos. Os juros capitalizados sobre financiamentos em moeda estrangeira excluem os efeitos de ganhos e perdas cambiais.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil dos ativos: 10 a 30 anos para prédios e benfeitorias, 4 a 20 anos para máquinas e equipamentos, 10 a 20 anos para móveis e utensílios e 3 a 5 anos para veículos e equipamentos de informática. Ativos em construção não são depreciados até que estejam em condições de serem postos em serviço. Grandes reformas e melhorias são capitalizadas. Gastos com manutenção e reparos são registrados como despesa quando incorridos. Qualquer ganho ou perda na alienação de imobilizado é reconhecido na baixa do ativo.

A Companhia periodicamente avalia o saldo contábil de seus ativos de longa duração quanto à perda de valor. O valor contábil de um ativo de longa duração é considerado impactado pela Companhia quando o fluxo de caixa antecipado de tal ativo é identificável e é menor que seu valor contábil. Nesse caso, é registrada uma perda com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor de mercado do ativo de longa duração. O valor de mercado é determinado primeiramente usando o fluxo de caixa descontado. Não foram registradas perdas nos períodos apresentados.

3.8 Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investimentos em entidades onde a Companhia possui de 20% a 50% do capital votante ou onde exerce influência significativa são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, os investimentos avaliados desse modo eram compostos por: (a) uma participação de 38,18% no capital da Sipar Aceros S.A. – Sipar até 15 de setembro de 2005, quando esta companhia passou a ser consolidada (veja Nota 4.2); (b) uma participação de 50,00% na Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail, joint ventures nos Estados Unidos; (c) participação de 50,00% na Armacero Industrial Y Comercial Limitada (Chile) e (d) 51,82% na Dona Francisca Energética S.A. (Brasil) (“Dona Francisca”).

De acordo com o acordo de acionistas da Dona Francisca, as principais decisões operacionais e financeiras, incluindo a escolha dos membros do Conselho de Administração, requerem um mínimo de 65% de aprovação das ações com direito a voto. De acordo com o EITF 96-16 “Investor’s Accounting for a Investee When the Investor Has a Majority of the Voting Interest but Minority Shareholder or Shareholders Have Certain Approval or Veto Rights”, pelo fato que os acionistas minoritários possuem certos direitos de aprovação ou veto, os resultados da Dona Francisca não tem sido consolidados, mas incluídos como resultado de equivalência patrimonial e contabilizados de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.9 Investimentos avaliados ao custo de aquisição

Os investimentos avaliados ao custo de aquisição consistem de investimentos em entidades onde a Companhia possui menos de 20% do capital votante, incluindo incentivos fiscais a serem utilizados em projetos aprovados pelo governo, e sobre os quais não exercem a influência significativa. Esses investimentos são registrados pelo custo de aquisição e reduzidos por provisões para desvalorização baseadas em estimativas dos valores realizáveis feita pela administração da Companhia.

3.10 Ágios

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Ágios representam o excesso do custo do investimento sobre o valor de mercado líquido identificável dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia adota o SFAS No. 142 (“SFAS 142”), “Goodwill and Other Intangible Assets”. Por essa norma, o ágio, inclusive os reconhecidos em combinações de negócios consumados antes da aplicação inicial da mesma, não mais é amortizado, mas está sujeito a teste de perda de valor anual, usando um enfoque de dois passos, que envolve a identificação das “unidades de negócio (sub segmentos de negócios)” e a estimativa do valor de mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o ágio foi testado para perda de valor “impairment” e não foram registradas perdas. Como descrito na Nota 12, uma perda de valor “impairment” de \$13.038 foi reconhecida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, em relação ao ágio alocado à Margusa.

3.11 Obrigações com planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

A Companhia registra suas obrigações de planos de pensão e outros benefícios pós-emprego de acordo com o SFAS No. 87, “Employers’ Accounting for Pensions” e SFAS No. 106, “Employers’ Accounting for Postretirement Benefits Other Than Pensions”, respectivamente (Nota 13).

Os custos com planos de pensão e outros benefícios pós-emprego são determinados atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada com base na melhor estimativa da administração sobre a performance esperada dos investimentos dos planos, aumentos salariais, idade de aposentadoria dos empregados e expectativa de custos com tratamento de saúde. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. Os ganhos ou perdas atuariais que excederem a 10% da obrigação de benefício e valor de mercado dos ativos, dos dois o maior, são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos (enfoque do corredor).

Uma obrigação mínima adicional é reconhecida em “Outros prejuízos compreensivos acumulados”, no patrimônio líquido se a obrigação de benefício acumulada (“ABO”) exceder o valor de mercado dos ativos do plano e este excesso não estiver coberto pela obrigação de pensão reconhecida no balanço patrimonial. Foi reconhecida uma obrigação mínima adicional em 31 de dezembro de 2005, de 2004 e de 2003 em relação aos planos de pensão oferecidos aos empregados na América do Norte.

3.12 Férias remuneradas

Férias remuneradas são provisionadas ao longo do período aquisitivo.

3.13 Planos de remuneração com ações

Gerdau Ameristeel e suas subsidiárias e Gerdau (a partir de 30 de abril de 2003) mantêm planos de remuneração com ações (Nota 25). A Companhia contabiliza os planos de remuneração com ações de acordo com o “Accounting Principles Board Opinion” (“APB”) No. 25 “Accounting for Stock Issued to Employees” e interpretações relacionadas. O SFAS No. 123 “Accounting for Stock-Based Compensation”, complementado pelo SFAS No. 148 “Accounting for Stock-Based Compensation – Transition and Disclosure” permite às companhias continuar seguindo as orientações contábeis do APB 25, mas requer divulgações pro forma de lucro líquido e lucro por ação para o efeito na compensação se os critérios contábeis do SFAS No. 123 tivessem sido adotados. A Companhia adotou o SFAS No. 123R, “Shared Based Payment” (“SFAS 123R”) em 1º de janeiro de 2006, e irá reconhecer a despesa associada com seus planos de opções de ações e planos similares usando o método baseado no valor justo a partir de 1º de janeiro de 2006 (veja discussão dos “Pronunciamentos contábeis recentes ainda não adotados” abaixo).

A tabela a seguir ilustra os efeitos no lucro líquido e no lucro por ação se o método de valor de mercado tivesse sido aplicado.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Lucro líquido conforme as demonstrações financeiras	1.117.521	1.158.358	510.164
Reversão do custo com plano de opções de ações incluído na determinação do lucro líquido apurado	173	194	124
Custo com plano de pensão conforme o método do valor justo	(1.202)	(998)	(556)
Lucro líquido pro forma	<u>1.116.492</u>	<u>1.157.554</u>	<u>509.732</u>
Lucro por ação - Básico			
Ações ordinárias - conforme as demonstrações financeiras e pro forma	1,68	1,74	0,76
Ações preferenciais - conforme as demonstrações financeiras e pro forma	1,68	1,74	0,76
Lucro por ação - Diluído			
Ações ordinárias			
Conforme as demonstrações financeiras	1,67	1,74	0,76
Pro forma	1,67	1,74	0,76
Ações preferenciais			
Conforme as demonstrações financeiras	1,67	1,74	0,76
Pro forma	1,67	1,74	0,76

A Gerdau Ameristeel também oferece vários planos de remuneração baseados em ações. Para os planos descritos na Nota 25.2 como “2005 LTI Plan”, “2004 Stakeholder Plan”, “Ameristeel Plan”, “SAR Plan”, e “Equity Ownership Plan” a despesa é reconhecida ao longo do período de carência ao valor justo do instrumento na data de outorga, o qual é subsequentemente marcado a mercado.

3.14 Reconhecimento de receita

Receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando a propriedade é transferida e o cliente assume o risco e benefícios da propriedade de acordo com os termos contratuais.

3.15 Imposto de renda

A Companhia contabiliza o imposto de renda de acordo com o SFAS No. 109, “Accounting for Income Taxes”, o qual requer a aplicação do método do passivo de contabilização do imposto de renda. Por este método, a Companhia deve reconhecer ativos ou passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados pelas alíquotas fiscais vigentes no ano em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. De acordo com o SFAS No. 109, o efeito nos ativos e passivos fiscais diferidos resultante de variações nas alíquotas fiscais é reconhecido no resultado do período em que ocorrer a mudança de alíquota.

Os ativos fiscais diferidos são reduzidos através da constituição de provisão para desvalorização, quando apropriado, se, baseado na evidência disponível, for provável que o ativo fiscal diferido não seja realizado.

3.16 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação de acordo com o SFAS No. 128, “Lucro por ação”.

O cálculo do lucro por ação básico é feito sobre o número disponível de ações e exclui qualquer diluição, enquanto o

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

lucro por ação diluído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, de 2004 e de 2003 reflete a diluição potencial resultante de opções outorgadas para aquisição de ações da Gerdau S.A. e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, o potencial efeito dilutivo do potencial ajuste em ações da Gerdau S.A. em relação ao compromisso de adquirir ações adicionais da Diaco (Nota 4.1) e das opções concedidas aos minoritários da Sipar Aceros para vender ações adicionais à Companhia (Nota 4.2). A Companhia usa o método de “ações em tesouraria” para computar o efeito de diluição das opções.

Todos os dados de lucro por ação são calculados considerando as bonificações de ações aprovadas em 29 de abril de 2004 e em 31 de março de 2005 (Nota 17.1). O lucro por ação é apresentado em base por ação (Nota 19).

3.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto da Gerdau requer o pagamento aos acionistas ordinários e preferenciais de dividendos anuais de ao menos 30% do lucro líquido calculado de acordo com a legislação societária brasileira. A aprovação do pagamento dos dividendos se dá na Assembléia Geral Anual, que deve ocorrer até o dia 30 de abril de cada ano. Dividendos são pagáveis em *reais* e refletidos nas demonstrações financeiras depois de declarados pela Assembléia Geral Anual.

É permitido às empresas Brasileiras distribuir juros sobre o capital próprio, a título de distribuição de dividendos, que são dedutíveis para fins de imposto de renda. O montante a pagar não pode exceder 50% do lucro líquido do ano ou dos lucros acumulados, dos dois o maior, apurado conforme a legislação societária brasileira. Também não pode exceder o produto entre a Taxa de Juros Longo Prazo (“TJLP”) e o saldo do patrimônio líquido apurado conforme a legislação societária brasileira.

O pagamento de juros sobre o capital próprio é benéfico à Companhia, se comparado ao pagamento de dividendos, uma vez que se reconhece uma despesa dedutível no imposto de renda correspondente ao montante pago. O benefício fiscal correspondente é registrado na demonstração de resultados consolidada. O imposto de renda referente aos juros sobre capital próprio é retido dos acionistas à alíquota de 15%.

3.18 Investimentos em meio ambiente

Gastos referentes ao cumprimento de normas ambientais, destinadas a minimizar o impacto ambiental das operações da Companhia, são capitalizados ou registrados contra os resultados do exercício, conforme apropriado. A Companhia provisionou potenciais passivos ambientais com base na melhor estimativa do custo potencial de tratamento e limpeza para as localidades conhecidas. A administração entende que, no momento, cada uma de suas unidades está cumprindo substancialmente as regras ambientais aplicáveis.

3.19 Custos de publicidade

Os custos de publicidade incluídos nas despesas com vendas foram de \$25.661, \$13.656 e \$12.884 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, de 2004 e de 2003, respectivamente. Não foram diferidos custos de publicidade nas datas de balanço.

3.20 Ações em tesouraria

As ações ordinárias e preferenciais readquiridas são registradas em "Ações em tesouraria" no patrimônio líquido, pelo custo. As ações mantidas em tesouraria posteriormente vendidas são registradas como redução em ações em tesouraria pelo custo médio das ações mantidas na data. A diferença entre o preço de venda e o custo médio é registrada como redução ou aumento na conta “ágio na emissão de ações”.

3.21 Instrumentos financeiros derivativos

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Os instrumentos financeiros derivativos que não se qualificam para contabilização como “hedge” são reconhecidos no balanço patrimonial a valor de mercado com os ganhos e perdas não realizados registrados no resultado.

Para qualificar como “hedge”, o derivativo deve ser (i) designado como “hedge” de ativo ou passivo financeiro específico no início do contrato, (ii) efetivo na redução do risco associado com a exposição a ser protegida, e (iii) altamente correlato quanto às variações em seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item protegido ou quanto às variações nos fluxos de caixa, no início e ao longo da vida do contrato.

A Companhia possuía derivativos “swaps” que se qualificaram como “hedge” de fluxo de caixa somente nas subsidiárias na América do Norte nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003. Os “swaps” são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados na marcação a mercado dos swap’s qualificados como “hedge” de fluxo de caixa sendo registrados em outros lucros (prejuízos) compreensivos, exceto por parcelas ineficazes que são registradas no resultado. Derivativos não classificados com “hedge” de fluxo de caixa são reconhecidos a valor de mercado no balanço patrimonial, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos na demonstração de resultados consolidada.

3.22 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em anos anteriores, a Companhia apresentou os fluxos de caixa relativos a aplicações financeiras como atividades de investimento. Estas demonstrações financeiras consolidadas refletem os fluxos de caixa de aplicações financeiras na atividade operacional. Esta mudança resultou num decréscimo e acréscimo do fluxo de caixa das atividades operacionais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003 de \$76.433 e de \$142.792, respectivamente, com um efeito contrário no fluxo de caixa das atividades de investimentos.

3.23 Novos pronunciamentos contábeis

Em janeiro de 2003, o Financial Accounting Standards Board (“FASB”) emitiu a “Interpretation N° 46” (FIN 46), “Consolidation of Variable Interest Entities, an interpretation of ARB No. 51”. Em dezembro de 2003, o FASB emitiu uma versão revisada do FIN 46, o FIN 46-R. Os principais objetivos do FIN 46-R são orientar sobre a identificação de entidades para as quais o controle é obtido por outros meios além de direito a voto (entidades de participação variável ou VIE’s) e como determinar quando e qual entidade deve consolidar a VIE (o beneficiário primário). Este novo modelo de consolidação se aplica a uma entidade onde (1) os investidores de capital (se houver) não têm participação que determine o controle por meio do investimento ou (2) o investimento em risco é insuficiente para financiar as atividades da entidade sem que esta receba suporte financeiro adicional de outras partes. Ainda, o FIN 46-R requer que o beneficiário primário e todas as outras empresas com participação variável significativa em uma VIE façam divulgações adicionais sobre a natureza, propósito, tamanho e atividades da VIE e a exposição máxima da empresa a perdas como resultado de seu envolvimento com a VIE.

A Companhia passou a adotar o FIN 46-R a partir de janeiro de 2004 e concluiu ter nenhuma participação em VIEs.

3.24 Pronunciamentos contábeis recentes ainda não adotados

Em Dezembro de 2004, FASB emitiu o SFAS No. 153, “Exchange of Nonmonetary Assets”, uma emenda do APB Opinion n° 29, que elimina a exceção do valor de mercado para trocas de ativos produtivos similares e a substituiu por uma exceção para trocas que não têm substância comercial. Uma troca não monetária é de substância comercial se for prevista uma alteração significativa no fluxo de caixa descontado da entidade com a mesma. O SFAS No. 153 é efetivo para trocas de ativos não monetários que ocorreram no período fiscal iniciado após 15 de junho de 2005, sendo permitida a adoção prévia. A Companhia não acredita que a adoção do SFAS n° 153 irá impactar em sua

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

posição financeira consolidada ou em seu resultado operacional.

Em 16 de dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS 123 (revisado em 2004), “Share-Based Payment” (FAS 123R), que orienta a contabilização do Plano de Opção de Compra de Ações por Empregados e elimina a alternativa de uso do valor intrínseco autorizada pelo Opinião 25, método de contabilização fornecido no SFAS 123 emitido originalmente. Essa demonstração requer que uma entidade pública apure os custos dos serviços prestado pelo empregado recebidos em troca de uma recompensa de instrumentos patrimoniais, baseado no valor de mercado da data de concessão da recompensa. Esse custo será reconhecido ao longo do período no qual cada empregado é requerido a providenciar serviços em troca da recompensa (período de direito). O valor de mercado na data da concessão da opção e instrumentos similares será estimado por modelos de precificação de opções ajustados às características únicas do instrumento. A data de implementação de 123R era originalmente o começo do 1º período anual ou interino que começava depois do dia 15 de junho de 2005 e é aplicado a todas as recompensas concedidas após a data requerida efetiva. Para períodos anteriores a essa data, a Companhia pode aplicar uma versão modificada de aplicação retrospectiva sob a qual as demonstrações financeiras para períodos anteriores são ajustadas em bases consistentes de abertura “pro forma” requerida para esses períodos pelo Relatório 123. Em 14 de abril de 2005, a United States Securities and Exchange Commission (“SEC”) alterou a data de implantação a qual passou a ser o 1º período anual ou interino do exercício social que começa depois do dia 15 de junho de 2005.

Os efeitos da aplicação do SFAS 123R, caso a Companhia tivesse aplicado este pronunciamento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, estão demonstrados na nota 3.13.

Em novembro de 2004, o FASB aprovou o SFAS No. 151, “Inventory Costs”, uma emenda ao ARB nº 43, capítulo 4, que requer que despesas com recursos inativos, perdas excessivas, frete duplicado e custos de remanuseio sejam tratados como encargos do período corrente e também requer que a alocação dos custos fixos de produção em custos de conversão seja baseada na capacidade normal de produção dos recursos. O Accounting Research Bulletin nº 43, “Inventory Pricing”, previamente requeria que esse tipo de despesas fossem tratadas como encargos do período somente se estivessem de acordo com o critério de “*so abnormal*”, termo que não foi definido. O SFAS No. 151 é efetivo para os custos de estoques ocorridos durante os exercícios começados após 15 de junho de 2005, sendo permitida sua adoção para períodos anteriores. A Companhia não acredita que a adoção do SFAS No. 151 terá um impacto material na posição financeira consolidada ou nos resultados operacionais.

4 Aquisições

4.1 Diaco S.A. e Siderúrgica Del Pacífico S.A. – Sidelpa

Em 23 de dezembro de 2004, a Companhia chegou a um acordo com o Grupo Mayaguez e o The Latin American Enterprise Steel Holding (“LAESH”), acionistas majoritários da Diaco S.A. (“Diaco”), e a Siderúrgica del Pacífico S.A. – Sidelpa, para a aquisição escalonada de suas participações nessas empresas. Diaco é a maior produtora de aço e vergalhões da Colômbia, e Sidelpa é a única produtora de aços especiais naquele país.

O fechamento do negócio estava sujeito a várias condições precedentes. A partir da assinatura do contrato, a Companhia fez um depósito de \$68.500 a favor de certos “trusts” criados para essa transação. A Gerdau também se comprometeu a adquirir ações adicionais da Diaco num período não superior a 8 anos.

Diaco

Durante setembro de 2005, as condições precedentes para a aquisição da Diaco foram atingidas, incluindo a execução de uma oferta pública no mercado colombiano para adquirir as ações em posse de acionista minoritários e também o cancelamento do registro da Diaco na Bolsa de Valores da Colômbia. Em 30 de setembro de 2005, a Companhia

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

concluiu todos os passos requeridos para obter uma participação de 57,11% no capital votante e total da Diaco, obtendo assim uma participação controladora. Como resultado, as ações da Diaco adquiridas pela Companhia através da Cerney Holdings Limited, uma subsidiária integral, foram transferidas do “trust” para a Companhia, e o montante de \$49.205 foi transferido do “trust” para os vendedores, e ainda uma parcela adicional de \$6.762 foi paga em dinheiro pela Companhia.

Esta transação foi contabilizada de acordo com o método de compra. Nenhum ágio resultou desta aquisição como resultado da alocação do preço de compra.

A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Ativo circulante	81.522
Ativo não-circulante	99.677
Passivo circulante	(53.210)
Passivo não-circulante	(29.993)
Valor justo do ativo líquido adquirido	<u>97.996</u>
% de participação adquirido	57,11%
Preço total pago, valor justo	55.967

Como resultado das condições precedentes terem sido atingidas, a Gerdau também está obrigada a comprar uma participação adicional de 40,27% na Diaco em 2013. A Gerdau tem a opção de antecipar esta compra, adquirindo 50% da participação adicional em março de 2008 e em março de 2009. A finalização da transação de compra da participação adicional pode ser feita em dinheiro ou em ações da Gerdau, conforme opção dos vendedores. Os termos do contrato estabelecem uma fórmula para determinar o preço de compra, que é baseada num montante mínimo acrescido de juros a partir de dezembro de 2004 e até a data de finalização da transação, mais um preço adicional baseado no incremento do patrimônio líquido da Diaco nesse período. A Companhia registrou este compromisso futuro de adquirir ações adicionais pelo seu valor justo estimado, que em 31 de dezembro de 2005, monta a \$7.529 e está apresentado dentro de Outros ativos não-circulantes. As variações no valor justo têm sido reconhecidas no resultado em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”. O saldo do depósito original feito em dezembro de 2004, montando a \$14.895 em 31 de dezembro de 2005, deve ser utilizado para pagar parcialmente a aquisição da participação adicional.

Sidelpa

Em 19 de novembro de 2005, todas as condições precedentes relacionadas à aquisição da Sidelpa foram atingidas e a Cerney Holdings Limited obteve uma participação de 97,01%, assegurando o controle da companhia. Como resultado desta transação, o montante de \$4.400 foi transferido do “trust” para os antigos donos da Sidelpa, e o valor de \$6.224 foi pago em dinheiro.

Esta transação foi contabilizada de acordo com o método de compra. Nenhum ágio resultou desta transação como resultado da alocação do preço de compra.

A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Ativo circulante	21.977
Ativo não-circulante	15.324
Passivo circulante	(8.660)
Passivo não-circulante	(17.690)
Valor justo do ativo líquido adquirido	<u>10.951</u>
% de participação adquirida	97,01%

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Preço total pago, valor justo 10.624

4.2 Sipar Aceros

Em 15 de setembro de 2005, a Companhia efetuou um acordo para adquirir uma participação adicional de 35,98% da Sipar Aceros S.A. (“Sipar Aceros”), uma usina de laminação localizada em Santa Fé, Argentina, na qual a Companhia já detinha uma participação de 38,46%. A Companhia pagou \$16.687 em 15 de setembro de 2005 e irá pagar um montante adicional de \$23.947 durante os próximos três anos, sem juros adicionais nestes pagamentos. O valor total pago por esta participação, considerando a parte financiada do preço de compra a valor justo, monta a \$37.340.

Como resultado desta transação, a Companhia obteve uma participação controladora de 74,44%, e conseqüentemente a Sipar Aceros foi consolidada a partir de 15 de setembro de 2005. Antes desta data, o investimento estava sendo contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Esta transação foi contabilizada pelo método de compra, e foi procedida uma avaliação do valor justo de ativos e passivos adquiridos, que resultou num ágio de \$16.721. O ágio foi integralmente alocado à unidade de negócio “Sipar Aceros”, um componente do segmento “América do Sul (exceto Brasil)”, que represente uma unidade de negócio conforme definido pelo SFAS No. 142 “Goodwill and intangible assets”.

A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos e passivos adquiridos nesta transação e o ágio resultante da mesma:

Ativo circulante	62.451
Ativo não-circulante	50.262
Passivo circulante	(31.389)
Passivo não-circulante	(16.008)
Valor justo do ativo líquido adquirido	<u>65.316</u>
% de participação adquirida	35,98%
Valor justo da participação adquirida	23.501
Preço de compra pago, valor justo	37.340
Opções de ações concedidas a acionistas minoritários na data da aquisição	<u>2.881</u>
Determinação do ágio	<u>16.721</u>

De acordo com os termos do acordo, alguns dos acionistas vendedores possuem opções de vender ações adicionais da Gerdau Sipar Inversiones S.A. (companhia controladora da Sipar Aceros) para a Companhia, num montante fixo, até Setembro de 2007. O valor justo inicial destas opções de venda montando a \$2.881 foi considerado dentro do preço de compra pago, e as variações subseqüentes no valor justo foram contabilizadas no resultado. Em 31 de Dezembro de 2005, o valor justo das opções de venda montou a \$5.818 e foi contabilizado em Outros passivos não-circulantes, e gerou uma perda de \$2.397 durante 2005, contabilizada em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

4.3 Gate City e RJ Rebar, Inc.

Em 10 de dezembro de 2004, a Gerdau Ameristeel concluiu o processo de aquisição dos ativos e capital de giro das unidades de corte e dobra da Gate City e da RJ Rebar, Inc. no meio-oeste dos Estados Unidos, com capacidade de

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

produção anual aproximada de 150.000 toneladas por aproximadamente \$16.400. Como resultado dessa operação, foi registrado um ágio de \$4.748.

4.4 North Star Assets

Em 1º de novembro de 2004, a Gerdau Ameristeel completou a aquisição de 4 usinas de produção de aços longos e 4 subsidiárias, referidas como North Star Steel, da Cargill Incorporated. Essa aquisição aumentou a capacidade de produção em aproximadamente 2.0 milhões de toneladas de produtos de aços longos. As unidades consistem em 4 usinas produtoras de aços longos localizadas nos Estados Unidos em St. Paul (Minnesota), Wilton (Iowa), Calvert City (Kentucky) e Beaumont (Texas) e quatro unidades subsidiárias também localizadas no EUA - uma unidade produtora de corpos moedores em aço (grinding ball) localizada em Memphis (Tennessee) e Duluth, Minnesota e as outras três unidades de processamento de fio-máquina localizadas em Beaumont (Texas), Carrollton (Texas). As unidades de St. Paul e Wilton têm fragmentadoras que processam sucatas de aço para suprir grande parte da necessidade de matéria-prima das usinas. Os produtos da North Star são geralmente vendidos para centros de serviço de aço, fabricantes de aço ou diretamente para fabricantes de equipamentos, para uso em diversas indústrias. O preço de aquisição dos ativos adquiridos foi \$266.000, pagas à vista, acrescido de certos passivos das empresas adquiridas e as variações no capital circulante de 30 de abril de 2004 até a data de encerramento. Do preço de compra, \$181.000 refere-se a capital de giro apurado em 30 de abril de 2004. Em 1º de novembro de 2004 o capital circulante das empresas tinha aumentado em \$51.790 e em 31 de dezembro de 2004 esse montante foi provisionado como pagamento subsequente no final do exercício.

A tabela a seguir resume o valor de mercado dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos pela aquisição da North Star na data de aquisição, 1º de novembro de 2004:

Ativos (passivos) adquiridos	
Ativo circulante	325.751
Passivo circulante	(67.674)
Imobilizado	86.244
Passivos de longo prazo	<u>(23.789)</u>
	<u>320.532</u>
Preço de compra	266.000
Custos adicionais da transação	2.742
Provisão para ajuste no capital de giro	<u>51.790</u>
	<u>320.532</u>

Nenhum ágio foi reconhecido nesta aquisição.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

4.5 Ativos e passivos da Potter Form & Tie Co.

Em março de 2004, a Companhia adquiriu certos ativos e assumiu certos passivos da Potter Form & Tie Co., líder no suprimento de vergalhões cortados e dobrados e outros materiais para a indústria de concreto armado no Meio-Oeste norte-americano, por aproximadamente \$11.100. A transação gerou um ágio de \$1.351.

4.6 Gerdau Ameristeel

- (a) Em 31 de março de 2003, Gerdau Ameristeel completou uma troca de ações de acionistas minoritários de sua subsidiária da Ameristeel Corporation (“Ameristeel”, atualmente denominada Gerdau Ameristeel US Inc.) por ações da Gerdau Ameristeel. Esses acionistas minoritários, na maioria diretores e empregados, trocaram 1.398.501 ações da Ameristeel por 13.199.260 ações da Gerdau Ameristeel, um índice de troca de 9,4617 por 1. Como resultado, a Ameristeel passou a pertencer totalmente à Gerdau Ameristeel e a participação da Companhia na Gerdau Ameristeel foi reduzida de 74% para 67%.

A troca foi contabilizada como aquisição em etapas (step acquisition), sob o método de contabilização de compra no qual o preço de aquisição foi alocado nos ativos líquidos e passivos assumidos baseado no seu valor de mercado. Foi gerado um ágio de \$2.190 como resultado da troca.

- (b) Em 24 de setembro de 2003 a Companhia comprou 2.566.600 ações adicionais da Gerdau Ameristeel no mercado de ações, pelo valor de \$7.050. Após essa transação, a Companhia passou a deter 69% das ações em circulação. Não foi gerado ágio na aquisição dessas ações.
- (c) Em 14 de abril de 2004, a Gerdau Ameristeel emitiu 26.800.000 ações ordinárias. O preço foi estabelecido em Cdn\$4,90 por ação (\$3,64 pela taxa de câmbio na data da transação), preço de fechamento das ações ordinárias na Toronto Stock Exchange (bolsa de valores de Toronto) em 31 de março de 2004.

Todas as ações foram adquiridas pela Companhia pelo montante de \$97.771 e, como resultado, a Companhia aumentou sua participação na Gerdau Ameristeel de 69% para 72%. A transação foi contabilizada como uma aquisição em etapas (step acquisition) e o preço de compra foi alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Não foi apurado ágio pela alocação do preço de compra.

- (d) Em 15 de outubro de 2004, a Gerdau Ameristeel emitiu 70.000.000 de ações ordinárias ao valor de Cdn \$ 5,90 por ação (\$ 4,70 por ação pela taxa de câmbio na data da transação), totalizando aproximadamente \$322.700 após dedução da taxa do subscritor e as despesas estimadas. A companhia adquiriu 35.000.000 de ações ordinárias, representando 50% do total de ações oferecidas tendo ocorrido um ingresso líquido de \$161.350, também após as taxas do subscritor e as despesas. Como resultado dessa aquisição, o percentual de participação na Gerdau Ameristeel foi diluído para 67%, uma vez que a parcela adquirida foi inferior à participação anteriormente mantida.

Subseqüentemente, em 18 de novembro de 2004, os subscritores da oferta pública de ações ordinárias descrita acima exerceram sua opção de compra adicional no total de 4.381.000 ações ordinárias da Gerdau Ameristeel pelo preço inicial da oferta pública, Cdn \$5,90 por ação. Como foi acordado no contrato de subscrição com a Gerdau Ameristeel, a Gerdau S.A. comprou o mesmo número adicional de ações ordinárias adquiridas pelos subscritores ao preço de \$ 4,70 por ação, equivalente em dólares dos Estados Unidos ao preço da oferta pública. O ingresso de recursos para a Gerdau Ameristeel, após deduzir a taxa dos subscritores e as despesas, totalizou \$39.946, dos quais \$19.973 foram pagos pela Gerdau. Como resultado dessa aquisição, diluída para 66,5%.

Como as ações emitidas foram emitidas a um preço maior do que o montante médio das ações pertencentes à Companhia, a Gerdau registrou um ganho no montante de \$2.742, apresentado como “Ganho na variação de participação”, nas demonstrações financeiras consolidadas.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

4.7 Margusa

Em 18 de novembro de 2003, a Companhia permutou certas propriedades florestais em troca de 1.776.638 ações emitidas pela Maranhão Gusa S.A. (“Margusa”), produtor de ferro gusa, obtendo uma participação de 17% no capital votante total dessa empresa. Em 2 de dezembro de 2003, a Companhia assinou acordo de compra referente as ações remanescentes da Margusa por \$18.000. O pagamento em espécie será efetuado em 8 prestações, com a primeira paga em dezembro de 2003 e as 7 prestações remanescentes durante 2004. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia registrou o investimento na Margusa ao custo (\$16.300) representando o pagamento de \$2.234 em espécie (correspondente à primeira parcela das oito devidas) e o valor contábil das propriedades florestais transferidas para a Margusa de \$14.066.

O controle da Margusa foi transferido para a Companhia em 5 de janeiro de 2004, data da aquisição considerada para fins de reconhecimento contábil. A partir desta data, as demonstrações financeiras da Margusa foram incluídas na consolidação. O preço de compra foi posteriormente reduzido para \$16.337, com o resultado de ajustes definidos no contrato original.

A tabela abaixo resume o valor de mercado dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos pela Margusa na data de sua aquisição:

Ativos (passivos) líquidos adquiridos	
Ativo Circulante	2.365
Passivo Circulante	(2.683)
Imobilizado	7.567
Ágio	11.158
Passivos de Longo Prazo	(2.070)
Ativos líquidos adquiridos e preço de compra	<u>16.337</u>

4.8 Açominas

Transação de controle comum durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003

Em 28 de novembro de 2003, a Gerdau transferiu todos os ativos e passivos de suas usinas no Brasil para sua subsidiária Açominas como integralização de capital. Os outros acionistas não fizeram integralizações e, como resultado, a Gerdau aumentou sua participação nas ações votantes e totais da Açominas de 79% para 92%. A Companhia teve seu nome alterado para Gerdau Açominas S.A. (“Gerdau Açominas”).

De acordo com o SFAS 141, essa transação é definida como transação de controle comum (pois não envolveu a aquisição de ações em poder dos acionistas minoritários, mas a emissão de novas ações, para a Companhia, pela Açominas) e é contabilizada pelo valor contábil dos ativos e passivos transferidos. A redução da participação de minoritários na Açominas, como resultado do aumento de participação de 79% para 92%, excede o aumento da participação de minoritários resultante da transferência de ativos líquidos previamente possuídos pela Açominas, onde a Companhia passou a ter, em consequência da transação, participação de 92%. O respectivo crédito líquido totalizou \$130.034 e foi alocado, considerando os efeitos tributários, como redução do valor contábil do imobilizado da Açominas.

4.9 Dados Financeiros “Pro-Forma” (Não Auditados)

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Os dados abaixo, não auditados, resumem os resultados das operações para os períodos indicados caso as aquisições da Diaco, Sidelpa e da Sipar Aceros tivessem sido completadas em 1º de janeiro de 2004. As informações “pro forma” incluem efeitos de resultados operacionais reais antes da data de aquisição, ajustadas para incluir principalmente ajustes de depreciação do ativo fixo considerando o seu valor justo estimado. As informações financeiras “pro forma” não auditadas, não são necessariamente indicativo dos resultados das operações caso as mesmas tivessem sido efetuadas nas datas assumidas, ou dos resultados que podem ser obtidos no futuro.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Vendas líquidas	9.286.477	7.263.243
Lucro líquido	1.152.866	1.195.681
Lucro por ação		
Ordinárias e preferenciais - básico	1,74	1,80
Ordinárias e preferenciais - diluído	1,73	1,79

5 Aplicações financeiras

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fundos de investimentos	295.888	119.620
Títulos públicos brasileiros	803.560	73.127
Títulos de renda fixa	604.668	88.922
Títulos de renda variável	57.305	122.843
	<u>1.761.421</u>	<u>404.512</u>

6 Contas a receber de clientes, líquido

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Contas a receber	814.030	869.020
Menos: provisão para risco de crédito	(34.504)	(33.536)
	<u>779.526</u>	<u>835.484</u>

7 Estoques

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Produtos acabados	642.545	648.069
Produtos em elaboração	250.144	255.862
Matéria prima	555.783	488.326
Materiais de embalagens e para manutenção	171.669	176.501
Adiantamentos a fornecedores	42.320	25.360
	<u>1.662.461</u>	<u>1.594.118</u>

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

8 Créditos tributários

Ativo circulante

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	26.487	36.747
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	584	1.246
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	12.740	3.080
Programa de integração social - PIS	8.476	13.599
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	19.191	21.210
Outros	10.965	26
	<u>78.443</u>	<u>75.908</u>

Ativo não-circulante

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	44.164	23.368
Programa de integração social - PIS	41.221	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	17.457	-
	<u>102.842</u>	<u>23.368</u>

9 Transações e saldos com partes relacionadas

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Outras contas a receber - não circulante		
Empréstimos e adiantamentos a diretores	559	947
Empréstimos intercompanhia - MG	58	100
Contas a receber da Fundação Gerdau	126	491
Outras contas a pagar - circulante		
Contas a pagar a Florestal Rio Largo Ltda.	51	-
Contas a pagar a Santa Felicidade S.A.	4	-
Contas a pagar a Sipar Aceros S.A.	-	74

Adicionalmente às informações acima:

- O Banco Gerdau é uma subsidiária integral da MG e administra um fundo de investimento de uso exclusivo da Companhia. Os fundos administrados em 31 de dezembro de 2005 montam a \$1.281.498 (2004 - \$80.479) e seus investimentos consistem de depósitos e em bancos brasileiros de primeira linha e debêntures emitidas por eles e títulos do governo brasileiro. O lucro proveniente do investimento da Companhia no fundo totalizou \$ 117.737 em 2005, \$18.941 em 2004 e \$13.265 em 2003, representando rendimentos médios de 16,2%, 15,8 % e 25,8 %, respectivamente.
- INDAC – Indústria, Administração e Comércio S.A., uma companhia holding controlada pela família Gerdau e acionista da MG, atua como garantidora de alguns financiamentos assumidos pela Companhia em troca de um honorário de 1% ao ano sobre o montante garantido. O saldo médio garantido durante o ano findo em 31 de dezembro de 2005 foi de \$702.549 (2004 - \$435.734)
- A Companhia também pagou honorários a Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda., holding ligada à Companhia e controlada pela família Gerdau, de \$246 (2004 - \$226) pelo uso da marca Gerdau.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

- A Companhia normalmente compra e vende debêntures emitidas pela Gerdau S.A. para ou de partes relacionadas. A Companhia não tem obrigação de recomprar qualquer uma destas debêntures, e as compras e vendas foram feitas como parte do gerenciamento global de liquidez da Companhia.

10 Imobilizado, líquido

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Prédios e benfeitorias	1.062.673	899.419
Máquinas e equipamentos	3.372.850	2.797.614
Veículos	19.685	14.174
Móveis e utensílios	29.621	35.803
Outros	<u>234.757</u>	<u>96.386</u>
	4.719.586	3.843.396
Menos: Depreciação acumulada	<u>(2.196.841)</u>	<u>(1.649.743)</u>
	2.522.745	2.193.653
Terrenos	209.023	222.534
Imobilizações em andamento	<u>786.194</u>	<u>374.014</u>
Total	<u><u>3.517.962</u></u>	<u><u>2.790.201</u></u>

Imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2005 representam principalmente a construção de uma nova unidade industrial no Estado de São Paulo, Brasil, bem como a expansão da planta industrial de Ouro Branco. A Companhia capitalizou juros sobre obras em andamento no montante de \$35.272 em 2005, \$12.157 em 2004 e \$7.112 em 2003.

Em 31 de dezembro de 2005, máquinas e equipamentos com valor contábil líquido de \$358.011 (2004 - \$259.205) foram dadas em garantia de certos financiamentos.

11 Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Joint-ventures nos Estados Unidos da América	-	-
Gallatin Steel Company	137.127	162.312
MRM Guide Rail	6.790	6.631
Bradley Steel Processors	9.523	8.852
Sipar Aceros S.A.	-	9.368
Armacero Industrial y Comercial Ltda.	4.174	3.206
Dona Francisca Energética S.A.	<u>21.745</u>	<u>17.398</u>
	<u><u>179.359</u></u>	<u><u>207.767</u></u>

Os investimentos nas “joint-ventures” são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, no qual os resultados da investidas são reconhecidos nas demonstrações consolidadas de forma proporcional à participação da Companhia no capital social das mesmas.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

A tabela abaixo determina dados selecionados das “joint-ventures” nos Estados Unidos.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Balanco patrimonial		
Ativo circulante	96.411	128.004
Imobilizado, líquido	132.768	132.472
Passivo circulante	31.558	27.517
Financiamentos de longo prazo	1.678	1.709
Resultado do exercício		
Vendas líquidas	443.728	465.493
Lucro operacional	91.091	142.429
Lucro antes dos impostos	91.301	142.538
Lucro líquido	91.201	141.474

12 Ágios

	<u>2005</u>				<u>2004</u>			
	<u>Longos Brasil</u>	<u>América do Norte</u>	<u>América do Sul</u>	<u>Total</u>	<u>Longos Brasil</u>	<u>América do Norte</u>	<u>América do Sul</u>	<u>Total</u>
Saldos no início do exercício	11.158	122.663	7.642	141.463	-	116.564	2.967	119.531
Ágio na aquisição de								
Gate City and RJ Rebar, Inc. (Nota 4.3)	-	53	-	53	-	4.748	-	4.748
Potter Form & Tie Co (Nota 4.5)	-	-	-	-	-	1.351	-	1.351
Maranhão Gusa S.A. - Margusa (Nota 4.7)	-	-	-	-	-	-	-	-
Sipar Aceros S.A. (Nota 4.2)	-	-	16.721	16.721	-	-	-	-
Outras aquisições	-	-	-	-	-	-	3.075	3.075
Perda de valor de ágio na Margusa	(13.038)	-	-	(13.038)	-	-	-	-
Variação cambial sobre o ágio nas operações na América do Sul e no Brasil	<u>3.114</u>	<u>-</u>	<u>(459)</u>	<u>2.655</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.600</u>	<u>1.600</u>
Saldos no fim do exercício	<u>1.234</u>	<u>122.716</u>	<u>23.904</u>	<u>147.854</u>	<u>11.158</u>	<u>122.663</u>	<u>7.642</u>	<u>141.463</u>

A Companhia efetuou o teste anual de perda de valor dos ágios (“impairment”) como requerido pelo SFAS 142 em 31 de dezembro de 2005. A Companhia identificou que o ágio alocado à sua unidade de negócio Margusa (um produtor de ferro-gusa incluído dentro do segmento de negócio Longos Brasil), adquirida em 2003, perdeu valor. A principal razão para a perda de valor do ágio é a redução nos preços do ferro-gusa durante 2005 nos mercados brasileiro e internacional, assim como a valorização do Real frente ao dólar norte-americano, sendo que ambos os fatores afetaram negativamente a rentabilidade da Margusa. Outros produtos brasileiros de ferro-gusa experimentaram situações similares durante 2005. A Companhia utiliza múltiplos de EBITDA de companhias comparáveis para estimar o valor justo das suas unidades de negócio, incluindo a Margusa. Este cálculo resultou no reconhecimento de uma perda de \$13.038, registrada em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

13 Obrigações com planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

13.1 Resumo dos montantes reconhecidos no balanço patrimonial

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2005	2004
Passivos não circulantes		
Obrigações de planos de pensão no Brasil (Plano Gerdau)	7.534	12.751
Obrigações de planos de pensão na América do Norte	96.060	58.092
Outras obrigações na América do Norte, além de planos de pensão	51.133	49.082
Provisão referente a obrigações de pensão e outros benefícios	154.727	119.925
Ativos não circulantes		
Custo de pensão pré-pago para os Planos Brasileiros (Plano Gerdau Açominas)	72.498	53.276

13.2 Planos de Pensão

A Companhia e outras companhias no Conglomerado co-patrocinam planos de pensão (os “Planos Brasileiros”) cobrindo substancialmente todos os empregados no Brasil, incluindo Gerdau Açominas a partir da sua consolidação. Os Planos Brasileiros consistem de um plano para os empregados da Gerdau e suas subsidiárias (“Plano Gerdau”) e um plano para os empregados da Gerdau Açominas e suas subsidiárias (“Plano Gerdau Açominas”). Os Planos Brasileiros são principalmente planos de benefício definido com certas contribuições definidas limitadas. Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia, incluindo a Gerdau Ameristeel, patrocinam planos de benefício definido (os “Planos Norte-Americanos”) cobrindo a maioria de seus empregados. Contribuições aos Planos Brasileiros e aos Planos Norte-Americanos são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Contribuições para os Planos Brasileiros para participantes de contribuição definida são baseadas em percentuais específicos da remuneração dos empregados e totalizou \$1.703 em 2005, \$960 em 2004 e \$697 em 2003. Contribuições e despesas para planos de contribuição definida dos empregados das subsidiárias nos Estados Unidos e Canadá totalizaram \$5.400, \$3.400 e \$2.600 em 2005, 2004 e 2003, respectivamente.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Planos Brasileiros

O benefício líquido com planos de pensão referente ao componente de benefício definido dos Planos Brasileiros foi o seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Custo do serviço	10.133	6.838	5.374
Custo de juros	31.200	22.341	16.057
Retorno esperado dos ativos do plano	(50.090)	(35.542)	(21.712)
Contribuições dos participantes do plano	(2.155)	(1.778)	(1.375)
Amortização dos ganhos e perdas não reconhecidos, líquidos	(1.830)	(2.434)	(1.569)
Amortização do custo do serviço passado	467	293	941
Amortização da obrigação transitória não reconhecida	(349)	(299)	(284)
Benefício líquido com plano pensão	<u>(12.624)</u>	<u>(10.581)</u>	<u>(2.568)</u>

A situação do fundo para o componente de benefício definido dos Planos Brasileiros era o seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativos do plano a valor de mercado	502.076	372.043
Obrigação projetada dos benefícios	328.789	253.593
Situação do fundo	173.287	118.450
Benefício transitório líquido não reconhecido	(2.253)	(2.307)
Custo do serviço passado não reconhecido	8.036	7.515
Ganhos líquidos não reconhecidos	(114.106)	(83.133)
Montantes reconhecidos no balanço patrimonial, líquidos	<u>64.964</u>	<u>40.525</u>

Informações adicionais dos Planos Brasileiros são as seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Obrigação de benefício no início do exercício	253.593	198.789
Variações na obrigação de benefício		
Custo do serviço	10.133	6.838
Custo de juros	31.200	22.341
Ganhos e perdas atuariais	6.561	7.235
Benefícios pagos	(8.183)	(6.144)
Alterações no plano (a)	-	3.957
Efeitos de variações cambiais	35.485	20.577
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>328.789</u>	<u>253.593</u>

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Valor de mercado dos ativos do plano no início do exercício	372.043	291.120
Variações nos ativos do plano		
Retorno dos ativos do plano	77.512	51.280
Contribuições da patrocinadora	5.647	4.447
Contribuições dos participantes do plano	2.155	1.778
Benefícios pagos	(8.183)	(6.144)
Efeitos de variações cambiais	52.902	29.562
Valor de mercado dos ativos do plano no final do exercício	<u>502.076</u>	<u>372.043</u>

Estimativa de pagamento de benefícios futuros

2006	9.680
2007	12.344
2008	14.167
2009	15.981
2010	17.898
2011 - 2015	128.133

(a) Durante o ano de 2004, foram introduzidas alterações nos termos do Plano Gerdau, as quais incluem benefícios diferidos proporcionais aos tempos de serviço, modificações nas regras de retiradas, benefícios de pensão em caso de morte por acidente de trabalho e mudanças nos benefícios mínimos. Os efeitos dessas emendas foram diferidos e estão sendo reconhecidos como parte dos custos do benefício de pensão durante a média esperada do tempo de serviço futuro dos participantes (aproximadamente 16 anos).

As premissas usadas no componente de benefício definido dos Planos Brasileiros são apresentadas abaixo. As taxas apresentadas abaixo são taxas nominais e consideram inflação de 5%.

Premissas assumidas para determinar as obrigações com do benefício (em % a.a.)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Taxa média de desconto	11,30%	11,30%
Taxa de aumento salarial	8,68% - 9,20%	8,68% - 9,20%

Premissas da taxa média de desconto usada para determinar o custo periódico com benefícios (em % por ano)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Taxa média de desconto	11,30%	11,30%	10,25%
Taxa de aumento salarial	8,68% - 9,20%	8,68% - 9,20%	9,20%
Taxa de longo prazo de retorno dos ativos do plano	12,35%	12,35%	10,25%

O retorno sobre ativo previsto é a média de retorno esperado para cada categoria de ativo medida por meta alocada. O retorno de cada categoria de ativos é baseado em cenários macroeconômicos de longo prazo.

Os ativos dos Planos Brasileiros em 31 de dezembro de 2005 incluem ações da Gerdau Açominas, da Gerdau Aços Longos, da Gerdau Aços Especiais, da Gerdau Comercial de Aços e da Gerdau S.A. nos montantes de \$9.239, \$6.318, \$1.085, \$1.482 e \$13,581, respectivamente (2004 – Gerdau Açominas - \$15.983 e Gerdau S.A. - \$18.596) e

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

ações da Metalúrgica Gerdau S.A. de \$14.716 (2004 - \$15.433).

Os Planos Brasileiros são administrados pela Gerdau – Sociedade de Previdência Privada (“Plano Gerdau”) e Fundação Açominas de Seguridade Social – Aços (“Plano Açominas”). A obrigação de benefício acumulada, a alocação média dos ativos do plano de pensão, e a alocação prevista para 2006, por categoria de ativos, são as seguintes:

	<u>Plano Gerdau</u>		<u>Plano Gerdau Açominas</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Obrigação de benefício acumulada	48.764	36.491	213.324	164.028
Alocação dos ativos por categoria em 31 de dezembro				
Renda variável	28,93%	45,00%	13,89%	13,26%
Renda fixa	71,07%	55,00%	82,70%	81,94%
Imóveis	-	-	1,83%	3,29%
Empréstimos	-	-	1,58%	1,51%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>
Alocação prevista dos ativos em 2006				
Renda variável			30,00%	14,02%
Renda fixa			70,00%	82,35%
Imóveis			-	2,01%
Empréstimos			-	1,62%
Total			<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

A estratégia de investimento do Plano Gerdau é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas. A composição de ativos planejada é em investimentos de renda fixa e variável. A alocação prevista para renda fixa varia entre 55% e 100% e a alocação prevista para renda variável varia de 0% a 45%. O retorno esperado desta composição de ativos em 2006 é de 15,54%. As contribuições esperadas da patrocinadora para 2006 são de \$999.

O Plano Gerdau Açominas visa atingir o retorno esperado do investimento no curto e longo prazo, através da melhor relação de risco / retorno esperado. As metas de alocação pela política de investimentos são: a alocação em renda fixa entre 57% e 100%, a alocação para renda variável de 0% a 35%, a alocação em imóveis de 0% a 5% e a alocação em empréstimos de 0% a 5%. As contribuições esperadas da patrocinadora em 2006 são de \$6.015.

A data de avaliação do plano Gerdau é 31 de dezembro, enquanto a do plano da Gerdau Açominas é 30 de novembro.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Planos Norte-Americanos

Os componentes de custo periódico de pensão dos Planos Norte-Americanos são os seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Custo do serviço	16.918	10.980	8.027
Custo de juros	24.537	22.274	20.831
Retorno esperado dos ativos do plano	(24.388)	(20.975)	(18.683)
Amortização da obrigação transitória	198	174	162
Amortização do custo do serviço passado	1.374	293	461
Amortização de ganhos e perdas não reconhecidos, líquido	3.549	2.214	957
Perdas em liquidações	-	-	140
Despesa líquida de planos de pensão	<u>22.188</u>	<u>14.960</u>	<u>11.895</u>

As perdas em liquidações foram reconhecidas em 2003 através do pagamento aos ex-empregados dos antigos planos da Co-Steel.

A situação líquida do fundo dos Planos Norte-Americanos é a seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativos do plano a valor de mercado	361.414	322.719
Obrigação de benefício projetada	501.636	416.634
Situação líquida do fundo	<u>(140.222)</u>	<u>(93.915)</u>
Custo do serviço passado não reconhecido	6.607	5.962
Obrigação transitória não reconhecida	1.723	1.857
Ganhos e perdas não reconhecidos, líquido	98.763	52.610
Obrigação mínima adicional	<u>(62.931)</u>	<u>(24.606)</u>
Passivo com plano de pensão reconhecido no balanço patrimonial	<u>(96.060)</u>	<u>(58.092)</u>

Informações adicionais requeridas para os Planos Norte-Americanos:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Obrigação de benefício no início do exercício	416.634	359.568
Variações na obrigação de benefício		
Custo do serviço	16.918	10.980
Custo de juros	24.537	22.274
Complemento	1.731	3.149
Perdas atuariais	51.018	25.193
Benefícios pagos	(17.971)	(19.381)
Perdas com variação cambial	<u>8.769</u>	<u>14.851</u>
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>501.636</u>	<u>416.634</u>

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativos do plano no início do exercício	322.719	278.243
Variações nos ativos do plano		
Contribuições da patrocinadora	22.805	20.815
Benefícios pagos	(17.971)	(19.381)
Retorno dos ativos	27.201	30.509
Ganhos cambiais	6.660	12.533
Ativos do plano no final do exercício	<u>361.414</u>	<u>322.719</u>

Os Planos Norte-Americanos foram impactados por alterações que incrementaram os benefícios pagos. Os custos foram diferidos e serão reconhecidos durante o tempo de serviço médio dos participantes.

Estimativa de pagamento de benefícios futuros

2006	18.467
2007	19.136
2008	20.188
2009	21.383
2010	22.786
2011 - 2015	140.390

As premissas adotadas na contabilização dos Planos Norte-Americanos foram:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Taxa média de desconto	5.00% - 5.75%	5,75% - 6,00%
Taxa de aumento salarial	2.50% - 4.25%	2,50% - 4,25%

Taxas médias para determinar o custo dos benefícios para o exercício:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Taxa média de desconto	5.75% - 6.50%	6.25% - 6.50%
Taxa de aumento salarial	2.50% - 4.25%	2.50% - 4.50%
Taxa de retorno dos ativos do plano	7.50% - 8.40%	7.25% - 8.40%

A alocação média dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2005 e 2004, por categoria de ativo, foi a seguinte:

Categoria de ativos	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Renda variável	66,30%	67,30%
Renda fixa	31,70%	26,50%
Imóveis	-	2,70%
Outros	2,00%	3,50%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Gerdau Ameristeel possui um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Gerdau Ameristeel Corporation. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Gerdau Ameristeel contrata consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos irá considerar a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para realizar isso, a meta de alocação varia entre 55% a 85% em ações, 20% a 35% em títulos da dívida e 0% a 10% em imóveis e outros.

A Companhia espera contribuir com \$25.400 para seu plano de pensão em 2006.

Os planos norte-americanos têm como data de avaliação 31 de dezembro.

13.3 Outros Benefícios Pós-Emprego

As subsidiárias na América do Norte oferecem ainda benefícios de saúde específicos a empregados aposentados. Os empregados que se aposentam após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço, se tornam aptos aos benefícios deste plano. A Companhia tem o direito de modificar ou cancelar esses benefícios.

Os componentes do custo periódico de pensão para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Custo do serviço	1.450	1.133	880
Custo de juros	2.736	2.153	2.247
Amortização do custo do serviço passado	(329)	(212)	-
Reconhecimento de perda atuarial	98	30	-
Despesa líquida com benefício de saúde pós-emprego	<u>3.955</u>	<u>3.104</u>	<u>3.127</u>

A tabela a seguir demonstra a situação líquida do fundo do benefício de saúde pós-emprego:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativos do plano a valor de mercado	-	-
Obrigação de benefício projetada	<u>59.555</u>	<u>49.186</u>
Situação líquida do fundo	(59.555)	(49.186)
Custo do serviço passado não reconhecido	(4.805)	(2.948)
Ganhos e perdas líquidos não reconhecidos	<u>13.227</u>	<u>3.052</u>
Passivo com benefício de saúde pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial	<u>(51.133)</u>	<u>(49.082)</u>

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Informações adicionais requeridas para o benefício de saúde pós-emprego:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Obrigação de benefício projetada no início do exercício	49.186	38.554
Variações na obrigação de benefício projetada		
Aquisição da North Star	-	8.716
Custo do serviço	1.450	1.133
Benefícios pagos	(2.228)	(2.501)
Custo de juros	2.736	2.153
Contribuições dos participantes do plano	923	732
Perdas com variação cambial	1.191	1.766
Ajustes no plano	(2.107)	(3.161)
Prejuízo atuarial	8.404	1.794
Obrigação de benefício projetada no final do exercício	<u>59.555</u>	<u>49.186</u>

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativos do plano no início do ano	-	-
Variação nos ativos do plano		
Contribuição da patrocinadora	1.305	1.769
Contribuições dos participantes do plano	923	732
Benefícios e despesas administrativas pagas	(2.228)	(2.501)
Ativos do plano no final do ano	<u>-</u>	<u>-</u>

Estimativa de pagamento de benefícios futuros	
2006	2.003
2007	2.159
2008	2.366
2009	2.551
2010	2.769
2011 - 2015	17.115

As premissas usadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Tratamento de saúde – taxa assumida para o próximo ano	9.50% - 12.00%	9.50% - 13.00%
Tratamento de saúde – taxa assumida de declínio do custo (tendência final)	5.50%	4.50% - 5.50%
Ano que a taxa atingirá a tendência final	2010 - 2013	2010 - 2013

A taxa assumida de custo de tratamento de saúde tem efeito significativo nos montantes reportados para o plano de benefícios de tratamento de saúde. Uma variação de um ponto percentual na taxa assumida teria o seguinte efeito:

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	Aumento de 1 Ponto Percentual	Redução de 1 Ponto Percentual
Efeito no total do custo do serviço e de juros	785	(607)
Efeito na obrigação de benefício pós-emprego	8.540	(6.829)

14 Empréstimos e financiamentos de curto prazo

Os financiamentos de curto prazo consistem de linhas de crédito de capital de giro e adiantamentos de exportação com taxas de juros variando de 2,88% a.a. a 8,27% a.a. (2004 – 3,77% a 10,50% a.a.) para financiamentos denominados em dólares norte-americanos. Adiantamentos recebidos contra compromissos de exportação são obtidos de bancos comerciais com o compromisso de que os produtos serão exportados.

15 Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures

Os financiamentos de longo prazo e debêntures consistiam do seguinte em 31 de dezembro:

	Taxa anual de juros Média poderada em 31 de dezembro de 2005	31 de dezembro 2005	31 de dezembro 2004
Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Capital de giro	TJLP + 3,50%	53.029	10.629
Financiamento de investimento	IGP - M + 8,50%	9.617	-
Financiamento de imobilizado	TJLP + 3,50%	326.868	239.349
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira			
(a) Financiamentos de Gerdau, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços:			
Capital de giro (US\$)	7,70%	62.340	3.973
Notas Perpétuas Senior Garantidas (US\$)	8,88%	600.000	-
Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	4,30%	342.387	233.531
Notas de Exportação Recebíveis da Gerdau Açominas (US\$)	7,34%	232.298	236.553
Adiantamentos de exportações (US\$)	2,88%	325.499	290.115
Financiamento de Investimento (US\$)	9,65%	21.139	-
(b) Financiamentos de Sipar Aceros, Diaco, Sidelpa e Gerdau AZA S.A.			
Financiamento de imobilizado (US\$)	4,04%	57.083	68.920
Capital de giro (pesos chilenos)	5,38%	213	6.124
Capital de giro (pesos colombianos)	11,22%	22.436	-
Capital de giro (pesos argentinos)	8,27%	54	-
Financiamento de imobilizado (pesos chilenos)		-	12.370
(c) Financiamentos da Gerdau Ameristeeel			
Senior notes, líquido do desconto original de emissão (US\$)	10,375%	400.275	397.986
Linha de crédito Senior secured (dólar canadense - Cdn\$ e US\$)	5,75%	-	27
Industrial Revenue Bonds (US\$)	1,74% a 6,48%	31.600	31.600
Outros	3,75% a 5,25	3.371	9.633
		2.488.209	1.540.810
Menos: parcela circulante		(255.178)	(260.294)
Financiamentos de longo prazo, menos parcela circulante		2.233.031	1.280.516

IGPM (Índice Geral de Preços – Mercado): Índice de inflação brasileira computada pela Fundação Getúlio Vargas

TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo): Taxa de juros definida pelo Governo Brasileiro, aplicada sobre os empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Os financiamentos de longo prazo vencem nos seguintes anos:

2007	318.666
2008	345.223
2009	225.368
2010	156.898
2011	478.421
Após 2011	708.455
	<u>2.233.031</u>

Financiamentos de longo prazo, excluindo debêntures, denominados em reais

Financiamentos de longo prazo denominados em *reais* são indexados pela TJLP – fixada pelo Governo em base trimestral, ou baseadas no IGP-M.

Financiamentos de longo prazo, excluindo debêntures, denominados em moedas estrangeiras

(a) Gerdau, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços

Os acordos de financiamentos celebrados pela Gerdau contêm cláusulas restritivas, as quais requerem a manutenção de certos índices, calculados de acordo com suas demonstrações financeiras preparadas conforme o GAAP Brasileiro. Essas cláusulas incluem restrições financeiras, como índices de liquidez, endividamento total sobre o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), cobertura do serviço da dívida e cobertura de juros, entre outros. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia estava em cumprimento com todas as suas cláusulas restritivas.

Notas de Exportação Recebíveis emitidas pela Gerdau Açominas

Em 5 de setembro de 2003, a Gerdau Açominas concluiu a colocação privada da primeira parcela (“tranche”) de Notas de Exportação Recebíveis no montante de \$105.000. Esta operação tem juros de 7,37% a.a., com vencimento final em julho de 2010 e pagamentos trimestrais a partir de outubro de 2005. Em 3 de junho de 2004, Gerdau Açominas S.A. colocou, também privadamente, a segunda parcela por um montante de \$128.000 de suas Notas de Exportação Recebíveis. Esta segunda parcela tem o vencimento em 8 anos (abril de 2012) e juros de 7,321% a.a., com amortização trimestral prevista para iniciar em julho de 2006.

Notas Perpétuas Sênior Garantidas da Gerdau S.A.

Em 15 de setembro de 2005, a Gerdau S.A. concluiu a colocação privada de Notas Perpétuas Sênior Garantidas no montante total de \$600.000 e juros anuais de 8,875%. Estas Notas são garantidas pelas companhias operativas brasileiras Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Comercial Gerdau. As notas não possuem uma data de vencimento final, mas podem tornar-se imediatamente exigíveis em algumas situações específicas (conforme definidas nos termos das Notas), que não estão sob total controle da Companhia. A Companhia possui a opção de resgatar estes títulos após 5 anos de sua colocação, ou seja, a primeira opção de resgate ocorre em setembro de 2010. O pagamento de juros é feito trimestralmente e cada data de pagamento trimestral, após setembro de 2010, é também uma data de opção de resgate.

(b) Sipar Aceros, Diaco, Sidelpa and Gerdau AZA S.A.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

A maior parte da dívida da América do Sul é relativa ao financiamento para investimento para aquisição da participação na Diaco e na Sidelpa, denominada em dólares norte-americanos e contratado com o Banco de Chile. Seu prazo de vencimento é até 2010, e tem juros anuais correspondentes à Libor + 1.4% ao ano.

(c) Financiamentos da Gerdau Ameristeel

Em 27 de junho de 2003, Gerdau Ameristeel refinanciou sua dívida através da emissão de Sênior Notes no total de \$405.000 de principal com juros de 10-3/8 %. As notas vencem em 15 de julho de 2011 e foram emitidas a 98% do valor de face. A Gerdau Ameristeel também obteve uma nova linha de crédito, “Senior Secured Credit Facility”, com prazo de até cinco anos, com valor de até \$350 milhões. Os empréstimos sob essa linha são garantidos pelos estoques e contas a receber da Gerdau Ameristeel. Os valores foram usados para pagar financiamentos existentes. Em 31 de outubro de 2005, Gerdau Ameristeel completou uma renegociação da Sênior Secured Credit Facility. As alterações significativas em relação ao acordo existente incluíram um aumento nos compromissos até \$650.000 e uma prorrogação do vencimento para 31 de outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2005, esta linha não estava sendo utilizada e, baseado na caução disponível nos termos do acordo, aproximadamente \$544.100 foi disponibilizado como Sênior Security Credit Facility.

Os acordos da dívida contêm cláusulas que requerem que a Gerdau Ameristeel, entre outras coisas, mantenha um índice mínimo de cobertura de débito fixo, um especificado nível mínimo de patrimônio líquido tangível, um índice de capital de giro mínimo. Adicionalmente, se seus negócios sofrerem uma mudança material adversa ou se outro evento de inadimplência estabelecido nos acordos de empréstimo forem provocados, então, conforme as cláusulas de inadimplência, substancialmente todos os débitos a vencer tornam-se devidos e as linhas de crédito podem ser terminadas. Em 31 de dezembro de 2005, a Gerdau Ameristeel estava em cumprimento com todas as suas cláusulas de débito.

(d) Linhas de crédito:

Em outubro de 2005, Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Gerdau Comercial de Aços obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos e despesas relacionadas no montante total de \$384.500. Os montantes serão liberados conforme os investimentos forem sendo feitos pelas subsidiárias e as mesmas apresentarem ao BNDES a documentação suporte dos investimentos efetuados. Em 31 de dezembro de 2005, nenhum montante foi utilizado desta linha de crédito. Estes contratos são garantidos pela INDAC.

A Gerdau Açominas tem disponíveis as seguintes linhas de crédito:

- \$240.000 do ABN AMRO Bank N.V. e The Bank of Tokyo-Mitsubishi e UFJ Bank Limited, garantida pelo Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), vencível em 7 anos, com 2 anos de carência e 5 anos para amortização. Este montante será usado na expansão da unidade industrial de Ouro Branco. Em 31 de dezembro de 2005, \$32.700 estavam sacados contra esta linha de crédito.
- \$69.000 do Export Development Canadá, garantido pela KFW Ipelex Bank, vencível em 6 anos, com 2 anos de carência e 4 anos de amortização, com juros de 7,02% ao ano. Em 31 de dezembro de 2005, \$33.600 estavam sacados contra esta linha de crédito.
- \$50.000 do BNP Paribas Brasil, vencível em 5 anos, com 3 anos de carência e 2 anos para amortização e juros de 5,93% ao ano. Em 31 de dezembro de 2005, todo o montante da linha de crédito estava sacado.
- \$201.000 do BNP Paribas – França (50%) e do Banco Industrial e Comercial da China (50%), garantida pelo SINOSURE (Corporação de Exportação e Seguro de Crédito da China), vencível em 12 anos, com 3 anos de carência e 9 anos para amortização com juros de 6,97% ao ano. Em 31 de dezembro de 2005, nenhum valor estava sacado contra esta linha.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

A Gerdau AZA tem disponível as seguintes linhas de crédito:

- \$79.629 de linhas de capital de giro, com juros de 3,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2005, nenhum montante estava sacado contra esta linha.
- \$288 de linhas de financiamento de máquinas e equipamentos, com juros de 6,12% ao ano. Em 31 de dezembro de 2005, nenhum montante estava sacado contra esta linha.

Debêntures

Debêntures em aberto incluem cinco emissões pela Gerdau e debêntures conversíveis da Gerdau Ameristeel, como segue:

	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Debêntures, denominadas em reais				
Terceira série	1982	2011	68.490	58.916
Sétima série	1982	2012	32.024	45.610
Oitava série	1982	2013	100.164	54.957
Nona série	1983	2014	67.723	64.404
Décima primeira série	1990	2020	67.611	36.991
Debêntures, denominadas em dólares canadense				
Debêntures conversíveis da Gerdau Ameristeel	1997	2007	97.755	87.635
			433.767	348.513
Menos: Debêntures em poder de companhias consolidadas			(18.396)	(2.645)
Total			415.371	345.868
Menos: Parcela de curto prazo (apresentado como Outros passivos correntes no balanço consolidado)			(1.162)	(1.125)
Total de debêntures – longo prazo			<u>414.209</u>	<u>344.743</u>

(a) Debêntures emitidas pela Gerdau

As debêntures são denominadas em *Reais*, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (*Certificado de Depósito Interbancário*). A taxa nominal média anual de juros foi de 16,17% e 23,25% nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente.

(b) Debêntures emitidas pela Gerdau AmeriSteel Corp

As debêntures conversíveis emitidas pela Gerdau AmeriSteel Corp. têm juros de 6,5% ao ano, vencem em 30 de abril de 2007, e, por opção do portador, são conversíveis em ações ordinárias da Gerdau AmeriSteel Corp. a um preço de conversão de Cdn\$ 26,25 por ação. Sob os termos do Edital de Debêntures Conversíveis, não é requerido ajuste de preço de conversão se as ações ordinárias forem emitidas em uma oferta comum. As debêntures são resgatáveis por opção da Gerdau AmeriSteel Corp., a valor nominal acrescido de juros. Gerdau AmeriSteel Corp. tem o direito de

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

liquidar o principal através da emissão de ações ordinárias baseadas no valor de mercado no momento do resgate.

16 Compromissos e contingências

16.1 Contingências legais e tributárias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2005, ainda que possam ter efeitos significativos nos resultados de futuras operações ou fluxos de caixa.

A seguir apresentamos um resumo das contingências e dos respectivos depósitos judiciais:

Causas	Contingências		Depósitos judiciais	
	2005	2004	2005	2004
Tributárias	103.345	66.237	52.548	34.326
Trabalhistas	21.155	18.676	9.179	7.773
Cíveis	3.349	2.805	459	455
	<u>127.849</u>	<u>87.718</u>	<u>62.186</u>	<u>42.554</u>

Perdas prováveis em ações tributárias, para as quais foi constituída provisão

Todas as contingências descritas abaixo correspondem a instâncias onde a Companhia está questionando a legalidade de impostos e contribuições. A descrição das perdas contingentes inclui a descrição do imposto ou contribuição que está sendo questionada, a posição atual do processo, bem como os valores de perda provável.

- Do total da provisão, \$32.641 são relativos a uma provisão contabilizada pela subsidiária Gerdau Açominas S.A. em causas iniciadas pela Secretaria da Receita Federal relacionadas a Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) e os acréscimos legais relacionados, como resultado de transações conduzidas sob a concessão de drawback posteriormente anulada pelo Departamento de Comércio Exterior (DECEX). A Secretaria da Receita Federal alega que estas operações não estavam em conformidade com a legislação, e durante 2005 a Companhia teve uma decisão desfavorável no recurso administrativo em relação ao tema. A Administração acredita que todas as transações foram conduzidas de acordo com os termos da concessão de “drawback”, mas decidiu contabilizar a provisão devido ao aconselhamento dos seus assessores jurídicos e devido à decisão desfavorável ao recurso na esfera administrativa.
- \$19.173 referentes a valores de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sendo que a maior parte está relacionada a créditos tributários envolvendo a Secretaria da Receita e o Tribunal Estadual de Primeira Instância de Minas Gerais. Durante 2005, a subsidiária Gerdau Aços Longos registrou \$12.654 relacionados a uma decisão desfavorável na esfera judicial em Minas Gerais, e este montante é considerado suficiente para cobrir a obrigação principal, bem como os juros e multa por mora.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

- \$3.133 relativo a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL). Os montantes se referem a questionamentos sobre a constitucionalidade da contribuição em 1989, 1990 e 1992. Alguns dos recursos estão pendentes de decisão definitiva, sendo que a maior parte dos mesmos nos Tribunais Superiores.
- \$8.541 relacionados a Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”), para os quais recursos administrativos foram impetrados.
- \$12.784 sobre contribuições devidas à previdência social, cujas discussões judiciais correspondem a ações anulatórias em trâmite perante a Justiça Federal de Primeira Instância do Rio de Janeiro, e ações questionando entendimento do INSS no sentido de cobrar contribuição previdenciária sobre pagamentos feitos pela controlada Gerdau Açominas S.A. a título de Participação nos Lucros e Resultados, bem como sobre pagamentos por serviços prestados por cooperativas de trabalho, nos quais as provisões de débitos relativas aos últimos 10 anos tendo a Gerdau Açominas como responsável em conjunto. As autuações foram mantidas administrativamente, em razão do que a Gerdau Açominas S.A. ajuizou ações anulatórias com depósito judicial do respectivo crédito discutido, ao fundamento básico de que houve a decadência do direito de constituir parte dos créditos e que não há a responsabilidade apontada.
- \$813 referentes a valores de contribuições ao Programa de Integração Social (“PIS”) e \$2,952 referentes à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) relativos a processos que discutem a constitucionalidade da Lei n.º 9.718, que introduziu alterações na base de cálculo dessas contribuições, processos estes em tramitação perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Supremo Tribunal Federal.
- \$421 referentes a discussões judiciais relacionadas com o aumento das contribuições ao FGTS, estabelecido pelas mudanças introduzidas pela Lei Complementar nº 110/01. Atualmente, o valor do principal foi revertido da provisão, visto que a Companhia teve decisão final desfavorável. Os montantes remanescentes são relativos a multas sobre os mesmos assuntos, e os recursos da Companhia em relação a estas multas ainda estão pendentes de decisão final.
- \$14.481 referentes ao Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, bem como \$8.406 referentes à Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica das unidades industriais da Companhia. Tais encargos têm, no entendimento da Empresa, natureza jurídica de tributo, e, como tais, são incompatíveis com o Sistema Tributário Nacional disposto na Constituição Federal, e por essa razão sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente. Os processos estão em curso na Justiça Federal de Primeira Instância dos Estados de Pernambuco, Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como nos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões. A Companhia vem depositando judicialmente o valor integral dos encargos discutidos.
- Durante 2005, a Companhia reverteu \$22.416 relacionadas a contingências sobre empréstimos compulsórios à Eletrobrás, a companhia estatal de energia, as quais não foram efetuadas pela Companhia, por entendê-las inconstitucionais. A reversão foi contabilizada como resultado da finalização do processo mediante o qual a Eletrobrás converteu os empréstimos compulsórios efetuados em ações. A Companhia também reverteu \$3.061 relativos ao Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), visto que os recursos que estavam anteriormente pendentes foram finalizados nos Tribunais Superiores, com uma perda definitiva para a Companhia.

Perdas tributárias possíveis para as quais não foi registrada provisão

Há outras contingências tributárias, onde a probabilidade de perda é possível, e, portanto, não foram reconhecidas na provisão para contingências. Essas ações são compostas por:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

- A Companhia é ré em ações de execuções de dívidas fiscais promovidas pelo Estado de Minas Gerais, nas quais são exigidos créditos oriundos principalmente de vendas para exportadores comerciais. O montante total destes processos é \$13.853. A Companhia não contabilizou qualquer provisão em relação a estes processos, visto que não considera tais impostos como exigíveis, já que os produtos exportados são isentos de ICMS.
- A Companhia e sua controlada Gerdau Açominas S.A. são rés em execuções fiscais promovidas pelo Estado de Minas Gerais, nas quais são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total exigido é de \$116.203. A Companhia não constituiu provisão para tais processos por considerar esse imposto não aplicável, uma vez que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados, conforme lei complementar federal e, portanto, não estão sujeitos à incidência do ICMS.
- A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em 6 de dezembro de 2000, o qual permitia à Companhia pagar débitos de PIS e Cofins em parcelas. As autoridades fiscais brasileiras estão discutindo a legalidade de créditos no montante de \$17.139 adquiridos de terceiros e utilizados para compensar multas e juros incorridos pela Companhia, dentro dos termos do programa. As autoridades fiscais brasileiras entendem que estes créditos deveriam ser compensados contra multa e juros dos detentores do crédito em primeiro lugar, e somente após isso seriam elegíveis para transferência para terceiros, mas este entendimento é baseado unicamente numa Resolução do Comitê Gestor do REFIS, e não numa lei apropriada, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia.

Ativos contingentes não reconhecidos

A administração entende como possível a realização de certos ativos contingentes. Contudo, não foram registrados quaisquer valores para estes ativos contingentes, os quais serão reconhecidos somente na realização final do ganho:

- Entre esses, destaca-se precatório expedido em 1999 pelo valor de \$11.356, decorrente de Ação Ordinária proposta contra o Estado do Rio de Janeiro por descumprimento do Contrato de Mútuo de Execução Periódica em Dinheiro celebrado no âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento Industrial - PRODI. Em face da inadimplência do Estado do Rio de Janeiro, bem como da não-regulamentação, pelo Estado, da Emenda Constitucional nº 30/00, que concedeu ao Poder Público moratória de 10 anos para o pagamento de precatórios não-alimentares, confirmou-se a previsão de não realização do crédito em 2005 e também não há expectativa de realização no ano de 2005 e seguintes, razão pela qual não está reconhecido em suas demonstrações contábeis.
- A Companhia recebeu a decisão final favorável, sem direito a apelação relativa à correção do cálculo de PIS sob a Lei Complementar 07/70, devido à inconstitucionalidade dos Decretos Leis 2445/88 e 2449/88 nos últimos processos que a Companhia ainda tinha pendentes, e reconheceu um crédito tributário de \$28.881 apresentado como recuperação de impostos em “Outros ganhos e despesas operacionais” na demonstração consolidada dos resultados. Os créditos tributários reconhecidos foram usados para pagar outros tributos federais.
- Com base em precedentes favoráveis dos Tribunais, a Companhia e suas subsidiárias Gerdau Açominas S.A. e Margusa – Maranhão Gusa S.A. esperam recuperar créditos-prêmio de IPI. A Gerdau S.A. e sua subsidiária Margusa – Maranhão Gusa S.A. fizeram pedidos administrativos de restituição, e aguardam o julgamento. No caso da controlada Gerdau Açominas S.A., o pleito foi levado diretamente ao Poder Judiciário, onde aguarda prolação de sentença. A Companhia estima o montante do crédito em aproximadamente \$168.327.

Contingências trabalhistas

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

A Companhia também é parte em ações judiciais movidas por empregados. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia provisionou \$21.155 para essas ações. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras, insalubridade e periculosidade, entre outros. O saldo de depósitos judiciais referentes a contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2005, representava \$9.179.

Outras contingências

A Companhia também está envolvida em ações judiciais decorrentes do curso ordinário das suas operações e provisionou \$3.349 para essas ações. Os depósitos judiciais referentes a essas contingências, em 31 de dezembro de 2005, totalizam de \$459. Outros passivos contingentes com chances remotas de perda, envolvendo incertezas sobre sua realização e por isso não incluídas na provisão para contingências, são compostos por:

- Um processo antitruste envolvendo a Gerdau S.A., referente à representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo alegando que a Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo, assim, a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE – Secretaria de Direito Econômico e com base em audiências públicas, a opinião da Secretaria é de que existe um cartel. Esta conclusão foi apoiada também por uma opinião da SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico que foi apresentada anteriormente. O processo foi enviado para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE para julgamento.

O julgamento do CADE foi suspenso por uma liminar obtida pela Gerdau S.A., a qual ambicionava o anulamento do processo administrativo, devido a irregularidades formais contidas no mesmo. A liminar foi cancelada por recursos impetrados pelo CADE e pelo Governo Federal, e o CADE prosseguiu o julgamento. Em 23 de setembro de 2005, o CADE prolatou uma sentença condenando a Companhia e os demais produtores de aços longos, determinando uma multa de 7% da receita bruta menos os impostos sobre vendas de cada companhia, baseado no ano anterior ao início do processo, devido a práticas de cartelização. A Companhia apelou desta decisão, e este recurso ainda está pendente de julgamento.

Além disso, a Companhia impetrou um recurso judicial visando o cancelamento do processo administrativo devido às irregularidades formais mencionadas acima. Se a Companhia obtiver sucesso neste processo, a decisão do CADE pode ser anulada no futuro.

Antes da decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais apresentou uma Ação Civil Pública, baseada na opinião da SDE, sem qualquer fato novo, acusando a Companhia de envolvimento em atividades que ferem a legislação antitruste. A Companhia apresentou a sua defesa em 22 de julho de 2005.

A Gerdau S.A. nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo, até o presente momento, encontra-se eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. A Companhia acredita que não praticou nenhuma violação da legislação antitruste, e baseada na opinião de seus assessores jurídicos acredita na reversão desta decisão desfavorável.

- Ação cível movida contra a Gerdau Açominas S.A., tendo por objeto a rescisão de contrato de fornecimento de escória e indenização por perdas e danos. O valor da causa, em 31 de dezembro de 2005, era aproximadamente \$20.487. A Gerdau Açominas S.A. contestou todos os fundamentos e pedidos articulados, e ingressou com reconvenção, pleiteando, assim como a autora, rescisão contratual e indenização por quebra contratual. O juiz declarou rescindido o contrato, já que o pedido era comum a ambas as partes. Quanto à discussão remanescente, a sentença entendeu que houve culpa recíproca e julgou improcedentes os pedidos de indenização. Referida

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

decisão foi mantida pelo Tribunal de Alçada de Minas Gerais, sendo que o acórdão está fundado em prova pericial e interpretação de contrato. O processo foi para o STJ e retornou para o Tribunal de Alçada de Minas Gerais para o julgamento do recurso. A expectativa da Gerdau Açominas S.A. é de perda remota, pois entende que dificilmente haverá modificação do julgado.

Reclamação de Seguros

Uma ação cível movida por Sul América Cia Nacional de Seguros, em agosto de 2003, contra a Gerdau Açominas S.A. e Banco Westdeutsche Landesbank Girozentrale, New York Branch (WestLB), tem por objeto a consignação em pagamento do valor de \$14.689, como forma de quitação de indenização de sinistro, que foram depositados em juízo. Alega a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da empresa em receber e quitar. A Ação foi contestada, tanto pelo Banco (que alegou não ter direito sobre o valor depositado, o que afasta a dúvida levantada pela Sul América) quanto pela Companhia (que alegou inexistência da dívida e motivo justificado para recusar recibo de quitação, já que o valor devido pela Sul América é superior ao apontado). Após a contestação, a Sul América arguiu vício de representação do Banco, questão esta já superada, o que determinou o levantamento, pela Gerdau Açominas, em dezembro de 2004, do valor depositado. O processo deve entrar na fase de realização de provas periciais para apuração do montante devido, principalmente. A Gerdau Açominas também entrou com uma ação judicial reclamando os valores reconhecidos pela seguradora, anteriormente à ação cível comentada acima. Esta ação está apensa ao processo principal, e a Companhia espera ter sucesso nesta reclamação.

As ações cíveis decorrem do acidente ocorrido em 23 de março de 2002 com os regeneradores da planta do alto forno da usina Presidente Arthur Bernardes, que resultou na paralisação de diversas atividades, com danos materiais aos equipamentos da usina e em lucros cessantes. Os equipamentos, bem como os lucros cessantes decorrentes do acontecimento, estavam cobertos por apólice de seguro. O relato do acontecimento, bem como a solicitação de indenização, foi protocolada junto ao IRB - Brasil Resseguros S.A., tendo sido recebido um adiantamento de \$26.488 durante 2002.

Em 2002, uma estimativa preliminar das indenizações relacionadas às coberturas de lucros cessantes e danos materiais, no montante total de aproximadamente \$46.994, foi contabilizada. Esse valor foi baseado no montante de perdas reconhecidas nas demonstrações financeiras referentes aos custos fixos incorridos durante o período de paralisação parcial das atividades da usina e dos gastos incorridos na recuperação provisória dos equipamentos. Esta estimativa tem valor semelhante à soma do valor recebido como adiantamento e do valor proposto pela seguradora como complemento para liquidar a indenização. Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da Companhia, embora ainda não contabilizados, assim como outros custos incorridos para recuperar os danos causados pelo acidente. Quando confirmados, estes valores serão incluídos nas demonstrações financeiras.

A Administração acredita, com base na opinião de seus consultores legais, que a possibilidade de que ocorrência de eventuais perdas referentes a outras contingências, além das descritas acima, é remota, e que eventuais perdas nessas contingências não teriam efeito adverso material no resultado consolidado das operações, posição financeira consolidada da Companhia ou futuros fluxos de caixa.

16.2 Passivos Ambientais

A Companhia está envolvida na manufatura de aço, e produz e usa certas substâncias que podem causar danos ambientais. O principal resíduo gerado nas operações correntes e passadas é o pó de aciaria, um elemento remanescente da produção de aço em fornos elétricos a arco. As leis e regras ambientais, a nível federal e estadual, sobre pó de aciaria nos Estados Unidos e Canadá estão sujeitas a alterações, o que pode mudar o custo de cumprimento dessas regras. O pó de aciaria, gerado no processo corrente de produção, é coletado, tratado e disposto de forma que a Companhia entende estarem de acordo com todas as normas ambientais provinciais, estaduais e

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

federais nos Estados Unidos e Canadá. Os custos de coleta e descarte do pó de aciaria são registrados como custos operacionais quando incorridos. A Companhia tratou e descartou o pó de aciaria de outras formas em anos anteriores, e é responsável pelo tratamento de certas localidades onde o pó foi gerado e/ou descartado.

Em geral, os custos estimados pela Companhia para tratamento ambiental são baseados na revisão de cada localidade e da natureza das atividades previamente planejadas de tratamento a serem tomadas. O processo da Companhia para estimar o custo de tratamento inclui a determinação, para cada localidade, do método de tratamento esperado, e o custo estimado de cada etapa do tratamento. Nessa fase, a Companhia pode empregar consultores externos e fornecedores de serviços de tratamento ambiental para auxiliar nessas determinações. Ainda que os custos definitivos referentes ao tratamento ambiental não sejam conhecidos com precisão, a Companhia estimou o custo remanescente total de aproximadamente \$16.400 e \$16.200 em 31 de dezembro de 2005 e 2004 respectivamente. Destes custos, a Companhia espera pagar aproximadamente \$3.300 no ano findo em 31 de dezembro de 2006.

Com base no uso de certas tecnologias e métodos de tratamento por terceiros, avaliação dessas tecnologias e métodos pelos consultores da Companhia e estimativa de custos de serviços de tratamento prestados por terceiros fornecidos à Companhia, dos quais a Companhia e seus consultores têm conhecimento, a Companhia e seus consultores acreditam que a estimativa de custos da Companhia é razoável. Considerando as incertezas inerentes à determinação dos custos associados com a limpeza de contaminações, incluindo o período de tempo ao longo do qual tais custos podem ser pagos, a extensão da contribuição por partes que são solidárias e co-responsáveis, e a natureza e momento dos pagamentos a serem feitos sob acordos de responsabilidade, não é possível assegurar que o custo definitivo de tratamento não será diferente do custo de tratamento estimado.

Em abril de 2001, a Companhia foi notificada pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (“EPA”) de uma investigação que identifica a Companhia como potencial responsável (“PRP”) em um “Superfund Site” (área de empresa falimentar, com danos ambientais, a ser tratada pelos seus fornecedores, conforme determinação governamental) em Pelham, Georgia. A localidade de Pelham era de um fabricante de fertilizantes e funcionou de 1910 a 1992, sendo operada ultimamente pela Stoller Chemical Company, uma corporação atualmente falida. A EPA impetrou ação judicial nomeando a Companhia como ré visando obter indenização de \$16.600. A Companhia está envolvida nessa ação por causa do pó de aciaria supostamente transportado para essa propriedade pela Companhia. Em 2003, a EPA ofereceu um acordo aos potenciais responsáveis nomeados (PRP’s) sob o qual a parcela da Companhia seria de aproximadamente \$1.800. Um dos PRP’s está em processo falimentar. A EPA reconsiderou a alocação apropriada. Esta realocação aumentou substancialmente a parcela da Companhia. A Companhia objeta sua inclusão como PRP em várias bases, tem impetrado suas defesas, e busca alternativas legais, como a inclusão de outros terceiros que a Companhia entende que foram incorretamente excluídas da oferta de acordo original. Em 2004, a justiça negou uma moção sobre algumas, mas não todas, defesas da Companhia. Ainda em 2004, a EPA e a Companhia tiveram algumas discussões sobre o valor estabelecido pela EPA, indicando um valor estabelecido na faixa de \$8.000 a \$10.000. A Companhia está em desacordo com esses valores, e ofereceu anteriormente o montante de \$1.600 para liquidar a questão. A EPA está em processo de finalização de um acordo com dois dos cinco acusados por \$1.700. A EPA e a Companhia apresentaram requerimentos cruzados para julgamento sumário em relação à obrigação da Companhia. Ainda que a Companhia tenha reconhecido provisão de \$1.600 em relação a este assunto, o desfecho final desta questão não pode ser estimado neste momento.

A Companhia não tem conhecimento de custos com remediação ambiental ou passivo em relação às suas operações fora dos Estados Unidos e Canadá.

16.3 Outras contingências

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

No curso normal de negócios, várias ações e alegações são impetradas contra a Companhia. A Companhia contesta vigorosamente quaisquer alegações que considera sem mérito. A administração entende que quaisquer acordos não terão efeito material na posição financeira ou nos resultados consolidados da Companhia.

16.4 Outros compromissos

A Companhia possui os seguintes contratos de longo-prazo com fornecedores:

Operações no Brasil

Os acordos estabelecem quantidades mínimas e máximas a serem fornecidas por terceiros e compradas pela Companhia de minério de ferro, carvão, energia (eletricidade e gás) e gases industriais.

O preço de compra é determinado como segue: (i) preços são ajustados em bases anuais pelos fornecedores de minério de ferro e carvão baseados nos mercados internacionais, (ii) preços de eletricidade são definidos pela agência regulatória para energia elétrica para contratos nas plantas onde a Companhia é classificada como “consumidora cativa” conforme definido para fins regulatórios de energia elétrica; (iii) preços de energia elétrica foram inicialmente negociados entre a Gerdau e companhia geradora de energia elétrica e ajustados anualmente baseados em indexadores contratuais nas plantas onde é classificada como “consumidora livre”, (iv) preços de gás são estabelecidos pela agência reguladora de gás para o gás natural comprado, e (v) os preços de gás industrial foram originalmente negociados pela Gerdau e o fornecedor e ajustados anualmente com base numa fórmula contratual aceita por ambas as partes, baseada em indicadores de preços. Sob as regras regulatórias vigentes, a Companhia pode escolher mudar a companhia geradora de energia elétrica e a companhia distribuidora de gás assim que o prazo dos contratos existentes expirar.

Os contratos pode ser rescindidos por qualquer das partes, com pagamento de penalidade.

A Companhia também possui acordos relacionados à expansão da usina de Ouro Branco. Estes contratos foram efetuados durante 2005, e consistem numa série de acordos com vários fornecedores de máquinas e equipamentos que serão utilizados na nova planta industrial. O montante total destes contratos era de \$434.492 em 31 de dezembro de 2005, com pagamentos a serem efetuados para os bens adquiridos entre março de 2006 e agosto de 2008. O contrato principal é relacionado à aquisição de uma coqueria, sinteria e alto forno, no montante aproximado de \$150.457 a ser pago entre março de 2007 e maio de 2007.

Operações na América do Norte

A maior parte das usinas da Companhia na América do Norte possuem contratos de suprimentos de longo prazo com grandes fornecedores de energia ou de serviços básicos. Os contratos de fornecimento de energia elétrica tipicamente possuem dois componentes: uma parte firme e outra parte sujeita a interrupções. A parte firme fornece uma carga base para a laminação e operações auxiliares. A parte sujeita a interrupções fornece a energia para os fornos elétricos a arco, os quais representam a maior parte da demanda elétrica total e, em sua maior parte, é baseada nos preços do mercado à vista para energia elétrica.

16.5 Arrendamento Operacional

A Companhia arrenda certos equipamentos e imóveis na América do Norte através de contratos de leasing operacional não canceláveis. Os futuros pagamentos mínimos desses arrendamentos são como segue:

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Exercício findo em 31 de dezembro de	<u>Montante</u>
2006	13.934
2007	10.850
2008	9.504
2009	7.575
2010	6.678
Após 2010	<u>33.125</u>
	<u>81.666</u>

Certas operações de leasing operacional de antigas entidades da Co-Steel estavam a taxas acima do mercado na data de aquisição. Desse modo, foi registrado, pela Companhia, um passivo de compra pelo valor presente dos contratos de leasing desfavoráveis.

Despesas de aluguel referentes a operações de leasing foram de \$26.400, \$19.800 e \$19.200 para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, respectivamente.

16.6 Operações de Vendor

Gerdau Açominas dá garantias ao Banco Gerdau S.A., que financia as vendas a clientes selecionados. Estas vendas são reconhecidas no momento em que os produtos são entregues. Pelo programa de vendor, a Companhia tem obrigação secundária com o banco. Em 31 de dezembro de 2005, as garantias dadas pela Companhia totalizavam \$18.173. Considerando que o Banco Gerdau S.A. e Gerdau Açominas estão sob o controle comum da MG, esta garantia não está inserida nos requerimentos do “FASB Interpretation No 45 (“FIN 45”)”.

17 Patrimônio Líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2005, 154.404.672 ações ordinárias e 290.657.361 ações preferenciais haviam sido emitidas (231.607.008 e 435.986.041, respectivamente, após a bonificação de ações descrita na Nota 27). O capital social da Gerdau é composto de ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal. O capital autorizado da Gerdau é composto de 400.000.000 ações ordinárias e 800.000.000 ações preferenciais, como resultado do aumento no capital autorizado aprovado na Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de dezembro de 2005. Somente as ações ordinárias têm direito a voto. Pelo estatuto da Companhia, foram assegurados direitos específicos na liquidação às ações preferenciais, sem direito a voto. Não existe previsão de resgate associada às ações preferenciais. As ações preferenciais não podem ser resgatadas e têm preferência de recebimento na liquidação da Gerdau.

O Conselho de Administração aprovou, em sua reunião em 31 de março de 2005, uma bonificação para ambas ações ordinárias e preferenciais de 50 ações para 100 ações detidas.

Em 29 de abril de 2004, os acionistas aprovaram uma bonificação para as ações ordinárias e preferenciais de uma ação para cada ação possuída, resultando na emissão de 148.354.011 novas ações (51.468.224 ações ordinárias e 96.885.787 ações preferenciais).

Na assembléia geral de 30 de abril de 2003, os acionistas aprovaram uma bonificação aos acionistas ordinários e preferenciais de 3 ações para cada 10 ações detidas. A bonificação resultou na emissão de 34.235.541.169 novas ações (11.877.282.535 ações ordinárias e 22.358.258.634 ações preferenciais). Na mesma assembléia, foi aprovado um agrupamento de 1 ação para cada 1.000 ações detidas (após considerar a bonificação acima mencionada).

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Em reunião realizada em 17 de novembro de 2003, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de ações da Gerdau de acordo com a legislação societária brasileira. As ações em tesouraria serão vendidas no mercado de capitais ou canceladas.

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia mantinha em tesouraria 3.045.695 ações preferenciais (4.568.542 após a bonificação em ações descrita na Nota 27) ao custo de \$21.951 (31 de dezembro de 2004 – 2.539.800 ações preferenciais ao custo de \$15.256, as quais representam 3.539.700 ações preferenciais depois da bonificação em ações descrita na Nota 27).

A seguir demonstramos a variação no número de ações da Gerdau de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2005 (incluindo o efeito da bonificação em ações descrita na Nota 27):

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais em Tesouraria
Saldos em 1o. de janeiro de 2003	39.590.941.783	74.527.528.780	-
Ações emitidas através de bonificação em ações	11.877.282.535	22.358.258.634	-
Efeito do agrupamento de ações de 1.000 para 1	(51.416.756.094)	(96.788.901.627)	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	345.000
Saldos em 31 de dezembro de 2003	51.468.224	96.885.787	345.000
Ações emitidas através de bonificação em ações	51.468.224	96.885.787	345.000
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	883.200
Saldos em 31 de dezembro de 2004	102.936.448	193.771.574	1.573.200
Ações emitidas através de bonificação em ações	51.468.224	96.885.787	786.600
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	740.200
Opções de ações exercidas por funcionários	-	-	(54.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	<u>154.404.672</u>	<u>290.657.361</u>	<u>3.045.695</u>
Ações emitidas como resultado do bonificação em ações (Nota 27)	<u>77.202.336</u>	<u>145.328.681</u>	<u>1.522.848</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2005	<u>231.607.008</u>	<u>435.986.042</u>	<u>4.568.543</u>

17.2 Reserva legal

Pela legislação societária brasileira, a Gerdau é obrigada a transferir 5% do lucro líquido anual, determinado de acordo com a legislação societária brasileira e com base nas demonstrações financeiras societárias preparadas conforme o GAAP Brasileiro, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para distribuição de dividendos.

17.3 Reserva estatutária

O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente se não afetar os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra ações.

Em 11 de abril de 2005, R\$ 1.735.657 mil (equivalentes a \$673.178 pelo câmbio daquela data) registrados em 31 de dezembro de 2004 como parte da reserva estatutária, foram capitalizados.

Em 29 de abril de 2004, R\$ 1.735.656 mil (equivalente a \$556.603 pelo câmbio daquela data) registrados em 31 de dezembro de 2003 como parte da reserva estatutária, foram capitalizados pela resolução tomada na Assembléia de Acionistas realizada naquele dia.

Em 30 de abril de 2003, o valor de R\$ 400.536 mil (equivalente a \$138.642 pelo câmbio de 30 de abril de 2003), registrados em 31 de dezembro de 2002 como parte da reserva estatutária, foram capitalizados pela resolução tomada na Assembléia de Acionistas realizada naquele dia.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

17.4 Dividendos

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos a partir dos lucros acumulados calculados de acordo com as provisões da Legislação Societária Brasileira e conforme apresentado nos registros contábeis societários. Em 31 de dezembro de 2005, os lucros acumulados correspondiam ao saldo da reserva estatutária descrita na Nota 17.3 acima, no valor de \$851.655 nos registros societários da Gerdau (convertidos pela cotação de final de ano).

Os dividendos declarados pela Gerdau eram os seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Ações ordinárias	155.882	67.725	40.917
Ações preferenciais	290.930	126.453	76.900
Total	<u>446.812</u>	<u>194.178</u>	<u>117.817</u>

18 Contabilização do imposto de renda

18.1 Análise da despesa de imposto de renda

O imposto de renda a pagar é calculado separadamente para a Gerdau e cada uma de suas subsidiárias, de acordo com as legislações fiscais dos países onde a Gerdau e suas subsidiárias operam.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Despesa (benefício) tributária corrente:			
Brasil	204.773	214.050	95.815
Estados Unidos	125.717	101.381	700
Canadá	1.099	1.216	713
Outros países	15.956	12.582	(9.416)
	<u>347.545</u>	<u>329.229</u>	<u>87.812</u>
Despesa (benefício) tributária diferida:			
Brasil	97.818	61.050	(99.569)
Estados Unidos	15.385	(4.870)	(28.067)
Canadá	1.871	12.333	(13.014)
Outros países	2.676	8.938	18.725
	<u>117.750</u>	<u>77.451</u>	<u>(121.925)</u>
Despesa (benefício) de imposto de renda	<u>465.295</u>	<u>406.680</u>	<u>(34.113)</u>

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

18.2 Reconciliação do imposto de renda

A reconciliação do imposto de renda na demonstração do resultado para o imposto de renda calculado às alíquotas brasileiras é a seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Lucro líquido antes dos impostos e participação de minoritários	1.761.725	1.722.065	525.674
Alíquota nominal de imposto de renda no Brasil	34%	34%	34%
Imposto de renda pela alíquota brasileira	<u>598.987</u>	<u>585.502</u>	<u>178.729</u>
Diferenças permanentes:			
Lucro do exterior a alíquotas diferentes	11.388	8.266	(25.845)
Despesas não-dedutíveis, líquidas de receitas não-tributáveis	(3.223)	(2.717)	(6.593)
Variação na provisão para desvalorização	3.570	(120.317)	(137.333)
Ajuste de avaliação do ativo de imposto diferido	-	(48.563)	-
Benefício de dedução de juros sobre o patrimônio pagos aos acionistas	(1.231)	(37.866)	(40.058)
Ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	(76.664)	-	-
Receita não tributável na América do Norte	(24.520)	(16.679)	(7.158)
Outros, líquido	<u>(43.012)</u>	<u>39.054</u>	<u>4.145</u>
Despesa / (benefício) de imposto de renda	<u><u>465.295</u></u>	<u><u>406.680</u></u>	<u><u>(34.113)</u></u>

18.3 Alíquotas fiscais

Alíquotas fiscais nas principais áreas geográficas onde a Companhia opera estão apresentadas abaixo. As taxas para Argentina e Colômbia estão apresentadas apenas para 2005, quando as companhias que operam nestes países passaram a ser consolidadas pela Companhia:

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Brasil			
Imposto de renda federal	25,00%	25,00%	25,00%
Contribuição social	9,00%	9,00%	9,00%
Alíquota composta de imposto de renda federal	<u>34,00%</u>	<u>34,00%</u>	<u>34,00%</u>
Estados Unidos			
Alíquota composta de imposto de renda federal e estadual (aproximada)	<u>39,00%</u>	<u>39,00%</u>	<u>40,00%</u>
Canadá			
Imposto de renda federal	22,12%	22,12%	22,12%
Alíquota provincial (aproximada)	12,00%	12,00%	13,50%
Alíquota composta de imposto de renda	<u>34,12%</u>	<u>34,12%</u>	<u>35,62%</u>
Chile			
Imposto de renda federal	<u>17,00%</u>	<u>17,00%</u>	<u>16,50%</u>
Argentina			
Imposto de renda federal	<u>35,00%</u>		
Colômbia			
Imposto de renda federal	<u>35,00%</u>		

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

18.4 Análise dos ativos e passivos diferidos

A composição dos impostos diferidos é apresentada abaixo. Ativos e passivos circulantes e ativos e passivos de longo prazo são apresentados, na tabela abaixo, líquidos, para cada entidade tributável.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativo fiscal diferido		
Imobilizado	96.185	105.361
Prejuízos fiscais	63.692	146.222
Ganhos cambiais tributáveis em base de caixa	(27.381)	(35.550)
Custos com plano de pensão	6.227	3.057
Provisões não dedutíveis	58.756	18.713
Outros	18.416	(1.544)
Ativos fiscais diferidos brutos	<u>215.895</u>	<u>236.259</u>
Passivo fiscal diferido		
Prejuízos fiscais	(26.925)	(39.481)
Provisões não dedutíveis	(8.707)	(11.258)
Custos com plano de pensão	(13.018)	(19.784)
Imobilizado	157.617	147.454
Outros	37.395	(3.781)
Passivos fiscais diferidos brutos	<u>146.362</u>	<u>73.150</u>
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Saldos de impostos diferidos		
Ativo fiscal diferido – circulante	34.183	82.829
Ativo fiscal diferido – não-circulante	181.712	153.430
	<u>215.895</u>	<u>236.259</u>
Passivo fiscal diferido – circulante	4.680	14.496
Passivo fiscal diferido – não-circulante	141.682	58.654
	<u>146.362</u>	<u>73.150</u>

Durante 2004, \$120.317 da provisão para desvalorização reconhecida em anos anteriores sobre os ativos fiscais diferidos da Gerdau Açominas foram revertidos diretamente contra o resultado. A provisão para desvalorização foi revertida como resultado da evidência positiva adicional, durante 2004, da realização do ativo fiscal diferido em virtude da (a) geração de lucro tributável pela Açominas no ano e (b) reestruturação das operações no Brasil descritas na Nota 4.8, que permite compensar prejuízos fiscais contra lucros tributáveis gerados por todas as operações siderúrgicas da Gerdau Açominas no Brasil, que historicamente vêm apresentando lucro tributável. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensáveis contra lucros tributáveis futuros, sem prazo de prescrição. Contudo, a utilização de prejuízos fiscais por ano é limitada a 30% do lucro tributável. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possui prejuízos fiscais para suas operações no Brasil no montante de \$92.406, representando um ativo fiscal diferido de \$31.419. A Companhia acredita que é provável que os lucros futuros de suas operações permita a realização dos prejuízos fiscais contabilizados.

Durante o ano de 2004, a Companhia registrou a utilização de prejuízos fiscais do antigo Co-Steel U.S. Group, resultando na redução de \$48.563 das despesas tributárias nos Estados Unidos. A parcela do prejuízo fiscal passível

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

de compensação, referente à companhia antecessora, é motivo de limitações anuais, conforme definido no “*Internal Revenue Code*” (IRC) S. 382 e IRC S.1502 “*Separate Return Limitation Year Provisions*”. No momento de aquisição da Co-Steel os ativos tributários foram registrados por sua estimativa de realização, o que resultou na criação de uma provisão para perdas de parte dos prejuízos existentes. Em função da alta rentabilidade do antigo Co-steel U.S. Group em 2004, a Companhia acredita que agora é provável que ela esteja hábil para realizar os benefícios dessas perdas e, dessa forma, a provisão para perdas foi revertida. Substancialmente, todos esses prejuízos operacionais líquidos disponíveis para a Companhia sob as regras aplicáveis na troca de propriedade, que limitam sua utilização desde a data da troca de proprietários, foram reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2005, a Gerdau Ameristeel possui prejuízos fiscais não oriundos de perdas de capital no montante de \$98.400 para fins fiscais canadenses, representando um ativo fiscal diferido de \$32.275, que expiram entre 2008 e 2012. A Gerdau Ameristeel também tem prejuízos operacionais líquidos de aproximadamente \$113.800 para fins fiscais norte-americanos, representando um ativo fiscal diferido de \$26.783, que expiram entre 2006 e 2023. A Companhia acredita que o ativo fiscal diferido líquido de suas operações canadenses, que em 31 de dezembro montam a \$23.400, sejam realizados baseados na combinação de lucros tributáveis futuros e várias estratégias de planejamento fiscal que serão implantadas, se necessário. Durante 2005, a Gerdau Ameristeel registrou uma provisão para desvalorização de \$3.570 contra certos ativos fiscais estaduais oriundos de prejuízos fiscais e contra créditos de reciclagem. A Administração acredita que a realização destes ativos fiscais diferidos não é provável.

19 Lucro por Ação

Conforme o SFAS No. 128, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido aos montantes usados no cálculo do lucro por ação básico e diluído. Todos os cálculos de lucro por ação apresentados abaixo foram retroativamente ajustados para refletir: (a) a bonificação de 50 ações para cada 100 ações possuídas, aprovada pela Assembléia de 31 de março 2005 (Nota 17.1) e (b) a bonificação de 50 ações por 100 possuídas aprovada em 31 de março de 2006 (Nota 27).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2005

	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador básico			
Dividendos (juros sobre capital próprio) declarados	155.882	290.930	446.812
Lucro básico alocado não distribuído	<u>234.027</u>	<u>436.682</u>	<u>670.709</u>
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	<u>389.909</u>	<u>727.612</u>	<u>1.117.521</u>
Denominador básico			
Média ponderada de ações após dedução da média das ações em tesouraria (Nota 17.1) e bonificação de ações (Nota 27)	<u>231.607.008</u>	<u>432.165.971</u>	
Lucro por ação (em US\$) – Básico	<u>1,68</u>	<u>1,68</u>	

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Numerador diluído

Lucro líquido do exercício disponível para a ações ordinárias e preferenciais

Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais	727.612
Mais:	
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau, opção de efetuar pagamento em ações da compra adicional de participação na Diaco e opção concedida aos minoritários da Sipar de vender sua participação para a Gerdau	2.138
	729.750
	389.909
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	389.909
Menos:	
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau, opção de efetuar pagamento em ações da compra adicional de participação na Diaco e opção concedida aos minoritários da Sipar de vender sua participação para a Gerdau	(2.138)
	387.771
	387.771

Denominador diluído

Média ponderada das ações

Ações ordinárias	231.607.008
Ações preferenciais	
Média ponderada das ações preferenciais	432.165.971
Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de ações	2.265.290
Ações preferenciais potencialmente emissíveis devido à opção de liquidar a operação com ações da Gerdau (Nota 4.1)	890.420
Opção concedida aos acionistas minoritários da Sipar de vender sua participação para a Gerdau (Nota 4.2)	533.371
Total	435.855.052
Lucro por ação (em US\$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	1,67

Exercício findo em 31 de dezembro de 2004

	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador básico			
Dividendos (juros sobre capital próprio) declarados	67.725	126.453	194.178
Lucro básico alocado não distribuído	336.224	627.956	964.180
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	403.949	754.409	1.158.358
Denominador básico			
Média ponderada de ações após dedução da média das ações em tesouraria (Nota 17.1) e bonificação de ações (Nota 27)	231.607.008	432.564.935	
Lucro por ação (em US\$) – Básico	1,74	1,74	

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Lucro líquido do exercício disponível para a ações ordinárias e preferenciais		
Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais		754.409
Mais:		
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau		1.344
		<u>755.753</u>
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias		403.949
Menos:		
Ajuste ao lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias, considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau		(1.344)
		<u>402.605</u>
Denominador diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias		231.607.008
Ações preferenciais		
Média ponderada das ações preferenciais		432.564.935
Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de ações		2.198.513
Total		<u>434.763.448</u>
Lucro por ação (em US\$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)		<u>1,74</u>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2003

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador básico			
Dividendos (juros sobre capital próprio) declarados	40.917	76.900	117.817
Lucro básico alocado não distribuído	<u>136.130</u>	<u>256.217</u>	<u>392.347</u>
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	<u>177.047</u>	<u>333.117</u>	<u>510.164</u>
Denominador básico			
Média ponderada de ações após considerado o efeito retroativo da bonificação em ações e agrupamento descrito acima e deduzindo a média das ações em tesouraria (Nota 17.1) e bonificação em ações (Nota 27)			
	<u>231.607.008</u>	<u>435.921.354</u>	
Lucro por ação (em US\$) – Básico	<u>0,76</u>	<u>0,76</u>	

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Numerador diluído

Lucro líquido do exercício disponível para a ações ordinárias e preferenciais

Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais 333.117

Mais:

Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau

221

333.338

Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias

177.047

Menos:

Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias, considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau

(221)

176.826

Denominador diluído

Média ponderada das ações

Ações ordinárias

231.607.008

Ações preferenciais

Média ponderada das ações preferenciais

435.921.354

Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de ações

685.796

Total

436.607.150

Lucro por ação (em US\$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)

0,76

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

20 Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Pelo SFAS No. 107 “Disclosures About Fair Value of Financial Instruments”, a Companhia deve divulgar o valor de mercado dos instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros extra contábeis, quando os valores de mercados puderem ser razoavelmente estimados.

O valor de mercado das “Senior Notes” emitidas pela Gerdau Ameristeel era \$448,538 e \$474.863 em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente. O valor de mercado das debêntures conversíveis emitidas pela Gerdau Ameristeel era \$109.089 e \$105.574 em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente. Os valores de mercado dos débitos emitidos pela Gerdau Ameristeel foram estimados baseados em preços de mercado cotados na mesa de negociação de um banco de investimentos.

O valor de mercado das Notas Perpétuas Garantidas emitidas pela Gerdau S.A. era de \$615.000 em 31 de dezembro de 2005, baseado em cotações de mercado secundário para estes instrumentos financeiros.

A estimativa da Companhia de valor de mercado dos instrumentos financeiros, que inclui contas a receber, contas a pagar, financiamentos de longo prazo e o componente passivo das debêntures conversíveis, se aproxima do valor contábil.

21 Derivativos

O uso de derivativos pela Companhia é limitado. São usados instrumentos derivativos para gerenciar riscos cambiais e de juros claramente identificáveis, inerentes ao curso normal dos negócios.

Gerdau e Gerdau Açominas

Como parte de suas operações normais, Gerdau e Gerdau Açominas obtiveram financiamentos denominados em dólares norte-americanos, geralmente a juros fixos e expostos a riscos de variações cambiais e de juros. Variações na cotação do real em relação ao dólar norte-americano expõem a Gerdau e a Gerdau Açominas a ganhos e perdas cambiais, que são reconhecidos na demonstração de resultados, bem como a variações nos montantes de reais necessários para pagar os financiamentos denominados em dólares norte-americanos. Variações nas taxas de juros de financiamentos a taxas fixas expõem a Gerdau e a Gerdau Açominas a variações no valor de mercado de seus financiamentos. Para gerenciar tais riscos, Gerdau e Gerdau Açominas adotaram instrumentos derivativos, principalmente contratos de “swap”, atrelando moedas estrangeiras a taxas de juros. Pelos contratos de “swap”, Gerdau e Gerdau Açominas têm o direito de receber no vencimento dos contratos dólares norte-americanos acrescidos de juros a taxas fixas e têm a obrigação de pagar reais a taxas variáveis baseada na taxa CDI.

Embora tais instrumentos reduzam os riscos cambiais e de juros, eles não necessariamente os eliminam. A Companhia geralmente não mantém instrumentos financeiros para fins especulativos.

Todos os “swaps” contratados pela Gerdau e Gerdau Açominas foram registrados a valor de mercado e as perdas realizadas e não realizadas são apresentadas nas despesas financeiras na demonstração consolidada de resultados.

O valor nominal dos “swaps” era de \$7.902 (\$58.204 em 31 de dezembro de 2004) e vencimento entre janeiro de 2006 e março de 2006 (janeiro de 2005 e março de 2006 em 31 de dezembro de 2004), com juros a serem pagos em reais variando entre do 85,55 % e 92,80% do CDI (entre 85,55% e 106,00% do CDI em 31 de dezembro de 2004). Não existem ganhos não realizados sobre “swaps” em 31 de dezembro de 2005 (sem ganhos não realizados em 31 de dezembro de 2004) e as perdas não realizadas eram de \$6.786 (\$14.775 em 31 de dezembro de 2004).

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

A Gerdau Açominas também contratou, durante 2005, “swaps” de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos e paga uma taxa de juros variáveis baseada na LIBOR. Estes contratos têm um valor nominal de \$240.000 e data de vencimento em Novembro de 2011. O valor justo deste contrato, que representa o montante que seria recebido se os contratos fossem finalizados em 31 de dezembro de 2005, é um ganho de aproximadamente \$2.333.

A Companhia também obtém financiamentos em reais a taxas fixas que sujeitam a Companhia a variações no valor justo de sua dívida como resultado nas variações nas taxas de juros. Como resultado, a Companhia contratou, durante 2005, “swaps” de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros fixa em reais e paga uma taxa de juros variável com base no CDI. Estes contratos têm valor nominal de \$133.530 em 31 de dezembro de 2005 e data de vencimento entre janeiro de 2006 e março de 2006. Em 31 de dezembro de 2005, havia \$41 de ganhos não realizados (sem ganhos não realizados em 31 de dezembro de 2004).

Operações na América do Sul

A Companhia concedeu opções de ações a acionistas minoritários da Sipar Aceros S.A. como parte do contrato de compra daquela companhia conforme descrito na Nota 4.2. A Companhia possui ainda um compromisso de adquirir uma participação adicional na Diaco conforme detalhado na Nota 4.1.

Gerdau Ameristeel

Visando reduzir sua exposição a variações no valor de mercado de suas “Senior Notes”, a Gerdau Ameristeel contratou “swaps” de juros subsequentes ao refinanciamento de junho de 2003. Os contratos têm valor nominal de \$200.000 e vencimento em 15 de julho de 2011. A Gerdau Ameristeel recebe uma taxa fixa de juros e paga uma taxa de juros variável baseada na LIBOR. O valor de mercado do “swap” de juros, que representa o montante a pagar se o contrato fosse encerrado em 31 de dezembro de 2005, era de aproximadamente \$1.170 (\$4.018 em 31 de dezembro de 2004).

22 Concentração de riscos de crédito

A principal atividade da Companhia é a produção e venda aços longos, incluindo: aço bruto, produtos laminados, como barras e vergalhões usados na construção civil, produtos trefilados, como fio-máquina e telas, e aços especiais, como aço ferramenta e aço inoxidável. Aproximadamente 98% das vendas da Companhia durante 2005 foram para consumidores da construção civil e de indústrias de manufatura.

Aproximadamente 36,9% das vendas consolidadas da Companhia são para companhias domésticas brasileiras, 43,8% para clientes nos Estados Unidos e Canadá e o restante se divide entre exportações do Brasil e vendas de suas subsidiárias no exterior, localizadas no Chile e no Uruguai.

Nenhum cliente da Companhia é individualmente responsável por mais de 10% da receita líquida de vendas e nenhum fornecedor é individualmente responsável por mais de 10% das compras nos anos apresentados. Historicamente, a Companhia não tem perdas significativas na realização de seu contas a receber.

23 Informações por segmento

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, incluindo o Presidente do Comitê Executivo Gerdau, que também preside o Conselho de Administração, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Os segmentos demonstrados pelo SFAS No. 131 “Disclosures About Segments of an Enterprise and Related Information” correspondem às unidades de negócio através das quais o Comitê Executivo Gerdau gerencia suas operações: Aços Longos Brasil, Aços Especiais no Brasil, Açominas (correspondente às operações da antiga Açominas realizadas na usina localizada em Ouro Branco, Minas Gerais), América do Sul (excluindo as operações no Brasil) e América do Norte. As informações de produtos em aços longos e aços especiais no Brasil foram apresentadas em anos anteriores como Longos Brasil. A partir deste ano, a Companhia apresenta separadamente a informação referente a aços longos e aços especiais, incluindo informações de anos anteriores.

Os ativos identificáveis são contas a receber, estoques e imobilizado.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2005								
	Longos Brasil	Açominas Ouro Branco	Aços Especiais	América do Sul (exceto Brasil)	América do Norte	Total	Ajustes e reconciliações	Total pelas demonstrações financeiras
Vendas líquidas	2.668.631	1.145.417	457.143	510.142	4.295.332	9.076.665	(182.233)	8.894.432
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	89.743	(42.949)	3.534	(9.756)	(53.352)	(12.780)	25.366	12.586
Lucro líquido	671.088	210.837	140.754	71.063	292.698	1.386.440	(268.919)	1.117.521
Investimentos de capital	280.662	224.156	33.506	153.402	135.864	827.590	(50.826)	776.764
Depreciação e amortização	105.346	116.375	12.456	18.404	105.691	358.272	(56.510)	301.762
Ativos identificáveis	1.690.399	1.595.770	230.041	576.361	2.218.335	6.310.906	(350.957)	5.959.949

Exercício findo em 31 de dezembro de 2004								
	Longos Brasil	Açominas Ouro Branco	Aços Especiais	América do Sul (exceto Brasil)	América do Norte	Total	Ajustes e reconciliações	Total pelas demonstrações financeiras
Vendas líquidas	2.432.320	997.119	328.759	287.773	3.336.964	7.382.935	(430.786)	6.952.149
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(36.997)	31.266	3.490	1.692	66.894	66.345	(15.528)	50.817
Lucro líquido	360.933	340.112	114.332	65.642	337.669	1.218.688	(60.330)	1.158.358
Investimentos de capital	230.477	100.155	13.672	10.310	435.752	790.366	(33.659)	756.707
Depreciação e amortização	78.629	100.101	10.134	10.643	89.321	288.828	(19.606)	269.222
Ativos identificáveis	1.475.305	1.311.979	174.190	251.790	2.309.948	5.523.212	(303.409)	5.219.803

Exercício findo em 31 de dezembro de 2003								
	Longos Brasil	Açominas Ouro Branco	Aços Especiais	América do Sul (exceto Brasil)	América do Norte	Total	Ajustes e reconciliações	Total pelas demonstrações financeiras
Vendas líquidas	1.444.448	785.317	15.357	169.640	1.927.839	4.342.601	188.368	4.530.969
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	120.483	39.100	395	1.326	62.485	223.789	(31.062)	192.727
Lucro líquido	198.127	220.810	4.149	32.320	(21.208)	434.198	75.966	510.164
Investimentos de capital	92.139	115.643	11.104	7.702	57.041	283.629	28.856	312.485
Depreciação e amortização	64.707	42.228	107	8.779	80.692	196.513	(14.110)	182.403
Ativos identificáveis	1.016.504	1.070.552	126.822	197.881	1.479.110	3.890.869	(322.893)	3.567.976

As informações por segmento acima foram preparadas conforme o GAAP Brasileiro, que é a base de apresentação utilizada no processo decisório da Companhia. As atividades Corporativas executadas em benefício do Grupo, como um todo, não são apresentadas separadamente e estão incluídas como parte das informações de Longos Brasil.

A coluna de ajustes e reconciliações inclui os efeitos das diferenças entre os critérios seguidos sob o GAAP Brasileiro e os critérios dos relatórios financeiros consolidados. As diferenças que possuem efeitos mais significativos são as seguintes:

- As informações por segmento incluem os dados da joint venture Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail, companhias que não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

- Receita líquida de vendas é apresentada líquida de custos de fretes, enquanto que os custos de fretes são apresentados como parte do custo de vendas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Ativos identificáveis e depreciação e amortização incluem imobilizado, o qual é apresentado com base no custo histórico de aquisição, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas são incluídos os efeitos do imobilizado adquirido em combinações de negócio a valor de mercado.
- Os instrumentos financeiros derivativos não estão avaliados a valor de mercado nas informações por segmento, enquanto que nas demonstrações financeiras estão reconhecidas a valor de mercado
- Na informação por segmentos, os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução das informações financeiras das subsidiárias fora do Brasil são reconhecidas no resultado, ao passo que nas demonstrações financeiras consolidadas tais efeitos são reconhecidos diretamente no patrimônio se a moeda da subsidiária for outra que não o real.

A informação geográfica da Companhia, preparada nas mesmas bases das demonstrações financeiras é a seguinte, sendo que as receitas estão classificadas conforme a região geográfica de onde os produtos foram embarcados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005			
	Brasil	América do Sul (exceto Brasil)	América do Norte	Total
Vendas líquidas	4.483.895	513.394	3.897.143	8.894.432
Ativos de longo prazo	2.325.507	245.073	1.283.856	3.854.436

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2004			
	Brasil	América do Sul (exceto Brasil)	América do Norte	Total
Vendas líquidas	3.623.046	319.248	3.009.855	6.952.149
Ativos de longo prazo	1.762.517	163.233	1.220.321	3.146.071

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2003			
	Brasil	América do Sul (exceto Brasil)	América do Norte	Total
Vendas líquidas	2.597.770	122.028	1.811.171	4.530.969
Ativos de longo prazo	1.422.121	134.437	1.030.257	2.586.815

Ativos de longo prazo incluem imobilizado, investimentos avaliados por equivalência patrimonial, investimentos ao custo e ágio.

Nenhuma informação é apresentada detalhando a receita por grandes categorias de produtos visto que esta informação não é mantida numa base consolidada pela Companhia, que possui esta informação apenas em volume.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

24 Provisões para desvalorização

Exercício findo em 31 de dezembro de 2005

Descrição	Saldo no início do ano	Baixas	Montantes registrados na Demonstração de Resultados		Efeito de variações cambiais	Saldo no final do ano
			Custos e despesas	Reversões		
Provisões reduzindo saldos ativos:						
Provisão para riscos de crédito	33.536	(105)	1.453	(4.316)	3.936	34.504
Provisão para desvalorização ativo fiscal diferido	-	-	3.570	-	-	3.570
Reservas:						
Provisão para contingências	87.718	-	57.387	(29.594)	12.338	127.849

Exercício findo em 31 de dezembro de 2004

Descrição	Saldo no início do ano	Pagamentos/(recebimento)	Montantes registrados na Demonstração de Resultados		Efeito de variações cambiais	Saldo no final do ano
			Custos e despesas	Reversões		
Provisões reduzindo saldos ativos:						
Provisão para riscos de crédito	27.476	-	5.370	(1.144)	1.834	33.536
Provisão para desvalorização ativo fiscal diferido	120.846	-	-	(120.317)	(529)	-
Reservas:						
Provisão para contingências	102.060	(118.991)	93.162	-	11.487	87.718

Exercício findo em 31 de dezembro de 2003

Descrição	Saldo no início do ano	Pagamentos/(recebimento)	Montantes registrados na Demonstração de Resultados		Efeito de variações cambiais	Saldo no final do ano
			Custos e despesas	Reversões		
Provisões reduzindo saldos ativos:						
Provisão para riscos de crédito	15.139	-	6.714	-	5.623	27.476
Provisão para desvalorização ativo fiscal diferido	205.139	-	-	(137.333)	53.040	120.846
Reservas:						
Provisão para contingências	45.304	(3.622)	44.361	(1.255)	17.272	102.060

Para o ano de 2005, o valor demonstrado na coluna “Reversões”, na linha de provisão para contingências, refere-se às situações descritas na Nota 16.

(a) Inclui os efeitos das taxas de câmbio nas demonstrações em outras moedas que não o dólar americano.

25 Plano de remuneração com ações

25.1 Plano no Brasil

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau, ocorrida em 30 de abril de 2003, decidiu, com base no plano aprovado na Assembléia Geral e até o limite do capital autorizado, outorgar opções de ações preferenciais para administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a entidades sob seu controle, aprovando a criação desse plano, estabelecendo o “Programa de Incentivo de Longo Prazo”. As opções devem ser exercidas em até 5 anos após a outorga.

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

O status do plano em 31 de dezembro de 2005 é o seguinte (contemplando o efeito retroativo da bonificação em ações aprovada em 31 de março de 2006 (Nota 27)):

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005		Exercício findo em 31 de dezembro de 2004	
	Número de ações	Preço médio de exercício	Número de ações	Preço médio de exercício
Disponíveis no início do exercício	3.859.304	2,50	2.052.207,00	1,84
Outorgadas durante o exercício	752.878	9,04	260.331	5,11
Ações emitidas em bonificação (Nota 17.1)	-	-	260.331	5,11
Ações emitidas em bonificação (Nota 27)	318.284	9,04	1.286.435	2,50
(-) Opções canceladas	(62.005)	5,20	-	-
(-) Opções exercidas	(54.305)	2,75	-	-
Disponíveis no final do exercício	<u>4.814.156</u>	3,98	<u>3.859.304</u>	2,50

Todas as opções concedidas até 31 de dezembro de 2005, foram concedidas para os administradores e empregados da Companhia. Não existem opções exercíveis até 31 de dezembro de 2005 e a média de vida contratual remanescente medida é de 0,82 anos para opções concedidas em 2003, 2,98 anos para opções concedidas em 2004 e 3,16 anos para opções concedidas em 2005.

As premissas usadas para estimar o valor de mercado das opções na data da outorga durante os anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, conforme o método Black & Scholes para apresentar as divulgações pro-forma da Nota 3.13, foram as seguintes:

	Opções outorgadas em	
	2005	2004
Rentabilidade esperada do dividendo	8%	7%
Volatilidade esperada do preço da ação	39%	43%
Taxa de retorno livre de risco	8%	8%
Período esperado até o exercício	4,15 anos	4,9 anos

25.2 Planos da Gerdau AmeriSteel

A Gerdau AmeriSteel tem vários planos de remuneração baseada em ações, os quais estão descritos abaixo. Um plano era administrado pela Co-Steel e os planos remanescentes eram administrados pela subsidiária AmeriSteel.

(a) Antigo Plano da Co-Steel

Pelos termos do plano Co-Steel, "The Stock-Based Option Plan", a Co-Steel tinha autorização para outorgar opções de compra de ações a empregados e diretores até o limite de 3.041.335 ações ordinárias. O preço de exercício era baseado no preço de fechamento das ações ordinárias no mercado na data anterior à da emissão da opção. As opções têm um prazo máximo de 10 anos e são outorgadas ao longo de vários períodos conforme determinado pelo administrador do Plano no momento da outorga, com direitos de exercício em etapas. As 593.000 opções em aberto desse plano irão expirar em diferentes datas até 13 de abril de 2008. Nenhuma opção foi outorgada por este plano desde 1998.

(b) Planos da Ameristeel

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Pelos termos do Acordo de Transação referente à aquisição da Co-Steel em 2002, os acionistas minoritários da AmeriSteel permutaram ações e opções da AmeriSteel por ações e opções da Gerdau AmeriSteel à proporção de troca de 9,4617 ações e opções da Gerdau AmeriSteel para cada ação ou opção da AmeriSteel. Esta permuta ocorreu em 31 de março de 2003 (Nota 4.6 a). Todos os montantes apresentados na discussão abaixo foram recalculados para refletir as ações históricas ao valor histórico permutado.

(b.1) Plano LTI de 2005

Para o ano iniciado em 1º de janeiro de 2005, o Comitê de Recursos Humanos adotou em 2005 o Plano de Incentivo de Longo Prazo (2005 LTI Plan). O Plano de Incentivo de Longo Prazo de 2005 objetiva recompensar os empregados da Companhia com bônus baseado no atingimento de metas de retorno de longo prazo. Bônus que foram obtidos são concedidos após o final do ano na forma de dinheiro, direitos de apreciação de ações (“SAR – Stock Appreciation Rights”), e/ou opções de ações. A parcela dos bônus que é pagável em dinheiro deve ser paga na forma de ações “phantom”. O número de ações “phantom” concedido a cada participante é determinado pela divisão do bônus em dinheiro pelo valor de mercado de uma ação ordinária da Gerdau Ameristeel na data da outorga da ação “phantom”, levando em conta a média da cotação da Gerdau Ameristeel na Bolsa de Valores de Nova York. das ações “phantom” e dos direitos de apreciação de ações são obtidos à razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As ações “phantom” serão pagas seguindo o período de aquisição de direitos numa base de caixa. O número de opções concedidos a um participante é determinado pela divisão do montante não-caixa do bônus pelo valor de mercado de uma ação ordinária da Gerdau Ameristeel na data que a concessão da opção é feita, ajustando então este montante por um fator calculado baseado no valor daquela opção na data determinada (quando o valor da opção é determinado pelo Comitê baseado num modelo Black & Scholes ou outro método de valorização de opções). Os direitos relativos às opções são obtidos à razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de concessão. As opções podem ser exercidas no término do período de aquisição de direitos, as opções têm um prazo máximo de 10 anos. O número máximo de opções passíveis de outorga sob este plano é de 6.000.000. Um prêmio de aproximadamente \$3.0 milhões foi ganho pelos participantes em 2005 e será pago 50% em opções e 50% em ações “phantom”. O prêmio vem sendo reconhecido durante o período de aquisição do direito.

(b.2) Stakeholder Plan

No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, o Comitê de Recursos Humanos da Companhia implementou o Plano de Incentivo de Longo Prazo Stakeholder Plan (2004 Stakeholder Plan). O 2004 Stakeholder Plan objetiva recompensar a administração executiva da Companhia com uma parte do seu lucro, após uma aplicação em capital. Prêmios, calculados em dólares norte-americanos, são investidos em ações “phantom” ordinárias a um preço equivalente à cotação de fechamento das ações ordinárias na Bolsa de Nova York na data da outorga, e adquirem direito em parcelas iguais em cada um dos quatro aniversários seguintes à data de outorga. Os pagamentos serão calculados com base na cotação das ações ordinárias no fechamento do pregão da Bolsa de Nova York na data final do período de aquisição de direitos e serão pagos tão logo quanto possível após esta data. Um prêmio de aproximadamente \$14 milhões foi ganho pelos participantes em 2004 e confirmado em 1º de março de 2005. O prêmio está sendo contabilmente reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos. Nenhum prêmio adicional será pago com base neste plano.

(b.3) Ameristeel Plan

A Ameristeel instituiu um plano de incentivos de longo prazo para sua administração executiva (Ameristeel Plan), de forma a assegurar que os interesses desta sejam congruentes com os dos acionistas. Os prêmios são determinados através de uma fórmula baseada no retorno do capital investido em um determinado ano. Os prêmios são apurados e pagos em um período de quatro anos. Os participantes podem optar receber os prêmios em dinheiro ou em ações “phantom” da Ameristeel ou da Gerdau S.A., sendo que neste último caso, um prêmio de 25% é atribuído. Após a

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

permuta de ações efetuada pelos minoritários, os investimentos em ações “phantom” da Ameristeel foram convertidos em ações “phantom” ordinárias da Gerdau Ameristeel, com base na relação de troca definida contratualmente. Os benefícios levados à despesa sob este plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 foram, respectivamente, \$6.000, \$1.300 e \$150.

(b.4) SAR Plan

Em julho de 1999, o Conselho de Administração da AmeriSteel aprovou um Plano SAR/Compra de Ações (o Plano "SAR") disponível a essencialmente todos os empregados. O Plano SAR autoriza a venda de 946.170 ações ordinárias aos empregados durante três períodos de oferta, julho até setembro de 1999, 2002 e 2005. Os empregados que compraram ações foram recompensados com direitos de apreciação de ações (“Stock Appreciation Rights - SARs”) iguais a quatro vezes o número de ações compradas. Foram concedidas “SARs” a valor de mercado na data da concessão, determinado com base em avaliação independente no encerramento do ano anterior. Pode-se exercer os SARs à taxa de 25% anualmente a partir da data da concessão e pode ser exercido por 10 anos a partir da data da concessão. Os SARs são registrados como um passivo e os benefícios registrados como despesas referentes ao plano, no ano findo em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, respectivamente, foram de \$1.500, \$6.400 e \$3.500.

Em julho de 2002, o Conselho de Administração da AmeriSteel aprovou a emissão de novas opções de compra dentro do plano SAR, que foram outorgadas à gerência executiva, com preço de exercício determinado pelo valor justo na data da outorga. Um total de 6.244.722 SAR’s foi autorizado e emitido. Todas as opções e ações ordinárias emitidas tornam-se um terço outorgadas dois anos a partir da data de concessão, e um terço a cada dois anos subsequentes. As opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da outorga. Os SAR’s são registrados como passivo e os benefícios registrados como despesa sob esse plano nos anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 foram de \$1.500, \$14.300 e \$5.900, respectivamente.

(b.5) Equity Ownership Plan

Em setembro de 1996, o Conselho de Administração da AmeriSteel aprovou o Plano AmeriSteel Corporation Equity Ownership (o Plano "Equity Ownership"), o qual concede ações ordinárias, opções de compra de ações ordinárias e “SAR’s”. O número máximo de ações que podem ser emitidas sob esse plano é de 4.152.286. Todas as opções e ações ordinárias emitidas tornaram-se um terço outorgadas dois anos a partir da data de concessão, e um terço a cada dois anos subsequentes. Todas as concessões foram a valor de mercado das ações ordinárias na data da concessão, determinado com base em avaliação independente no encerramento do ano anterior. As opções podem ser exercidas por 10 anos a partir da data da concessão.

A seguir apresentamos um resumo dos planos da Gerdau Ameristeel:

Planos da Gerdau Ameristeel	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005		Exercício findo em 31 de dezembro de 2004	
	Número de ações	Preço médio de exercício (US\$)	Número de ações	Preço médio de exercício (US\$)
Disponíveis no início do ano	2.833.288	5,94	3.606.570	6,41
Opções exercidas	(443.371)	1,86	(374.609)	1,90
Opções canceladas	(26.341)	1,85	(76.973)	1,92
Opções expiradas	(99.000)	19,00	(321.700)	19,46
Disponíveis no final do ano	<u>2.264.576</u>	6,42	<u>2.833.288</u>	5,94
Opções exercíveis	<u>2.128.241</u>		<u>2.350.378</u>	

GERDAU S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
 (em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
 (Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios
 contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

A tabela a seguir resume as informações sobre opções disponíveis em 31 de dezembro de 2005 :

<u>Preço de exercício (US\$)</u>	<u>Quantidade disponível</u>	<u>Prazo médio de carência</u>	<u>Preço médio de exercício</u> (US\$)	<u>Quantidade passível de exercício em 31 de dezembro de 2005</u>
\$1,32 to \$1,43	545.482	3,8	1,39	545.482
\$1,80 to \$1,91	671.369	5,2	1,84	535.034
\$2,11 to \$2,96	454.725	3,5	2,61	454.725
\$15,45 to \$19,30 (1)	297.500	1,5	17,41	297.500
\$20,71 to \$26,27 (1)	295.500	0,9	20,91	295.500
	<u>2.264.576</u>			<u>2.128.241</u>

Nota: (1) essas opções são denominadas em dólares canadenses e foram convertidas para US\$ usando a cotação de 31 de dezembro de 2005.

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

As premissas usadas para estimar o valor de mercado das opções na data de outorga, pelo método Black & Scholes, para apresentar as divulgações pro-forma na Nota 3.13 foram as seguintes (para as todas as opções outorgadas durante todos os anos apresentados):

Rendimento esperado do dividendo:	0%
Volatilidade esperada do preço da ação:	55%
Taxa de retorno livre de riscos:	4%
Período esperado até o exercício:	5 anos

26 Garantias concedidas

- (a) A Gerdau concede aval a Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento no montante de R\$ 90.489 mil (equivalentes a \$ 38.660 ao câmbio de 31 de dezembro de 2005), correspondente a 51,82% da dívida da Dona Francisca Energética (\$19.330). Esta garantia foi estabelecida antes de dezembro de 2002, e, portanto, não está sujeita aos requisitos do FASB Interpretation N° 45 (“FIN 45”). A garantia pode ser executada pelos financiadores em caso de inadimplência da Dona Francisca Energética S.A.
- (b) A Gerdau é garantidora nos Euro Commercial Papers de sua subsidiária GTL Trade Finance Inc., no total de \$200.000 e nas notas de exportação recebíveis de sua subsidiária Gerdau Açominas S.A. totalizando, aproximadamente, \$238.610.
- (c) A Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Comercial Gerdau de Aços garantem os \$600.000 das Notas Perpétuas Sênior Garantidas emitidas pela Gerdau S.A.

Como as garantias acima são entre a Empresa Controladora (a Companhia) e suas subsidiárias (GTL Trade Finance Inc., Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais e Comercial Gerdau de Aços), elas não estão sujeitas ao reconhecimento de provisões sob o FIN 45. Essas garantias deverão ser executadas se houver falha das subsidiárias em satisfazer suas obrigações financeiras.

27 Eventos subsequêntes

Em 14 de novembro de 2005, a Companhia efetuou um acordo para adquirir 40% da Corporación Sidenor S.A. (“Sidenor”), uma produtora de aços especiais espanhola com operações na Espanha e no Brasil. O Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol, e uma entidade detida por executivos da Sidenor entraram num acordo para comprar 40% e 20% da Sidenor, respectivamente. O preço pago pela aquisição de 100% da Sidenor consiste de um preço fixo de Euro 443.820 mil mais uma parcela variável a ser paga apenas pela Companhia no montante de aproximadamente Euro 19.500 mil. O Grupo Santander detém uma opção de venda de sua participação na Sidenor para a Companhia, após 5 anos, por um preço fixo. Além disso, a Companhia concordou em garantir ao Grupo Santander o pagamento de um montante acordado depois de 6 anos no caso do Grupo Santander não ter vendido a sua participação adquirida até esta data; ainda, se o Grupo Santander vender a sua participação por um preço maior ou menor do que o acordado, a diferença será paga pelo Grupo Santander à Companhia ou pela Companhia ao Grupo Santander, respectivamente.

A Sidenor é uma empresa holding que detém todas as ações da Sidenor Industrial S.L., a qual é a maior produtora de aços longos especiais e peças forjadas da Espanha, assim como é uma das mais importantes produtoras de aço estampado forjado naquele país. A Sidenor Industrial possui três usinas produtoras de aço, localizadas em Basauri, Vitoria e Reinosa (Espanha). Durante 2004, a Sidenor Industrial vendeu 688.000 toneladas de produtos prontos. A

GERDAU S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e de 2003
(em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando informado de outra forma)
(Tradução livre das demonstrações financeiras originais emitidas em inglês, preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Sidenor Industrial também detém a Forjanor S.L., uma produtora de aço forjado, com plantas industriais em Madrid e Elgeta. Durante 2004, a Forjanor vendeu 25.000 toneladas de produtos prontos.

A Sidenor também detém uma participação de 58,44% na Aços Villares S.A., uma produtora de aços longos especiais localizada na Brasil, com plantas industriais localizadas em Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba e Sorocaba, todas cidades localizadas no Estado de São Paulo, Brasil. Durante 2004, a Aços Villares vendeu 646.000 toneladas de produtos prontos.

A operação foi finalizada em janeiro de 2006, quando as ações da Sidenor foram transferidas para a Companhia e o preço de compra de Euro 165.828 mil foi pago.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião ocorrida em 31 de março de 2006, uma bonificação para acionistas ordinários e preferenciais de 50 ações para cada 100 ações obtidas.

* * *

GERDAU S.A.
CNPJ nº 33.611.500/0001-19
NIRE Nº 33300032266
Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DA SEDE, FINS E DURAÇÃO:

Art. 1º - A GERDAU S.A., com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reger-se-á por este Estatuto e pela legislação aplicável às sociedades anônimas.

Art. 2º - A Companhia, que terá prazo de duração indeterminado, tem por objeto principal a participação no capital de sociedades com atividades de indústria e comércio de produtos siderúrgicos e ou metalúrgicos, com usinas integradas ou não a portos, inclusive atividades de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minérios, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como de comércio, exportação e importação de bens, de transformação de florestas em carvão vegetal, de transporte de bens de sua indústria e de atividades de operador portuário, de que trata a Lei nº 8.630, de 25.02.93.

Art. 3º - A Companhia poderá abrir e manter sucursais, filiais, agências e escritórios, no País e no exterior, bem como participar de outras sociedades.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL:

Art. 4º - O capital social é de R\$ 7.810.452.785,28 (Sete bilhões, oitocentos e dez milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos), dividido em 231.607.008 (duzentos e trinta e um milhões, seiscentas e sete mil e oito) ações ordinárias e 435.986.041 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, novecentas e oitenta e seis mil e quarenta e uma) ações preferenciais, sem valor nominal.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas, com a observância do disposto no presente estatuto, até o limite autorizado de 400.000.000 (quatrocentos milhões) ações ordinárias e 800.000.000 (oitocentos milhões) ações preferenciais

§ 2º - Dentro do limite do capital autorizado, poderá o Conselho de Administração, com base em plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

§ 3º - Os aumentos de capital da Sociedade poderão compreender ações ordinárias ou preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às preferenciais, o limite máximo previsto em Lei.

§ 4º - O direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, excluído esse quando se tratar de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou ainda, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, hipóteses em que o Conselho de Administração assegurará aos acionistas prioridade de subscrição dos valores mobiliários, no prazo decadencial não inferior a 10 (dez) dias.

§ 5º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

§ 6º - As ações da sociedade, independentemente de espécie ou classe, participarão de forma idêntica nos lucros sociais e no direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de

controle. As ações preferenciais não terão direito de voto e não poderão ser resgatadas, tendo, além do direito antes mencionado, as seguintes preferências e vantagens:

- a) Direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do § 4º do artigo 19; e
- b) Preferência no reembolso do Capital, até o valor de sua participação ideal no capital social, por eventual liquidação da Sociedade, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação ideal no capital social; o saldo restante será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais.

§ 7º - As ações da Sociedade serão da forma escritural.

§ 8º - As ações serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, no Banco Itaú S.A, sem a emissão de certificados.

§ 9º - A Sociedade poderá cobrar o custo de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 10º - A Sociedade poderá suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO:

SEÇÃO I - NORMAS GERAIS:

Art. 5º - A Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria.

§ 1º - A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração ou da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, independentemente de caução.

§ 2º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo ao Conselho de Administração, nesse último caso, deliberar sobre sua distribuição. A Assembléia poderá determinar que o Presidente e os membros do Conselho de Administração, que indicar, recebam remuneração até a que for fixada para o Diretor Presidente.

§ 3º - A posse de novos membros no Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal está condicionada à assinatura de 'Termo de Anuência dos Administradores', conforme as regras de governança corporativa do Nível I da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Art. 6º - O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, composto de 3 (três) a 10 (dez) membros efetivos e até 10 (dez) membros suplentes, a critério da Assembléia Geral que os eleger, acionistas, com mandato de 1 (um) ano, facultada a reeleição.

§ 1º - A Assembléia Geral determinará, antes da eleição dos membros do Conselho de Administração, o número de membros efetivos e o número de membros suplentes a serem eleitos. Esses números podem não coincidir. Caso eleitos, os suplentes substituirão os efetivos na ordem estabelecida pela Assembléia que os eleger. O membro suplente, que exerça cumulativamente cargo de Diretor, ficará automaticamente impedido do exercício simultâneo desse cargo durante o período em que vier a substituir o membro efetivo se, pelo fato do exercício simultâneo, vier a ser excedido o limite legal da cumulação. Em caso

de vacância e não havendo suplentes, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral.

§ 2º - A Assembléia Geral designará, dentre os conselheiros eleitos, um Presidente e até quatro Vice-Presidentes, que substituirão o titular de acordo com a respectiva ordem de nomeação.

§ 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais e pelo menos a cada seis meses, observada a antecedência mínima de 24 horas para a primeira convocação, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, cabendo a iniciativa da convocação ao Presidente do Conselho ou a maioria dos seus membros.

§ 4º - As reuniões do Conselho de Administração considerar-se-ão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e em segunda convocação com qualquer número, sendo presididas pelo Presidente, na sua falta, por qualquer dos Vice-Presidentes e, na falta destes, por qualquer dos demais membros do Conselho de Administração. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, cabendo ao Presidente ou substituto o voto de qualidade, permitido a todos o voto antecipado por escrito. As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

§ 5º - Além das atribuições decorrentes de outros preceitos do presente Estatuto ou da Lei, incumbe ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios sociais;
- (b) aprovar o planejamento estratégico, bem como os planejamentos de longo prazo e anuais da Companhia;
- (c) aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados;
- (d) definir a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- (e) estabelecer critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- (f) eleger e destituir os Diretores da Companhia, dar-lhes substitutos em caso de vacância, fixar-lhes as atribuições e avaliar seus desempenhos;
- (g) estabelecer a remuneração individual dos administradores da Companhia, caso a Assembléia Geral tenha fixado montante global, e propor à Assembléia deliberar a participação dos mesmos nos lucros sociais, observado o que, a respeito, dispõem a lei e o presente estatuto;
- (h) aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia, necessárias ao suporte às estratégias definidas;
- (i) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (j) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- (k) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (l) escolher e destituir os auditores independentes;
- (m) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;

- (n) autorizar a emissão de títulos de crédito para distribuição pública;
- (o) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;
- (p) autorizar a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, “joint ventures” e alianças estratégicas, no País e no exterior;
- (q) fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Companhia em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembléias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, “joint ventures” ou alianças estratégicas de que a Companhia participe;
- (r) fixar periodicamente critérios de valor envolvido, tempo de duração, extensão de efeitos e outros, pelos quais determinados atos societários, inclusive empréstimos ativos ou passivos, só possam ser praticados por um ou mais dentre os membros da Diretoria, ou após sua prévia autorização ou do Comitê Executivo;
- (s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, estabelecer ainda, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;
- (t) autorizar, enquanto não estabelecidos os critérios a que se refere a letra r supra, a tomada de empréstimos pela Companhia, bem como a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a funcionários e membros dos órgãos sociais;
- (u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;
- (v) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Assembléia Geral.

§ 6º - O Conselho de Administração poderá atribuir a seu Presidente e ou a qualquer de seus Vice-Presidentes ou, ainda, qualquer de seus membros, que indicar, o acompanhamento sistemático dos negócios sociais, de modo a assegurar a consecução plena dos objetivos da Companhia e o cumprimento das decisões do próprio Conselho de Administração.

§ 7º - O Conselho poderá deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros, com ou sem a participação de Diretores, empregados da Companhia, ou terceiros contratados, com o fim de coordenar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA:

Art. 7º - A Diretoria se compõe de:

- (a) um Diretor Presidente;
- (b) dois a dez Diretores Vice-Presidentes; e
- (c) um a vinte e cinco Diretores, sem designação especial.

§ 1º - Os Diretores, pessoas físicas residentes no País, Acionistas ou não, serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano.

§ 2º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ela determinadas e, extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes ou, ainda, por dois dentre seus membros.

§ 3º - As reuniões da Diretoria instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio.

§ 4º - Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio.

Art. 8º - Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e a responsabilidade pela adequada execução das deliberações dos órgãos sociais.

Art. 9º - Os Diretores, sem prejuízo de suas funções individuais, agirão sob orientação do Comitê Executivo, órgão de deliberação colegiada, constituído pelo Diretor Presidente e pelos Diretores Vice-Presidentes para tanto especificamente designados pelo Conselho de Administração.

§ 1º - Incumbe ao Comitê Executivo elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- (a) os planejamentos estratégicos, de longo prazo e anuais da Companhia, bem como seus programas de expansão e investimentos;
- (b) o portfólio de negócios da Companhia;
- (c) propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia, necessárias ao suporte às estratégias definidas pelo Conselho de Administração.

§ 2º - Incumbe, ainda, ao Comitê Executivo:

- (a) estabelecer as diretrizes básicas da ação executiva dos Diretores, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas;
- (b) fixar a estrutura administrativa da Companhia, obedecida a atribuição de funções dos Diretores;
- (c) definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas;
- (d) estabelecer as políticas e práticas de remuneração de recursos humanos, inclusive participação nos lucros ou resultados;
- (e) orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão;
- (f) dar cumprimento às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, submetendo-lhe os resultados obtidos;
- (g) submeter ao Conselho de Administração programas de expansão ou investimentos e responder pelos respectivos resultados;
- (h) autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, obedecidas as disposições legais pertinentes e o que, a respeito, vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração;

- (i) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou das comunidades de que participe a Companhia, inclusive doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais;
- (j) acompanhar e controlar as atividades das empresas coligadas e controladas da Companhia;
- (k) instruir os representantes da Companhia nas reuniões de grupo de controle e de quotistas e nas Assembleias Gerais das empresas coligadas e controladas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- (l) autorizar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios;
- (m) promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Companhia;
- (n) disseminar os valores e a cultura da Companhia para todos os níveis funcionais;
- (o) zelar e responder pela imagem institucional da Companhia;
- (p) resolver os casos omissos, desde que não compreendidos na competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

§ 3º - O Comitê Executivo reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ele determinadas e extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou por dois dentre seus membros.

§ 4º - As reuniões do Comitê Executivo instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio.

§ 5º - Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio.

§ 6º - O Comitê Executivo encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e da Diretoria e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

§ 7º - Independentemente de sua participação no Comitê Executivo, cada membro do mesmo será responsável pela gestão dos processos e operações que lhe forem cometidos pelo Conselho de Administração.

§ 8º - O Comitê Executivo poderá deliberar a criação de comitês auxiliares, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros e ou os demais Diretores, empregados da Companhia e terceiros contratados, para promover o intercâmbio de experiências e a máxima sinergia entre as operações da Companhia, ou com o fito de coordenar, orientar, facilitar ou apoiar determinados processos ou operações.

Art. 10 - Os Diretores, salvo casos excepcionais autorizados pelo Conselho de Administração (art.6º § 5º, s) ou pelo Comitê Executivo (art. 9º, §§ 3º a 5º), exercerão seus cargos com dedicação integral de tempo e não darão aval, fiança, nem de qualquer forma garantirão dívidas de terceiros.

Art. 11 - Compete aos Diretores representar a Companhia ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais.

Art. 12 - Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subseqüentes, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, ou ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

- § 1º - Os atos para cuja prática o presente Estatuto exija autorização prévia do Conselho de Administração ou do Comitê Executivo só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição preliminar.
- § 2º - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou 1 (um) procurador, quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, IAPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza.
- § 3º - O Conselho de Administração e o Comitê Executivo poderão autorizar a prática de atos que vinculem a Companhia, por apenas um dos Diretores ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.
- § 4º - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:
- (a) todas as procurações terão de ser previamente aprovadas pelo Comitê Executivo, ou, então, outorgadas, em conjunto, por dois de seus membros ou por dois Diretores pelo Comitê designados;
 - (b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho da Administração ou do Comitê Executivo, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização;
 - (c) exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo, todas as demais procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e terão poderes limitados.
- § 5º - Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL.

Art. 13º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, devendo um deles ser especialista em finanças, e de suplentes em igual número, acionistas ou não, sendo instalado e eleito em assembléia-geral.

§ 1º - Competem ao Conselho Fiscal as seguintes atribuições:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia-geral;
- c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;

- e) convocar a assembléia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;
- f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;
- g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- h) exercer as atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;
- i) receber e apurar reclamações, denúncias ou irregularidades;
- j) opinar sobre proposta de contratação ou destituição de auditor externo;
- k) opinar sobre quaisquer serviços a serem prestados à Sociedade pelo auditor externo;
- l) opinar sobre os trabalhos conduzidos pela auditoria externa;
- m) auxiliar na solução de divergências entre administradores e auditores;
- n) opinar sobre os controles internos da contabilidade e da auditoria.

§ 2º - O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente.

§ 3º - O Conselho Fiscal estabelecerá, por deliberação majoritária, o respectivo regimento interno.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL.

Art. 14 - A Assembléia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste capítulo, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

Art. 15 - A Assembléia Geral será instalada por um Diretor, ou, na sua ausência, por um Acionista presente, sendo presidida e secretariada por Acionistas escolhidos na ocasião.

§ 1º - A Sociedade poderá exigir, em prazo fixado no anúncio de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, expedido pela instituição financeira depositária dos mesmos, assim como suspender, pelo mesmo período, os serviços de transferência e desdobramento de ações.

§ 2º - Ressalvados os casos para os quais a lei determine "quorum" qualificado, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Art. 16 - Dos trabalhos e das deliberações da Assembléia Geral serão lavradas atas em livro próprio, com os elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei.

Art. 17 - A Assembléia Geral será Ordinária ou Extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar. A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única.

Art. 18 - A Assembléia Geral Ordinária deverá se realizar no prazo da lei e terá por objeto.

- I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.

- II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- III. eleger os membros do Conselho de Administração e, quando for o caso, do Conselho Fiscal;
- IV. aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL.

Art. 19 – O exercício social se inicia a 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- III. demonstração do resultado do exercício; e
- IV. demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 2º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei.

§ 3º - O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

- (a) sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas preferenciais de receber o dividendo mínimo a que fizerem jus, nem prejudicará o pagamento do dividendo obrigatório previsto no § 4º, infra;
- (b) seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso;
- (c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:
 - (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - (iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

§ 4º - Os Acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendo, um percentual do lucro líquido, obedecido ao mínimo obrigatório de 30% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes reajustes:

(i) o acréscimo das seguintes importâncias:

- resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar;
- resultantes da realização, no exercício, do aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação.

(ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar.

§ 5º - Integram o dividendo obrigatório o dividendo preferencial e o pago à conta de reservas de lucros preexistentes ou com base em balanços semestrais ou intermediários, a menos que doutra forma estabelecido pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração.

§ 6º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria fazem jus a uma participação no lucro da Companhia, a ser deliberada pela Assembléia, observados os limites de lei. É condição para o pagamento de tal participação a atribuição aos Acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o § 4º, supra. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 30% (trinta por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos do referido § 4º, poderá ser paga, por deliberação do Conselho de Administração, aos administradores participação no lucro semestral, "ad referendum" da Assembléia Geral.

§ 7º - Sempre que o dividendo obrigatório for pago por conta de reservas de lucros preexistentes, parcela do lucro do exercício, equivalente ao dividendo pago, será apropriada à recomposição da reserva utilizada.

§ 8º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de reservas de lucros preexistentes, ou à conta de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário.

§ 9º - A Assembléia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas constituídas em balanços semestrais ou intermediários.

§ 10 - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

§ 11 - As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Sociedade, pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o primeiro posterior pagamento de dividendos que a Sociedade vier a efetuar.

CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO.

Art. 20 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral, cabendo a esta, em qualquer hipótese, estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, se deliberado o funcionamento no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Este Estatuto contém todas as alterações ocorridas até 27 de abril de 2006.

Oswaldo Burgos Schirmer
Diretor
Diretor de Relações com Investidores

GERDAU S.A.
CNPJ/MF nº 33.611.500/0001-19
NIRE nº 33300032266
Companhia Aberta

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES, DENOMINADO "PROGRAMA DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO" – APROVADO PELA AGE DE 30 DE ABRIL DE 2003.

1. OBJETIVOS DO PROGRAMA

1.1. O PROGRAMA DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO ("PROGRAMA"), que consubstancia a outorga de opções de compra de ações da GERDAU S.A. (doravante, "GERDAU" ou "Companhia"), tem por objetivos:

- a – Atrair e reter Executivos estratégicos;
- b – Oferecer um sistema de remuneração realizável a longo prazo;
- c – Compartilhar crescimento e sucesso da companhia;
- d – Reforçar o sentimento de participação e sociedade no negócio.

2. ADMINISTRAÇÃO

2.1. A administração do PROGRAMA competirá ao Comitê de Remuneração e Sucessão ("COMITÊ").

2.2. O COMITÊ terá amplos poderes, obedecidos os termos e as condições básicas deste plano, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia e a legislação pertinente, para a organização, execução e administração do PROGRAMA.

2.3. O COMITÊ terá poderes, entre outros, para estabelecer as normas atinentes à concessão de opções de compra de ações, ano a ano.

2.4. Será competência do COMITÊ indicar as pessoas que cumprem os requisitos e se encontram em condições de serem selecionadas como participantes do PROGRAMA, às quais serão concedidas opções de compra de ações e o respectivo número de ações objeto da opção, dentro dos limites ora previstos.

2.5. No exercício de suas atribuições e competência, no que tange ao PROGRAMA, o COMITÊ submeter-se-á apenas aos limites estabelecidos no item 2.2. supra, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a outros beneficiários, em situações similares, condições que entenda aplicáveis a apenas um ou determinados beneficiários.

3 – ELEGIBILIDADE

3.1. São elegíveis ao PROGRAMA os administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente (incluídas no conceito de Companhia para os fins deste plano). A escolha dos administradores e empregados (doravante, "EXECUTIVO" ou "EXECUTIVOS") que farão jus à outorga da opção de compra de ações, será atribuição exclusiva do COMITÊ.

4 – INGRESSO NO PROGRAMA

4.1. O ingresso, no PROGRAMA, dos EXECUTIVOS elegíveis, conforme definido no item anterior, dar-se-á sempre no último dia útil do mês de dezembro de cada ano.

5 – AÇÕES INCLUÍDAS NO PROGRAMA

5. 1– No último dia útil do mês de dezembro de cada ano, a Companhia outorgará opção de compra de ações preferenciais da GERDAU, em valor equivalente a 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) do salário base anual de cada um dos EXECUTIVOS escolhidos para participar do PROGRAMA, conforme vier a ser determinado pelo COMITÊ. Para os fins ora previstos, entenda-se como salário base anual desses EXECUTIVOS, o valor de seu salário mensal de dezembro de cada ano, vezes 13 (treze). No caso de Conselheiros, o valor para o exercício da opção de compra poderá ser equivalente a 100% (cem por cento) de sua remuneração anual. As ações objeto da opção serão consideradas pelo respectivo valor médio de cotação na data da outorga da opção.

6 – AQUISIÇÃO DO DIREITO AO EXERCÍCIO DA OPCÃO

6.1. O COMITÊ estabelecerá, em cada caso, os prazos e as condições para aquisição do direito ao exercício da opção de compra de ações, mediante disposição expressa em "Contrato de Opção de Compra de Ações no âmbito do Programa de Incentivo de Longo Prazo para Executivos Gerdau" ("CONTRATO DE OPÇÃO"). Como regra geral, que pode ser alterada pelo COMITÊ, em cada caso, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos:

a) Decorridos 05 (cinco) anos contados da data da outorga da opção de compra de ações, o EXECUTIVO poderá exercer o direito de compra de ditas ações. Para tanto, o EXECUTIVO adquirirá as ações, cuja opção lhe foi outorgada, pagando preço equivalente ao valor médio de cotação das referidas ações na data da outorga da opção, em consonância com o disposto no item 5.1.

b) O exercício da opção de compra deverá, então, ser realizado no prazo de 05 (cinco) anos, findo o qual, perderá o EXECUTIVO o direito referente a essa parcela específica.

c) No caso de a Companhia conceder bonificações em ações no período em que o direito de exercício da opção de compra não houver, ainda, sido realizado, a opção será acrescida de novas ações, proporcionalmente às bonificações ocorridas.

d) Nesse primeiro ano do PROGRAMA, as outorgas de opções de compra serão efetuadas no mês de abril, retroagindo o respectivo termo inicial de contagem de carência a 1º de janeiro de 2003.

7 - EXERCÍCIO DA OPCÃO

7.1. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente pelo EXECUTIVO durante o prazo e períodos fixados no ajuste referido no item 7.2. infra.

7.2. No caso da opção ser exercida parcialmente, o EXECUTIVO optante poderá exercer a parcela remanescente dos direitos decorrentes do ajuste previsto no item 8 infra, dentro dos prazos e nas condições estipuladas no CONTRATO DE OPÇÃO, ressalvadas as previsões constantes nos itens subseqüentes.

7.3. Os termos e condições de cada opção concedida no âmbito do PROGRAMA serão fixados em "Termo de Adesão ao Programa de Opção de Compra de Ações", consubstanciado no CONTRATO DE ADESÃO, assinado pelo EXECUTIVO, onde serão definidos:

a) o número de ações que será entregue com o exercício da opção, o preço de compra por ação ou as condições para sua determinação;

b) quaisquer outros termos e condições que ora não estejam previstos.

7.4. Os contratos referidos neste item terão execução específica, nos termos previstos no art. 118 da Lei nº 6404/76 e serão averbados nos livros societários da Companhia.

8 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O preço referente às ações adquiridas será pago à vista, em moeda corrente Nacional, salvo disposição diversa do Comitê que esteja, dessa forma, estabelecida no CONTRATO DE OPÇÃO.

9 – IMPOSTOS

9.1. Os pagamentos a serem efetuados no âmbito do PROGRAMA ficarão sujeitos às incidências tributárias na forma da legislação pertinente. O ônus tributário será de responsabilidade do EXECUTIVO ou seus beneficiários.

10 – TÉRMINO DA OPÇÃO

10.1. A opção terminará de pleno direito:

- a) pelo seu exercício integral, na forma prevista neste PROGRAMA;
- b) pelo decurso do prazo de exercício;
- c) pelo desligamento do EXECUTIVO da Companhia;
- d) pela rescisão contratual e recompra pela Companhia da outorga de opção.

10.2. Na hipótese de desligamento involuntário do EXECUTIVO da Companhia:

a) No caso de demissão por iniciativa da Companhia (empresa empregadora), sem justa causa, o EXECUTIVO receberá em dinheiro ou em ações, à opção da empresa, o valor referente ao rendimento das ações sobre as quais já tenha adquirido o direito de exercício em razão de ter ultrapassado o correspondente prazo de carência. Esse direito deverá, obrigatoriamente, ser exercido em um prazo máximo de 06 (seis) meses da data do término do contrato de trabalho.

b) No caso de demissão por justa causa, o EXECUTIVO perde o direito de receber qualquer quantia referente a este programa, independentemente de ter ultrapassado o período de carência ou não.

11 – APOSENTADORIA DO BENEFICIÁRIO

11.1. Nos caso de aposentadoria do EXECUTIVO, pelo plano de aposentadoria da GERDAU, o mesmo obterá o direito ao exercício da opção de compra das ações a ele atribuído, imediatamente após o término de seu contrato de trabalho, liquidando sua posição no PROGRAMA. O exercício do direito de opção de compra de ações, neste caso, deverá ser obrigatoriamente exercido no prazo de 02 (dois) anos da data do término do contrato de trabalho.

12 - FALECIMENTO DO EXECUTIVO

12.1. Na hipótese de falecimento do EXECUTIVO, os seus sucessores obterão o direito ao exercício da opção de compra das ações, atribuída ao falecido, imediatamente após o término do contrato de trabalho e deverá ser obrigatoriamente exercido no prazo de 02 (dois) anos da data do término do contrato de trabalho.

13 – PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1. O PROGRAMA entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia.

14 – MODIFICAÇÕES OU TÉRMINO DO PROGRAMA

14.1. Por decisão do Conselho de Administração, poderão ser operadas alterações no PROGRAMA, na medida em que os ganhos propostos pela Política de Remuneração afastem-se significativamente do objetivo estabelecido para a Remuneração Direta.

14.2. Caso haja necessidade de implementar mudanças ou o término do PROGRAMA, tais eventos serão comunicadas aos EXECUTIVOS, por escrito, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, contados da data da modificação ou término.

14.3. As modificações ou o término do PROGRAMA não afetarão os direitos que já houverem sido efetivamente conferidos aos EXECUTIVOS, exceto nas seguintes circunstâncias:

a) a Companhia não terá qualquer obrigação de restabelecer o PROGRAMA ou compensar os EXECUTIVOS por perdas ou ganhos futuros; e

b) no caso de modificação do PROGRAMA, qualquer oportunidade de ganho subsequente poderá ser implementada em termos diversos daqueles que foram previamente estabelecidos.

15 – MANDATO

15.1. Para a perfeita execução de todos os termos ora dispostos, o EXECUTIVO, quando de seu ingresso no PROGRAMA, irá outorgar procuração à Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, conferindo-lhe poderes para assinar todos os atos necessários atinentes ao PROGRAMA, podendo, inclusive, substabelecer.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Na hipótese de mudança no controle acionário da Companhia, as ações atribuídas aos EXECUTIVOS há mais de 12 meses da data da alteração estatutária, serão consideradas liberadas para o exercício da opção de compra de ações, ainda que não tenha decorrido o prazo de 05 (cinco) anos para a aquisição do direito.

16.2. Sempre que o EXECUTIVO decidir vender as ações de sua titularidade, adquiridas no âmbito deste PROGRAMA, a GERDAU terá a preferência de compra, a preço de mercado no dia da operação.

16.3. Os EXECUTIVOS beneficiários do plano deste PROGRAMA estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e às regras para negociação de valores mobiliários de companhias abertas em segmento especial de mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), denominado "Novo Mercado".

16.4. O exercício de opção de compra de ações de que trata este PROGRAMA, a critério da Companhia, poderá ter por objeto tanto ações adquiridas em mercado para este fim, bem como novas ações, especialmente emitidas para esse fim, nos termos do que dispõe o art. 168 e seu parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

16.5. Os acionistas, ao ensejo da outorga de opção de compra de ações originárias do PROGRAMA, não terão direito de preferência para subscrição de ações, nos termos do que dispõe o art. 171, §3º da Lei 6.404/76.

CERTIFICAÇÃO

Eu, **Jorge Gerdau Johannpeter**, Chief Executive Officer, atesto que:

1. Revisei este relatório anual da **Gerdau S.A.** no Formulário 20-F;
2. Conforme meu entendimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica relativa a qualquer fato de relevância, nem omite a declaração de qualquer fato de relevância que seja necessário para garantir que as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram emitidas, não sejam enganosas com respeito ao período coberto por este relatório;
3. Conforme meu entendimento, os demonstrativos financeiros e outras informações financeiras incluídas neste relatório, representam justamente, sob todos os aspectos relevantes, a condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa da empresa em e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os outros administradores declarantes da Empresa e eu somos responsáveis por estabelecer e manter controles e procedimentos de divulgação de informação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Decreto de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) para a empresa, e declaramos ter:
 - a. Formulado tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou ter supervisionado a formulação dos mesmos, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à empresa, incluindo suas subsidiárias consolidadas, nos sejam repassadas por outros nessas entidades, especialmente durante o período para o qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliado a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da empresa e apresentado, neste relatório, nossas conclusões relativas à eficácia desses controles e procedimentos de divulgação de informações, no período coberto por este relatório e com base nessa avaliação; e
 - c. Apresentado neste relatório qualquer mudança no controle interno da empresa sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado de forma significativa, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar, o controle interno da empresa sobre relatórios financeiros.
5. Os outros administradores declarantes da empresa e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente sobre o controle interno sobre relatórios financeiros, aos auditores da empresa e ao comitê fiscal do Conselho de Administração (ou às pessoas ocupando funções equivalentes):
 - a. Todas as deficiências significativas e problemas relevantes na formulação ou operação dos controles internos sobre relatórios financeiros que tenham uma probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros; e
 - b. Qualquer fraude, de importância crucial ou não, envolvendo a administração ou outros colaboradores que possuam um papel significativo nos controles internos da empresa sobre relatórios financeiros.

Data: 19 de junho de 2006

/s/ Jorge Gerdau Johannpeter

Jorge Gerdau Johannpeter
Chief Executive Officer

CERTIFICAÇÃO

Eu, **Oswaldo Burgos Schirmer**, Chief Financial Officer, atesto que:

1. Revisei este relatório anual da **Gerdau S.A.** no Formulário 20-F;
2. Conforme meu entendimento, este relatório não contém nenhuma declaração inverídica relativa a qualquer fato de relevância, nem omite a declaração de qualquer fato de relevância que seja necessário para garantir que as declarações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais tais declarações foram emitidas, não sejam enganosas com respeito ao período coberto por este relatório;
3. Conforme meu entendimento, os demonstrativos financeiros e outras informações financeiras incluídas neste relatório representam justamente, sob todos os aspectos relevantes, a condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa da empresa em, e para, os períodos apresentados neste relatório;
4. Os outros administradores declarantes da Empresa e eu somos responsáveis por estabelecer e manter controles e procedimentos de divulgação de informação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Decreto de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) para a empresa, e declaramos ter:
 - a. Formulado tais controles e procedimentos de divulgação de informações, ou ter supervisionado a formulação dos mesmos, para assegurar que as informações relevantes relacionadas à empresa, incluindo suas subsidiárias consolidadas, nos sejam repassadas por outros nessas entidades, especialmente durante o período para o qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliado a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação de informações da empresa e apresentado, neste relatório, nossas conclusões relativas à eficácia desses controles e procedimentos de divulgação de informações, no período coberto por este relatório e com base nessa avaliação; e
 - c. Apresentado neste relatório qualquer mudança no controle interno da empresa sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado de forma significativa, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar, o controle interno da empresa sobre relatórios financeiros.
5. Os outros administradores declarantes da empresa e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente sobre o controle interno sobre relatórios financeiros, aos auditores da empresa e ao comitê fiscal do Conselho de Administração (ou às pessoas ocupando funções equivalentes):
 - a. Todas as deficiências significativas e problemas relevantes na formulação ou operação dos controles internos sobre relatórios financeiros que tenham uma probabilidade razoável de afetar adversamente a capacidade da empresa de registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros; e
 - b. Qualquer fraude, de importância crucial ou não, envolvendo a administração ou outros colaboradores que possuam um papel significativo nos controles internos da empresa sobre relatórios financeiros.

Data: 19 de junho de 2006

/s/ Oswaldo Burgos Schirmer
Oswaldo Burgos Schirmer
Chief Financial Officer

CERTIFICAÇÃO CONFORME A SEÇÃO 1350 DO CAPÍTULO 18 DO
CÓDIGO DOS ESTADOS UNIDOS (USC),
COMO ADOTADA EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 906 DA LEI
SARBANES-OXLEY DE 2002

Com respeito ao Relatório Anual da Gerdau S.A. (a “Empresa”) no Formulário 20-F para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2005, conforme submetido à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (U.S. Securities and Exchange Commission) na data de assinatura deste documento (o “Relatório”), eu, **Jorge Gerdau Johannpeter**, Chief Executive Officer, atesto, conforme a seção 1350 do capítulo 18 do USC, como adotada em conformidade com a seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002, até o limite do meu conhecimento:

(i) o Relatório cumpre todas as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários (U.S. Securities Exchange Act) de 1934; e

(ii) a informação contida no Relatório representa justamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Empresa.

/s/ Jorge Gerdau Johannpeter
Nome: Jorge Gerdau Johannpeter
Cargo: Chief Executive Officer

Data: 19 de junho de 2006

**CERTIFICAÇÃO CONFORME A SEÇÃO 1350 DO CAPÍTULO 18 DO
CÓDIGO DOS ESTADOS UNIDOS (USC),
COMO ADOTADA EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 906 DA LEI
SARBANES-OXLEY DE 2002**

Com respeito ao Relatório Anual da Gerdau S.A. (a “Empresa”) no Formulário 20-F para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2005, conforme submetido à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (U.S. Securities and Exchange Commission) na data de assinatura deste documento (o “Relatório”), eu, **Oswaldo Burgos Schirmer**, Chief Financial Officer, atesto, conforme a seção 1350 do capítulo 18 do USC, como adotada em conformidade com a seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002, até o limite do meu conhecimento:

- (i) o Relatório cumpre todas as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei de Valores Mobiliários (U.S. Securities Exchange Act) de 1934; e
- (ii) a informação contida no Relatório representa justamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Empresa.

/s/:Oswaldo Burgos Schirmer
Nome: Oswaldo Burgos Schirmer
Cargo: Chief Financial Officer

Data: 19 de junho de 2006

(Tradução livre do parecer original em inglês, sobre demonstrações financeiras preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

ANEXO 15.01

Parecer dos auditores independentes registrados

Gallatin Steel Company

Auditamos os balanços patrimoniais consolidados da Gallatin Steel Company em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa dos exercícios findos nessas datas. Estas demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Públicas (Estados Unidos da América) (Public Company Accounting Oversight Board). Essas normas requerem que planejem e realizemos a auditoria com o objetivo de obter uma segurança razoável se as demonstrações financeiras estão livres de qualquer erro material. Nós não fomos contratados para realizar uma auditoria do sistema de controles internos da Companhia. Nossas auditorias incluíram a consideração dos controles internos utilizados na preparação das demonstrações financeiras como base para elaborar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a efetividade dos controles internos da Companhia utilizados na preparação das demonstrações financeiras. Dessa forma, nós não expressamos tal opinião. Uma auditoria também inclui o exame, em base de testes, das evidências que suportam os valores e as informações contábeis divulgados nas demonstrações financeiras, a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós acreditamos que nossa auditoria proporciona uma base razoável para nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira consolidada da Gallatin Steel Company em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e os resultados consolidados e o fluxo de caixa desses exercícios, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Ernst & Young LLP

Louisville, Kentucky
20 de Janeiro de 2006